

Os relatos de viagem de Mário de Andrade e Otero Pedrayo: campo literário e afirmação identitária

Raquel Illescas Bueno

Antagonismo e diferença: o MST e os outros

Zacchi Vanderlei

Sociedade indígena suruí-aikewára: do extrativismo da castanha aos processos de mediação

Ivânia dos Santos Neves e Maurício Neves Corrêa

Conhecimento, Excepcionalidade e Tragédia em *Édipo Rei* de Sófocles e em *Os Maias* de Eça de Queirós

Rui Sousa

Maleita de amor: ensaio sobre sentimentos e afectos na antiguidade clássica

Reina Pereira

***O Compleat Account of the Portugueze Language* e a primeira *Grammatica Anglo-Lusitanica* (Londres, 1701): Alexander Justice e a questão da autoria**

Rolf Kemmer

Uma análise comparativa de algumas abordagens de Marcadores Discursivos

Eduardo Penhavel

Recensões

Ficha de avaliação 2012 (volumes 105-106)

AGÁLIA

REVISTA DE ESTUDOS NA CULTURA

número **106** 2º semestre 2012

DIREÇÃO

Roberto Samartim

Universidade da Corunha
Galabra (Universidade de Santiago Compostela, USC)

M. Felisa Rodríguez Prado

Universidade de Santiago de Compostela, Galabra

SECRETARIA TÉCNICA (Adjunta à direção)

Cristina Martínez Tejero

Universidade de Santiago de Compostela, Galabra
Universidade de Vigo

CONSELHO DE REDAÇÃO

Antón Corbacho Quintela

Universidade Federal de Goiás; Galabra (USC)

Carlos Velasco Souto

Universidade da Corunha

Graziella Moraes Dias da Silva

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Luís García Soto

Universidade de Santiago de Compostela

M. Adriana Sousa Carvalho

Universidade de Cabo Verde

M. Carmen Villarino Pardo

Universidade de Santiago de Compostela, Galabra

M. Teresa López Fernández

Universidade da Corunha

Márcio Ricardo Coelho Muniz

Universidade Federal da Bahia

Maria das Dores Guerreiro

I.U. de Lisboa (CIES-ISCTE)

Mihai Iacob

Universitatea din Bucuresti

Pablo Gamallo Otero

Universidade de Santiago de Compostela

Rosa Verdugo Matés

Universidade de Santiago de Compostela

Vanda Anastácio

Universidade de Lisboa

Xerardo Pereiro Pérez

Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro

CONSELHO CIENTÍFICO

Álvaro Iriarte Sanromán (Universidade do Minho; Galabra, USC)

António Firmino da Costa (I. U. de Lisboa, CIES-ISCTE)

Arturo Casas Vales (Universidade de Santiago de Compostela)

Carlos Costa Assunção (Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro)

Carlos Quiroga (Universidade de Santiago de Compostela)

Carlos Taibo Arias (Universidad Autónoma de Madrid)

Celso Álvarez Cáccamo (Universidade da Corunha)

Francisco Salinas Portugal (Universidade da Corunha)

Elias J. Torres Feijó (Universidade de Santiago de Compostela, Galabra)

Gilda da Conceição Santos (Universidade Federal do Rio de Janeiro; Real Gabinete Port. de Leitura)

Inocência Mata (Universidade de Lisboa)

Isabel Morán Cabanas (Universidade de Santiago de Compostela)

José António Souto Cabo (Universidade de Santiago de Compostela)

José Luís Rodríguez (Universidade de Santiago de Compostela)

José-Martinho Montero Santalha (Universidade de Vigo)

Júlio Barreto Rocha (Universidade Federal de Rondônia)

Marcial Gondar Portasany (Universidade de Santiago de Compostela)

Onésimo Teotónio de Almeida (Brown University)

Raul Antelo (Universidade Federal de Santa Catarina)

Regina Zilberman (Universidade Federal de Rio Grande do Sul)

Teresa Cruz e Silva (Universidade Eduardo Mondlane)

Teresa Sousa de Almeida (Universidade Nova de Lisboa)

Tobias Brandenberger (Universität Göttingen)

Yara Frateschi Vieira (Universidade Estadual de Campinas)

AGÁLIA. REVISTA DE ESTUDOS NA CULTURA

ISSN: 1130-3557

DEPÓSITO LEGAL: C-250-1985 (versão papel)

EDITA: Associação Galega da Língua (AGAL)

URL: <http://www.agalia.net>

ENDEREÇO-ELETRÓNICO: revista@agalia.net

ENDEREÇO POSTAL: Rua Santa Clara nº 21

15704 Santiago de Compostela (Galiza)

PERIODICIDADE: Semestral (números em junho e dezembro)

ASSINATURA

(https://espaciosseguro.com/agalia/inscricao_agalia.html)

Versão eletrónica (2 números/ano): 20€

Versão impressa (2 números/ano):

<i>Estado Espanhol</i>	20€ Sócios/as AGAL	30€ Não sócios/as
<i>Europa</i>	28€ Sócios/as AGAL	38€ Não sócios/as
<i>Resto do mundo</i>	31€ Sócios/as AGAL	41€ Não sócios/as

Contacto: agalia@agal-gz.org

Envio de originais: <http://www.agalia.net/envio.html>

Normas de Edição no fim do volume e em

<http://www.agalia.net/normas-de-edicao.html>

Indexada em:

CAPES (<http://www.capes.gov.br/>)

dialnet (<http://dialnet.unirioja.es>)

Desenho da capa: Carlos Quiroga

Impressão: Sacauntos, cooperativa gráfica (info@sacauntos.com)

Revisão de textos em inglês: Rosário Mascato Rey

SUMÁRIO

Nota da redação	5
Os relatos de viagem de Mário de Andrade e Otero Pedrayo: campo literário e afirmação identitária	7
<i>Travel accounts of Mário de Andrade and Otero Pedrayo: literary field and affirmation of identity</i>	
Raquel Illescas Bueno	
Antagonismo e diferença: o MST e os outros	21
<i>Antagonism and difference: the MST and its others</i>	
Zacchi Vanderlei	
Sociedade indígena suruí-aikewára: do extrativismo da castanha aos processos de mediação	39
<i>The Suruí-Aikewára Indigenous Society: from extractivism of Brazil-nuts to the digital media</i>	
Ivânia dos Santos Neves e Maurício Neves Corrêa	
Conhecimento, Excepcionalidade e Tragédia em <i>Édipo Rei</i> de Sófocles e em <i>Os Maias</i> de Eça de Queirós	57
<i>Knowledge, Exceptionality and Tragedy in Sofocles' Edipo Rei and Eça de Queiros' Os Maias</i>	
Rui Sousa	
Maleita de amor. Ensaio sobre sentimentos e afectos na antiguidade clássica	79
<i>Love Fever: Essay about Feelings and Affections in Classical Antiquity</i>	
Reina Pereira	

O <i>Compleat Account of the Portugueze Language</i> e a primeira <i>Grammatica Anglo-Lusitanica</i> (Londres, 1701): Alexander Justice e a questão da autoria	103
<i>The Compleat Account of the Portugueze Language and the first Grammatica Anglo-Lusitanica (London, 1701): Alexander Justice and the authorship question</i>	
Rolf Kemmer	
Uma análise comparativa de algumas abordagens de Marcadores Discursivos	135
<i>A Comparative Analysis of Some Approaches on Speech Markers</i>	
Eduardo Penhavel	
Recensões	159
Ficha de avaliação 2012 (volumes 105-106)	183

NOTA DA REDAÇÃO

O número 106 da revista *Agália* contém sete trabalhos que procedem de Portugal (3), do Brasil (3) e de Galiza/ Brasil (1) e que, apesar da sua natureza diversa, dão um contributo ora para a construção de um conhecimento novo e melhor alicerçado sobre os objetos de estudo focados, ora para a identificação de aspetos suscetíveis de mais aprofundamento ou alargamento. Posto isto, vários dos artigos apresentam certa conexão na atenção prestada — a partir de suportes literários, linguísticos ou audiovisuais — a diferentes modos de produzir (ou conservar) a identidade e de construir a definição identitária, em função do contexto geográfico e/ou histórico e em virtude dos relacionamentos que se estabelecem com o(s) outro(s).

Depois de ter realizado uma estadia pós-doutoral na Universidade de Santiago de Compostela, a professora Raquel Bueno, da Universidade Federal do Paraná, apresenta de modo comparativo as ligações estabelecidas entre viagem e identidade, na Galiza e no Brasil, por Otero Pedrayo e Mário de Andrade, respetivamente. Para isso, focaliza os périplos pelo interior dos seus países realizados por ambos em 1927 — altura na qual eram já considerados figuras fundamentais no campo cultural das suas latitudes — e, sobretudo, os textos elaborados em relação com essa experiência, concluindo que o conhecimento em primeira mão foi manancial para a incorporação do oral e do popular na escrita diferencial que procuravam.

O trabalho do doutor Vanderlei Zacchi, da Universidade Federal de Sergipe, aborda a definição ou, melhor, a produção da identidade através tanto do antagonismo como da diferença, focalizando o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), largamente divulgado nos cenários brasileiro e internacional, no decurso do tempo e no percurso do relacionamento quer com os seus oponentes, quer com os seus parceiros. A seguir, Ivânia Neves e Maurício Correa, também ligados a duas instituições do Norte brasileiro — a Universidade Federal do Pará e a Universidade da Amazônia —, apresentam as negociações da cultura feitas, ao longo dos anos, pelo povo tupi morador na Terra Indígena Sororó (Amazônia, no sudeste do Pará), para depois colocar uma

série de reflexões abundantemente nutrida pelas experiências resultantes da realização, nessa comunidade Suruí-Aikewára, de um projeto que, por meio da escola e usando os *media*, situava as crianças entre a tradição e as novas tecnologias.

O saber clássico e as suas pegadas em épocas mais recentes surgem nos artigos de Rui Sousa e de Reina Pereira. No primeiro, o investigador do CLEPUL explora a relação entre conhecimento, excecionalidade e destino trágico conforme aparece no *Rei Édipo*, de Sófocles, na figura do protagonista, e em *Os Maias*, de Eça de Queirós, particularmente associada às personagens de Carlos da Maia e de Maria Eduarda. No segundo, a professora da Universidade da Beira Interior procede a fazer uma ampla revisão dos diversos tipos de afetividade amorosa desenvolvidos na Antiguidade Clássica e aproveitados no período medieval, prestando uma atenção particular à “maleita amorosa” — que encara o afeto como patologia —, embora sejam mostradas possíveis vias para superar tal conceção negativa dos sentimentos.

Na sequência do trabalho sobre o *Compleat Account of the Portugueze Language* e a primeira *Grammatica Anglo-Lusitanica* (1701) que, focalizando a complexa questão da autoria, veio a lume no número anterior de *Agália*, o doutor Rolf Kemmler advoga pela identificação de A. J. com o franco hugonote Alexander Justice, contestando os argumentos contrários do investigador português Manuel Gomes da Torre e apontando as possibilidades que o levantamento e o estudo das peculiaridades das definições, a respeito da *Prosodia* e do *Thesouro*, oferecem para reforçar tal autoria.

O volume encerra-se com um artigo assinado pelo doutor Eduardo Penhavel, da Universidade Estadual Paulista, que visa a sistematização das múltiplas abordagens relativas aos marcadores discursivos (MDs). Partindo das revisões de Blakemore, Fischer e Risso, Silva & Urbano, identifica três agrupamentos fundamentais nos estudos existentes, em função de outras tantas concepções do MD, passando, a seguir, a detetar nelas um comum denominador, que chama de “conceito essencial”. Finalmente, desenha diversas opções de pesquisa e coloca avanços possíveis neste âmbito.

Felisa Rodríguez Prado
Roberto Samartim

Os relatos de viagem de Mário de Andrade e Otero Pedrayo: sistema literário e afirmação identitária*

Raquel Illescas Bueno

Universidade Federal do Paraná (Brasil)

Universidade de Santiago de Compostela (Galiza)

Resumo

Este artigo compara os relatos de viagens simultâneas de dois autores que tiveram protagonismo em seus respectivos contextos culturais nas primeiras décadas do século XX: Mário de Andrade viajou pela Amazônia (*O turista aprendiz*) enquanto Ramón Otero Pedrayo percorria a Galiza (*Pelerinaxes, I*). A motivação principal das viagens era conhecer e dar a conhecer a própria terra. Como resultado, surgem duas obras exemplares quanto à afirmação de identidade e ao nacionalismo, escritas em linguagem que explicita, em sua radical incorporação do oral e do popular, o intuito de marcar sua diferenciação em relação a um sistema literário dominante. No caso de Mário de Andrade, tratava-se de afirmar o sistema literário brasileiro frente ao português; no de Otero Pedrayo, de instituir plenamente o sistema literário galego no âmbito da resistência ao imperialismo espanhol. Sendo obras pouco conhecidas e pouco estudadas no campo das Letras, o artigo trata de apresentá-las e de estabelecer contrapontos entre elas.

Palavras chave: Literatura de viagens — Nacionalismo — Brasil — Galiza.

Travel Accounts by Mário de Andrade and Otero Pedrayo: Literary Field and Affirmation of Identity

Abstract

This article compares the travel accounts of authors whose role in their respective cultural contexts in the first decades of the 20th century were similar. Mário de Andrade traveled through the Amazon (*O turista aprendiz*) while Ramon Otero Pedrayo covered Galiza (*Pelerinaxes, I*). The main motivation of the trips was to meet and get to know their own land. As a result, there are two exemplary works regarding the affirmation of identity and nationalism, written in a language that explains, in its radical incorporation of oral and popular, the desire of distinguishing itself from a dominant literary system. In the case of Mário de Andrade, it was affirming the Brazilian literary system against the Portuguese; in Otero Pedrayo, to fully establish the Galician literary system in the context of resistance facing Spanish imperialism. Being almost unknown books and scarcely studied in Philology, the article presents them and establishes counterpoints between both.

Key words: Travel Literature — Nationalism — Brazil — Galiza.

* Projeto de investigação financiado pela CAPES “Estágio pós-doutoral no exterior”, maio-outubro 2012. Uma versão deste texto foi apresentada no *XXXIX Congreso del Instituto Internacional de Literatura Iberoamericana. Diálogos Culturales*, Cádiz, Universidad de Cádiz, 3 a 6 julho 2012.

Receção: 14-09-2012 | Admissão: 02-04-2013 | Publicação: 31-05-2014

BUENO, Raquel Illescas: “Os relatos de viagem de Mário de Andrade e Otero Pedrayo: sistema literário e afirmação identitária”. *Agália. Revista de Estudos na Cultura*. 106 (2012): 7-19.

Introdução

Na segunda metade da década de 1920, dois intelectuais engajados nas causas nacionalistas de seus respectivos países¹ realizaram viagens com o objetivo de conhecê-los mais profundamente. Em 1927, Mário de Andrade (1893-1945) viajou pela Amazônia, conforme relatou em texto que permaneceu inédito até a publicação, póstuma, de *O turista aprendiz* em 1976, livro em que também estão registradas suas crônicas da viagem pelo Nordeste brasileiro em 1928. No final dos anos 20, o modernismo brasileiro já superava sua primeira fase, marcadamente iconoclasta e vanguardista, e se voltava para a problemática social; o nacionalismo ainda era um tema central e as reivindicações identitárias cada vez mais incorporavam a discussão sobre a existência ou não de uma “língua brasileira”. Também em 1927, Otero Pedrayo (1888-1976) percorreu a Galiza, a pé, juntamente com companheiros do grupo Nós, experiência que resultou na publicação de *Pelerinaxes I* (1929). Nessa data, a Geração Nós já acumulava quase uma década de experiência na luta em prol da causa galeguista, notadamente com base na promoção do galego como língua de cultura. Enquanto os autores brasileiros buscavam a mais plena independência frente ao sistema literário português, os galegos, conscientes de que sua literatura pertencia a um sistema deficiente, buscavam afastar os excessos de influência castelhana. Tanto Andrade como Pedrayo consideravam que as manifestações culturais observadas nos lugares mais afastados dos centros urbanos deveriam embasar a estetização da língua.

1. Percursos

Manaus — Sapucaia-Oroca — São José do Uruá — Manicoré — Bom
Futuro — Humaitá — Porto Velho.

Ourense — Monterroso — Palas do Rei — Lugo — As Pontes de García
Rodríguez — Ortigueira — San Andrés do Teixido.

Essas sequências de topônimos resumem, respectivamente, dez dias das vidas de Mário de Andrade e de Ramón Otero Pedrayo. No calendário, trata-se do período de 2 a 11 de julho de 1927. De um lado do Atlântico, terras de Galiza foram percorridas a pé, do Sul ao Norte, rumo ao santuário de San Andrés do

1. A palavra “país” é empregada, aqui, em sentido lato.

Teixido. Do outro lado do oceano, cidades ribeirinhas que costeiam o rio Madeira, um dos principais afluentes do Amazonas, iam sendo avistadas enquanto o vapor Vitória se dirigia para o Sul, rumo da Bolívia.

Terras e águas tão distintas e — sobretudo naquela época — tão distantes entre si, serão aproximadas neste texto tomando-se como ponto de partida a constatação de que as razões das duas viagens eram muito semelhantes. De início, porque ambos os autores, líderes de seus respectivos grupos intelectuais, abriram mão do cosmopolitismo que mais naturalmente os levaria, por exemplo, a Paris ou a Nova Iorque.

Essa observação é pertinente mesmo quando se atenta às diferentes condições sociais dos autores. Otero Pedrayo provinha de família abastada, enquanto Mário de Andrade tinha origem nas classes médias, tendo trabalhado desde muito jovem como professor de música. Guardadas as diferenças, e a ressalva de que em 1927 Otero já conhecia Paris e outros centros urbanos importantes da Europa, o fato é que ambos optaram por realizar viagens bastante originais, e o fizeram, programaticamente, em suas próprias terras.

O brasileiro flertou, no título e no texto, com a hipótese de ser turista aprendiz, mas sabemos que ainda hoje um percurso tão extenso como o de Mário de Andrade é, antes que turismo, uma grande e difícil expedição. Sua tão mencionada recusa a viajar para fora do Brasil, que chegou a render-lhe a injusta acusação de xenofobia, manteve-se ao longo de toda sua vida. As poucas horas passadas no Peru e outras tantas na Bolívia durante a viagem amazônica foram suas únicas experiências em território estrangeiro.

Na biografia de Otero Pedrayo figuram muitas viagens. Para o que interessa agora, recolhamos ideias que expressou a respeito desse tema em textos contemporâneos à viagem que é objeto deste artigo. Partindo da opinião de que o turismo era uma atividade esnobe, Otero Pedrayo julgava que só caminhando se conheceria verdadeiramente algum lugar. Sendo geógrafo, reivindicou em *Pelerinaxes* a criação de um “vasto programa de viaxes” por Galiza, para que, “apalpando realidás”, se pudesse levar na lembrança algo que correspondesse ao Fontán, o primeiro mapa físico da região (Otero Pedrayo, 1993: 98). A opção pela viagem a pé permitia o contato direto com a realidade física e a humana, e a observação do que ainda se mantinha daquilo que, a seu ver, deveria embasar o movimento galeguista: dos traços da cultura céltica ao bom gosto da arte ro-

mânica, dos carvalhos aos castanheiros, das diferentes composições químicas das águas às frutas castas dos climas temperados. Comparando a decoração das casas das aldeias à que invadira as cidades desde meados do século XIX, comentou: “O movimento galeguista debía cavilar em apoderarse das artes decorativas: na aldeia sentimonos en compañía de ouxetos fermosos e ledos” (Otero Pedrayo, 1993: 83).

Otero Pedrayo, Vicente Risco e Ben-Cho-Sey (pseudônimo de Fernández Oxea) percorreram a pé pouco mais de duzentos quilômetros das províncias de Ourense, Lugo e A Corunha durante uma semana. Em duas ocasiões utilizaram, muito envergonhados, os ônibus da Castromil, já que, para grande decepção do autor de *Pelerinaxes*, as bolhas o impediam de chegar caminhando ao santuário de San Andrés do Teixido.

Nesses mesmos dias, Mário de Andrade, Olívia Guedes Penteadó, sua sobrinha, Margarida Guedes Nogueira (Mag) e Dulce do Amaral Pinto (Dolur, filha de Tarsila do Amaral) percorreram quase 900 km do rio Madeira, num barco a vapor, em direção à Bolívia. O humor, uma constante em *O turista aprendiz*, começa já na descrição da improvável caravana, que juntou Mário a três mulheres, sendo duas adolescentes e coquetes e, a outra, a Rainha do Café, mecenas do movimento modernista. Paulo Prado e Afonso de Taunay haviam desistido de viajar na última hora. A “viagem grandota” havia começado dois meses antes do período que coincide com o da peregrinação de Otero Pedrayo, e se estenderia até meados de agosto por inúmeros rios amazônicos e pelo Atlântico, além dos caminhos de ferro e estradas que aproximam São Paulo do litoral.

Curiosamente, justo no dia 10 de julho, quando Otero Pedrayo, já impedido de caminhar, atravessou uma ria em barco motorizado, Mário atrasou-se para o embarque e precisou alcançar o vapor em que viajava percorrendo a pé a distância até o porto seguinte. Conseguiu que um piá lhe servisse de guia e disso resultou um raro momento de aventura, exceção às diversas circunstâncias em que se sentiu constrangido justamente pela sensação oposta, pois afinal ele desfrutava de todo o conforto possível na viagem, enquanto aqueles de cujas histórias se alimentava seu diário viajavam na segunda ou na terceira classe. Quebrada a rotina por conta do atraso referido, Mário comenta: “e lá fui, pelo mato claro de beira-rio, num trilho de índio e sombra luminosa, numa ensolada sensação de aventura” (Andrade, 1983: 148). Enquanto isso, Otero Pe-

drayo, que precisou seguir a cavalo até o santuário que era o destino final do grupo, lamentava-se: “Eu síntome un pouco triste, amargurado. Non podo camiñar” (Otero Pedrayo, 1993: 192).

Vicente Risco, autor do prefácio e das ilustrações de *Pelerinaxes*, é também autor de “As viaxes de a pé”, artigo publicado em julho de 1928, onde se lê: “Viaxar no tren, ainda viaxar em automóvil, con ser máis libre e mais humano e dunha meirande convivência coa paisaxe, non deixa de ser, as máis das vegadas, viaxar como viaxan os baúes. E por riba de todo, compréndese que se ande desse xeito unha terra estranxeira; a terra de ún débese andar de a pé” (Risco, 1980: 113). Sendo a terra de Risco e Pedrayo a Galiza, vale o dito. Sendo a terra de Mário o Brasil e a região específica a ser percorrida a amazônica (“viagem pelo Amazonas até o Peru, pelo Madeira até a Bolívia por Marajó até dizer chega”²), perdoemos-lhe que viaje não exatamente como um baú, mas como uma rede a balançar em algum compartimento dos vapores São Salvador e Vitória. Num, como no outro caso, para além das divisas e fronteiras, reais ou simbólicas, havia uma luta literária pela geografia³.

2. O antes e o depois das viagens

Tanto Mário como Otero Pedrayo realizaram essas viagens antes do lançamento de suas obras ficcionais mais importantes, numa década na qual cada um publicou um número impressionante de obras, entre poesia, ficção e ensaio. Em julho de 1927 faltava quase um ano para a publicação de *Macunaíma*, em boa parte redigido antes que Mário de Andrade tivesse qualquer contato físico com a região de origem do herói sem nenhum caráter. Faltavam ainda três anos para o lançamento de *Arredor de si*, romance autobiográfico de Otero Pedrayo, “espécie de *bildungsroman* galego, retrato do despertar da identidade nacional não só no jovem Otero como em toda a sua geração” (Winck, 2012: 209).

2. Descrição que serve de subtítulo ao projeto do livro *O turista aprendiz* e que retoma, com humor, a tradição de longos títulos descritivos característica dos relatos de viagem de séculos anteriores.

3. Segundo Edward Said (2011: 39-40), “[A]ssim como nenhum de nós está fora ou além da geografia, da mesma forma nenhum de nós está totalmente ausente da luta pela geografia. Essa luta é complexa e interessante porque não se restringe a soldados e canhões, abrangendo também ideias, formas, imagens e representações”.

Ambos os autores já haviam participado de caravanas de intelectuais com motivação semelhante à das viagens de 1927. Antes de ir à Amazônia, Mário de Andrade participara da caravana modernista de que fizeram parte também Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral, Olívia Guedes Penteado, Paulo Prado, René Thiollier e Gofredo da Silva Telles, cicerones de Blaise Cendrars pelo interior de Minas Gerais, durante a Semana Santa de 1924. Em julho de 1926, Otero Pedrayo, juntamente com outros integrantes do movimento galeguista (Vicente Risco, Lois Feixoo, Antón Sánchez e Xavier Pardo, além de outros que se somaram a eles para a parte final do percurso) peregrinaram de Ourense a Santiago de Compostela, viagem relatada em crônicas de Xavier Pardo cuja publicação no periódico *A Nosa Terra* começou poucos dias depois da chegada do grupo, em 25 de julho, dia de Santiago. Num como no outro caso, os grupos se formaram menos pelas questões religiosas que os destinos e as datas sugerem do que pelo nacionalismo e a vontade de conhecer e dar a conhecer as tradições populares. Como no ideário romântico, principalmente de Herder, estava em jogo a busca do popular, considerado a base capaz de legitimar uma cultura nacional. Nas viagens de 1927, seguiu sendo essa a principal motivação dos percursos, que incluíram sempre a recolha de informação etnográfica, geográfica e histórica.

Há que distinguir, por óbvio, entre a afirmação nacionalista de Galiza frente ao Estado espanhol e a afirmação nacionalista no Brasil da República Velha. Evito empregar a expressão “regionalismo” quanto à reivindicação galega, para afastar paralelismos (ou assimetrias) de outra natureza, haja vista que no Brasil também havia tensões de natureza regionalista naquele período, as quais atingiram seu ponto máximo na Revolta Constitucionalista de 1932. Mário de Andrade em vários momentos sentiu necessidade de posicionar-se acerca de seu presumido regionalismo paulista. Acrescente-se também que Otero Pedrayo e outros, para se referirem à Galiza, falam sempre de “nação” ou de “país”, e não de “região” ou de “província”.

Mário de Andrade deslocou-se por vários estados da região amazônica a fim de ampliar sua visão e seu sentimento em relação a um Estado nacional (o Brasil) cuja língua era, a seu ver, riquíssima principalmente na oralidade, mas ainda excessivamente lusitanizante quando escrita. Sua proposta de “desregionalização” da língua tinha clara motivação de fundo nacionalista. Frase a frase,

Mário praticava e convidava a praticar a fusão das muitas falas e registros da oralidade aos recursos mais expressivos da língua literária.

Otero Pedrayo e seus contemporâneos de Galiza davam prosseguimento à tarefa dos escritores do Rexurdimento, ou seja, à luta pela sistematização do galego escrito e, mais que isso, literário. Essa batalha começara tardiamente, em meados do século XIX, o que se pode explicar tanto pela repressão que o galego historicamente sofreu desde muito antes dos tempos de Franco quanto pelo baixo nível de escolaridade da população.

Os resultados literários desses intentos linguísticos nacionalistas, em ambos os casos, motivaram reações variadas, contra e a favor. Mário de Andrade chegou a discutir suas escolhas com gramáticos e seu planejamento de uma gramática da fala brasileira (ou *Gramatiquinha*) é tida por alguns especialistas da área como precursora dos estudos de sociolinguística do português do Brasil. A minúcia com que se dedicou ao assunto pode ser acompanhada na leitura de sua vasta correspondência com Manuel Bandeira, por exemplo. Em maio de 1927, Mário anotou no diário de viagem: “O camaroteiro, enquanto os ‘eruditos’ falam traduzido: ‘pequeno almoço’, só me falava em ‘almoço pequeno’. Creio que há uma tendência muito brasileira pra botar o qualificativo depois do substantivo. Pelo menos no povo.” (Andrade, 1993: 70). *O turista aprendiz* — como, afinal, toda a obra de Mário — é fonte de incontáveis exemplos dessa espécie de observação linguística sutil.

As tão contestadas experiências linguísticas de Mário de Andrade resistem ao tempo e, com todas as ressalvas que se fez a seu português “que ninguém fala e ninguém escreve”, sua obra foi muito rapidamente incorporada ao cânone. Sua língua, tão experimental quanto saborosa, é bastante legível mesmo para um estudante do ensino médio. Talvez não seja incorreto afirmar que, ao contrário disso, Otero Pedrayo não obteve resultados tão positivos. Sua tentativa de criar um galego literário usualmente é criticada por conta de seus excessos “barroquizantes” e da proliferação de metáforas, gerando um resultado final que exige muito mesmo de quem tem o galego como sua primeira língua.

O exemplo a seguir foi extraído de um trecho descritivo de *Pelerinaxes*, ou seja, de uma passagem redigida em estilo bem mais direto que os momentos dissertativos do diário (Otero Pedrayo, 1993: 134):

Das verdes quebradas xurdian néboas dispostas a orballeirar, e cando elas se misturaron co isas outras néboas que cinguen as cumes e figuran unha prasmazón visibre do cósmico meditar das montanas, mandou a invernia desfeita, pechada e señora. Moitos moios d'auga caíron riba de nós. Maxinabámos o prazer dos pluviómetros rexistrando con sadisfazón centífeica os milímetros crecedeiros de chuva. En principio somos amigos d'ela mais pra disfroitala compría un tempo do que non podíamos dispoñer.

Segundo M. Rodrigues Lapa (1979: 86-98), que considerava o galego um dialeto da língua portuguesa, Otero Pedrayo partira de falsos pressupostos, alinhados à “tese romântica do povo criador”; ao privilegiar o “tosco dialecto campesino, sem poder de irradiação”, o autor de *Pelerinaxes* teria, é certo, demonstrado suas “boníssimas intenções”, porém contrariando a evidência de que “a formação literária duma língua é sempre mais ou menos dirigida contra o seu uso popular”.

Vale observar, como esclarece José Luís Rodríguez no artigo “A Galiza, ‘raiz anterga da nossa cultura’ ou a ‘portugalidade’ de Rodrigues Lapa”, que, na época em que Rodrigues Lapa escreveu sobre a obra de Otero Pedrayo, a “inteligentzia” galeguista — inclusive o próprio Pedrayo — posicionava-se de maneira diferente em relação a sutilezas da questão linguística. Algumas diferenças revelavam o desconhecimento das peculiaridades desse campo epistemológico por parte dos intelectuais galegos, e é possível que isso tenha repercutido na recepção dos estudos de Lapa. Citando Rodríguez (2000: 71): “parece indubitável terem existido desajustes concernentes à emissão, difusão e recepção do pensamento de Lapa”. Ainda segundo esse estudioso, em tal contexto “a qualificação técnica de ‘dialecto’ [...] dada insistentemente por Lapa ao idioma da Galiza e à sua situação na década de 70 e não digamos antes, ‘sabia’ quase a ‘ultraje’ [...] para um galeguismo de teor essencialista, ligado ao mito romântico do povo criador” (Rodríguez, 2000: 70).

Qualquer comparação entre os resultados dessas experiências linguísticas de Mário e de Otero Pedrayo deverá partir da constatação de que em meados dos anos 1920 o português já tinha séculos de percurso literário e de que o sistema literário brasileiro já ultrapassara sua fase de formação. Ao contrário disso, como ficou dito, o sistema literário galego tentava se firmar, pelas penas de Vi-

cente Risco e Otero Pedrayo, principalmente. Raciocínio análogo valeria para opor o Mário de Andrade receptor, divulgador e incorporador das vanguardas europeias, à usual condenação por Otero Pedrayo e Risco de tudo que tivesse que ver com a modernidade. A comparação proposta neste artigo leva em consideração, portanto, diferenças significativas que têm a ver com as maneiras então bastante distintas de inserção de um e outro sistema literário — brasileiro / galego — no panorama da literatura mundial.

Se quisermos situar a fase da luta pela normalização da oralidade no português do Brasil, bem como a do início da retomada do galego antigo como base para o galego literário e outras questões dessa natureza, há também que matizar o momento específico em que esse tipo de preocupação se impôs na trajetória individual de cada um dos escritores. Nos anos 1920, enquanto Mário ficou conhecido como o Papa do Modernismo, a Otero Pedrayo correspondeu o epíteto de Patriarca das Letras Galegas e foi considerado líder da geração Nós. As alcunhas têm que ver, justamente, com esse período de viagens, de abertura a reinvidicações variadas, e — simultaneamente — à afirmação de cada um dos dois autores como figuras de referência. Mas nem um nem outro foram intelectuais acomodados sob o significado desses títulos. Inquietos e polígrafos, cada um a sua maneira, tanto Mário quanto Otero tiveram percursos intelectuais bastante movimentados. Algumas formas de atuação comuns a ambos, posteriores à década de 20, foram a defesa da educação infantil e do patrimônio histórico, inclusive do que mais recentemente veio a ser denominado como “patrimônio histórico imaterial”. Também coincidiram pela visibilidade que tiveram suas conferências e entrevistas em variados campos culturais: literário, musical, etnográfico (ainda que o etnógrafo-mor da geração Nós tenha sido Vicente Risco), intra e extra-acadêmico.

3. Aspectos da recepção crítica

Nem *Pelerinaxes* nem *O turista aprendiz* figuram entre as principais obras de seus autores, o que é bastante compreensível por conta do gênero textual, o diário de viagens.

Da minúscula bibliografia sobre *Pelerinaxes*, destaco “As viaxes dos libros e os libros de viaxe, algunhas relacións literarias en *Pelerinaxes I* de Ramón Otero Pedrayo” e “Catro escollas para escribir *Pelerinaxes I*”, ambos de Alberto Allegue.

No primeiro artigo, de 2007, identifica-se o pioneirismo da obra de Pedrayo, único livro monográfico sobre alguma viagem escrito em língua galega antes da II Guerra Mundial, e apresenta-se a hipótese de que Otero Pedrayo importou esse gênero (a partir das obras *As ilhas desconhecidas*, do português Raul Brandão, e *The Aran islands*, do irlandês J. M. Synge) como estratégia e ferramenta ideológica a fim de fortalecer o nacionalismo propugnado pelo grupo Nós e como contestação ao discurso castelanófilo, embora também seja referida a possível reação à enxurrada de textos espanhóis do mesmo gênero, de Azorin, Antonio Machado e Unamuno, por exemplo. Reforçando sua hipótese de que se tratou efetivamente de um projeto de fundo político, destacou a importância da participação de Vicente Risco no livro. Em estudo mais recente, de 2011, Allegue enfatiza opções de Otero Pedrayo que, a seu ver, evidenciam intenções de cunho nacionalista. Em primeiro lugar, refere a oposição ao turismo burguês, efetivada na escolha de um modo de viajar então em desuso, a viagem a pé, que é considerada uma forma de resistência à modernização e um modo de viabilizar um conhecimento mais profundo da terra percorrida. Afirma que também teria sido intencional a escolha de destino relacionado a uma religiosidade de tipo popular, diferente daquela, mais “terrenal”, priorizada pelos mandatários da Igreja Católica, então ligados ao governo espanhol, já que viajar a San Andrés do Teixido teria permitido a Otero Pedrayo valorizar “as formas de devoción [...] propias da idiosincrasia do noso país (a reencarnación, as ánimas que peregrinam despois da morte, a herba de namorar, a fonte e as propiedades curativas e adivinatorias da auga...)” (Allegue, 2011: 193-194). Ainda segundo o mesmo autor, a escolha do formato de livro de viagens, em vez das crônicas jornalísticas, bastante frequentes na época, significou abrir mão de um contingente maior de leitores no intento de assegurar maior permanência, mas essa escolha teria também favorecido que se driblasse a censura, muito mais intensa na apreciação de textos que circulavam na imprensa do que em relação aos livros.

O turista aprendiz, por sua vez, tem sido muito lido por etnógrafos e pesquisadores da área de etnomusicografia, além de ter inspirado importantes criações teatrais e musicais, de que são exemplos o álbum *Na pancada do ganzá*, de Antônio Nóbrega, e a vasta pesquisa musical do grupo A Barca, com o pro-

jeto Turista Aprendiz, iniciado em 2004. No âmbito das Letras, porém, ainda são poucas as intervenções que dão continuidade ao trabalho pioneiro de Telê Ancona Lopez (2005), incansável responsável pela divulgação de material inédito do escritor e há muitos anos curadora do Arquivo Mário de Andrade no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. Mesmo assim, observa-se que *O turista aprendiz* atravessou fronteiras, por exemplo, quando se lê *A República Mundial das Letras*, de Pascale Casanova. As referências a Mário de Andrade aparecem no capítulo intitulado “A tragédia dos ‘homens traduzidos’”, em que se fala de diversos autores africanos, de Kafka (por conta da importância de sua obra escrita em alemão para o universo do iídiche) e da discussão sobre a literatura catalã no final do século XX (tópico com que se pode facilmente relacionar a questão identitária galega), a respeito da qual se afirma: “mesmo que a via catalã se torne cada vez mais legítima, a via castelhana permanece uma alternativa real” (Casanova, 2002: 336). Casanova dedica várias páginas a *Macunaíma*, compara as intervenções de Mário de Andrade sobre o português às de James Joyce sobre o inglês e, para reforçar seu argumento quanto à vertente nacionalista do autor, cita um fragmento de *O turista aprendiz* em que se discorre sobre a maior liberalidade das vestimentas das mulheres cariocas, quando comparadas com as das paulistanas.

Não se compare, entretanto, a importância desses livros à de *Macunaíma* e à de *Arredor de si*, obras de recepção historiada em minúcia em tantos artigos científicos. Tanto *O turista aprendiz* como *Pelerinaxes, I* são obras de importância relativa, concebidas segundo os desejos de afirmação identitária nacionalista de seus autores, nas quais o leitor encontrará, como sói acontecer em livros de viagem, ecletismo de assuntos e presentificação da voz narrativa. Não buscam a universalidade que usualmente perseguem os romances. Tampouco foram revistas com o devido cuidado por seus autores: no caso de Otero Pedrayo, a publicação aconteceu pouco tempo depois do final da viagem; no de Mário de Andrade, vale repetir, trata-se de obra póstuma com texto organizado com base no *work in progress* encontrado no espólio. Sobram, em ambas, por outro lado, erudição e exaltação das características próprias dos lugares visitados, senso crítico e argúcia argumentativa nas comparações, vistas panorâmicas e a imersão em detalhes mínimos de aspectos geográficos.

4. Conclusões

Anoto uma conclusão um pouco arriscada, seguida de outra de quase impossível refutação.

I. *O turista aprendiz e Pelerinaxes I* ocupam, dentro de seus respectivos sistemas literários, lugares tão pouco significativos quanto são pouco centrais esses sistemas no âmbito da República Mundial das Letras (para aproveitar a terminologia de Casanova). Trata-se de obras excessivamente matizadas pelo nacionalismo e por isso mesmo são significativas para entender como se dava a afirmação identitária na literatura daquele momento histórico, posterior às vanguardas europeias e ao Tratado de Versalhes e anterior, de um lado do Atlântico, a avanços significativos na aproximação do oral e do escrito no português do Brasil (pense-se nas obras de Graciliano Ramos e Guimarães Rosa, nas décadas de 1930 e 1940, que tanto devem ao pioneirismo linguístico de Mário de Andrade) e, do outro, a lamentáveis retrocessos da normalização da escrita literária em galego, no âmbito da Espanha franquista.

II. O início de julho de 1927 reservou a Mário de Andrade e Otero Pedrayo importantes experiências vitais. Saindo de seus gabinetes de estudos, esses intelectuais combativos puderam respirar novos ares e transpor outras águas. Talvez não tenham sido turistas, mas é certo que foram aprendizes do que mais lhes interessava naqueles momentos: o conhecimento íntimo de sua terra e de sua língua.

Bibliografia

A NOSA TERRA. Vols. 225-237. Anos X e XI (1926-1927). A Cruña.

ALLEGUE LEIRA, Alberto. “As viaxes dos libros e os libros de viaxe, algunhas relacións literarias em *Pelerinaxes I* de Ramón Otero Pedrayo”. *Estudos galegos*. 5 (2007). Org. Maria do Amparo Medeval. Niterói: EduFF. 119-136.

ALLEGUE LEIRA, Alberto. “Quatro escollas para escribir *Pelerinaxes I*”. *Viaxes e construción do pensamento. Viaxes e viaxeiros na Galiza anterior a 1936*.

- Ed. Carme Fernández Pérez-Sanjulián. A Coruña: Universidade da Coruña, 2011. 189-200.
- ANDRADE, Mário de. *O turista aprendiz*. Org. Telê P. A. Lopez. São Paulo: Duas Cidades, 1983.
- CASANOVA, Pascale. *A República mundial das Letras*. Trad. Marina Appenzeller. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.
- LAPA, M. Rodrigues. “Otero Pedrayo e o problema da língua”. *Estudos galego-portugueses*. Lisboa: Sá da Costa, 1979. 79-98.
- LOPEZ, Telê Ancona. “O turista aprendiz na Amazônia: a invenção no texto e na imagem”. *Anais do Museu Paulista*. Vol.13, n.2 (2005): 135-164.
- OTERO PEDRAYO, Ramón. *Pelérinaxes, I* (fac-similar). A Coruña: Ediciós do Castro, 1993.
- RISCO, Vicente. “As viaxes de a pé”. *Grial*. 67 (1980): 113.
- RODRÍGUEZ, José Luís. “A Galiza, ‘raiz anerga da nossa cultura’ ou a ‘portugalidade’ de Rodriguez Lapa”. *Filologia, literatura e linguística. Colóquio internacional, Curia 1997. Comemorações do centenário do nascimento do Professor Doutor Manuel Rodrigues Lapa*. Porto: Fund. Engenheiro Antônio de Almeida, 2000. 61-78.
- SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- WINCK, Otto L. *Minha pátria é minha língua: estratégias narrativas de construção da identidade. O caso galego*. Tese de Doutorado em Letras — Estudos Literários. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2012.

Nota curricular

Professora adjunta da Universidade Federal do Paraná (Curitiba/PR/BR), possui doutorado em Literatura Brasileira pela Universidade de São Paulo (2002). Pós-doutorado na Universidade de São Paulo, com estágio na Universidade de Santiago de Compostela de maio a outubro de 2012 (como bolsista da Capes).

Contacto

raquel.illescasc@yahoo.com.br

Antagonismo e diferença: o MST e seus outros*

Vanderlei J. Zacchi

Universidade Federal de Sergipe (Brasil)

Resumo

De acordo com Ernesto Laclau (2000), toda identidade depende de um exterior que, ao mesmo tempo em que a nega, é sua condição de possibilidade. A força antagonista cumpre, portanto, dois papéis contraditórios: não permitir que a identidade a que se opõe seja plena, mas ser também parte das condições de sua existência. A partir dessa ideia, o presente trabalho procura analisar a relação do MST com seus oponentes, e também com seus parceiros, levando-se em consideração a maneira como as correlações de força definem os contextos em que os grupos atuam. Da mesma forma, avalia-se como os contextos são, por sua vez, também definidores das correlações de força, resultando que a identidade de um grupo e o seu contexto são produzidos concomitantemente. Isso implica dizer que nenhuma identidade se caracteriza por elementos essenciais natos, como se um grupo social os possuísse desde sempre, mas constrói-se no próprio processo antagonístico.

Palavras chave: Identidade — Sem-terra — Antagonismo — Diferença.

Antagonism and Difference: the MST and its others

Abstract

According to Ernesto Laclau (2000), every identity depends on an external element which both denies that identity and is the very condition for its possibility. Therefore, the antagonist force plays two contradictory roles: preventing the identity which it opposes from being fulfilled, but also being part of the necessary conditions for that identity to exist. This paper aims to analyze the relationship between Brazil's Landless Workers Movement and its opponents, as well as its partners, taking into account the way in which power relations define the context where these groups operate. At the same time, the context itself helps to define those same power relations. As a result, a group's identity and its context are constructed concomitantly. The conclusion is that no identity is informed by innate essential elements, as if a social group possessed them from the beginning. In fact, it is constructed in the antagonistic process itself.

Key words: Identity — Landless workers — Antagonism — Difference.

* Este trabalho foi apresentado no *III Seminário Nacional Literatura e Cultura*, realizado pelo Grupo de Estudos Literatura e Cultura (GELIC) na Universidade Federal de Sergipe, Brasil, de 6 a 8 de junho de 2011.

Um dos principais objetivos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é assegurar a realização no Brasil de uma ampla reforma agrária que garanta o acesso à terra para milhões de trabalhadores do campo atualmente às margens do processo produtivo. No entender do movimento, entretanto, o acesso à terra não seria suficiente, pois não mudaria a estrutura social vigente e manteria as condições que têm gerado a desigualdade no campo no decorrer da história. Seria necessária, então, uma profunda mudança estrutural. Para alcançar esses objetivos, o MST tem se aliado a grupos sociais diversificados, que podem agir tanto local quanto globalmente. São grupos que não têm necessariamente as mesmas causas que o movimento, tais como reforma agrária e financiamento agrícola, mas que têm em comum o fato de representarem comunidades minoritárias na resistência aos interesses dos grupos dominantes e hegemônicos.

Assim, na pauta do movimento entram também questões como diferenças de classe, gênero e etnia, ou ainda relacionadas com o ambientalismo. Todos esses aspectos pressupõem alguma forma de negociação e articulação, gerando conflitos e contradições que são extremamente importantes para a construção da identidade do movimento. Resulta daí uma formação identitária extremamente complexa e heterogênea. É preciso renunciar, portanto, a definições simplistas e românticas de trabalhador rural como a do deputado federal Aldo Rebelo (Partido Comunista do Brasil): “simples homem do campo, não afeito às palavras e expressões importadas, em geral do inglês norte-americano, que dominam nosso cotidiano” (Rebelo, 2002: 181), como se esse “homem do campo” fosse “um trabalhador isolado em seu trecho de terra, distante dos acontecimentos no mundo e intocado na sua cultura local” (Zacchi, 2004). Entretanto e apesar de seu cosmopolitismo, o MST produz, em muitos casos, um discurso bastante semelhante ao do deputado, em defesa da língua, da cultura e da soberania nacionais. O movimento apresenta como inimigas as empresas transnacionais e se posiciona contra o neoliberalismo, mas ao mesmo tempo utiliza ferramentas que, em tese, estão identificadas com esses mesmos agentes. Essa aparente contradição nos remete a questões de identidade e faz partir do pressuposto de que a identidade do sem-terra é altamente conflituosa e dinâmica, não é uma identidade fixa e preestabelecida, mas em constante transformação. Este trabalho procura analisar a relação do MST com seus oponentes,

levando em consideração a maneira como as correlações de força definem os — e são definidas pelos — contextos em que os grupos atuam. Antes, porém, será apresentado um pequeno histórico do MST.

1. Histórico do MST

A consolidação do MST como um movimento político organizado dá-se em 1984, ainda no período do governo militar. A primeira reunião aconteceu em Cascavel, no interior do Paraná, com um grupo de quase cem trabalhadores sem terra de diversas partes do país. No ano seguinte, seria realizado o primeiro congresso do movimento, com mais de 1.500 delegados representando os sem-terra de 23 estados. Mas os participantes não se limitavam aos trabalhadores rurais. Segundo Branford e Rocha (2004: 52), entre eles havia ainda parlamentares, representantes de ONGs, líderes indígenas, delegados de confederações camponesas da América Latina, líderes sindicais, bispos católicos e ministros luteranos. Além da heterogeneidade na composição dos participantes, era preocupação do movimento, desde o início, que sua luta se tornasse nacional, não se limitando aos estados do sul do país, onde o MST se originou a partir de conflitos agrários envolvendo trabalhadores rurais na década de 1970. Para Souza (2006: 67), o movimento surge como resultado da modernização da agricultura no país nas décadas de 1960 a 1980, cujas vantagens são desfrutadas majoritariamente pelos grandes proprietários, pois com a mecanização no campo aumenta o desemprego nas áreas rurais e a migração para grandes centros urbanos é intensificada.

O nome do movimento foi definido na reunião de Cascavel, mas não foi criação dos próprios sem-terra. O termo “sem terra” já aparecia no texto da Constituinte de 1946 (Morissawa, 2001: 138) e a mídia já se referia a esses militantes que se organizavam para exigir a reforma agrária como o *movimento sem terra* (Branford e Rocha, 2004: 43). Eles, então, decidiram manter essa denominação, apenas acrescentando a expressão “Trabalhadores Rurais”, que abrangia também pequenos agricultores, ainda que proprietários. O importante para o movimento era que a terra pertencesse a quem de fato nela trabalhasse. Assim, seguindo Branford e Rocha (2004: 44 e 56), o lema adotado pelo movimento na primeira reunião foi “Terra para os que nela vivem e trabalham” e mais tarde, no primeiro congresso, de 1985, se adotou o *slogan* “Ocupação é a única solu-

ção”, explicitando a principal estratégia dos sem-terra para alcançar seus objetivos: a ocupação de propriedades e órgãos do governo, que seus adversários classificam como “invasão”. Os *slogans* refletem as prioridades do movimento em cada período e são escolhidos durante os congressos, que acontecem em média a cada cinco anos.

Na época de sua fundação, outro aspecto importante para o movimento foi manter sua autonomia em relação a outros atores sociais já estabelecidos. Houve quem defendesse a atuação dos sem-terra na esfera de partidos políticos ou centrais sindicais. Para outros, deveriam ficar sob a proteção da Igreja Católica, que teve papel fundamental na fundação do movimento através da Comissão Pastoral da Terra (CPT); logo se deram conta, entretanto, de que estariam, dessa maneira, excluindo ativistas de outras igrejas que também apoiavam as causas dos sem-terra, como a luterana. A tese da autonomia acabou prevalecendo, mas a interação com outros atores sociais se manteve, pois muitas de suas reivindicações coincidiam com as do movimento.

Hoje o MST tem aproximadamente 1.500.000 membros e está presente em 23 estados do Brasil (Quirk, 2007). Já foram oficializados cerca de 2.300 assentamentos, onde funcionam 88 cooperativas e 96 agroindústrias, que incluem “abatedouros de bovinos, suínos e aves, laticínios, despoldadeiras de frutas, diversos tipos de moinhos e casa de farinha, processamento de café, castanha-de-caju, cana-de-açúcar, legumes e frutas, além de ervateiras” (Morissawa, 2001: 236). Há nos assentamentos cerca de 2.000 escolas de ensino médio e fundamental, com mais de 200.000 estudantes (*Revista Sem Terra*, 2009: 16). Embora funcionando de forma itinerante desde 1999, foi inaugurada em 2005 a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), em São Paulo, voltada para o ensino superior dos sem-terra e de outros grupos sociais menos privilegiados. Além disso, diversas universidades brasileiras oferecem cursos voltados especificamente para os sem-terra.

A estrutura organizativa do movimento é baseada num conjunto de setores e coletivos. Os principais são: Produção, Cooperação e Meio Ambiente; Educação e Formação Política; Gênero; Saúde; Comunicação; Direitos Humanos; Relações Internacionais; Cultura. As direções nacional e estaduais do MST são eleitas a cada dois anos (Stedile e Fernandes, 2005: 90), de forma que haja descentralização e uma constante renovação nas instâncias decisórias. O movi-

mento tem duas publicações periódicas: o *Jornal Sem Terra*, atualmente de circulação mensal, fundado em 1982 (portanto, antes da oficialização do movimento em 1984), e a *Revista Sem Terra*, bimestral, que começou a circular em 1997. Há ainda uma emissora de rádio virtual, a Vozes da Terra. O acesso a ela pode ser feito pelo *website* do movimento, www.mst.org.br, criado em 1996 e disponível em sete línguas estrangeiras: inglês, espanhol, francês, italiano, sueco, alemão e holandês. O MST tem ainda o apoio de organizações solidárias distribuídas por catorze países em várias partes do mundo (Quirk, 2007).

2. Antagonismo e diferença

A articulação entre o MST e outros grupos ou movimentos sociais aponta para uma coexistência plural no interior da estrutura social, mas não numa situação em que cada grupo mantenha uma identidade essencial e individual, pressupondo uma convivência harmoniosa e de mútuo respeito. Na verdade, há momentos de intersecção entre as diversas identidades que compõem uma sociedade que podem resultar tanto em acordos quanto em conflitos. Essa tensão está presente também no interior de um movimento social e é inerente à constituição de sua identidade:

No que diz respeito a atores sociais, entendo por identidade o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado. Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas. No entanto, essa pluralidade é fonte de tensão e contradição tanto na auto-representação quanto na ação social (Castells, 1999: 22).

A pluralidade a que se refere Castells advém também da relação que um determinado grupo social estabelece com os demais. Esse processo requer, portanto, uma negociação e, conseqüentemente, a identidade de cada grupo está em constante modificação. Para Mouffe (1995: 317), é um movimento de mão dupla: de um lado, há um descentramento na estrutura social que impede a fixação de posições em torno de um ponto preestabelecido; na direção contrária, há a instituição de pontos nodais, “partial fixations which limit the flux of the sig-

nified under the signifier”. Essa dialética somente é possível porque não há um centro de subjetividade anterior às identificações do sujeito e tem como resultado uma “estrutura descentrada” (Laclau, 2000: 56), marcada não por uma simples ausência de centro, mas por uma diversidade de centros de poder em luta entre si. Esse deslocamento estrutural, por sua vez, implica uma atuação no mundo, que, não sendo predeterminado, precisa ser construído, de modo que, conseqüentemente, os agentes sociais acabam transformando também a si mesmos e novas identidades são forjadas.

No âmbito da política, Mouffe (1995: 327) acredita que a transformação de subjetividades já existentes é fundamental para a implantação de uma democracia radical, cujo objetivo deveria ser a construção de uma identidade política coletiva visando a uma nova hegemonia, articulada através de relações, práticas e instituições sociais novas e igualitárias. Para isso, seria necessário que os movimentos sociais se organizassem em torno de causas em comum, utilizando-se do princípio da “equivalência democrática” (Mouffe, 1995: 325), sem eliminar as diferenças. Essa visão permeia a atuação política do MST:

Num momento em que os movimentos populares avançam na criação de redes continentais e mundiais contra a dominação imperialista e as empresas transnacionais, torna-se imprescindível unir as batalhas enredando-as numa trama de rebeldias que podem multiplicar a capacidade de enfrentamento a todas as opressões. Não se trata apenas de coordenar as agendas, mas de dialogar para construir um “nós” coletivo, diverso e rebelde, de caráter internacionalista e antiimperialista (Korol, 2007: 3).

O bem comum de toda a sociedade seria apenas uma referência, mas nunca poderia ser alcançado, pois uma comunidade sem conflitos e antagonismos é inimaginável (Mouffe, 1995: 326). Dessa forma, a própria noção de “bem comum” estará também em constante transformação e negociação. A sociedade como tal, enfim, nunca se concretiza completamente, “because everything in it is penetrated by its limits, which prevent it from constituting itself as an objective reality” (Laclau e Mouffe, 2001: 127). A necessidade de se abandonar a visão objetivista dos processos sociopolíticos — de que as forças sociais *são* alguma coisa — é enfatizada por Laclau (2000: 55), que sugere tomar como

ponto de partida aquilo que elas não alcançam ser, aquilo que se configura como um fracasso: a constituição de identidades plenas, pois todo ato implica um ato de reconstrução (Laclau, 2000: 76). A exemplo do que afirma Bhabha sobre a relação entre a classe trabalhadora britânica e as políticas de gênero, a negociação política necessária para a articulação entre os movimentos populares pressupõe uma tradução de elementos que não são nem o Um desse “nós coletivo” a que se refere Korol acima, nem o Outro de cada um dos grupos que o compõem, “*mas algo a mais*, que contesta os termos e territórios de ambos” (Bhabha, 1998: 55 — grifos no original).

2.1. O princípio da equivalência

Laclau e Mouffe (2001: 128) procuram mostrar como uma relação de equivalência é atravessada pela ambiguidade. Para os autores, se todos os elementos diferenciais de um objeto se tornam equivalentes, não há nada de positivo que o identifique. Portanto, dois termos, para serem equivalentes, devem ser diferentes. É pela equivalência que se pode expressar o que o objeto *não é*. A relação ontológica entre repetição e diferença de Deleuze (2000: 431) é ilustrativa: “Há sempre repetição em função daquilo que não se é e daquilo que não se tem”, à semelhança do que propõem Laclau e Mouffe com o princípio de equivalência. Quanto à ideia de diferença:

Há como que uma “abertura”, uma “fenda”, uma “dobra” ontológica que reporta o ser e a questão um ao outro. Nesta relação, o ser é a própria Diferença. O ser é também não-ser, *mas o não-ser não é o ser do negativo*, é o ser do problemático, o ser do problema e da questão. A diferença não é o negativo; ao contrário, o não-ser é que é a Diferença [...]. Eis porque o não-ser deveria antes ser escrito (não-)ser, ou, melhor ainda, ?-ser (Deleuze, 2000: 133; grifos no original).

A partir daí pode-se fazer uma análise da identidade do sem-terra tendo como ponto de partida uma série de oposições, ou antagonismos, mas que não podem ser colocadas segundo um viés dicotômico ou essencialista. Uma primeira oposição pode ser inferida do próprio nome do movimento: um sem-terra é o contrário de um com-terra? O termo *sem* remete para uma ausência, que,

entretanto, se completa na positividade do termo *terra*: o membro do MST em tese não possui a terra, mas é por ela definido, tanto quanto aquele que a possui. Como afirma Gohn (2006: 10), um sem-terra luta para transformar-se num com-terra. Mas deve-se levar em consideração que os membros do movimento nem sempre são provenientes do meio rural, podendo ser também pessoas sem-teto ou desempregados do meio urbano. Essa relação pressupõe uma dinâmica de deslocamentos entre campo e cidade que não tem necessariamente um ponto de origem: o sem-terra tanto pode ser um trabalhador rural que migrou do campo para a cidade e agora volta para o campo, como também alguém da cidade que, por necessidade, se muda para o mundo rural pela primeira vez. O elemento que, neste caso, se sobressai é o “sem”: sem-terra, sem-teto, sem-trabalho. A terra passa, então, a simbolizar não apenas o suprimento de uma carência, mas também a passagem para uma situação de estabilidade e pertença. Pode-se dizer que esse trânsito entre campo e cidade traduz-se numa diáspora, como a descreve Gilroy (2006: 124): “Diaspora posits important tensions between here and there, then and now, between seed in the bag, the packet or the pocket and seed in the ground, the fruit or the body”. A terra implica a ideia de fertilidade e, conseqüentemente, do vir a ser. O sem-terra então seria alguém que identitariamente se constitui naquele que deseja, reivindicando a terra como um futuro e uma completude.

Gohn (2000: 157) ressalta a ausência como definição da identidade do sem-terra em contraste com outras criadas a partir principalmente de vínculos étnicos, como a dos zapatistas no México. Mas mesmo essas identidades se formam a partir de uma negatividade, como afirma Certeau (1995: 145): “Uma autonomia cultural, social ou étnica sempre se manifesta dizendo *não*: Não, diz o negro, não sou um americano. Não, diz o indiano, não sou um chileno ou um argentino”. E o que diria o sem-terra? “Não, não sou um proprietário”. No entanto, o MST é composto também por pequenos proprietários e, mesmo depois de conquistada a terra, o membro do movimento em geral não o abandona. Nesse caso, então, surgem novas oposições, importantes para dar coesão ao movimento e situá-lo política e culturalmente. “Não, não sou latifundiário, monocultor, neoliberal ou imperialista”, diria o sem-terra. O quadro se amplia e torna-se mais complexo. A ausência passa a ser enfatizada pelos adversários do movimento. O sujeito *sem terra*, antes desconhecido, ignorado, um não-ser,

passa a ser, na visão dos grupos dominantes, um *sem-terra*, sem vínculos, sem capacidade e sem produção, em oposição tanto ao proprietário que produz quanto a quem para ele trabalha, um sem-terra que estaria cumprindo seu papel social. O hífen está aí para separar o negativo do positivo, ao mesmo tempo conectando-os. Essa invisibilidade inicial não pressupõe uma identidade vazia, anterior à formação do sujeito, mas está inscrita na narrativa dos grupos dominantes.

A ausência, então, deve ser compensada por uma presença: “Sem Terra’ has become a proper name [...] a symbol for the rescue of dignity” (Friends of the MST, 2012). De acordo com o MST, não mais “chutados de um lado para o outro”, os trabalhadores rurais encontram no movimento um ponto de referência, tanto espacial quanto identitária. Como afirma Laclau (2000: 79), o mito de uma plenitude alcançada se torna a compensação e a contrapartida para toda frustração, toda reivindicação insatisfeita. Realiza-se uma transição no sujeito que, partindo de uma identidade aparentemente vazia, assume uma identidade negativa (narrativa dominante), que por fim é transformada em positiva (contra-narrativa). A semente é retirada da sacola para ser transplantada para o solo, o corpo (Gilroy, 2006: 124), ainda que sem a conquista da terra, compensada então pela conquista da dignidade. Para Ricoeur (2006: 215), dignidade e orgulho retratam um mesmo evento: “a capacidade reconhecida de reivindicar um direito”. Assim o percurso da identidade passa da identificação do “alguma coisa” em geral, o outro de todos os outros, para a do “alguém”, transição que, dramatizada pela experiência do desconhecível, constrói uma outra, a do “alguém” para o “si mesmo”, reconhecendo-se em suas capacidades. Estas mediam a passagem para o estágio do reconhecimento mútuo: “Ser reconhecido seria para cada pessoa receber a garantia plena de sua identidade graças ao reconhecimento por outrem de seu império de capacidades” (Ricoeur, 2006: 262).

Essa passagem do sem-identidade para o com-identidade indica um movimento de emancipação, ou ainda a passagem de sujeito passivo a ativo, um discurso que no MST se torna evidente pela ênfase constante na concepção dos sem-terra como “os sujeitos da transformação” ou “os sujeitos da própria história” (Medeiros e Rêgo, 2004). Em geral essa trajetória é caracterizada, no movimento, por uma narrativa teo-teleológica, que pressupõe como horizonte um sujeito integral e em comunhão com a sociedade, com a terra e com a natureza (o todo), de tal modo que a conquista da terra surge como uma redenção. É

notável, portanto, o fato de que o momento positivo (“Ser sem-terra é...”) não vem dissociado do negativo (sem-terra = não-latifundiário, não-neoliberal).

De acordo com Laclau (2000: 55), toda identidade depende de um exterior que, ao mesmo tempo em que a nega, é sua condição de possibilidade. A força antagonista cumpre, portanto, dois papéis contraditórios: não permite que a identidade a que se opõe seja plena e é também parte das condições de sua existência. Essa relação é o que Laclau (2000: 38) chama de “contingência”, que “introduces an element of radical undecidability into the structure of objectivity”. Deleuze (2000: 118), ao questionar o que ele chama de “filosofia da diferença” — segundo a qual a diferença, negativamente ou por deficiência, estaria inscrita fora do conceito —, pergunta: “como poderia a afirmação resultar da negação se não conservasse o que é negado?”. Voltamos, assim, à ambígua relação entre equivalência e diferença. A diferença, segundo Mouffe (1995: 325), não pode ser eliminada numa relação de equivalência, pois de outra forma restaria apenas uma identidade simples ou ainda uma identidade dominante sobrepondo-se às outras, como no caso do republicanismo cívico. Um sistema de puras diferenças, por outro lado, estabeleceria as identidades sociais como positivamente estáveis, inerentes a cada grupo que compõe a sociedade, que é a visão subjacente ao liberalismo, apropriada também pelo multiculturalismo. Em todos esses casos, o antagonismo foi suprimido e o resultado são sistemas fechados e estáticos. A instabilidade seria introduzida então pela equivalência, que subverte o caráter diferencial das diversas identidades e estabelece entre elas pontos em comum, os quais seriam, por sua vez, negados pelas forças antagonicas.

O que Laclau e Mouffe (2001: 128) propõem não é simplesmente uma asserção tal como “ser alguma coisa é sempre não ser alguma outra coisa”, pois para eles essa ideia assenta-se no princípio lógico da contradição e pressupõe que a positividade do ser domine a totalidade do discurso. Tampouco se baseiam numa situação de oposição real, tal como se A é totalmente A então sua relação com B produz um efeito objetivamente determinável (Laclau e Mouffe, 2001: 124-125). Em ambos os casos, segundo os autores, o que torna a relação inteligível é algo que os objetos já são: tratam-se assim de identidades plenas. Eles defendem que “certain discursive forms, through equivalence, annul all positivity of the object and give real existence to negativity as such” (Laclau e Mouffe, 2001: 128-129). O efeito dessa negatividade, ou antagonismo, é que a

presença do “Outro” impede que eu seja totalmente eu mesmo (Laclau e Mouffe, 2001: 125). Esse impedimento, por sua vez, nunca chega a ser completo. Assim, há uma subversão recíproca entre objetividade e negatividade, de modo que nem as condições de total equivalência nem as de objetividade diferencial total sejam plenamente alcançadas.

2.2. O exterior constitutivo

Conforme já se discutiu, é por meio do princípio da equivalência que o MST pode articular-se com outros movimentos sociais para combater um antagonista em comum, como, por exemplo, as transnacionais de alimentos. Essa força antagonista preenche então os requisitos para cumprir os dois papéis mencionados anteriormente: não permitir que a identidade a que se opõe (dos movimentos sociais) seja plena, mas ser também parte das condições de sua existência. Ela se torna portanto um “exterior constitutivo” (Laclau, 2000: 183), que remete ao conceito de suplemento de Derrida (2006). Derrida também questiona a ideia de que existam identidades objetivas plenas com limites pré-delimitados separando um dentro de um fora. Essa seria uma característica própria da lógica da identidade ou do princípio da ontologia clássica, ou ainda do que ele chama de “metafísica da presença”, que pressupõe o emprego de oposições binárias, as quais podem se dar apenas por inversão ou por confirmação (Derrida, 2006: 385). A lógica da complementaridade, propõe ele, “quer que o fora seja dentro, que o outro e a carência venham se acrescentar como um mais que substitui um menos, que o que se acrescenta a alguma coisa ocupa o lugar da falta desta coisa, que a falta, como fora do dentro, já esteja dentro do dentro, etc.” (Derrida, 2006: 263). Pode-se dizer que o suplemento revela a performatividade da identidade como algo que devém, mas que nunca se realiza completamente. Opera portanto sobre uma falta. “O suplemento vem no lugar de um desfalecimento”, afirma Derrida (2006: 371). Por isso Laclau (2000: 55) argumenta que o ponto de partida dos processos sociopolíticos deve ser o que as forças sociais *não* alcançam ser.

No antagonismo entre o MST e os latifundiários, um se coloca como o limite do outro, mas não um limite estático. A fronteira está em constante deslocamento, e não há qualquer *a priori* que indique uma direção ou um ponto final. Se assim não fosse, uma afirmação como a seguinte, da Direção Nacional

do MST (2012), seria inconcebível: “Os fazendeiros precisam parar de olhar apenas para seu umbigo e se dar conta de que seus inimigos são as transnacionais e não os pobres do campo”. É uma afirmação que faz sentido principalmente quando inserida no discurso nacionalista do movimento. O caráter não-latifundiário perde peso neste momento e cede espaço para o não-neoliberal e não-imperialista. O que era um fora agora é um dentro, ou ainda, um mais que substitui um menos. A ideia de exterior constitutivo não implica uma dependência total entre os diversos grupos antagônicos. Um grupo social como o MST pode construir sua identidade coletiva, em maior ou menor grau, a partir das identidades das forças antagônicas. A escolha vai depender do tipo de identidade que esse grupo privilegia, mais especificamente de resistência ou de projeto. Para Castells (1999: 24), identidade de resistência se faz muito em função das identidades oponentes, enquanto a de projeto se baseia no uso dos recursos que um grupo tem à sua disposição.

Laclau (2000) mostra como o antagonismo, sendo um exterior constitutivo, é marcado por uma indecidibilidade, ao não se reduzir às oposições binárias objetivas próprias da metafísica da presença. Assim, uma sociedade constitui-se de uma pluralidade de antagonismos, que podem emergir a partir de qualquer relação de diferença. Consequentemente, as cadeias de equivalência vão variar de acordo com os antagonismos em questão, afetando também as identidades envolvidas (Laclau e Mouffe, 2001: 131). Cada antagonismo é, assim, um ‘significante flutuante’, que, sem amarras, “does not predetermine the form in which it can be articulated to other elements in a social formation” (Laclau e Mouffe, 2001: 171). A fixação parcial de pontos nodais de articulação obedece a esse princípio: parcial porque contingente e sempre passível de mudança. A relação entre sem-terra, latifundiários e transnacionais mencionada no parágrafo anterior é um bom exemplo disso. Numa narrativa construída a partir da ideia de classe, os sem-terra tecem uma cadeia de equivalências entre latifundiários e empresas transnacionais de alimentos, que têm em comum o fato de serem proprietários e pertencerem à classe dominante. Numa narrativa fundada na ideia de nação, a cadeia de equivalência é tecida com base nos atributos que conferem maior ou menor grau de *brasilidade* a um sujeito social. Neste caso, os latifundiários podem ser vistos não mais como aliados das transnacionais, mas como seus inimigos e potenciais aliados dos sem-terra.

O mesmo se dá quando os adversários do MST estabelecem cadeias de equivalência para classificar os sem-terra como “bandidos” ou até mesmo terroristas. Laclau (2000: 49) afirma que estratégia semelhante foi utilizada por acadêmicos ocidentais para construir uma imagem homogênea do Oriente. Assim, a Índia, a China e comunidades muçulmanas formariam uma entidade unificada a partir da relação de equivalência entre as características culturais desses povos, fundada apenas num aspecto puramente negativo: o de que nenhum deles é “ocidental”. Nos últimos anos, a ideia de terrorismo vem sendo crescentemente associada a essas culturas, de modo que em muitos casos islamismo e terrorismo passam a ser sinônimos. Da mesma forma, a cadeia de equivalências baseada nessa ideia é constantemente evocada quando se quer desautorizar qualquer grupo rebelde. O discurso de que o terrorismo, sob todas as suas formas, deve ser eliminado passa a ser utilizado para sufocar lutas por autonomia, como acontece com os zapatistas no México e com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). No Brasil, o MST é acusado com frequência de manter relações com as FARC (Direção Nacional do MST, 2008), o que legitimaria uma repressão mais violenta ao movimento.

Um último exemplo da natureza contingente dos antagonismos refere-se ao caso de José Rainha Júnior (Zé Rainha). Filho de agricultores, entrou para o MST quando o movimento ainda estava se formando (Branford e Rocha, 2004), liderou ocupações em vários estados brasileiros e foi um dos militantes mais conhecidos do MST. Por muito tempo, seu nome esteve indissociável da sigla. Após haver saído do movimento, provavelmente por desentendimentos pessoais ou ideológicos, ele ainda evoca associações com os sem-terra. Em 2008, Zé Rainha teria se envolvido na campanha política do Rio de Janeiro apoiando candidatos que atuam na favela da Rocinha, o que provocou o seguinte comentário da deputada federal Marina Maggesi (Partido Popular Socialista): “Me preocupa a presença do MST na Rocinha. A Rocinha tem mais de 2.000 fuzis. O MST armado de foice e martelo já faz bastante estrago. Imagina com fuzil” (Zahar, 2008). “Foice e martelo” impõe ainda outra cadeia de equivalências: o comunismo, que, na fala da deputada, inscreve-se, tanto quanto o “fuzil”, no âmbito do crime e da “baderna”. Essa declaração forçou o MST a publicar nota para informar que Zé Rainha não pertence mais aos quadros do movimento (Direção Nacional do MST, 2008), acrescentando ainda que

A deputada Magessi, ao associar a luta pela reforma agrária com o crime organizado, transforma uma fratura social histórica em questão de política e atende os interesses mais reacionários da sociedade, o latifúndio e o agronegócio. Somos um movimento social de trabalhadores rurais que luta por justiça social e pela reforma agrária, como determina a Constituição de 1988, defendemos os direitos humanos e reprovamos atos contrários à vida (*apud* Zahar, 2008).

A trajetória de Zé Rainha evidencia a não-essencialidade dos sem-terra: ele não era um sem-terra desde sempre, mas tornou-se um e depois deixou de sê-lo; de aliado passou a não-aliado (Zacchi, 2009). Mesmo assim, as forças antagonônicas não se furtam a continuar relacionando-o com o movimento para estabelecer cadeias de equivalência que inscrevem o MST como um grupo de bandidos, guerrilheiros e até mesmo traficantes, reforçando ainda a ideia de que a favela tem uma relação natural com o tráfico. A menção a bandidos e guerrilheiros não é nova, mas a conexão com traficantes sim. Isso força o MST a vir a público para contrapor uma diferente cadeia de equivalências e revelar novas características de sua identidade: defensores dos direitos humanos, mas também não-traficantes e não-terroristas. É o antagonismo redefinindo as fronteiras do social. Segundo Marramao (1995: 290), a fisionomia do antagonismo não permite uma delimitação de modo estável, nem pode ser reconstruída por meio de uma “mono-lógica” linear ou dialética, mas apenas através de uma “sintaxe multifuncional”.

2.3. Campos incomunicáveis?

Quando os antagonismos e as equivalências são levados ao extremo, Laclau e Mouffe (2001: 129) argumentam, o mundo se divide em dois campos incomunicáveis. Chega-se a uma separação máxima, em que um campo é o reverso negativo do outro. Assim nenhum elemento no sistema de equivalências se relacionaria com os do outro sistema, a não ser por oposição. Eles citam como exemplo clássico as sociedades milenaristas, para as quais a cultura camponesa representa a identidade do movimento, enquanto que a cultura urbana encarna o mal. Assim, numa rebelião milenarista, o ataque à cidade é violento e indiscriminado, pois na cadeia de equivalências todos os seus elementos simbolizam

o mal (Laclau e Mouffe, 2001:130). No mundo atual, um movimento que se aproxima dessa descrição é o *Mexica Movement* (2008), que se propõe a reconstruir o território ocupado pelos nativos antes da chegada dos europeus, no século XV, ao que hoje é conhecido como continente americano, não reconhecendo as fronteiras que delimitam atualmente os países das Américas do Norte e Central, pois o povo original dessas terras se estenderia por todo esse território; sem distinção de fronteiras, são todos “*Nican Tlaca*”, que constituem um só povo e uma só nação, desconsiderando qualquer relação desse povo com identidades latinas e hispânicas. Em um manifesto em defesa da artista plástica Frida Kahlo, ela é descrita não como “feminista” ou “marxista”, mas como uma autêntica mexicana, herdeira da civilização Anahuac. O manifesto exorta, ainda, os mexicanos a voltar a usar as roupas típicas de sua herança Anahuac.

Regra geral, o MST não pode ser descrito como um movimento milenarista. Mas há momentos: o que dizer dos ataques aos laboratórios da Aracruz Celulose, em 2006, e da Universidade Federal Rural de Pernambuco, em 2008, nos quais houve destruição de equipamentos e mudas de plantas? É o caso mesmo de se perguntar se na sociedade em rede atual é possível a existência de um movimento exclusivamente milenarista. O próprio *Mexica Movement* expõe seu hibridismo ao usar, a exemplo dos sem-terra, a Internet e a língua inglesa para expor suas ideias.

3. Conclusão

A discussão acima procurou mostrar como a identidade de um grupo não se faz de acordo com atributos essenciais que essa coletividade já traga dentro de si. Ela está, portanto, passível de transformações constantes, sempre dependendo do contexto em que está inserida. Concomitantemente, o próprio contexto é definido e redefinido nesse mesmo processo. Isso se dá em grande parte pelas relações estabelecidas entre os atores envolvidos. Seja de parceria ou antagonismo, o que os une ou separa não é algo que já contenham como atributo inerente. Como se viu, um antigo aliado pode se tornar um inimigo, e aquele que era um oponente pode se tornar um parceiro estratégico, a depender das relações de poder que estão em jogo.

Dessa forma, a relação de antagonismo entre atores sociais pressupõe em si mesma pontos de contato. A construção da identidade do MST vem se dan-

do a partir dos diferentes contextos em que ele atua e a partir de sua relação com os demais grupos. Pode-se perceber que novas características vão sendo agregadas a sua identidade conforme ele elege novos adversários. Essa escolha, entretanto, não se faz de modo aleatório. Ela está em estreita relação com o desenrolar dos acontecimentos sociais, políticos e culturais de um determinado momento histórico. Assim, na relação do MST com seus oponentes, está implícita a ideia de que as correlações de força tanto definem os contextos em que os grupos atuam quanto são por eles definidas, de modo que a identidade de um grupo e o seu contexto são produzidos concomitantemente.

Bibliografia

- BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Trad. Myriam Ávila, Eliana L.L. Reis e Gláucia R. Gonçalves. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.
- BRANFORD, Sue e Jan ROCHA. *Rompendo a cerca: a história do MST*. Trad. Rubens Galves Merino. São Paulo: Casa Amarela, 2004.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Trad. Klaus Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Trad. Enid Abreu Dobránszky. Campinas: Papirus, 1995.
- DELEUZE, Gilles. *Diferença e repetição*. Trad. Luiz Orlandi e Roberto Machado. Lisboa: Relógio d'Água, 2000.
- DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. Trad. Miriam Chnaiderman e Renato Janine Ribeiro. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- DIREÇÃO NACIONAL DO MST. "Lutar pela Reforma Agrária e pela livre manifestação". 14 de agosto de 2008. Data de acesso: 20 de março de 2012. <<http://www.mst.org.br/node/5995>>.
- DIREÇÃO NACIONAL DO MST. "A crise que atinge à todos". Data de acesso: 20 de março de 2012. <<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=1507>>.
- FRIENDS OF THE MST. "Who are the Landless or Sem Terra?" Data de acesso: 20 de março de 2012. <<http://www.mstbrazil.org/quemsomos>>.
- GILROY, Paul. "Identity, belonging, and the critique of pure sameness." *Identity and belonging: rethinking race and ethnicity in Canadian society*. Sean Hier; B.S. Bolaria (ed.). Toronto: Canadian Scholars' Press, 2006. 117-126.

- GOHN, Maria da Glória. *Mídia, terceiro setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- GOHN, Maria da Glória. “Apresentação”. *Educação e cooperação nos assentamentos do MST*. Maria Antônia de Souza. Ponta Grossa: UEPG, 2006. 9-12.
- KOROL, Claudia. “Nosso Che”. Trad. Daniel S. Pereira. *Jornal Sem Terra*, 277 (2007): 3.
- LACLAU, Ernesto. *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo*. 2. ed. Buenos Aires: Nueva Visión, 2000.
- LACLAU, Ernesto e Chantal MOUFFE. *Hegemony and socialist strategy*. 2. ed. London: Verso, 2001.
- MARRAMAO, Giacomo. *Poder e secularização: as categorias do tempo*. Trad. Guilherme Alberto Gomes de Andrade. São Paulo: Unesp, 1995.
- MEDEIROS, Marcelo e Fausto RÊGO. “Vinte anos em movimento” 8 de março de 2004. Data de acesso: 21 de julho de 2008. <<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=214>>.
- MEXICA MOVEMENT. Data de acesso: 24 de novembro de 2008. <<http://www.mexica-movement.org/>>.
- MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- MOUFFE, Chantal. “Feminism, citizenship, and radical democratic politics”. *Social postmodernism: beyond identity politics*. Linda Nicholson e Steven Seidman (Ed.). Cambridge/New York: Cambridge, 1995. 315-331.
- QUIRK, Patrick W. “How to be a good friend (when you are 4,000 miles away).” 24 de setembro de 2007. Data de acesso: 1 de outubro de 2007. <<http://www.mstbrazil.org/?q=quirkonfmstsolidarityefforts>>.
- REBELO, Aldo. “Projeto de lei nº. 1676 de 1999”. *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. Carlos A. Faraco (Org.). 2. ed. São Paulo: Parábola, 2002. 177-185.
- REVISTA SEM TERRA. *Edição especial: MST 25 anos*. São Paulo, n. 48 (2009).
- RICOEUR, Paul. *Percurso do reconhecimento*. Trad. Nicolás Nyimi Campanário. São Paulo: Loyola, 2006.
- SOUZA, Maria Antônia de. *Educação e cooperação nos assentamentos do MST*. Ponta Grossa: UEPG, 2006.

- STEDILE, João Pedro e Bernardo Mançano FERNANDES. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.
- ZACCHI, Vanderlei J. “Estrangeirismos, nacionalismo e ensino de língua inglesa”. *Anais do 7. Congresso Brasileiro de Linguística Aplicada*. São Paulo: ALAB/PUC-SP, 2004.
- ZACCHI, Vanderlei J. *Linguagem e cultura na construção da identidade do sem-terra*. Tese de Doutorado em Letras. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8147/tde-05022010-123559/pt-br.php>>.
- ZAHAR, André. “Maggessi critica ação de José Rainha na Rocinha; MST chama deputada de irresponsável”. *Folha Online*, 23 de setembro de 2008. Data de acesso: 23 de novembro de 2008. <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u447977.shtml>>.

Nota Curricular

Doutor em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês pela Universidade de São Paulo, professor do Departamento de Letras Estrangeiras e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe e pesquisador do *Centre for Globalization and Cultural Studies* da Universidade de Manitoba, Canadá.

Contacto

vanderlei.ufs@gmail.com

Sociedade indígena Suruí-Aikewára: do extrativismo da castanha aos processos de mediação*

Ivânia dos Santos Neves
Universidade Federal do Pará
Maurício Neves Correa
Universidade da Amazônia

Resumo

Durante o século XX, a pesquisa com sociedades indígenas focalizou aspectos ora linguísticos, a partir da descrição de línguas indígenas, ora antropológicos, voltados para a análise das regras de parentesco, organização social ou cosmologia, e esteve preocupada em compreender como estes povos enfrentavam a relação com a economia. Todas estas preocupações, ainda hoje, são bastante pertinentes. Vivemos, no entanto, um momento singular em relação às tecnologias da comunicação e da informação e, embora ainda haja sociedades isoladas no interior da Floresta Amazônica, a maior parte já entrou em contato com a mídia impressa, o rádio ou a televisão e já começa a se conectar à rede mundial de computadores. O objetivo deste artigo é analisar, a partir das discussões dos Estudos Culturais, especialmente os que se ocupam com os processos de mediação, como aconteceu a chegada sistemática e violenta dos recursos midiáticos digitais entre os Suruí-Aikewára.

Palavras chave: Mídia — Fricção Interétnica — Tupi — Amazônia — Guerrilha do Araguaia.

The Suruí-Aikewára Indigenous Society: from Extractivism of Brazil Nuts to the Digital Media

Abstract

During the 20th century, research with Native American populations has focused either on linguistic aspects, describing Indigenous languages, or on anthropology, regarding the analysis of the rules of kinship, social organization and cosmology, or even these people's relationship with economy. All these concerns, even today, are quite relevant. We live, however, a singular moment in relation to new information and communication technologies and, although there are still isolated native populations within the Amazon rainforest, most of them are already in contact with the printed media, radio, television and start connecting to the world wide web. The objective of this paper is to specially analyse those contacts dealing with mediation processes, as the arrival of the systematic and violent digital media resources among Suruí-Aikewára, taking the discussions of Cultural Studies as a point of departure.

Key words: Media — Inter-ethnic Friction — Tupi — Amazon — Araguaia War.

* Este artigo é resultado do projeto de pesquisa “Nas Fronteiras das Narrativas Oraís Tupi na Amazônia Paraense”, financiado pela CAPES/ CNPq/FIDESIA, em vigência de 03/2011 a 03/2013.

Na primeira metade do século XX, as pesquisas com sociedades indígenas, no Brasil, passaram a se delinear pelo estudo descritivo das línguas indígenas, na linguística, e pelas abordagens das teorias culturais, que num primeiro momento produziram uma série de trabalhos voltada para os aspectos estruturais destas sociedades, preocupados com organizações sociais endógenas, sistemas de parentesco e ordens religiosas, profundamente influenciados pelas pesquisas antropológicas desenvolvidas na Alemanha, na Inglaterra e na França.

Dentro do recorte epistemológico em que se delineiam as primeiras pesquisas sobre sociedades indígenas no Brasil, bem alinhado com a produção das ciências humanas na Europa, era bastante natural que não houvesse uma atenção especial aos efeitos da mídia. O próprio campo comunicacional, neste período, ensaiava seus primeiros passos. Os efeitos das duas Grandes Guerras começavam a ser analisados e o mundo ocidental acadêmico, convulsionado pelo exílio de grande intelectuais europeus nos Estados Unidos, redefinia as perspectivas românticas e nacionalistas diante do pós-guerra. A propaganda política do Terceiro Reich e Hollywood demandavam novas epistemologias das ciências humanas e os estudos sobre mídia não podiam mais ser desconsiderados. É o momento da criação da Escola de Frankfurt e os Estudos Culturais, em todas as suas versões, ainda estavam em gestação.

No Brasil, a tradição de pesquisas com povos indígenas, desde o primeiro momento, deu importância, além do texto escrito, aos registros visuais, de tal modo que as pinturas e mais tarde a fotografia foram bastante significativas. A produção audiovisual incrementada por pesquisadores brasileiros também esteve na cena, desde as primeiras gravações produzidas por Darcy Ribeiro e pela antropologia visual. Estes processos, no entanto, em linhas gerais, tinham por objetivo fazer os registros das culturas indígenas e não analisar como estas sociedades convivem com os processos de mediação.

Segundo o censo de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil vivem 305 povos indígenas e, embora historicamente o índio seja tomado como uma generalização, cada sociedade viveu e vive uma história singular. Por exemplo, no Sul do Brasil, há duas aldeias indígenas da cidade de Porto Alegre, uma dos Kaingang e outra Mbyá-Guarani enquanto, em contrapartida, há grupos indígenas isolados na Amazônia. Isso significa que existe uma grande diversidade de contato com a sociedade envol-

vente e suas práticas culturais e tecnológicas: se é possível que uma parte das sociedades indígenas já tenha acesso à eletricidade desde que chegaram os primeiros fios elétricos ao Brasil, certamente, outros tantos povos nunca viram lâmpadas de silício.

Este artigo, no início, retoma algumas análises antropológicas sobre os povos indígenas, mas fala de um lugar relativamente novo, pois analisa uma frente de contato ainda pouco pesquisada. O objetivo é procurar compreender, a partir dos estudos de mediação propostos pelos Estudos Culturais como se constitui a história do presente entre os Aikewára e a chegada sistemática e violenta dos meios de comunicação.

1. Primeiras Fronteiras: a fricção interétnica e os Aikewára

Os trabalhos com sociedades indígenas, no Brasil, foram bastante influenciados pela Antropologia Estrutural de Claude Lévi-Strauss e, apesar de muitos pesquisadores ainda se pautarem nesta perspectiva teórica, esta segunda geração do estruturalismo é duramente criticada pelo tratamento que deu à história destes povos. Havia pouca preocupação em entender como acontecia o contato entre as sociedades indígenas e a sociedade envolvente. A maior parte destes trabalhos ignorava o estado de guerra em que se desenhavam estas fronteiras. Não é e nunca foi pacífico o contato e esta situação não é uma particularidade das terras baixas da América do Sul, pois nas Cruzadas da Idade Média ou no Iraque de nossos dias, a belicosidade do contato está nas armas, mas também encontra espaço de batalha no campo discursivo.

A partir dos anos de 1950, vários trabalhos realizados por Roberto Cardoso de Oliveira (em diante RCO) e uma parte da geração de pesquisadores que ele orientou e influenciou procuraram mostrar que, além dos aspectos estruturais, tão caros aos primeiros estudos de antropologia sobre as sociedades indígenas, as frentes de contato a que elas foram submetidas deveriam ser compreendidas com novas ferramentas de análise. As definições de “aculturação” ou “mudanças culturais”, importadas da Europa, passaram a ser contestadas por RCO e não davam conta das singularidades que o contato representava nas histórias destes povos. É a partir desta perspectiva que tem início uma das mais importantes e discutidas definições da antropologia brasileira: a fricção interétnica.

Chamamos de “fricção interétnica” o contato entre grupos tribais e segmentos da sociedade brasileira, caracterizados por seus aspectos competitivos, assumindo este contato muitas vezes proporções “totais”, isto é, envolvendo toda a comunidade tribal e não-tribal que passa a ser moldada pela situação de fricção interétnica. Entretanto, esta situação pode apresentar as mais variadas configurações, todas elas definidas pelas características anteriormente mencionadas. Desse modo, de conformidade com a natureza socioeconômica das frentes de expansão da sociedade brasileira, as situações de fricção apresentarão aspectos específicos (Cardoso de Oliveira, 1996: 174).

No final dos anos de 1950, com o objetivo de sistematizar a análise sobre o processo de contato entre os índios da Amazônia e a sociedade nacional, RCO organizou, pelo Museu Nacional, o projeto Estudos de Áreas de Fricção Interétnica. Roque de Barros Laraia e Roberto DaMatta fizeram parte do projeto e os dois se destinaram a estudar os índios do Médio Tocantins, envolvidos com indústria extrativista da castanha: Laraia se dedicou a dois grupos Tupi (os Suruí-Aikewára e os Assurini) e DaMatta a um grupo Jê (os Gavião-Parakatejê) e do trabalho de ambos resultou o livro *Índios e Castanheiros: a empresa extrativa do Médio Tocantins* (1978).

Contactados sistematicamente no século XX, os Assurini e os Parakatejê mantiveram relações com a sociedade nacional nos anos de 1920, enquanto os Aikewára se mantiveram arredios até 1952 (Laraia e DaMatta, 1978: 45). Seus contingentes populacionais já eram pequenos, mesmo antes do contato, em função de divisões internas e guerras com outros grupos indígenas. Com o contato, o número de mortes levou estes povos indígenas a um contingente populacional de menos de 40 índios em cada grupo.

Embora a extração da castanha, realizada pelos três povos, constituísse o principal atrativo da sociedade nacional, o contato se deu de formas diferentes: os Parakatejê se assumiram como os donos de seus castanhais, enquanto os Assurini e os Aikewára acabaram sob o jugo dos comerciantes. De qualquer forma, embora hoje os Parakatejê sejam considerados os “índios ricos” da região, àquela época, o resultado visível não os colocava em uma

situação de miséria muito diferente: o cenário era tão caótico no início dos anos de 1960 que DaMatta e Laraia chegaram a anunciar o extermínio destas sociedades.

Dos três povos, o que menos sofreu com brigas internas foram os Aikewára. A estabilidade do grupo proporcionava uma reação mais amistosa diante dos estranhos. A resistência ao contato se devia mais ao receio do cacique Musenai e só a partir de sua morte, em 1952, eles se aproximaram da sociedade nacional (Laraia e DaMatta, 1978: 81-85). A amizade entre os castanheiros mais pobres e os Aikewára passou a ser natural.

A contribuição de *Índios e Castanheiros* ao projeto Estudos de Áreas de Fricção Interétnica deixa ver como contatos interétnicos, ainda que sejam estabelecidos por uma mesma frente econômica, não são regidos por uma sequência linear de acontecimentos. RCO conclui no prefácio da primeira edição:

[n]este processo de integração ou de marginalização econômica, Roque de Barros Laraia e Roberto da Matta mostram qual o papel de duas variáveis importantes da situação de fricção interétnica: o caráter específico da frente nacional que encontrou e submeteu as populações indígenas; e o caráter da cultura tribal alcançada por esses segmentos da sociedade em expansão (Laraia e DaMatta, 1978: 46).

A análise aqui apresentada está num espaço teórico que muito se aproxima da definição de fricção interétnica, já que trata de uma nova frente de contato: a chegada nada pacífica da eletricidade à Terra Indígena Sororó, onde vive atualmente o povo indígena Aikewára. Os enfrentamentos analíticos precisam chegar a esta nova fronteira, que não pode desconsiderar a história e os aspectos econômicos a que está submetida esta sociedade, mas devem ir um pouco além, porque falam a partir de uma realidade midiaticizada, que demanda novas referências teóricas.

Naturalmente, nos nossos dias, o pensamento ocidental pôde multiplicar os lugares de onde se olha para estas relações. Durante a maior parte do tempo, a história destas relações de contato dos povos indígenas foi oficializada por um único foco narrativo, hoje, no entanto, além dos trabalhos de alguns pesquisadores não-índios, alguns poucos indígenas já chegaram às universidades e co-

meçam a mudar a direção das pesquisas. Por outro lado, as atuais teorias da cultura, ainda que continuem irradiadas pela Europa e pelos Estados Unidos, já construíram novos caminhos e é possível falar em Antropologia Brasileira ou Estudos Culturais Latino-Americanos.

2. Os violentos movimentos da história do presente Aikewára

Os Aikewára, também conhecidos como Suruí do Pará e Suruí-Aikewára, são índios castanheiros que moram na Amazônia, no sudeste do Pará entre os municípios de São Domingos e São Geraldo do Araguaia. “Suruí” foi uma denominação imposta pelo não-índio. Este povo tupi vive na Terra Indígena Sororó, um grande quadrado de floresta preservado em meio à devastação.

Em meados dos anos de 1960, os índios Aikewára sofreram uma grande depopulação, após o contato sistemático com a população das cidades vizinhas, e chegaram a ser apenas 33 indivíduos. Apesar de duramente perseguidos por fazendeiros e madeireiros da região e de sofrer surtos de gripe e varíola, os Aikewára resistiram. Neste processo houve muita interferência por parte dos não-índios, que procuraram alterar suas práticas religiosas, sua alimentação, suas regras matrimoniais, etc., tendo mudado definitivamente o rumo da história e da cultura desta sociedade indígena. Segundo o último censo da Aldeia, os Aikewára somam mais de 300 índios, a maioria crianças e jovens.

No ano de 2010, durante a realização do projeto “Crianças Suruí-Aikewára: entre a tradição e as novas tecnologias na escola”, várias vezes estivemos com os Aikewára, na Terra Indígena Sororó. O objetivo do projeto era conciliar as novas tecnologias com a tradição Aikewára. Durante as atividades do projeto, foram lançados 3 livros e 4 filmes sobre a cultura Aikewára. Este período de convivência entre eles nos deu acesso a uma infinidade de experiências que nos permitem olhar para novos espaços desta eterna relação de contato que estabelecem com a sociedade envolvente.

Durante as viagens à Terra Sororó, a equipe do projeto ficava hospedada na casa de Arihêra e Umassú Suruí, em cuja sala, entre cocás¹ e flechas, havia um apa-

1. Trata-se de adereços feitos de penas usados para adornar a cabeça.

relho de televisão, bem como um conjunto de sofás, uma estante e uma geladeira. Numa primeira vista neste lugar, percebemos as hibridizações culturais da sociedade Aikewára.

Arihêra, casada com Umassú Suruí e mãe de quatro filhos, faz parte do grupo de sobreviventes à depopulação e, ainda bem jovem, no final dos anos de 1960, foi fundamental no processo de reestruturação social deste povo. Hoje é a principal mestra de saberes e tradição Aikewára, uma das principais lideranças e talvez a pessoa mais autorizada para falar sobre a cultura Aikewára. Foi graças a ela que a rede tradicional, feita manualmente com fios de algodão, não desapareceu. É a grande cozinheira da aldeia e em sua casa a comida tradicional Suruí nunca deixou de ser servida. Dona de uma habilidade performativa privilegiada, ela é uma das principais contadoras das histórias Aikewára.

Várias foram as narrativas orais contadas por Arihêra e Umassú durante o período do projeto. Dentre elas, destacava-se a história do contato com a sociedade envolvente, insistindo em afirmar como havia sido traumático para eles, que viveram a depopulação e nesse processo perderam a maior parte das pessoas que conheciam. Em nossas longas conversas na casa do casal, Arihêra e Umassú usavam uma expressão de tempo que marcava a época anterior ao contato, em que andavam livres pela floresta: “no tempo em que eram brabos” e não haviam sido “amansados” pelo padre. Depois vieram os Kamará (forma como eles chamam o não-índio) e, conforme relembra Umassú, os Aikewára não entendiam bem o que eles queriam, até que chegaram as balas, momento no qual compreenderam que o interesse da sociedade envolvente era fazer uso das terras em que os Aikewára viviam. Umassú conta que seu pai foi assassinado por fazendeiros da região, quando ele ainda era um bebê. Arihêra acrescenta à narrativa uma particularidade que desperta muita atenção dos Aikewára, dizendo que nesta fase da vida “Umassú ainda estava mole!”. A história da resistência, depois da década de 60, em certa medida, também estava “mole”. Mussenai, o capitão (forma com que hoje denominam a liderança), preparou a resistência e um grupo de guerreiros foi vingar as mortes com flechas: a guerra entre os Aikewára e seus vizinhos Kamará havia começado. Em clara desvantagem bélica, os Aikewára entraram floresta adentro, mas foram perseguidos. Arihêra e Umassú contam com muita tristeza que, neste período, algumas crianças, sobretudo os bebês recém-nascidos, tiveram que ser deixadas para trás, porque choravam,

com fome ou com frio, e assim delatavam a posição deles. Os dois são categóricos em afirmar que “doía muito” abandonar as crianças e que ficavam com medo que os Aikewára acabassem. A nova sociedade Aikewára que nasceu a partir da depopulação está bastante atravessada pela história destes índios mais velhos.

A igreja católica, preocupada com o conflito, conseguiu de certa forma se colocar entre os índios e a sociedade envolvente e apaziguar a situação. Todos os mais velhos sempre falam no Padre que os ajudou, Frei Gil Gomes, que trabalhava na região. “O padre não deixava eles matarem a gente”, conta Arihêra, que também diz que o Padre “amansou” os Aikewára, o que significava, entre outras coisas, ensinar o português e possibilitar que conseguissem compreender um pouco melhor o que estava acontecendo, inclusive a desvantagem bélica em que se encontravam.

Mas os problemas não cessaram, já que a gripe matou boa parte dos que sobreviveram ao conflito armado: morreu Mussenaí, até hoje considerado uma das principais personagens da história dos Aikewára; Umassú perdeu sua mãe e suas tias; também faleceu o primeiro marido de Arihêra. Ficaram apenas 33 Aikewára, sem cujos relatos seria bem difícil conhecer esta versão da história, conforme ensina Pollak (1989: 3):

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “memória oficial”, no caso a memória nacional. Num primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade.

Após este período, contam que houve certa calma e que os 33 que resistiram, apesar de todas as perdas, começaram a se reestruturar, até que o exército brasileiro chegou à Terra Sororó para “caçar terroristas”. Trata-se do que ficou conhecido como um dos principais movimentos de libertação da América Latina, a “Guerrilha do Araguaia”, assim caracterizada:

Movimento político radical, ocorrido na região Sul e Sudeste do estado do Pará, limitando-se com o norte do estado de Tocantins (à época estado de Goiás) e oeste do estado do Maranhão. Na parte relativa à divisa do Pará com o estado do Tocantins essa região é conhecida como Bico do Papagaio. Aqui, militantes do PCdoB (Partido Comunista do Brasil) e as Forças Armadas, sob a liderança do Exército, entraram em combate pelo controle desta área estratégica, num ambiente político caracterizado pela prevalência de um Estado na sua modalidade ditatorial-militar (1964-1985) (Nascimento, 2000: 16).

A Terra Indígena Sororó, entre os municípios de São Geraldo do Araguaia e São Domingos do Araguaia, no sudeste do Estado do Pará, fazia parte da área onde os guerrilheiros se escondiam da repressão do Estado Brasileiro. Ou seja, os Aikewára, por sua localização geográfica, estavam no epicentro deste combate e o conhecimento dos índios sobre a região dos conflitos era estratégico para o Exército.

Umassú conta que os soldados tinham chegado à Terra Sororó para procurar outros kamará no mato e que numa ocasião em que andava pelos arredores da aldeia só não foi morto por eles porque começou a falar Tupi e perceberam que era índio. Após este evento, a convivência com os soldados se tornou cada vez mais intensa e foram induzidos a entregar os guerrilheiros, pessoas com quem já mantinham relações de amizade: “A gente era amigo deles, trocávamos farinha por roupa e outras coisas. Não sabíamos que eles eram terroristas”. Segundo os relatos, assim que os guerrilheiros foram fuzilados pelos soldados, os índios entraram em pânico, pois não entendiam por que os soldados estavam fazendo aquilo. “Eu pensava que eles eram amigos”, revela Umassú, que também conta como seu cunhado, o índio Warini, “depois disso ele nunca foi o mesmo” e até hoje tem pesadelos com estas cenas. Os soldados obrigaram, através da força bélica, lembra Umassú, os índios a trabalharem para eles, mostrando a posição onde estavam os guerrilheiros e transportando os cadáveres, de tal modo que se geraram traumas psicológicos profundos em muitos Aikewára e mesmo dois deles ficaram parcialmente surdos em função do barulho dos tiros.

Após este período, os Aikewára aparentemente encontraram a paz. Um esforço de antropólogos e da Igreja Católica conseguiu fazer a demarcação da Terra Sororó, a menor terra indígena do estado do Pará: por causa do número reduzido de Aikewára vivos à época restou apenas um pequeno quadrado de floresta, sem rio e tendo deixado fora muitos dos lugares sagrados. Assim, sistematicamente, a partir deste contato, começou o violento processo de hibridização Aikewára.

Muitas sociedades indígenas vivem nas fronteiras culturais e históricas do Ocidente. A forma como reagem a este contato muitas vezes gera uma série de dificuldade com suas próprias tradições. Nestas fronteiras, a negociação com o futuro às vezes toma proporções dramáticas, pois produz uma sensação de não pertencimento, isto é, não pertencem nem a uma sociedade indígena, nem conseguem inserção no mundo ocidental (Neves, 2009: 141).

Esta fronteira se manifesta simbolicamente, com mais evidência, entre os índios mais jovens. A língua em que eles mais se comunicam é o português, poucos deles são fluentes em Tupi, a língua materna Aikewára. Algumas práticas sociais estavam muito comprometidas com as influências das relações da fronteira, como, por exemplo, grafismo indígena, que na Terra Sororó foi renegado, durante muito tempo, por boa parte dos índios e quase desapareceu. Muitos índios mais jovens preferiam se ver com roupas bonitas antes que pintados de jenipapo e carvão. De certa forma, o contato sistemático gerou uma crise de identidade entre os Aikewára.

A identidade torna-se uma “celebração móvel”, formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam [...] à medida que os sistemas de significação se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiantes de identidades possíveis (Hall, 2003: 13).

Retomando a cena da sala híbrida de Arihêra, podemos fazer algumas análises sobre estas questões. Primeiro, é preciso observar o processo que levou a TV e o sofá até este lugar: para que o neon televisivo chegasse à sala foi necessário um conflito de interesses e poderes entre os Aikewára e a sociedade envolvente.

O hibridismo não se refere a indivíduos híbridos, que podem ser contrastados com “os tradicionais” e “modernos” como sujeitos plenamente formados. Trata-se de um processo de tradução cultural, agonístico uma vez que nunca se completa, mas que permanece em sua indecidibilidade (Hall, 2006: 74).

Como Hall esclarece, o processo de hibridismo é agonístico e contínuo: a sala de Arihêra não é um contraste entre o tradicional e o moderno, mas sim uma conflituosa indecisão. O volume da televisão, se estiver alto, muito incomoda Arihêra, a TV é mais decorativa e poucos são os assuntos que chamam a atenção dela. Muitos Aikewára, porém, já desenvolvem uma relação diferente e assistem às novelas brasileiras e aos jogos de futebol com muito interesse.

As transformações na sociedade Aikewára, muito mais do que conflituosas e tensas, foram e são violentas, bélicas. A história do contato, da guerrilha e do “amansamento” é uma história de guerra. As memórias subterrâneas de Arihêra e Umassú mostram que a paz que veio com as roupas custou a vida de boa parte de seu povo e deixou um rastro incalculável de perdas para eles. Termos como “hibridismo” e “mestiçagem” podem sugerir, num primeiro momento, uma relação de paz e harmonia, mas como se vê no caso Aikewára, estas transições, pela quase dizimação do grupo, são iguais à violência de uma guerra.

A historicidade que nos domina é belicosa e não linguística. Relação de poder, não relação de sentido. A história não tem “sentido” o que não quer dizer que seja absurda ou incoerente. Ao contrário, é ininteligível e deve ser analisada em seus menores detalhes, mas segundo a inteligibilidade das lutas, das estratégias, das táticas (Foucault, 2007: 05).

Os Aikewára, neste movimento, usaram muitas estratégias de luta e resistência, num primeiro momento com flechas, mas depois da evidente superioridade de armas kamará, tiveram que agir nas brechas. Um grande desafio foi resistir às doenças trazidas pelos vizinhos, pois boa parte da aldeia morreu de gripe. Estabelecer uma boa relação com os médicos e a igreja foi providencial para que um grupo, mesmo pequeno resistisse. Em meio a processos de resistência, as relações de poder se estabelecem e sempre há negociações e perdas: este momento alterou a maioria das práticas culturais Aikewára.

Como podemos constatar, “Cabral” chegou à Terra Sororó, trazendo a “modernidade”, quase 500 anos depois. É importante entender o que é esta “modernidade”. Não vamos entrar nas discussões sobre os vários conceitos de “modernidade” ou “pós-modernidade”, aqui, pois entendemos a história como um processo descontínuo. Partilhamos das colocações de Mignolo (2003) que apresenta uma série de estudos sobre a modernidade como outra face da colonialidade. De fato, a construção do mundo moderno começa com as grandes navegações ibéricas, pois as relações de trabalho, econômicas e sociais desta nova ordem começam a se desenhar neste momento. Este processo não acabou, como podemos ver no caso dos Aikewára e em muitas outras histórias do continente, e a moeda colonialidade/modernidade continua a se atualizar. Somos constituídos desta memória. Afinal, as Américas são conhecidas ideológica e politicamente como o “novo mundo”. Estes continentes, mais do que qualquer tecnologia, são a grande “invenção” da modernidade e sabemos que o moderno não se impõe sem luta.

As “novas” tecnologias, sobretudo as da informação, hoje são a última fronteira da modernidade. É importante notar como o termo/conceito modernidade é flutuante e progressivo. Os Aikewára hoje estão nesta “última fronteira” da modernidade e a mídia ocupa agora um papel vital na relação desta sociedade com o seu entorno.

3. A mídia na Aldeia: mediação, apropriação e tensão

Os Aikewára, ao longo das décadas seguintes ao contato e à guerrilha, conseguiram estabelecer um certo nível de tranquilidade em suas vidas, as taxas de natalidade aumentaram, e hoje mais de 300 Aikewára habitam Sororó. Atualmente, esta sociedade vive uma tensa negociação nas fronteiras entre suas tradi-

ções e a modernização. As mídias impressas, a televisão, o celular, o rádio e outras tecnologias de comunicação se estabelecem no cotidiano da aldeia como nunca antes. Toda casa Aikewára possui um aparelho de televisão e isto é um fato recente, pois, segundo relatos da escritora Muruí Suruí, por volta de 2006 só havia uma televisão na aldeia e ela ficava na “Casona”. O celular também é recente e se populariza cada vez mais, porque, mesmo que em Sororó não exista sinal, utilizam o aparelho em suas viagens.

O comércio é outro fator de negociação, já que os Aikewára comercializam a castanha, e este fruto é sua principal fonte de renda. Esta intensa relação com o capitalismo é resultado do processo de modernização a que os Aikewára estão expostos. Alguns índios são funcionários públicos, ocupando cargos como professor e enfermeiro, e os mais velhos recebem aposentadoria. Estas práticas, contudo, não acabaram com a relação deles com a floresta, pois a caça e o extrativismo ainda continuam fazendo parte do cotidiano. Eles podem tanto comprar frango no supermercado de São Geraldo como caçar um porcão do mato na floresta, muito embora o segundo seja preferência para a maioria. O grande problema da caça é que está ficando cada vez mais rara, com o aumento populacional somado ao pequeno pedaço demarcado e às constantes queimadas às margens da rodovia tornando escassos estes recursos.

O projeto “Crianças Suruí-Aikewára: entre a tradição e as novas tecnologias na escola”, financiado pelo Criança Esperança da Rede Globo, tinha como objetivo conciliar as tradições da sociedade Aikewára com as novas tecnologias, com o intuito de criar material didático diferenciado para escola Aikewára. A proposta era fazer a mediação entre a cultura tradicional e as novas tecnologias, uma vez que todas as famílias Aikewára já possuíam um aparelho de TV, mas quase nada da cultura deles havia sido produzido em recursos audiovisuais.

Antes de analisar estes processos de mediação, é preciso reconhecer o papel das relações de poder nesta mediação/recepção e também que se trata de uma situação tensa, com uma luta agonística entre estes espaços e uma tensão que existe até mesmo entre os Aikewára e a equipe do projeto, por toda a história de guerra deles com a sociedade que os envolve e pelo seu próprio processo de modernização. A história recente deste povo está intimamente ligada às mediações entre eles e a sociedade envolvente, nas fronteiras culturais, e a mídia é muito importante neste processo.

Há uma cultura veiculada pela mídia cujas imagens, sons e espetáculos ajuda a urdir o tecido da vida cotidiana, dominando o tempo do lazer, modelando opiniões políticas e contextos sociais e fornecendo o material com que as pessoas forjam sua identidade. O rádio, a televisão, o cinema e outros produtos da indústria cultural fornecem os modelos daquilo que significa ser homem ou mulher, bem-sucedido ou fracassado, poderoso ou impotente (Kellner, 2001: 6).

Podia parecer aos jovens Aikewára muito mais atraente um filme na TV do que o velho pajé² falar, em Tupi pouco compreensível a eles, antigas histórias de seu povo. Como a cultura tradicional podia competir com as novas e até certo ponto desconfortáveis, sob o ponto de vista dos velhos, identidades que surgiam com o contato? Era preciso que a cultura Aikewára se deslocasse e fosse lutar no terreno adversário.

As tecnologias não são meras ferramentas dóceis e transparentes e não se deixam usar de qualquer modo, são em última instância a realização de uma cultura, e dominação das relações culturais. Mas o redesenho é possível, se não como estratégia, ao menos como tática, no sentido que lhe dá M. de Certeau: o modo de luta daquele que não pode se retirar para o seu lugar e vê-se obrigado a lutar no terreno do adversário (Martín-Barbero, 2004: 192).

Quando os filmes do projeto e a rede Globo produziram materiais em que os Aikewára puderam se reconhecer na TV, o efeito foi positivo. Houve uma verdadeira remexida na cultura daquela sociedade. Depois de se verem, os Aikewára mais novos exibiram muita vontade de valorizar mais sua cultura: foi uma ação afirmativa.

2. Termo de origem tupi que designa as pessoas de destaque nas comunidades indígenas brasileiras, assumindo funções de chefia ou de orientação espiritual.

A apropriação, ao contrário, se define pelo direito e capacidade de fazer os nossos modelos e as teorias, venham de onde venham, geográfica e ideologicamente. Isso implica não só a tarefa de ligar, mas também a mais arriscada e fecunda de redesenhar os modelos para que caibam nossas diferentes realidades, com a consequente e inapelável necessidade de fazer leituras oblíquas desses modelos, leituras “fora de lugar”, a partir de um lugar diferente, a partir de um lugar diferente daquele no qual foram escritos (Martín-Barbero, 2004:19).

Na medida em que os índios se apropriam de recursos tecnológicos para fortalecer sua cultura, redesenham modelos de diálogo entre seu próprio povo e entre a sociedade envolvente. De certo modo, esta negociação fica mais justa. A mídia que antes interferia de forma a mudar os hábitos da cultura tradicional deste povo, agora faz exatamente o oposto, com a apropriação deles por ela. A cultura Aikewára é valorizada com o surgir do “cinema” ou da “TV Aikewára”. A tradição indígena hibridizada com as novas tecnologias faz com que a cultura tradicional conquiste novos espaços em outros meios de representações.

Seria redutor entender que há apenas passividade diante do encaminhamento coletivo da subjetividade; pelo contrário, há pontos de fuga, de resistência, de singularização. Não há, nos discursos da mídia, apenas reprodução de modelos — ela também os reconstrói, reformata, propõe novas identidades (Gregolin, 2007: 11).

Após as filmagens, o grafismo Aikewára, que antes do projeto encontrava certa resistência de alguns índios, foi eleito por eles como uma de suas maiores expressões culturais. A forma preferida dos Aikewára para aparecerem nos filmes é pintados com seus mais belos grafismos e quando trocam, para as filmagens, as roupas pelo grafismo, afirmam sua identidade Aikewára, marcando um lugar de fala na mídia.

O índio Umassú Suruí afirma que o projeto chegou na hora certa, porque nas crianças que não queriam mais ser índio, alguma coisa mudou, quando se viram na tela: “Isso foi bom, porque valorizou nossa cultura”. Em opinião de

Arihêra, as filmagens foram muito importantes, porque suas histórias vão ficar registradas para próximas gerações: “Se eu morrer, os netos de meus netos vão poder saber da nossa cultura, por isso é que eu gosto dos filmes”; apenas lamenta que não tenha registros de vídeo dos tempos antigos e que os mais novos não puderam ver e ouvir o que falavam os índios de outros tempos.

4. Conclusão

É preciso olhar com muito cuidado para estes processos, porque existe uma certa pretensão por parte dos pesquisadores em achar que resgataram a “pura” cultura indígena. Não houve resgate. Como poderia se resgatar o que não está perdido? Afinal são os pesquisadores que ensinam as sociedades indígenas a fazer o grafismo ou outras expressões de sua cultura? Houve sim, uma valorização da cultura Aikewára, durante a realização do projeto, mas não se pode superestimar estes procedimentos. Trata-se, sem dúvida, de um processo de mediação/apropriação muito valioso e importante na negociação entre os Aikewára e a modernidade/colonialidade, mas isto está inserido numa condição histórico-social. É mais uma etapa neste processo de “fricção interétnica” sinalizado por RCO. O projeto realizado não apaga a história nem é suficiente para competir com a modernidade que inunda a Terra Sororó.

Chamamos Sabemos então que, assim como não existe uma única cultura legítima, em cuja cartilha todos devem aprender a mesma lição, também existe uma cultura popular tão sábia e poderosa que possa ganhar todos os confrontos com a cultura de massa, fazendo com os produtos da mídia uma colagem livre e orgulhosa, nela inscrevendo seus próprios sentidos e apagando os sentidos e ideias dominantes na comunicação de massa. Ninguém pode fazer uma operação tão a contrapelo nas horas vagas, enquanto assiste à televisão (Sarlo, 1997: 121).

É preciso reconhecer as relações de poder (Foucault, 2007: 23) e que a recepção/mediação não está livre do poder. Existe uma diferença estrutural enorme entre as produções da grande mídia e quatro filmes independentes. As culturas populares até se apropriam das tecnologias da mídia, mas não há como ignorar que elas constantemente vão lutar no campo do adversário nem a diferença de

recursos e de alcance dos grandes meios de comunicação. Na brecha do discurso é possível fazer muita coisa, mas ainda assim vai ser uma fresta.

Os Aikewára vão continuar seus processos de negociação, “caracterizados por seus aspectos competitivos” (Cardoso de Oliveira, 1996: 174). Esta é uma constante e um acordo definitivo nunca vai chegar, embora isto não queira dizer que tudo seja dor e guerra, pois estamos falando de uma sociedade humana. A história dos Aikewára é uma história latino-americana, brasileira, amazônica e, como tal, não pode fugir de sua gênese. Todos nós neste continente fomos forjados em histórias de lutas e guerras. Negociamos a nossa cultura, que é resultado de imposições mesmo nas grandes metrópoles.

Bibliografia

- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O índio e o mundo dos brancos*. Campinas: Ed da Unicamp: 1996.
- FOUCAULT, Michel. *A Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal, 2007
- GREGOLIN, Maria do Rosário. “Análise do Discurso e mídia: a (re)produção das identidades” *Revista Comunicação, Mídia e Consumo*, Vol. 4, nº 11 (2007): 11-25.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. 1ª impr. rev. Belo Horizonte/Brasília: Editora UFMG/Unesco, 2006.
- KELLNER, Douglas. *A cultura da Mídia. Estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Bauru: EDUSC, 2001.
- LARAIA, Roque de Barros e Roberto DAMATTA. *Índios e castanheiros: a empresa extrativa e os índios no Médio Tocantins*. São Paulo: Paz e Terra, 1978.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Ofício de Cartógrafo: travessias latino-americanas da comunicação na cultura*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- MIGNOLO, Walter D. *Histórias Locais/ Projetos Globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- NASCIMENTO, Durbens Martins. *A Guerrilha do Araguaia: “paulistas” e militares na Amazônia*. Dissertação de Mestrado. Belém: Universidade Federal do Pará, 2000.

- NEVES, Ivânia. *A invenção do índio e as narrativas orais Tupi*. Tese de doutorado. Campinas: Unicamp, 2009.
- POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. *Revista Estudos Históricos*, vol.2, nº 3 (1989): 3-15.
- SARLO, Beatriz. *Cenas da vida pós-moderna. Intelectuais, arte e vídeo-cultura na Argentina*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

Nota curricular

Ivânia dos Santos NEVES. Doutorado em Linguística, na área de Análise do Discurso pela Unicamp (2009). Mestrado em Antropologia pela Universidade Federal do Pará (2004). Licenciatura em Letras pela Universidade Federal do Pará (1992). Prêmio Jabuti 2000, na categoria didático. Experiências na área de Antropologia, Linguística e Comunicação. Desenvolve pesquisas com sociedades indígenas Tupi e experimentações didáticas com as novas tecnologias da informação. Atualmente, é docente do Instituto de Letras e Comunicação e faz parte do quadro permanente do Programa de Mestrado em Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará.

Maurício Neves CORREA. Doutorando no Programa de Linguística na UNESP-Araraquara, Mestre em Comunicação, Linguagens e Cultura pela Universidade da Amazônia. Graduado em Comunicação Social pela Universidade da Amazônia. Experiências na área de comunicação e antropologia. Dirigiu três curtas metragens sobre o povo indígena Suruí-Aikewára. Desenvolve pesquisas com sociedades indígenas e novas tecnologias da informação.

Contacto

Ivânia dos Santos NEVES: ivanian@uol.com.br

Maurício Neves CORREA: mauricio_nc@hotmail.com

Conhecimento, Exceccionalidade e Tragédia em *Édipo Rei* de Sófocles e em *Os Maias* de Eça de Queirós

Rui Sousa

CLEPUL, Universidade de Lisboa (Portugal)

Resumo

Neste artigo procuramos mostrar como o *Rei Édipo*, de Sófocles, e *Os Maias*, de Eça de Queirós, partilham uma mesma reflexão acerca da relação entre conhecimento, exceccionalidade e destino trágico. Sublinha-se a importância da dialética conhecimento/desconhecimento no desenrolar das duas obras em análise, ao mesmo tempo que se procuram aproximar as construções de Édipo, de Carlos da Maia e de Maria Eduarda como seres que se definem pela sua exceccionalidade e que por ela são castigados, condenando-se assim a *hybris* que lhes está associada. Utiliza-se ainda, como elemento de reflexão, o filme *Édipo Rei*, de Pier Paolo Pasolini, e o tratamento que nele é dado à questão da cegueira.

Palavras chave: *Rei Édipo* — *Os Maias* — Conhecimento — Exceccionalidade — Hybris.

Knowledge, Exceptionality and Tragedy in Sofocles' *Edipo Rei* and Eça de Queirós' *Os Maias*

Abstract

In this paper we show how *Oedipus Rex* by Sophocles and *Os Maias* by Eça de Queirós, share a common reflection on the relationship between knowledge, exceptionality and tragic destiny. In both books, we emphasize the importance of the dialectic knowledge / ignorance in the course of both narratives and their tragic outcome, while seeking to bring the construction of Oedipus, Carlos da Maia and Maria Eduarda as beings who are defined by their exceptionality and are punished for it, thus condemning the *hubris* associated with them. We also use, as an element for reflection, Pier Paolo Pasolini's film *Edipo Rex*, and the treatment given in it to the issue of blindness.

Key words: *Oedipus Rex* — *Os Maias* — Knowledge — Exceptionality — Hybris.

Receção: 27-09-2011 | Admissão: 28-05-2012 | Publicação: 31-05-2014

Sousa, Rui: "Conhecimento, Exceccionalidade e Tragédia em *Édipo Rei* de Sófocles e em *Os Maias* de Eça de Queirós". *Agália. Revista de Estudos na Cultura*. 106 (2012): 57-77.

Rei Édipo tem sido ao longo dos séculos considerada a mais completa e perfeita peça de teatro da tragédia grega e aquela que, pela especificidade da sua construção, mais evidencia o choque entre a experiência activa da busca humana e a sua súbita queda no abismo do desconhecido, do incerto e da subjugação divina. Essa leitura fica desde logo sugerida na *Poética* de Aristóteles e justifica a imensa fortuna cultural do mito, com importantes desenvolvimentos contemporâneos, sendo um dos mais marcantes o pensado por Freud, parcialmente contemporâneo de Eça de Queirós.

No ensaio “Algumas considerações acerca da estrutura do mito de Édipo”, Victor Jabouille mostra como o mito evolui numa dialéctica permanente entre purificação e mácula:

A linha orientadora destas observações situou-se na distinção da função purificação por oposição a maculação. Parece-nos ser esta o motor do processo de desenvolvimento do mito. Esclareça-se que entendemos por purificação a restituição ao estado não maculado, uma reconciliação do indivíduo consigo próprio e com a sociedade. Quando termina o acto purificador (que pode ser iniciático), o homem renasce, regressa a um estado de inocência pré-natal e, após o acto purificador, a personagem está, pois, pronta a entrar num estádio novo da sua vida ou, até, numa nova vida (Jabouille, 1980: 127-128).

Esta linha orientadora deve-se, antes de mais, a dois diferentes sentidos do fardo que Édipo carrega e que conduzirá ao seu destino trágico: por um lado, o desconhecimento relativo à sua identidade, propiciado pelas duas famílias da sua existência, a verdadeira, que o abandonou na infância a um destino fatal, e a adoptiva, que nunca revelou a sua condição, conduzindo-o à fuga de Corinto; por outro, a excepcionalidade do temperamento de Édipo, a sua busca absoluta e inflexível pelo conhecimento e a sua natureza de homem que se coloca, e simultaneamente é colocado pelos habitantes da cidade que salva ao vencer o enigma da Esfinge, acima dos outros homens e, portanto, de bode expiatório ao qual estava obrigatoriamente reservado o exílio.

Reunindo estes sentidos encontram-se as circunstâncias culturais em que a tragédia floresceu em Atenas. Jean-Pierre Vernant (1999: 2) destaca o facto de

que “o trágico traduz uma consciência dilacerada, o sentimento das contradições que dividem o homem contra si mesmo”, mostrando como desde a própria divisão entre o coro e o herói evolui um questionamento dos heróis trágicos num momento em que se erguia uma nova sociedade fundada no direito e num ideal de justiça ainda pouco organizado. Neste contexto, o herói “deixou de ser um modelo; tornou-se, para si mesmo e para os outros, um problema” permanentemente em debate, num cenário em que o coro constitui o “ser colectivo e anônimo cujo papel consiste em exprimir em seus temores, em suas esperanças e julgamentos, os sentimentos dos espectadores que compõem a comunidade cívica”, enquanto a personagem isolada dá vida a “um herói de uma outra época, a quem sempre é mais ou menos estranha a condição normal do cidadão” (Vernant, 1999: 2).

Édipo é justamente um desses mitos de um imaginário primitivo que concentra em si, sobretudo na tragédia de Sófocles, a dupla face de herói excepcional, salvador de uma comunidade, considerado por todos o mais próximo dos deuses e por ele próprio designado como “Filho da Fortuna”, e de homem condenado às suas limitações, aos seus equívocos, aos seus paradoxos, ao peso das culpas que lhe são próprias e a todas aquelas que lhe são alheias mas que lhe pesam nas costas. Evolui, portanto, com o equilíbrio que se exige aos trágicos, entre a relativa lentidão do processo investigativo (em que Édipo se exhibe como rei, como homem irado, como afetuoso esposo de Jocasta, como desconfiado líder de uma nação que desejou proteger, como sujeito sedento de conhecimento e incapaz de conter a sua busca mesmo quando os factos o recomendariam, portanto nunca perdendo a aura heróica e distintiva e mantendo sempre crédito por parte dos outros intervenientes) e a rapidez com que as respostas subitamente abatem sobre si um crime incomensurável, fazendo dele o mais ímpio dos homens. Édipo é aquele que desce aos mais indesejáveis confins da marginalidade, da transgressão, da amoralidade, da solidão a que o seu destino final terá de o conduzir, quando, em *O Édipo em Colono*, depois de guiado pelas duas filhas para o local que a sua grandeza escolhe, caminha sozinho para o enigmático desaparecimento, apenas acompanhado por um homem de natureza heróica, Teseu.

No ensaio “Ambiguidade e reviravolta. Sobre a estrutura enigmática de Édipo-Rei”, Vernant afirma:

No drama de que é vítima, é Édipo e Édipo só, que conduz o jogo. Nada senão a sua vontade obstinada de desmascarar o culpado, alto conceito que ele tem da sua tarefa, da sua capacidade, de seu julgamento (sua *gnome*), seu desejo apaixonado de conhecer a todo o preço a verdade — nada o obriga a levar a pesquisa a seu termo. Tirésias, Jocasta, o pastor tentam sucessivamente pará-lo. Em vão. Ele não é homem de contentar-se com meias medidas, de acomodar-se a um compromisso. Édipo vai até ao fim. E no fim do caminho que traçou contra tudo e contra todos, Édipo descobre que, conduzindo o jogo do princípio até ao fim, é ele do começo ao fim que foi joguete (Vernant, 1999: 76).

Nesta sintética consideração se concentram muitas das mais salientes questões da problemática edípiana. É nesse paradoxo identitário entre o homem que conduz o jogo pela sua superioridade, que não acata de ânimo leve os conselhos de ninguém e que está seguro das suas potencialidades e do seu carácter, e o mero mortal vitimado pelo peso permanente dos deuses, joguete nas mãos de um destino trágico que fez dele o algoz e a vítima, que se constrói a excepcionalidade de Édipo. Humano como todos os outros homens de Tebas, destaca-se deles quer no momento de maior glória (ao triunfar sobre o monstro que a todos ameaçava e que nenhum era capaz de conseguir vencer), quer na sua abrupta queda, devida tanto ao seu destino de bode expiatório como à nobreza da sua necessidade absoluta de conhecer.

Freud, nos *Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade*, apresenta essa sede de conhecimento como um dos aspectos fundamentais da formação da identidade infantil, considerando que “a sua actividade corresponde, por um lado, à sublimação da necessidade de domínio e, por outro lado, utiliza como energia o desejo de ver” (Freud, 1999: 117). Independentemente das posteriores perspectivas freudianas a respeito do mito de Édipo, nesta observação encontram-se já questões importantes para a leitura da tragédia sofocliana. Por um lado, Édipo é, realmente, um ser cujo temperamento o impele à acção permanente e o faz ter atitudes por vezes excessivas, típicas de uma personalidade dominadora, carismática e convencida da sua elevação, mesmo perante o pai, quando se cruzam no meio do percurso. Por outro lado, o desejo de ver é uma das principais representações do impulso pelo conhecimento, conforme facilmente se perceberá

pelo diálogo entre Édipo e Tírsias, no qual se opõem duas perspectivas da realidade, a do homem confiante na sua inteligência e na sua capacidade perceptiva superior e a do cego que, privado da percepção ocular, consegue aperceber-se mais facilmente do supremo enigma que Édipo constitui.

Pier Paolo Pasolini, na leitura que faz do mito no seu *Edipo Rei*, desenvolve de modo ainda mais significativo este jogo de espelhos entre os dois mais excepcionais habitantes de Tebas. O filme é composto com base em três sequências, díspares tanto cronologicamente como no grau de aproximação à tragédia sofocliana que subjaz a todo o conjunto: um momento inicial em que se apresenta a Itália fascista como pano de fundo para um triângulo tipicamente freudiano — portanto dependente de um conhecimento *a posteriori* da herança cultural do teatro de Sófocles — entre um pai militar, a sua esposa e a criança, que parece sofrer perante a dupla autoridade do progenitor; uma sequência intermédia, que constitui a adaptação fílmica, num cenário orientalizante e carregado de sugestões culturais díspares, do texto de *Rei Édipo*; e o epílogo, que, num novo salto temporal, se situa na época de Pasolini, dominada por um contexto industrial opressivo, responsável pelo fenómeno que o realizador apelidou de “morte dos pirilampos” e no qual Édipo, interpretado pelo mesmo actor que na sequência intermédia dá vida à personagem sofocliana, conduz o seu guia — o mesmo que acompanha na sequência central o malogrado depois de se ter cegado — ao local em que decorreu o momento inicial antes de desaparecer. Saliente-se que, na sequência central, Édipo confronta Tírsias antes mesmo de afrontar a Esfinge, questionando a sua aparente indiferença perante o caos em que mergulhou a cidade de que se considera protector e dele recebendo inquietantes previsões da sua desgraça futura.

Na versão pasoliniana do célebre diálogo em que, no *Rei Édipo* de Sófocles, o rei de Tebas manda chamar o cego para procurar na sua sabedoria um caminho para as dúvidas colectivas, é notória a antecipação por parte de Tírsias de um futuro para Édipo à imagem e semelhança do seu destino presente, a exclusão devida à cegueira, que o marginaliza e simultaneamente lhe concede os elementos necessários para que seja considerado por todos um guia próximo dos deuses (como Édipo desde o começo se considera). Muito significativo é também o papel que a flauta ocupa neste diálogo, na medida em que, sendo um dos emblemas de Tírsias desde a primeira aparição (ele próprio se afirma um sim-

ples tocador de flauta), será concedida a Édipo no momento em que, cego, deambula para confrontar com a multidão e encontrar auxílio no jovem guia que desde o começo o conduziu a Tebas. Esta flauta será transportada para a sequência final, na qual Édipo, mitificado pelo tempo, toca num contexto industrializado, em tudo alheio à simplicidade do tocar da flauta que percorre todo o filme, tal como os próprios princípios do mundo clássico dele parecem estar deslocados.

Quanto ao conflito com a Esfinge, é significativo que Sílvia M. S. Carvalho alargue o choque de Édipo com o monstro ao percurso da Humanidade:

apesar de todos os meios de conhecimento a nosso dispor, de todos os progressos que as diversas ciências e a filosofia têm apresentado para um melhor conhecimento do Homem, continuamos buscando respostas diante de Esfinges sempre prontas a devorar, não só a nós enquanto indivíduos, mas também a Humanidade e ao mundo enquanto um todo (Carvalho, 1984: 19).

Édipo é, assim, um exemplar representante dos limites trágicos da condição Humana, dos perigos representados pela necessidade de tomarmos opções e escolhas desconhecendo para sempre o que nos trariam as outras possibilidades e as outras estradas que, como ele, nunca percorreremos. É, também, um singular espelho da impossibilidade de possuímos todos os conhecimentos necessários para sabermos permanentemente quem somos e qual o nosso verdadeiro lugar na existência.

A certa altura a busca de Édipo deixa de ser aquela que moveu as investigações iniciais e que parecia ser vista como positiva por toda a comunidade. Quando Creonte regressa de Delfos, anunciando a necessidade de expulsar a mancha em expansão que condenava aquela terra¹ (versos 95-98) e identificando a demora na resolução da morte de Laio com a ignorância colectiva de tudo o que não fosse imediato (v. 130-133), a todos parece de singular justiça e nobreza que Édipo se lance em busca da resposta. No entanto, Édipo apercebe-se, durante a conversa com Tírsias, de que há um inquietante sentido de individualidade em tudo o que está em jogo. Veja-se a cadência de frases enigmáticas

1. Utilizamos, para as citações, a seguinte edição: Sófocles. *Rei Édipo*. Lisboa: Edições 70, 1995.

do adivinho: “Pois eu vejo que as palavras não correm a teu favor” (v. 325); “Não, jamais falarei dos meus oráculos para não revelar os teus males” (v. 329); “Verberas a minha fúria e, em contrapartida, não vês a que em ti habita” (v. 339). Todas estas respostas de Tirésias perante o rei adorado da cidade, que o chamara respeitosamente, vão no sentido de fazer de uma questão aparentemente colectiva um debate acerca de uma identidade pessoal. Se a crítica censura muitas vezes a postura de Édipo pela forma como se exalta contra Tirésias e contra Creonte, revelando a fragilidade da barreira entre um grande e empenhado rei e entre um tirano orgulhoso e irascível², não deixa de ser verdade que são este tipo de atitude de Tirésias e as frases inquietantes que profere que produzem a gradação crescente de fúria em Édipo, que culminará no seu delírio de uma conspiração política para a qual não tinha qualquer tipo de provas ou sequer evidências, caindo, aí sim, no excesso *hybrístico* que o caracteriza.

A dimensão pessoal de todo este conflito emerge das frases mais acesas de Tirésias, que também não se coíbe de reagir à fúria de Édipo: “Exorto-te a que mantendas a proclamação que anunciaste e que a partir deste dia não dirijas a palavra nem a estes anciãos nem a mim, pois desta terra tu foste a poluição sacrílega” (v. 350-354); “O assassino desse homem, que intentas encontrar, afirmo-te que és tu” (v. 361) e “Afirmo que tu, sem que disso te apercebas, vives nas mais infames relações com os teus íntimos e não vês a desgraça a que chegaste” (v. 366-367). Estas frases poderiam conduzir Édipo a um mais rápido acesso ao conhecimento que procura, se não existisse uma permanente dificuldade de enquadramento entre as certezas que ele acredita possuir e as afirmações que lhe parecem ataques directos mais que genuínas revelações oraculares. José Pedro Serra afirma, a este respeito:

nas lúcidas palavras de Tirésias, que Édipo tão insistentemente interroga, colhe o rei o seu rosto mais profundo de parricida e irmão de seus filhos, rosto antes velado e agora descoberto. Os factos ocorreram há muito, mas jaziam no desconhecimento, o que os tornava “inofensivos”, isto é, ausentes, como se não fossem ou fossem nada. A consciência ergue-os e impõe-nos a um Édipo por fim submisso e terrificado (Serra, 2006: 410).

2. Cf., por exemplo, Bowra, 1965: 164-165 e 186-187.

Depois desta conversa, e apesar da sua fúria crescente, Édipo não manterá mais a mesma atitude. Começa a pouco e pouco a desviar o sentido da sua busca. Ironicamente, é nos momentos em que ele e Jocasta duvidam do poder dos oráculos divinos que as mudanças fundamentais no seu percurso se registam. Primeiro, quando Jocasta lhe narra o oráculo que a ameaçara e a Laio (v. 706-725) e lhe permite identificar-se com o assassino; mais tarde, no momento em que chega o Mensageiro de Corinto anunciando a morte de Políbio (v. 955-972) para, depois de breves momentos em que Édipo e Jocasta triunfam na sua mútua desconfiança na verdade oracular, anunciar que Édipo não era filho dos reis de Corinto (v. 1016). É então que Édipo, subitamente, sente o amargo sabor do desconhecimento de factos fundamentais e, por acréscimo, da sua própria identidade. O assassino de Laio encontrava-se, nesta altura, há muito adivinhado mas Édipo não cessa as suas buscas, afrontando sucessivamente Jocasta, que, ao pressentir antes dele a resposta — provavelmente por possuir dados fundamentais que ele desconhecia — o aconselha a parar de indagar (v. 1057-1061), e o Pastor, que teme fazer a revelação fatídica (v. 1144-1184).

Na obra *Sophoclean Tragedy*, Bowra (1965: 162-163) considera esta desesperada situação de Édipo como a principal causa para a fortuna que o mito conheceria ao longo dos tempos, uma vez que representa, através daquele que à partida era um homem escolhido pela sua fortuna, a queda mais abrupta na ruína e, portanto, a possibilidade de qualquer ser mortal conhecer rapidamente uma súbita alteração no seu destino, esmagado pelo peso dos deuses. Acrescenta, pouco depois, que esta queda de Édipo não se deve, de forma alguma, à sua *hybris*, evidente no seu excesso de confiança e de crença nas suas faculdades, na arrogância com que se opõe a um representante dos deuses — Tirésias —, a um parente que acabara de os consultar — Creonte — e depois à própria lógica e veracidade dos seus oráculos, no narcisismo com que procura sempre concentrar tudo na sua capacidade e nas suas valências (mesmo no momento fatídico considera a reação de Jocasta apenas como manifestação de vergonha pela sua possível origem social) e, acima de tudo, nos crimes que cometeu inconscientemente, o primeiro dos quais, ainda que aparentemente em legítima defesa, revelando um temperamento exaltado de alguém que nunca se quer deixar subjugar; deve-se, sim, ao peso irremediável do destino e ao desconhecimento dos dados que poderiam ter evitado o cumprimento desse destino (Bowra, 1965: 164-167).

Outra dimensão de Édipo que será fundamental para a compreensão de algumas considerações desenvolvidas n'Os Maias é o seu destino final de homem ostracizado por uma comunidade na qual sobressaía facilmente pela sua superioridade. Sílvia M. S. Carvalho (1984: 30), analisando as origens primitivas do infanticídio, considera que sendo Édipo “um bode expiatório, impregnado do crime que o oráculo lhe atribui a priori, ele deve morrer”, o que justificaria alguma incredulidade na época de Sófocles que, como referimos, é de transição e de diálogo entre duas perspectivas. Vernant defende que Édipo se assume, justamente devido ao desfecho trágico dessa condenação, como alguém “arrancado do convívio social, lançado fora da humanidade”, ou seja, enquanto ápolis “encarna a figura do excluído” e “na sua solidão, ele aparece ao mesmo tempo aquém do humano, animal feroz, monstro selvagem, e além do humano, portador de uma qualificação religiosa temível, como um daimon” (Vernant, 1999: 82). Nesse momento pouco se distinguirá de Tirésias, homem familiarizado com os custos elevados de um conhecimento devastador e a experiência de um excluído de todos, que possui ao mesmo tempo a capacidade de interagir com a verdade suprema dos deuses. Instaure-se neles um desses momentos em que, apesar da aparente irreversível impossibilidade de comunicação entre a linguagem humana e os indícios divinos, “men sometimes get a little near to the knowledge, security, and power of the gods” (Bowra, 1965: 202).

Vernant (1999: 94-95) relaciona ainda esta perspectiva com duas tradições típicas da sociedade ateniense: a escolha, em momentos de esgotamento das fontes de fecundidade, de um indivíduo capaz de expiar a poluição da cidade — o *pharmakoi* — e o ostracismo, condenação anual para um cidadão por “sua superioridade que o eleva acima do comum e sua grande sorte que ameaça atrair sobre a cidade a punição divina”; com estas duas condenações, conclui, a sociedade “delimita-se a si mesma em relação a um além e a um aquém. Ela toma a medida própria do humano em oposição, de um lado, ao divino e ao heróico, de outro, ao bestial e ao monstruoso”. Édipo constitui, certamente, um exemplo perfeito destas duas práticas, já que é assumido, antes de nascer, como alguém que poderá vir a ter consequências nefastas para a sua cidade e por isso mesmo é abandonado, depois cumprindo o oráculo e, portanto, maculando-se e maculando a cidade até conhecer a verdade e se excluir a si próprio da comunidade para a purificar — na qualidade de ser mais poluído da cidade, é o *phar-*

makoi por excelência, sem deixar também de ser a vítima de um ostracismo devido ao excesso de afirmação da sua excepcionalidade.

N’*Os Maias* encontramos o mesmo tipo de construção de sujeitos excepcionais que são condenados à tragédia, também devido a uma espécie de maldição familiar — embora em *Rei Édipo* seja evidente, pois remonta a Laio e se prolongará depois pelos descendentes de Édipo, e n’*Os Maias* apareça mais velada, numa narrativa estruturada em três períodos distintos que dialogam e se contaminam, permitindo a Eça de Queirós explorar pontualmente as concepções da narrativa naturalista — e a um destino terrível que actua justamente nas malhas do desconhecimento, mas não poucas vezes anunciado por uma sucessão de indícios e sugestões simbólicas.

Maria Manuel Lisboa, nos estudos contidos em *Teu Amor Fez de Mim um Lago Triste*, analisa o tópico do incesto, recorre à valorização romântica da excepcionalidade do protagonista e à tese defendida por Freud em *Totem e Tabu*, segundo a qual o tabu “significa, por um lado, ‘sagrado’, ‘consagrado’, e, por outro, ‘misterioso’, ‘perigoso’, ‘proibido’, ‘impuro’” (Freud, 1974: 32) e portanto exige restrições e proibições contra “certas pessoas e coisas (que) estão carregadas de um poder perigoso que pode ser transferido através do contato com elas, quase como uma infecção” (Freud, 1974: 35). A autora defende a noção de que Carlos da Maia e Maria Eduarda são dois representantes dessa elite excepcional à qual tudo parece potencialmente permitido:

O incesto, monopólio de reis e faraós (ou de deuses e príncipes renascentistas), é arguivelmente aceitável nesses casos por possuir a tal qualidade bifacetada do profano e do sagrado, além de providenciar a seres de elite consortes condignos (porque idênticos ou consanguíneos) (Lisboa, 2000: 50).

O incesto tem sido, de facto, largamente analisado pela crítica queirosiana como um dos mais prolíferos sinais da interferência da tradição clássica na evolução estética da obra do autor. Considerado um caso extremo e por vezes mesmo algo desenquadrado no contexto do romance, esse tema, presente em outras obras do autor publicadas em vida — *O Primo Basílio* — ou deixadas inéditas — *A Tragédia da Rua das Flores* —, é normalmente associado à estrutura clássica

subjacente ao romance e, assim, identificado como um dos traços marcantes da evolução estética queirosiana, num progressivo afastamento aos modelos naturalistas. António Coimbra Martins (1967: 269), nos seus *Ensaaios Queirosianos*, salientava justamente que “o incesto constitui um tema teatral, e mais exactamente trágico, que remonta a Sófocles”, com várias representações na tradição europeia mesmo na contemporaneidade do romancista português. Coimbra Martins atentava, ainda, nas semelhanças entre a narrativa de *Os Maias* e a de *A Tragédia da Rua das Flores*, exemplo maior de um interesse particular de Queirós pelo tema do incesto, e ainda mais próximo de Sófocles, dado que é entre mãe e filho que se dá o envolvimento proibido (Martins, 1967: 275-276). Alberto Machado da Rosa explora demoradamente o peso dos indícios na construção do romance, enaltecendo as cenas que exibem “o impacto clássico da mais legítima tragédia” (Rosa, 1979: 273) e que, na sua maioria, derivam necessariamente do incesto e das suas consequências na estrutura da família dos Maias. É ainda a questão do incesto que merece da parte de Paul Teyssier (1988) um destaque particular ao efectuar o balanço da recepção e importância de *Os Maias*, aquando do seu centenário, algo tanto mais relevante quanto a expressão utilizada é “tragédie de l’inceste”. Pois, como Teyssier observa, “nul thème, depuis *Oedipe Roi*, ne semble mieux convenir à la tragédie que celui de l’inceste” (Teyssier, 1988: 39).

Carlos Reis dedica importantes páginas do seu estudo *Introdução à Leitura d’ Os Maias* à evidente presença de uma acção trágica no romance, que evolui sem uma implicação directa da crónica de costumes que com ela se intercala; como os outros hermeneutas, comenta as causas da própria atracção de Carlos da Maia e Maria Eduarda como emanando de um destino trágico que os elege para melhor os derrubar. Coimbra Martins (1967: 280) fala mesmo da “‘vocação’ de Carlos para Maria Eduarda”, tanto mais sublinhável quanto várias vezes se comenta no romance a pouca sensibilidade romântica do protagonista e mesmo identificada com a situação de Satanás. Machado da Rosa (1979: 264) sublinha também o fascínio imediato que Maria Eduarda exerce junto de Carlos, associando-o ao simbolismo das diferentes facetas da estátua no jardim do Ramalhete. Carlos Reis (1982: 93) delonga-se nas considerações acerca das múltiplas referências à força do destino, sendo para notar, a nosso ver, de maneira muito significativa, as duas características fundamentais do incesto que

servem para que melhor se compreenda a natureza trágica de *Os Maias*: “a impossibilidade de solução pacífica do conflito instaurado e o facto de atingir, com o seu impacto destruidor, seres dotados de condição superior e acariciados pela felicidade” (Reis, 1982: 91).

É, do nosso ponto de vista, mais adequada esta leitura do romance, por comparação com as considerações de Machado da Rosa relativamente aos dois irmãos, nomeadamente a Carlos, que nos parece demasiado diminuído na sua leitura. Pois, independentemente do diletantismo que ainda em Coimbra começara a exibir, da flutuação da sua crença e força de vontade nos projectos que planeava levar a cabo e da relativa imoralidade que parece macular parte significativa dos seus relacionamentos amorosos, Carlos da Maia não nos parece merecer considerações como a que compara o seu amor com o de Maria para o desvalorizar (Rosa, 1979: 274-275) ou a que o reduz a um homem que “não tem o mais leve traço de grandeza moral” e que é desprovido de coração (Rosa, 1979: 282). Recorde-se, por exemplo, que mesmo no importante jantar do capítulo XV, em que Carlos oficializa a sua vontade de casar com Maria Eduarda levando o seu amigo mais íntimo à Toca, é notório o entusiasmo renascido dos dois amigos, apoiados de muito perto por ela, mesmo perante a ideia de que “o país precisa de nós”³ (p. 521). Um entusiasmo bem mais evidente da parte de Ega, pois Carlos não se afastará muito do espírito diletante e ligeiro, típico de alguém que diz que “eu não nasci para fazer civilização” (p. 522). Mas a verdade é que este jovem na flor da idade, vivendo — como seria natural do seu estatuto — o quotidiano de fortuna que sempre lhe esteve disponível, tem ainda uma vitalidade expressa nesse projecto, de magnitude não desprezável, de se casar. Algo bem diferente do que dele restará dez anos depois, quando a abdição de todas as suas potencialidades e de todos os projectos duradouros e com produtividade é absoluta e ostensiva.

Parece-nos, portanto, existir, até na sua opção de não se suicidar, uma aproximação a Édipo, talvez neste caso mais por cobardia do que por grandeza de sacrifício, mas a verdade é que ambos optaram por permanecer vivos para que a tragédia mais abertamente se abatesse sobre eles. Carlos, não se suicidan-

3. A edição de *Os Maias* que passaremos a citar é a seguinte: Eça de Queirós. *Os Maias*. Lisboa: Livros do Brasil, 2002.

do, sofreria na manhã seguinte a mais trágica das penalizações, a morte do avô, mancha de sofrimento acrescido que teria irremediavelmente de transformar para sempre a sua existência, reduzindo-a a um perfeitamente normal estado de apatia mascarada de fortuna. Aliás, como observa Paul Teyssier (1988: 41), é essa evidência de um amor sagrado, típico de “une expérience supraterrrestre”, que chega tragicamente ao fim, que permite que se dê uma significativa transformação colectiva, pois independentemente do menor grau de efeitos concretos — Afonso é a única vítima concreta dos acontecimentos, e a nosso ver nem mesmo isso permite aproximar o grau de estagnação trágica que emana do desfecho mortífero de *Rei Édipo*, dada a idade avançada do avô de Carlos, que já havia sido utilizada por Ega como argumento no referido capítulo XV, por comparação com a plenitude de Édipo e Jocasta, e mesmo tendo em conta a magnitude dos crimes praticados na tragédia sofocliana, pois no romance de Eça de Queirós não existe nem um assassinato, nem uma mácula com efeitos nefastos em toda uma comunidade, nem herdeiros do pecado para serem amaldiçoados. O destino conduziu, neste caso, a um desfecho igualmente tenebroso — “tout le monde a perdu ses illusions” (Teyssier, 1988: 43) —, aquele que levou dois jovens apaixonados, dados como exemplos de superioridade, a terem de se afastar para sempre e de encontrar, ele na abdicação de qualquer actividade produtiva, ela num casamento conveniente e salvador, uma forma de ocupar os dias e prosseguir de alguma forma com a vida bloqueada.

O romance constrói, de facto, os seus dois protagonistas trágicos como seres superiores a todos os seus concidadãos, destacando-se profundamente no seio de uma sociedade portuguesa decadente. João da Ega, numa das primeiras conclusões após a descoberta da verdade sobre a identidade de Maria Eduarda e, conseqüentemente, a partilha de laços de sangue entre ela e o irmão Carlos, acaba por concluir que esse particularismo que os caracteriza a ambos é a explicação mais natural para se terem reconhecido e atraído, mesmo perante a incredulidade e o choque de perceber que coisas consideradas próprias de outros tempos ocorrem no século do positivismo e da ciência, aparentemente inadequado para qualquer tipo de presença de ideais próprios da mundividência trágica greco-latina, como a crença no destino:

E pouco a pouco aquela luz viva, saída do alto, parecia ao Ega penetrar nessa intrincada desgraça, aclará-la toda, mostrar-lhe bem a lenta evolução. Sim, tudo isso era provável no fundo! Essa criança, filha de uma senhora que a levara consigo, cresce, é amante dum brasileiro, vem a Lisboa, habita Lisboa. Num bairro vizinho vive outro filho dessa mulher, por ela deixado, que cresceu, é um homem. Pela sua figura, o seu luxo, ele destaca nesta cidade provinciana e pelintra. Ela por seu lado, loura, alta, esplêndida, vestida pela Laferrière, flor de uma civilização superior, faz relevo nesta multidão de mulheres miudinhas e morenas. Na pequenez da Baixa e do Aterro, onde todos se acotovelavam, os dois fatalmente se cruzam: e com o seu brilho pessoal, muito fatalmente se atraem! Há nada mais natural? Se ela fosse feia e trouxesse aos ombros uma confecção barata da Loja da América, se ele fosse um mocinho encolhido de chapéu-coco, nunca se notariam e seguiriam diversamente nos seus destinos diversos. Assim, o conhecerem-se era certo, o amarem-se era provável... E um dia o Sr. Guimarães passa, a verdade terrível estala! (621-622).

Desde as suas primeiras aparições, Carlos da Maia é apresentado como um menino que está a ser preparado para a excelência, em claro contraste com o seu pai, de modo a que fosse evitado um destino semelhante ao deste. É também sublinhado desde cedo o desejo de saber do pequeno, que evoluirá como justificação para a escolha da Medicina como área de estudo. No início do quarto capítulo, perante a descoberta dessa vocação, as reacções divergem consideravelmente. Se a maioria dos convidados de Santa Olávia se alarma com aquelas “indécências” (87), — sobretudo as Silveiras, que chegam mesmo a tomar o rapaz por “um libertino ‘que já sabia coisas’” (88) —, Afonso da Maia reage com contentamento: “Não há nada de indecente na Natureza, minha rica senhora. Indecente é a ignorância... Deixar lá o rapaz. Tem curiosidade de saber como é esta máquina por dentro, não há nada mais louvável” (87). Ora será justamente essa curiosidade que acabará por conduzir Carlos num sentido diferente do previsto. Chegado a Coimbra, para estudar Medicina, manifesta-se uma irremediável incapacidade de fixação de interesses em nome do desejo de conhecer:

Carlos, naturalmente, não tardou a deixar pelas mesas, com as folhas intactas, os seus expositores de medicina. A Literatura e a Arte, sob todas as formas, absorveram-no deliciosamente. Publicou sonetos no Instituto — e um artigo sobre o Partenon: tentou, num atelier improvisado, a pintura a óleo: e compôs contos arqueológicos, sob a influência da Salambô. Além disso todas as tardes passeava os seus dois cavalos. No segundo ano levaria um R se não fosse tão conhecido e rico. Tremeu, pensando no desgosto do avô: moderou a dissipação intelectual, acantou-se mais na ciência que escolhera: imediatamente lhe deram um acessit. Mas tinha nas veias o veneno do diletantismo: e estava destinado, como dizia João da Ega, a ser um desses médicos literários que inventam doenças de que a humanidade papalva se presta logo a morrer! (90).

Chegando a Lisboa com a ideia de se transformar numa verdadeira “glória nacional” (97), Carlos começa rapidamente a fazer-se notar por todos, pela sua elegância, pela sua cultura, pela sua riqueza, pelas dispersões intelectuais e amorosas e pelo luxo e despesas que faz, desde logo no consultório e no laboratório. Quase todas as personagens do romance, desde o seu avô Afonso (orgulhoso do neto durante a maior parte da obra) até à inglesa, ama da filha de Maria Eduarda, passando por João da Ega, Dâmaso, Craft e a condessa de Gouvarinho, entre outros, prestam culto à excepcionalidade de Carlos. Aliás, já nos tempos de Coimbra ele atraía em torno de si a juventude universitária, fascinada pelo seu encanto pessoal e pela dispersão de luxo e de intelectualidade que a sua bolsa propiciava. E se inicialmente parece faltar a Carlos uma mulher única capaz de impedir as dispersões amorosas constantes e a saciedade que se lhes segue, a partir do momento em que conhece Maria Eduarda, Carlos parece triunfar plenamente, algo que, a uma luz trágica, significará certamente um excesso de ventura que exigirá dos deuses uma reparação igualmente expressiva. Veja-se, por exemplo, o retrato que dele faz João da Ega, pouco antes da tragédia que estabelece a queda deste aparentemente intocável príncipe perfeito:

Carlos era positivamente o homem mais feliz destes reinos! Em torno dele só havia felicidades, doçuras. Era rico, inteligente, de uma saúde de pinheiro novo; passava a vida adorando e adorado; só tinha o número de inimigos que é necessário para confirmar uma superioridade; nunca sofrera de dispesia; jogava as armas bastante para ser temido; e na sua complacência de forte nem a tolice pública o irritava. Ser verdadeiramente ditoso! (583).

Este retrato exemplar, que cristaliza Carlos como um desses seres de elite que na sociedade ateniense clássica, destacando-se demasiado dos outros mortais, seriam acusados de poderem atrair à cidade as atenções e o castigo divinos, aproxima-se da imagem inicial de Édipo, o glorioso rei de Tebas, o protector do seu povo, o homem mais próximo dos deuses, o solucionador do enigma da Esfinge — um enigma relativo à natureza humana, semelhante àqueles que o talento de Carlos contribuiria para resolver, como se conta, ironicamente: “Carlos realmente não tinha tempo de se ocupar do laboratório; e deixaria a Deus mais algumas semanas o privilégio exclusivo de saber o segredo das coisas [...]” (128). O conhecimento que possuía, garantindo-lhe perceber o funcionamento do organismo humano nas suas mutações e profundidades, não lhe permitiria conhecer-se em profundidade e saber a resposta para questões de uma natureza que a Medicina não poderia resolver, por não serem doenças nem de natureza física nem individual. Comenta a este respeito Alan Freeland:

Na medida em que nós, leitores, não conseguimos reconhecer as pistas importantes no texto, e em que Carlos — o cientista médico — demonstra uma incapacidade análoga para aplicar à sua vida pessoal as aptidões interpretativas da sua disciplina, o romance abala a base epistemológica do Positivismo e da sua contrapartida literária, o romance naturalista (Freeland, 1983: 153).

Mas este retrato de João da Ega mais se destaca quando, justamente no mesmo parágrafo, também executa uma perspectiva esplendorosa de Maria, uma das muitas com que ela é desenhada ao longo do romance, como se fotografasse os dois amantes no derradeiro momento antes da sua queda e do virar do avesso de todo o seu esplendor helénico:

Ega adorava esta velha balada escandinava. Mais porém o encantava Maria, que nunca lhe parecera tão bela: o vestido claro que tinha nessa noite modelava-a com a perfeição de um mármore: e entre as velas do piano, que lhe punham um traço de luz no perfil puro e tons de ouro esfiado no cabelo, o incomparável eburneo da sua pele ganhava em esplendor e mimo... Tudo nela era harmonioso, são, perfeito... E quanto aquela serenidade da sua forma devia tornar delicioso o ardor da sua paixão! (583)

Carlos revelará também uma insaciável curiosidade e desejo de domínio absoluto no momento em que se prepara para saber, da boca de Maria Eduarda, a verdade sobre o seu passado — ou pelo menos a parte de verdade que lhe não escapa, como a ele, e que os condenará a ambos, revelando toda a impossibilidade de se conhecerem em simultâneo as várias peças do puzzle. Veja-se a descrição que é feita desse momento:

Carlos esperava, comovido. Sabia que aqueles lábios amados iam fazer revelações pungentes para o seu coração — e amargas para o seu orgulho. Mas a confidência da sua vida completava a posse da sua pessoa: quando a conhecesse toda no seu passado senti-la-ia mais sua inteiramente. E no fundo tinha uma curiosidade insaciável dessas coisas que o deviam pungir e que o deviam humilhar (596).

A mesma atitude já fora sublinhada algumas páginas antes, ao conversar com Melanie sobre o estranho comportamento de Maria em esconder-lhe a verdade sobre o seu passado:

Estavam próximo do portão da Toca. Carlos retrocedeu, respirando fortemente, com o chapéu na mão. E agora todo o seu orgulho se ia sumindo sob a violência da sua ansiedade. Queria saber! E perguntava, deixando entrar Melanie nas coisas dolorosas da sua paixão... ‘Dites toujours, Melanie, dites!’ Sabia a senhora que Castro Gomes estivera com ele no Ramalhete, lhe confessara tudo?... (494).

E no momento da verdade, mesmo que depois noutros momentos a mesma coragem não se verifique, o neto de Afonso da Maia se mostra resoluto:

— Ah! és tu? exclamou Carlos, erguendo-se da mesa de trabalho, com uns papéis na mão.

Parecia ter conservado um animo viril e firme: apenas os olhos lhe rebrilhavam, com um fulgor seco, ansiosos e mais largos na palidez que o cobria [...].

— Que diabo de embrulhada é esta que me vem contar o Vilaça? — rompeu Carlos, cruzando os braços diante do Ega, numa voz que apenas de leve tremia.

Ega balbuciou:

— Eu não tive coragem de te dizer...

— Mas tenho eu para ouvir!... Que diabo te contou esse homem? (640).

Estamos perante uma condenação que, à semelhança de Édipo, advém dos pecados dos antepassados, uma vez que foi a seguinte sequência de acontecimentos que determinou o seu destino: o casamento de Pedro da Maia com Maria Monforte, à revelia do avô, e a posterior atitude inflexível deste, nunca desejando conhecer os netos; a fuga de Maria Monforte, que destrói a família e permite o distanciamento dos dois irmãos e a sua criação em meios diferentes; o suicídio de Pedro da Maia, abandonando quer a filha — que não procura reencontrar — quer o filho, que acabara de deixar nas mãos de um avô que até ali nunca quisera saber dele; a pouco eficaz busca de Afonso da Maia pela neta, descrita de modo atabalhoado e contrabalançada pela certeza “daquele neto que crescia belo e forte ao seu lado” em lugar daquela neta “tão distante, tão vaga, a quem ignorava as feições” (79); as sucessivas lacunas na história do seu passado, Carlos tendo de esperar pelos tempos de universidade para saber quem havia sido a mãe (182-184) e Maria nunca sabendo do verdadeiro pai, convencida pela mãe de que era austríaca. Até o nobre Afonso da Maia, a figura que a crítica da obra mais tem enaltecido, apesar dos seus defeitos, contribuiu para o enredo que destruiria a família e para ser “vencido enfim por aquele implacável destino que, depois de o ter ferido na idade da força com a desgraça do filho, o esmagava ao fim da velhice com a desgraça do neto” (646).

Veja-se a semelhança entre esta irreversível vontade de ouvir a verdade e a de Édipo, quase nos mesmos termos com que Carlos responde a Éga, em certo sentido o Servo/Amigo que sempre o acompanhou e que, naquele momento, porta a verdade indesejada:

SERVO

Ai de mim, que estou perante o mais terrível de dizer!

ÉDIPO

E eu de ouvir, mas tem de ser ouvido (v. 1169-1170).

Em ambos os casos estamos perante aquele conhecimento que Tirésias lamentava na sua primeira intervenção: “Oh, oh! Como é terrível o saber quando não traz vantagem possuí-lo — este é um facto que eu bem conheço, mas havia-me esquecido; de outro modo, não teria vindo aqui” (v. 316-318). João da Ega já tivera, antes deste encontro com Carlos, os dois sentidos dessa dialéctica do conhecimento. Ao saber por Guimarães — um implacável agente do destino que será referido várias vezes ao longo de toda a obra e que marcará todo o peso da acção involuntária de um ser completamente alheio aos factos mas que vem destruir a felicidade dos heróis trágicos — do conteúdo do cofre fatal, Ega deixa-se dominar pela necessidade de ter a certeza da verdade:

Ega, como a um clarão de relâmpago, entrevira toda a catástrofe: e agarrou àvidamente o braço do Sr. Guimarães, num terror que ele abalasse, desaparecesse, levando para sempre o seu testemunho, esses papéis, o cofre da Monforte, e com eles a certeza — a certeza por que agora ansiava. E através do Loreto, vagamente, foi balbuciando, justificando a sua emoção, para tranquilizar o homem, poder lentamente arrancar-lhe as coisas que soubesse, as provas, a verdade inteira (616).

Depois de o saber, várias vezes o lamentará, porém, adiando o momento da revelação da verdade ao amigo e antecipando dolorosamente o sofrimento deste, chegando mesmo a considerar a hipótese de ocultar a verdade:

Que faria, santo Deus, com aquele segredo terrível que possuía, de que só ele era senhor, agora que o Guimarães partia, desaparecia para sempre? E antevendo com terror todas as angústias em que essa revelação ia lançar o homem que mais estimava no mundo — a sua instintiva ideia foi guardar para sempre o segredo, deixá-lo morrer dentro em si. Não diria nada; o Guimarães sumia-se em Paris; e quem se amava continuava a amar-se!... Não criaria assim uma crise atroz na vida de Carlos — nem sofreria ele, como companheiro, a sua parte dessas aflições. Que coisa mais impiedosa, de resto, que estragar a vida de duas inocentes e adoráveis criaturas, atirando-lhes à face uma prova de incesto!... (623)

No entanto o destino trágico, quer no caso de Édipo, quer no da família dos Maias, teria irremediavelmente de se abater, com consequências terríveis, sobre as personagens aparentemente mais intocáveis de entre os mortais.

Defende Charles Segal (1995: 145), em *Sophocles' Tragic World*, que “the *Oedipus*, like no other Greek play, dramatizes this coming together of a complex past action into a single critical moment”, devido ao facto de os acontecimentos traumáticos do passado terem sido ocultados pelo aparente esquecimento de todos, para, revolvidos, virem todos ao de cima de uma única vez para se abaterem sobre o presente e condicionarem todo o futuro (Segal, 1995: 147-148). Esta é uma noção partilhada em absoluto pelas duas obras em consideração, abalando todas as certezas e a grandeza de todos os retratos, e aproximando na mesma presença tocante das grandes tragédias obras de contextos e enquadramentos estéticos tão diferentes.

Bibliografia

- BOWRA, C. M.. *Sophoclean Tragedy*. Oxford: Clarendon Press, 1965.
- CARVALHO, Sílvia Maria Schmuziger de. “O mito de Édipo: uma análise antropológica”, in Jacyntho Lins BRANDÃO. *O enigma em Édipo Rei*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1984. 19-41.
- FREELAND, Alan. *O leitor e a verdade oculta*. Lisboa: INCM, 1983.
- FREUD, Sigmund. *Totem e Tabu*. Rio de Janeiro: Imago, 1974.
- FREUD, Sigmund. *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. Lisboa: Livros do Brasil, 1999.

- JABOUILLE, Victor. “Algumas considerações acerca da estrutura do mito de Édipo”. *Euphrosyne*, Nova Série, Vol. X. (1980): 119-132.
- LISBOA, Maria Manuel. *Teu amor fez de mim um lago triste*. Porto: Campo das Letras, 2000.
- MARTINS, António Coimbra. *Ensaio Queirosianos*. Lisboa: Europa-América, 1967.
- QUEIRÓS, Eça de. *Os Maias*. Lisboa: Livros do Brasil, 2002.
- REIS, Carlos. *Introdução à Leitura d’Os Maias*. Coimbra, Almedina, 1982.
- ROSA, Alberto Machado da. *Eça, discípulo de Machado?*. Lisboa: Presença, 1979.
- SEGAL, Charles. *Sophocles' tragic world: divinity, nature, society*. Cambridge: Harvard University, 1995.
- SERRA, José Pedro. *Pensar o trágico*. Lisboa: Gulbenkian, 2006.
- SÓFOCLES. *Rei Édipo*. Lisboa: Edições 70, 1995.
- TEYSSIER, Paul. “Os Maias cent ans après” in *Eça de Queirós et la culture de son temps*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, 1988. 23-48.
- VERNANT, Jean-Pierre. “Ambiguidade de reviravolta. Sobre a estrutura enigmática de Édipo-Rei” in Jean-Pierre VERNANT e Pierre VIDAL-NAQUET. *Mito e Tragédia na Grécia Antiga*. São Paulo: Perspectiva, 1999. 102-137.

Nota Curricular

Mestrado em Estudos Românicos na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Investigador do CLEPUL e doutorando com bolsa da FCT para realizar uma tese dedicada ao estudo da representação do sujeito artístico marginal, transgressivo e heterodoxo no Surrealismo-Abjeccionismo em Portugal.

Contacto

ruidnsousa@gmail.com

Maleita de amor Ensaio sobre sentimentos e afectos na antiguidade clássica

Reina Pereira
Universidade da Beira Interior (Portugal)

Resumo

O artigo apresenta-se como um ensaio sobre vários tipos de afectividade amorosa desenvolvidos na Antiguidade Clássica e aproveitados no Período Medieval. Propõe-se concluir que o afecto não é algo inerente à Criação (divina ou humana). Aliás, manifesta-se como uma patologia pandémica adquirida durante a vida, que se manteve em vários períodos históricos. Só uma filosofia adequada permitirá ultrapassar a enfermidade amorosa e encarar a afeição como algo de nobilitante.

Palavras chave: Criação — Amor — Relacionamentos — Mal de amor — (Neo-)platonismo.

Lovesickness. Essay about Feelings and Affections in Classical Antiquity

Abstract

This article is an essay about the different types of love affectivity developed in Classical Antiquity and used throughout the Medieval Period. It aims to conclude that affections are not innate to Creation (divine or human). They appear as a pandemic pathology contracted during life, sustained in several periods of history and literature. Only an appropriate philosophy may overcome that lovesickness and help positively face the affections.

Key words: Creation — Love — Relationships — Lovesickness — (Neo)Platonism.

Receção: 23-03-2012 | Admissão: 18-02-2013 | Publicação: 31-05-2014

PEREIRA, Reina: “Maleita de amor. Ensaio sobre sentimentos e afectos na antiguidade clássica”. *Agália. Revista de Estudos na Cultura*. 106 (2012): 79-101.

1. Introdução

Primeiro de entre todos os deuses, gerou-se Eros
Parm. fr. 13 Diels

Partindo do fragmento de Parménides em epígrafe, fundamenta-se uma atmosfera romântica que associa todos os relacionamentos amorosos com desejos suscitados, desde o Início dos Tempos, por uma divindade tradicionalmente representada como pueril, alada e de flechas em riste — Eros/Cupido (cf. Mosch. 1). Todavia, não será excessivo afirmar que, considerando a Antiguidade Clássica, o relacionamento entre os seres e a afectividade, tanto no plano divino, como humano, se tratou de uma área desenvolvida *a posteriori*, o que contraria as palavras de Parménides.

2. As relações no início das raças: as divindades

De facto, considerando as informações disponibilizadas pelas cosmogonias e teogonias de então, assim como pelas diversas alusões de vários autores, nas suas produções literárias¹, a necessidade de união e contacto esteve ausente no Início

1. Entre as teogonias, há a destacar, desde logo a hesiódica. Apresentaram-se igualmente outras, como as dos θεόλογοι ('teólogos') Acusilau de Argos; Ferecides de Siro. Destacam-se ainda figuras como Proclo, Epiménides de Creta e também de nomes que serão pseudónimos, como Museu e Bácsis, todos do período Arcaico, que tiveram por objectivo discorrer acerca do passado mitológico. Notem-se, a título ilustrativo, as referências de *Il.* 14.201, numa alusão próxima da teogonia órfica, provavelmente dos séculos VI/V a.C. (Orph. fr. 66a/b Kern), referindo "Oceano, a partir do qual todos os deuses surgiram" (traduzimos as citações do grego para o português; mantemos o original apenas quando julgamos que acrescenta alguma informação relativamente valiosa); Hom. *Épigr.* (*b. Merc.*: 423 sq); E. *Hipp.* 948-954; Ar. *R.* 1030-1036; *Av.* 693-702, parodizando a questão, ao mencionar que, no princípio, terão existido Caos, Nix e Érebo; Arat. 17; Nic. 1; Apollon. 1.492-512; Q. S. 3.755; Nonn. *Dionys.* 41. 82 sq., 142 sq.. Considerem-se, na cultura romana, Verg., G. 4.345 (Clímene), *Ecl.* 6 (Sileno), *Aen.* 1.740-746; Lucr. 5.548 (*prima concepta ab origine mundi*). Vejam-se, de igual modo, Eudemo e a cosmogonia do ovo; *Oracula Sibyllina*; o Papiro de Derveni (documento BM 74329), a propósito do orfismo. Cf. Bernabé 2004: lxxxv, 394, o qual disponibiliza diversos dados respeitantes às teogonias órficas (Derveni, Eudemiana, Helaniana e Rapsódica); aos mitos de criação; à natureza da alma, catábases, ritos e destino. Embora considerados forçados, os comentários do poema que compõe o Papiro de Derveni conectam o início da criação com o princípio fálico. Com efeito, menciona-se o episódio relacionado com o incidente de Zeus, que teria engolido o falo da castração de Úrano (divindade emanada da Noite original), gerando-se, assim, diversos deuses, numa primeira etapa. Não se tratando de uma teogonia em termos estruturais, Ovídio

da Criação e, seguindo este princípio, também todo o afecto e sentimento. Com efeito, Hesíodo contemplava, entre os primeiros seres (πρωτογενής), Caos (Casma), Terra, Tártaro e Eros (*Th.* 116-122), donde se conclui que surgimento (cf. γίγνομαι) da primeira Criatura ocorre, assim, *ex nihilo* (*Th.* 116).

As entidades divinas iniciais consistiam em elementos da Natureza não individualizados e emergentes a partir do caos inicial (ék Χάεος). As primeiras criações correspondiam, *mutatis mutandis*, a um processo decorrente de um método de divisão assexuada. Na reprodução evolutiva, chegados a Gaia, constatava-se que a deusa começaria por proporcionar concepções “sem afectividade”. Por conseguinte, as entidades divinas primitivas eram seres da Natureza, surgidos a partir de Gaia. Todavia, desde o momento em que demarcam os géneros, atesta-se uma separação com fins reprodutivos. Assim, Gaia ter-se-á visto compelida a conceber o seu par, com vista a garantir a continuidade da sua raça. Por tal, gera, por partenogénese², um ser masculino a partir de si mesma: “E Gaia gerou primeiramente Úrano, igual a si própria” (Hes. *Th.* 126-7) — o seu filho Úrano. Quando Terra (Gaia) e Céu (Úrano) deixam de constituir apenas elementos naturais e passam a acumular uma existência física no plano mitológico, substitui-se o método monogâmico, pacífico, fendedor e evolutivo, seguido até então, pela influência activa e “agressiva” (cf. βία) de Eros. Verifica-se, dessa forma, uma (re)união dos elementos: “mas depois deitou-se com Úrano” (Hes. *Th.* 132-3). Na realidade, logo que surgiu, Úrano individualiza-se face à sua progenitora; domina-a enquanto esposo e apropria-se do seu ventre para gerar descendência, conforme se denota a partir do excerto subsequente: “O Ciclo Épico inicia-se com a união confabulada do Céu e da Terra, da qual lhe gerou filhos com trezentas mãos, e três Ciclopes” (Phot. *Epit. Procl. Chr.*). Desenhava-se, nesse conflito sexual, uma estrutura social masculinizada, que se reflectiria no plano humano.

apresentaria a sua obra *Metamorfoses* como modo de explicar algumas origens, a começar pela do mundo (*Met.* 1.3: *primaque ab origine mundi*); e certas mudanças. A respeito desta temática, vd. Burkert, 1983; Lankila, 2009: 21-43; Bernabé, 2000: 43-80; Kern, 1922; West, 1983; Alderink, 1981; Casadio, 1991: 119-155; Tarrant, 2002: 349-360; Lämmli, 1964; Corey, 1832; Bremmer, 2008; Myers, 1994; Coleman, 1964: 461-477; Galinsky, 1975; Helzle, 1993:123-134; Nilsson, 1935: 181-230; Elton, 1815: LVI; Linforth, 1941; Rice, Stambaugh, 1979; Hardie, 1986.

2. Note-se Hera, sem a participação de Zeus, em *Ov. Fast.* 5.229.

3. Os relacionamentos no início das raças: os mortais

No que respeita à esfera humana, muitos julgam tratar-se de uma criação divina³, moldada a partir do barro (Xenoph. fr. 8-10)⁴, à imagem daqueles, isto é, um produto, não da natureza (*physis*), mas da *techne*. Nos momentos iniciais, reportados nas descrições da Idade do Ouro (Hesíodo; Ovídio), sob o governo de Crono, parecia existir apenas o género masculino, pelo que não fica claro o modo de reprodução. Só a partir do surgimento da mulher o envolvimento sexual se torna uma necessidade para garantir a reprodução e a preservação da espécie.

A mulher constitui um marco determinante na raça humana. Consubstanciada na figura de Pandora, encontrava-se integrada numa forma de castigo divino extensivo à raça dos mortais, que havia sido agraciada por Prometeu, conforme denota Hesíodo: “A partir dela está a raça mortal e a estirpe das mulheres, as quais vivem entre os homens mortais, para sua grande desgraça” (Hes. *Th.* 590-592). Acresce ainda, na consideração do Beócio, a mulher como a pior praga alguma vez criada por Zeus: “Com efeito, Zeus concebeu este grandioso mal — as mulheres” (fr. 7 West, 96-97. Cfr. Hes. *Op.* 114-115). Não bastante esse “καλὸν κακόν” (“mal formoso”. Cf. Hes. *Th.* 585, 600-601), impunha-se, outrossim, “um segundo mal à humanidade”⁵, determinado pelo destino — a institucionalização do relacionamento entre homens e mulheres, na forma de casamento (“γάμον μοῖρα”. Cf. Hes. *Th.* 607)⁶. Porém, apesar dos diversos ícones de maldade feminina, como Medeia ou Clitemnestra, existiam também

3. O dilema de saber se o homem criou os seus deuses, mormente antropomórficos (cf. epítetos teriomórficos, como “Hera de olhos bovinos”, *Il.* 8.471) e com qualidades e defeitos hiperbolizados (Xenoph. fr. 1, 5, 6, 16 Diels. Vd. Clem. Al. *Strom.* 7), ou até deificando e reverenciando entidades físicas de valor, como propria a tese everemista (Vd. Clem. Al.4.54.3: “Tanto reis como pessoas privadas, exaltavam-se, intitulado-se a si mesmos deuses”); ou se acontecera o inverso, não é novo, nem contemporâneo. A questão parecia, aliás, assaltar a mente de autores Antigos, como Xenófanes (fr. 11 Diels).

4. Note-se ainda que, à semelhança da origem criadora descrita nas várias cosmogonias da Antiguidade, também a tradição Judaico-Cristã recorre a um princípio de divisão/multiplicação, a partir de uma Unidade a que procuraria voltar a unir-se. Assim teriam sido gerados Homem e Mulher, à imagem e semelhança de Deus (*Génesis* 1: 27-28).

5. Cf. Eub. fr.115 *PCG*; Sen. fr.585 Radt; Pl. *Trin.* 1183-1186). Cf. Rougemont, 1939.

6. Note-se, outrossim, Men. 651 K: “o casamento, a bem ver, é um mal, mas um mal necessário”.

mulheres virtuosas⁷. Em suma, com as devidas reservas, a união com uma mulher poderia revelar-se positiva, conforme constata Semónides: “Não há nada melhor para um homem do que uma boa mulher, nem nada pior do que uma má” (Semon. fr. 6 Bergk). De notar, porém, que o afecto não se encontrava necessariamente apenso a esse tipo de uniões heteroeróticas.

Não obstante os eventuais percalços, bem como os fundamentos estóicos mediante os quais todas as paixões deveriam ser evitadas pelo *sophos* (ἀπάθεια), convém constatar que o ser humano, conforme refere Aristóteles (*Pol.* 1253a), se trata de um “animal político”, o qual, para realizar-se na sua totalidade, deverá estabelecer contactos com outros da sua espécie. Logo, os actos voluntários de reclusão, misoginia, misandria ou de celibatário, constituem opções *contra naturam* e, além do mais, de impiedade e insolência (ὑβρις)⁸. De facto, ultrapassando os efeitos prejudiciais induzidos pelos relacionamentos, a sua recusa

7. Vd., no âmbito da mitologia, Alceste, Árpalis, Brite, entre outras; em termos históricos, considere-se Lucrecia. Note-se ainda, neste sentido, Walter Map ao dirigir-se a Rufino com um conselho misógino generalista, na sua obra medieval, *De Nugis Curialium* (3.20: *Epistola Valerii ad Rufinum philosophum ne uxorem ducat*). Aí desconstrói todos os ícones tradicionais de virtuosismo feminino: “Amice, nulla est Lucretia, nulla Penelope, nulla Sabina; omnes time”, “Amigo, não há nenhuma Lucrecia — nenhuma. Nenhuma Penélope, nenhuma Sabina. Teme-as todas”.

8. Note-se Plutarco (*Eroticos* 13), que aludira ao carácter divino do Amor (Eros) e à sua pujança, superior a Afrodite e até a Ares (cf. *Od.* 8.282-299), que também cederam ao amor. Note-se aliás que a guerra pode entender-se como uma metáfora do amor, enquanto acto de invasão aquando da penetração sexual. A negligência dos cultos de Afrodite e Díónisos (cf. Penteu, Leucipo; Ametista), em detrimento de Ártemis ou Ares, assim como o inverso, mereciam castigos (vd. ninfa Aretusa, Hipólito, Narciso, Polifonte, a título exemplificativo). Com efeito, em virtude das propriedades reconhecidas ao vinho, não raro efectuavam-se sacrifícios propícios à fertilidade, em honra de Díónisos e Afrodite, conjuntamente, segundo atesta Cornuto (30). Note-se, pois, Aristófanes, ao manifestar essa associação, numa canção a Fales, a personificação do falo e também companheiro de Díónisos / Baco: “Fales, companheiro de Baco” (Arist. *Ach.* 263). De facto, a escolha pelo celibato não apenas colocava em risco a continuidade da linha genealógica, como também impedia o prosseguimento do culto familiar. Consta inclusivamente que terá existido uma lei ancestral que proibia o celibato (D.H. 9.22. Vd. Cic. *Leg.* 3.2), comportamento este punido como um crime (Plu. *Lyc.* 15; Poll. 3.48). Donde a necessidade de contrair matrimónio (Men. fr. 185). Considere-se, também, à luz do credo Judaico-Cristão, “*crescite et multiplicamini*”, “crescei e multiplicai-vos” (*Génesis*, 1.22). Verifique-se a importância da fertilidade, na produção de descendência e da fidelidade para assegurar a legitimidade dos filhos. Cf. o primeiro divórcio considerado, no ano de 231 a.C., por Espúrio Carvílio Ruga, em virtude da infertilidade da sua esposa (Gell. 4.3.1). Vd. Coulanges, 1975.

voluntária traduzia-se num tipo de arrogância, necessariamente punível, porque a afectividade decorre da inspiração de divindades. De facto, o *eros* (e o seu exercício), apesar de constituir uma força de contrastes, ou não se tratasse Afrodite de “uma deusa terrível e bela” (Hes. *Tb.* 194), resultava, afinal, de um dom divino⁹, quer se considerasse enquanto contributo para a educação de jovens, no sentido da virtude (cf. pederastia); quer se tomasse apenas como a concretização de desejos físicos/sexuais (Cf. Andr. *SVF* 3.397).

4. Os afectos

Os relacionamentos poderiam fazer-se acompanhar de sentimentos, ainda que tal não fosse uma condição absolutamente necessária. Considerando a afectividade, são vários os tipos de afeição (Archil. fr. 25.1-5 West) abrangidos pela mesma forma verbal helénica — φιλεῖν, designadamente φιλία (cf. lat. *amicitia*); ἀγάπη; ἔρος.

A φιλία (vd. Arist. *EN.* 8.2-6) denota amizade ou amor familiar. Corresponde a uma afectuosidade leal, mútua, que se cria e partilha, quer em momentos proveitosos, quer em ocasiões de dificuldade (cf. lat. Cic. *Fin.*1.20.65). O afecto em causa prima por ser recíproco, retributivo (cf. χάρις). Destituída da necessidade de existir envolvimento sexual, a φιλία manifestava-se para além dos limites domésticos e familiares, designadamente em relação à πόλις (vd. sacrifícios altruístas), aos hóspedes e suplicantes (Vd. ξένοι/ ξενία); a camaradas militares. A ligação ultrapassa os limites geracionais e o laço pode vir a ser invocado a seu tempo. Aristóteles complementa a definição com a referência de que se trata de uma carência existencial: “Com efeito, a amizade é uma **virtude**, e é uma das maiores **necessidades** da vida. De facto, ninguém escolheria viver sem amigos, mesmo possuindo todos os bens” (Arist. *EN.*1155a 3; carregados nossos).

Um sentimento paralelo à φιλία, pelo carácter desinteressado, atemporal, retributivo, nobilitante e pela espontaneidade que pressupõe, recebe a designação de ἀγάπη¹⁰ ou *caritas* (“irmandade”). No âmbito da tradição Judaico-Cris-

9. O mesmo se aplicava a Priapo, pelo que referido, em muitos dos *Carmina Priapea*, como uma divindade.

10. Vd. Smith, 2003; Soble, 1989; Nygren, 1953; Konstan, 1997.

tã, encontra-se sobretudo no *Novo Testamento*¹¹, onde se reporta o relacionamento que une os que nutrem tal sentimento, não apenas no plano humano, mas igualmente em ambas as esferas, humana e divina (Vd. Soble, 1990; La-Follette, 2005).

Finalmente, ἔρως surge como uma categoria afectiva divinizada nas figuras de Afrodite e Eros¹², revelando, assim, duplicidade e ambivalência. Implicava o contacto sexual e podia manifestar-se em vários tipos de relacionamento, quer hetero, quer homoeróticos¹³.

5. O eros nos relacionamentos

As diferentes uniões motivavam diversos pareceres. Assim, existiam os que condenavam os relacionamentos homoeróticos, tanto os efébricos, como os lésbicos, em particular. De facto, consideravam-nos ou como decorrentes de um descuido de Prometeu em estado ébrio (Phaed. 4.16); ou como fruto de um acidente ocorrido no decurso do acto concepional (Parm. fr. B18.231-240), impeditivo

11. Vd., a título ilustrativo, Mateus 22:39, João 4:8,15:12, Deuterónimo 6:5. Cf. um sentido não tão positivo na *Segunda Epístola* a Timóteo 4:10, Levítico 19:18, Mateus 5:44-45. Considere-se, posteriormente, mas com sentido idêntico, o “*Tratado de Comfissom*” (1489), onde se afirma a superioridade do amor a Deus (“todas as cousas deuemos de leyxar polo amor de Deus e polo seuriir”). Note-se, a propósito do amor divino, Salesius, 1657.

12. De facto, existiam divergências, já na Grécia Antiga, a propósito dos laços que uniam duas divindades que, de certa forma, partilhavam a mesma esfera de actuação — Eros e Afrodite. Assim, autores há, como Mosco (fr.1), que aludem a Afrodite enquanto mãe de Eros. Cícero, por seu turno, munir-se-ia de uma recolha efectuada a partir da tradição corrente na Antiga Grécia (“ex uetere Graeciae fama collecta sunt”), para sumarizar a questão, nos seguintes termos: “Cupido primus Mercurio et Diana prima natus dicitur; secundus Mercurio et Venere secunda; tertius, qui idem est Anteros, Marte et Venere tertia”, “O primeiro Cupido diz-se ser filho de Mercúrio e da primeira Diana; o segundo, de Mercúrio e da segunda Vénus; o terceiro, que é o mesmo que Antero, de Marte e da terceira Vénus” (Cic. *ND*. 3.60). Fontes mais antigas, porém, a julgar por Hesíodo (*Th*. 201-202), reportam simplesmente um companheirismo, ao mencionar que, após o seu surgimento, acompanharam Afrodite as divindades Eros e Hímero (Desejo). A propósito da interpretação de representações icónicas sobre Cupido, vd. Panofsky, 1939: esp. 95-128.

13. A propósito da vulgaridade e virtuosismo dos relacionamentos homoeróticos, considere-se Platão: “Faz parte da nossa tradição que um homem livre devote o seu serviço a outro, na crença de que aquele o tornará melhor, seja em termos de sabedoria, ou em qualquer outra área da virtude [...]. Comparemos as duas normas — uma relacionada com a paixão por rapazes, e a outra com o amor pela sabedoria e pela virtude” (Pl. *Smp*. 184C-d).

de uma *correcta* união do factor feminino com o masculino, o que justificaria comportamentos excessivamente efeminados em homens e supra-viris em certas mulheres (cf. tríades). Outrossim, Aristóteles (*EN.* 1148b, 1150a-1150b), à semelhança de Platão (*Lg.* 1.636, 8.838, 8.841), chega a aludir ao homoerotismo como um comportamento doentio. Neste cenário, alguns autores, como Marco Argentário, defendem a superioridade do amor por mulheres e dos relacionamentos heterossexuais: “o amor de uma mulher é o melhor para os mortais” (Marc. Arg. 5.116 *AP*). Todavia, outras posições, como a retratada na obra tardia *Erotes*, atribuída a Luciano de Samósata, afirmavam a superioridade dos relacionamentos homoeróticos (Vd. Dover, 1978). O retrato disponibilizado reportava as mulheres como frívolas e desprovidas de beleza natural¹⁴. Aliam-se a estes aspectos a incapacidade de as mulheres restringirem e moderarem os seus desejos, aos mais diversos níveis: sexualidade, fidelidade (vd. Ath.13. Cf. Prop.13); reserva; fala. Tratar-se-ia, pois, de um *eros* maior, baseado na verdadeira amizade, porque entre iguais, sobretudo se os amados fossem virtuosos (e.g. Euríalo/Niso, in Verg. *A.* 9. 176-449; Corídon/Alexis, in Verg. *Ecl.* 2. Cf. X. *An.* 7.4.7-11).

Frequentemente, o comportamento homoerótico assumia contornos de pederastia¹⁵, sempre que um homem mais velho (ἐράστης), qual figura paterna, proporcionava um ritual de iniciação a um jovem imberbe (ἐρόμενος). Afastado do seio familiar, o mancebo era introduzindo pedagogicamente na vida adulta, recebendo valores, experiência e até presentes, sem que tal significasse necessariamente um envolvimento sexual, não obstante a forma linguística ἐρόμενος corresponder à voz passiva do participio passado do verbo ἔραμαι (‘desejar sexualmente’), o que apontava para uma participação inactiva do iniciado. Reconhecia-se valor à pederastia, enquanto forma de relacionamento reci-

14. Note-se um epigrama de Antip.Thess., *AP*7.413, no qual Hiparca se afirma afastada das conotações frívolas e interesseiras normalmente associadas às mulheres.

15. Em termos mitológicos, a origem da pederastia remonta a Orfeu (Phanocl. 6.15), que, inconformado por ter perdido Eurídice por duas vezes, banuiu as mulheres do seu coração (*Ov. Met.* 10.78-85) e introduziu a pederastia na Trácia. Já a tradição grega aponta correntemente os cretenses como autores da pederastia (vd. Tim. *apud* Ath. 602f). Aliás, Platão (*Lg.*636c-d) considera a existência do mito de Zeus/Ganimedes como uma forma de justificar certos comportamentos ‘mais indecorosos’ dos cretenses. Vd. Percy III, 1996; Bremmer, 1980: 279–298.

procamente vantajoso¹⁶, tanto para o jovem, que era encaminhado na aprendizagem para a virtude, o conhecimento e a compreensão, como para o elemento sénior, que aproveitava a beleza física do mancebo para atingir a beleza intelectual. Na certeza de que amar um parceiro virtuoso inspira o Bem, resulta uma reciprocidade no proveito obtido numa relação pederasta, conforme regista Platão: “Eu, da minha parte não sei dizer se é maior a honra de um homem em ter, na juventude, um *erastes* digno, ou a de um *erastes* possuir um *eromenos* digno” (Pl. *Smp.* 178c). Eis, pois, que, em ambos os tipos de relacionamento, se encetava uma união recíproca, no caso, de qualidades e interesses, dando-se origem a uma nova entidade comum, desinteressada — um ‘nós’, em detrimento de individualismos e autonomias. O bem do ente amado, porque faz parte da constituição ontológica do amador, resulta no seu próprio bem. Assim funciona o dinamismo amoroso, pelo qual o carácter egocêntrico, necessário enquanto ponto de partida para o relacionamento afectivo (Arist. *EN.* 9.8), dá lugar ao altruísmo (Vd. Annas, 1977: 532–554; Ortiz-Millán, 2007: 127–144; Price, 1989), que, por sua vez, reverte o interesse individual. Esta instrumentalização, porém, levada ao extremo, poderá redundar num carácter fungível e descartável da figura amada, afinal passível de ser substituída por outra, com características análogas, igualmente capaz de acarretar benefícios similares para o amador.

6. A duplicidade do *eros*

Violento e arrebatador, *eros*, princípio divino¹⁷ de cariz alegórico superior a deuses e homens (Hes. *Th.* 121-122), constituía em si mesmo um desvario desarrazoado, uma afectação furibunda (*furor*) e pirética, metaforicamente infligi-

16. Os amantes não deveriam resistir, mas antes corresponder, de modo a atingirem a Felicidade. Eis porque era de todo proveitoso aceitar o domínio de um *erastes* (Pl. *Smp.* 184e), até para garantir a formação de homens capazes para a vida política (Pl. *Smp.* 192b). Os mancebos prezados por heróis eram, por isso, também eles mais distintos, em termos de comportamentos, beleza e amizade. Tinha-se, assim, como sinal de distinção para um jovem grego o assédio por diversos homens (cf. Cirno in Thgn. 1.39-40, 46-47, 52-53, 55-56, 64-65, 81). Vd. Kolodny, 2003:135–189; Sargent, 1987; Schrempp, Hansen, 2002; Comstock, Henking, 1997.

17. Vd.: “Mas a ser o amor, como de facto é, um deus, ou algo divino, não pode ser nada de mal” (Pl. *Phdr.* 242e).

da pelas setas de Afrodite/Vénus¹⁸ ou do deus Eros, eterna criança ‘álada’ (Cic. *ND.3.58: pinnatus Cupido*), herdeira dos atributos maternos (vd. Afrodite), turbulenta, capaz de ludibriar, de trapacear e de inspirar desejos eróticos em todos os seres, humanos ou divinos¹⁹. Consumava-se fisicamente através de dor, ataques, violência, invasões e destruição, perpetrados pelo elo mais forte e poderoso do relacionamento. Não surgia assim por acaso o uso de metáforas literárias bélicas, adoptadas pela elegia romana, a partir da Comédia Nova Latina, e aplicadas ao erotismo (Vd. Goldhill, 1995; Walcot, 1998: 166-187) enquanto guerra, tal como *militia amoris*²⁰ (Ov. *Ars* 2.233: *militiae species amor est*. E.g. Ov. *Am.* 2.9; Hor. *Carm.* 3.26).

Eros partilhava a sua esfera de acção com Afrodite, deusa a que se reconhecia também uma funcionalidade reprodutiva, tanto na esfera humana, como na divina (cf. *h. Ven.*; Ov. *Met.* 5.318 ss; Hyg. *Astr.* 30). Em ambos os casos era possível encontrar uma ambivalência, que se estendia ao teor dos sentimentos que inspiravam.

Ora, no que respeita ao *eros*, há a considerar a sua duplicidade, conforme reporta Platão, através da figura de Sócrates que coloca numa das suas obras: “Se o amor fosse um só, estaria tudo bem, mas sabes, ele não é apenas um” (Pl. *Smp.* 180c. Cf. Sapph. 116). Em continuação, acabaria por especificar os dois tipos de afecto: um, manifestado nas paixões de pederastas, certamente físico; o outro, etéreo, centrado na virtude e no saber. Depreende-se, em todo o caso,

18. Importa notar os efeitos reconhecidos nas flechas de Afrodite/Vénus, como se vislumbra numa composição onde se apela a Vénus que escolhesse outro alvo para atirar as suas flechas, dado que no indivíduo em questão já não havia lugar (Vd. *AP* 5.98).

19. Credo nas palavras que Hera dirige a Atena, na epopeia iliádica, ninguém, entre mortais e imortais, poderia libertar-se do amor e do desejo impostos por Afrodite (*Il.* 14.198-199). Até Zeus, não obstante o seu compromisso matrimonial com Hera (Mel. *AP* 12.101), estava susceptível aos seus caprichos (*h. Ven.* 5.36-37, Luc. *DDeor.* 6 ed. Macleod). Nem a própria deusa escapava às imposições dos desejos de amor, fosse por mortais (cf. *h. Ven.* 5.45) ou divindades. Ademais, nem o próprio Eros (Cupido) detinha imunidade, se considerado o seu relacionamento com Psique (Ov. *Ep.* 11). Exceptuavam-se, porém, “três entidades que Afrodite não podia submeter ao jugo do amor” (*h. Ven.* 5.7) — Atena, Ártemis e Héstita. De resto, não havia quem pudesse julgar-se eximido (cf. Pl. *Smp.* 186b) das feridas provocadas pelas flechas desferidas por Eros sobre os apaixonados (cf. Lucr. 1.34).

20. Vd. Richlin, 1992; Gale, 1997: 77-91; Christenson, 2000: 631-632; James, 2003; Debrohun, 2003.

que o encontro físico deveria tomar-se apenas como um patamar para o contacto entre almas e a procura de virtudes e essências. É “o amor das coisas belas” (Pl. *Smp.* 204d), que se inclui no princípio de καλοκάγαθία, sendo que a beleza provoca a ἐπιθυμία (desejo) e assim se chegará ao Bem. De notar, neste sentido, a afirmação de Plutarco que, na sua obra *De communibus notitiis aduersus Stoicos* (324), coloca em Lâmprias a definição do *eros* como uma predisposição para a virtude, desenvolvida num indivíduo: “Dizem que o Amor é a busca de uma pessoa jovem que ainda não está perfeita, mas encontra-se naturalmente disposta para a virtude”.

Na generalidade, tornava-se possível associar dois tipos de *eros* a formas distintas de relacionamento. Por um lado, apresentava-se o *eros* vulgar, inspirado por Afrodite *Pandemos*²¹, decorrente da luxúria de Zeus, aquando de um dos muitos envolvimento extramaritais que se lhe conhecem. Conduz os homens a relacionarem-se indistintamente com outros homens e com mulheres, atraídos essencialmente pelo corpo. Resumia-se a um encontro carnal similar à mera satisfação de um desejo, tal como a fome ou a sede, não resultando em nada de aprazível. Assim, enquanto paixão decorrente de um desejo sexual avassalador, o *eros* integra-se no mesmo rol de outros desejos físicos irreprimidos, constituindo, como tal, um acto de *hybris* (insolência) (Vd. Reeve, 2006). Desenvolve-se então um afecto *egocêntrico* pelo desejo em si mesmo, uma espécie de identificação pessoal num outro, que se concretiza na beleza física que estimula a percepção visual de qualidades exacerbadas na figura amada (Vd. Liddell, 1940).

De notar, por outro lado, o *eros* associado com a divina Afrodite Urânia²², uma criação anterior a Zeus. Seguindo Platão (*AG 5 Epigr.* 78), neste contexto, o amor unitivo é um dom casto, capaz de tornar os homens virtuosos e de elevá-los. Nesse mesmo sentido, deve considerar-se o “eulogio do *eros*”, que a figura de Sócrates emite na obra platónica (Pl. *Smp.* 177e). Todavia, se pela

21. Cf. Afrodite Pafnia. Vd. Apollod. 3.14.3; Ov. *Met.* 10.243 sq.; Arnóbio, 6.22. A propósito de Afrodite em Pafos, Amatunte e Corinto, vd. Ferreira, 2009: 241-252.

22. Distinga-se Afrodite Urânia, casta, como o sentimento que induz, porque proveniente da castração de Úrano, e não de uma união sexual; e Afrodite *Pandemos*, a partir do relacionamento de Zeus com Dione (vd. Pl. *Smp.* 181a-d). No panorama Judaico-Cristão, entenda-se a diferença entre ‘amor secular’ e ‘amor divino’. Vd. Luis Vives, *De Institutio Foeminae Christianae* (1523-4). No oposto, Arcipreste de Talavera, *El Corbacho o Reprobación del Amor Mundano* (1438).

beleza se induz o verdadeiro afecto conducente à virtude moral²³, não é apenas na beleza física e imediata que radica o relacionamento virtuoso, reporte-se ele, quer à verdadeira *φιλία*, que se manifesta, mesmo quando o objecto do desejo se encontra fisicamente ausente (e.g. Arist. *Rh.*1.1370b, *EN.* 9.1167a), quer ao amor, na sua tonalidade mais positiva. É nesta acepção que Êsquines (*Ep.* 1.151) menciona as palavras de Eurípides, numa obra hoje perdida (**Sthen.* 672 Nauck). Esse *eros*, capaz de tornar os homens virtuosos e de ultrapassar a fungibilidade da beleza física, engrandece os vários tipos de relacionamento afectivo. Eis, pois, que a personagem Sócrates, no seu discurso, salienta o fluxo recíproco de qualidades que deve existir entre ambos os amantes (Pl. *Smp.*178c), o que assegurará a manutenção do desejo e do interesse em procurar no outro aquilo que não se possui, ou seja, o percurso amoroso terá como fim a ‘filosofia’ (*φίλος-σοφία*). Assim, o processo amoroso urânico mostra-se habilitado a proporcionar a transformação de um desejo meramente sexual num veículo de engrandecimento da alma e de reforço, parte a parte, bem como num processo de evolução/ascensão. Este tipo de amor era superior, baseando-se numa ligação de almas que ultrapassava a beleza corpórea ou a atracção física.

Como se conclui pelo já referido, assim como as entidades que o inspiravam, o *eros* não tinha uma caracterização única, de cariz positivo ou negativo. Se, no primeiro caso, pode conduzir à virtude; no segundo, surge como uma perturbação/afecção, um desvario, uma espécie de loucura²⁴ (*mania* erótica),

23. Note-se igualmente Plu. *Eroticus* 750C, ao denotar que o verdadeiro Amor não se encontra necessariamente nos “aposentos femininos”.

24. Notem-se casos de loucura de algum modo relacionados com o universo do *eros* na mitologia Clássica: os seis filhos resultantes da união de Posídon com Hália, talvez por intervenção de Afrodite, foram acometidos por uma loucura libidinosa, que os levou a tentarem violar a sua mãe; infanticídios decorrentes de estados de loucura, motivados por ciúmes/ira/desejo de vingança (vd. Créusa; Medeia; Aédon), ou até por receio (vd. Quíone) e engano (vd. Polimestor). Considerem-se, de igual forma, estados de loucura de pendor incestuoso, resultantes da ira de Afrodite (vd. Leucipo). Aliás, considerava-se Eros como μάργος (“louco”. Vd. Schol. *A.R.* 3.120; Alc. fr.58). Os sintomas dessa loucura desenfreada (*amens*) e desse furor erótico, de nome “*insanus amor*” chegam a aproximar-se a estados de loucura e de descontrolo como o *enthousiamos* profético, conforme o retrato de Cassandra, *maenas impatiens*: “*Silet repente Phoebas et pallor genas / creberque totum possidet corpus tremor; / stetera uittae, mollis horrescit coma, / anheba corda murmure incluso fremunt, / incerta nutant lumina et uersi retro / torquentur oculi, rursus immoti rigent / nunc leuat in auras altior solito caput / graditurque celsa, nunc reluctantis parat / reserare fauces, uerba nunc clauso*

um mal, que impede mortais e imortais de tomar as atitudes mais justas, como se refere em Sófocles (*Ant.*781ss.). A calma afectiva inerente à *φιλία* contrasta, assim, com a turbulência impetuosa do *eros*, uma distinção em que radica muito do *ethos* amoroso da Antiguidade, presente na novelística de autores como Xenofonte (*Ephesiaka*), Cáriton (*Calíroë*) e Longo (*Daphnis e Chloe*)²⁵.

7. A maleita amorosa: breve percurso diacrónico

O desejo físico inicia-se e é estimulado, na sua generalidade, pelo encontro visual²⁶. Os sinais são inequívocos e de fácil reconhecimento exterior, por amas (*nutrices*) e amigos, tanto no universo clássico como nos períodos literários subsequentes (vd. *Ov. Ep.*11.27-30. Cf. e.g. Bernardim Ribeiro, *Écloga 2*). Em termos de sintomatologia, constituem traços dessa enfermidade de cariz pandémico²⁷, os seguintes indícios, conforme manifestou, no panorama mitológico, Cànace (*Ov. Ep.*11.27-32): inflamação (incalui); febre; dificuldade em dormir e descansar (“sumebant minimos ora coacta cibos”), o que tornava as noites longas (“nec somni faciles et nox erat annua nobis”); falta de apetite; enfraquecimento corporal (“macies adduxerat artus”); negligência dos hábitos de higiene; palidez (“fugerat ore color”); desassossego; incapacidade de razoar (“consilii impotens”);

male / custodit ore maenas impatiens dei”. Trad: Cala-se de repente a sacerdotisa de Febo, a palidez apodera-se das suas faces e um insistente tremor apodera-se de todo o seu corpo, as fitas rituais apuram-se, eriça-se a suave cabeleira, o ofegante coração ruge no seu recôndito murmúrio. A vista vacila insegura e os olhos retorcem-se, virando-se para trás, logo de seguida voltam a ficar fixos, com aspecto cruel. Levanta, ora a cabeça aos ventos, mais acima do que o costume e caminha altaneira; ora tenta abrir a boca, que resiste, ora tenta em vão reter as palavras, fechando a boca, uma ménade possuída lutando contra o deus. (*Sen. Ag.*710-719).

25. Vd. Bierl, 2006: 71; Fernández Garrido, 2003: 345-364; Hägg, 1971; Brandão, 1999: 31-56; Hägg, 1983; Perry, 1967; Oliveira, Fedeli, Leão, 2008: 163-165.

26. Vd., na época Medieval, Pai Soares de Taveiros (*CA* 35) condensa, num cantar de amor, a referência ao olhar, como meio de contracção da ‘patologia’ amorosa determinado por Deus; o sentido hiperbólico desse sentimento; a falta de correspondência; um certo sadismo da amada; as consequências físicas (falta de dormir, sandice); o *topos* da morte (uma morte repetida, constante e continuada) literária, como refrigério, no refrão (vd. Camões: “A morte, pois que sou vosso, | não na quero, mas se vem, | [h]a-de ser todo meu bem”).

27. Vd., a propósito de *fin’amor* e das suas prerrogativas (e.g. segredo, medida), Ferrand, Fenton, Beecher, Ciavolella 1994; Dawson 2008. Note-se Marcabru (e.g. canção 37) e a distinção entre *amor fina* (‘amor puro’) e *fals amor* (‘amor falso’). Vd. Baldwin, 2000; Jaeger, 1985; Scaglione, 1991; Paterson, 1994.

abandono ou negligência de misteres laborais; ritmo cardíaco acelerado; suores; gemidos/lamentos/queixumes, sem causa física (“et gemitum nullo laesa dolore dabam”); isolamento; silêncio/incapacidade de fala/fala desarticulada; hesitações; uma cegueira gnoseológica (cf. “Amor e Fortuna | são dous deuses que os antigos | ambos os pintaram cegos; | ambos não seguem razão”, Sá de Miranda)²⁸; movimentos frenéticos; susceptibilidade a humores inconstantes; agressividade (arrancar cabelos, ataques físicos), ou, no seu inverso, uma apatia extrema. Esta conjuntura vem a justificar apreciações deveras negativas sobre o amor, conforme expõe Plauto:

*nam amorem haec cuncta uitia sectari solent,
cura aegritudo nimiaque elegantia,
[haec non modo illum qui amat, sed quemque attigit
magno atque solido multat infortunio,*

...

*sed amori accedunt etiam haec, quae dixi minus:
insomnia, aerumna, error, terror et fuga,
ineptia stultitiaque adeo et temeritas,
incogitantia excors, immodestia,
petulantia et cupiditas, maleuolentia,
inertia, audivitas, desidia, iniuria,
inopia, contumelia et dispendium,]
multiloquium: parumloquium*

(Pl. *Mer.* 18-31)²⁹

28. Note-se, no mesmo sentido, um exemplo da Antiguidade, em Cic. *Sen.* 12.42: “Vt intellegeretis, si uoluptatem aspernari ratione et sapientia non possemus, magnam habendam esse senectuti gratiam, quae efficeret, ut id nos liberet, quod non operteret. Impedit enim consilium uoluptas, rationi inimica est, mentis, ut ita dicam, praestringit oculos, nec habet ullum cum uirtute commercium”, “Para te provar que se a razão e o saber não nos permitissem rejeitar o prazer, deveríamos ficar muito gratos à velhice por nos tirar o desejo de fazer o que não devemos fazer. É que o desejo carnal impede o discernimento, está em guerra com a razão, enceguece os olhos da nossa mente, por assim dizer e não aparelha com a virtude”.

29. Tradução: “É que quando o amor começa, vêm todos os males — cuidado, tristeza, aflição excessiva... mas com o amor chega tudo aquilo que dissemos de menor: insónia, estupidez, inconstância, irreflexão sem sentido, imodéstia, perversidade e luxúria, má-vontade, inércia, desejo desordenado, injustiça, contumácia, extravagância, falar demasiado, falar de menos”.

Na realidade, o sentimento amoroso causa sofrimento (Cf. Rougemont, 1967), especialmente quando não correspondido e (ou) consumado. Todavia, ao considerar-se que o verdadeiro objecto de desejo transcende o físico e o material que o amado poderia proporcionar, a resistência encontrada funcionaria como ponto de partida para algo superior ao imediatismo e à transitoriedade associada à juventude e à beleza (Vd. White, 1989: 149-157; Stephens, 1996: 193-210).

O *Dolce Stil Nuovo*, movimento literário do século XIII italiano, daria uma nova envergadura ao amor imediatista e cortês, a partir da poesia siciliana e toscana, pela mão de autores, como Guittone d'Arezzo, Guido Guinizelli, Dante Alighieri, Cavalcanti, entre outros *stilnovisti*, como Lanfranc Cigala. Abandonando a mera adoração dolorosa e serviçal, por vezes *ilícita*, a uma ou várias mulheres, pela busca de Beatriz, Dante daria expressão a um *eros* clássico nobilitante, intelectual, introspectivo, metafórico e simbólico, que tomava a manifestação física da beleza paradisíaca numa mulher particular como ponto de partida para a aproximação a virtudes e valores. Manifestação de beleza e de virtude, a *dona angelicata* do *Dolce Stil Nuovo* detinha uma natureza celestial. Era esse afinal o princípio que Platão apresentava em obras como *Fedro*, ao afirmar as virtudes do amor, quando o objecto físico fosse tomado como ponto de partida para a apreciação de uma essência benéfica de que o amador era também participante: “o que ama é chamado de amante, porque participa dele” (Pl. *Phdr.* 249e).

Da mesma forma, Laura seria o expediente, quiçá apenas imaginado, de Petrarca, para mover um sentimento paradoxal, de matriz neoplatónica, elevando-se das contingências, transitoriedade e engano do tempo e dos sentidos, rumo à glória e aos conceitos do Mundo das Essências. Tais influências sentir-se-iam em obras a propósito do amor, como a colectânea *El Libro de Buen Amor*, de Juan Ruiz (1330), a partir da *Ars Amandi* de Ovídio, explorando o amor positivo (o amor de Deus) e negativo, este último conducente a pecados mortais (vd. paradoxo: Homem naturalmente Bom [Cf. Cooper, 1999: x] /Homem fruto do pecado original).

Estes entendimentos sobre o amor começaram por guiar um grupo de poetas italianos, tais como Guido Guinizelli, Guido Cavalcanti, Dante Alighieri, sobretudo florentinos, dos séculos XII/XIV, antes de se alargarem pelo espaço europeu. Manifesta-se em composições diversas (sonetos, canções, baladas) que

celebram uma visão espiritual e idealizada do amor. Amar a *dona* significava uma aproximação a esse modelo, reproduzido em figuras como Beatriz e Laura, esta última ainda mais idealizada, objectos de adoração, comportando qualidades físicas e espirituais. Esse amor platónico, ensaiado num cenário cortês, inalcançável e por isso destituído de esperança, dignificava o sentimento amoroso, afastando-o da mera satisfação de desejos sexuais (vd. *amor purus*, em Boccaccio, *Fiammetta*), valorizando-o e enobrecendo-o moralmente.

Ora, em conformidade com esses tratamentos literários, a patologia adquire contornos nobilitantes, isto é, a sintomatologia amorosa mantém-se, nos períodos histórico-literários que se seguiram à Época Medieval, mas fazendo-se enriquecer de tonalidades provenientes da recuperação de obras e de filosofias do panorama Clássico³⁰.

Assumida uma posição nitidamente neoplatónica, atesta-se o carácter positivo, enquanto Belo, Bom, harmonioso, temperado, luminoso, nobre, virtuoso e útil (Vd. Pl, *R.* 6.507-8. Cf. Dionys.4.712D) que o amor inspira.

8. Em conclusão

Pelas informações da Antiguidade Clássica aventadas neste pequeno ensaio, conclui-se que o afecto não constitui, em si mesmo, algo de negativo. Trata-se, antes, de um aspecto, como tantos outros, com o qual o ser humano pode e deve deparar-se ao longo da vida. Dependendo da atitude assumida, o sentimento pode revelar-se uma mais-valia evolutiva e nobilitante ou, inversamente, uma nefasta adição patológica, opressora e desgastante. Há que ter em mente que os relacionamentos condicionados pela afectividade não são ontológicos à Criação.

30. Notem-se, a propósito, entre outros, Andreas Capellanus (*De Amore, De arte honeste amandi — 1186/1190?*), com base de *Ars Amatoria* de Ovídio; Ficino (*Commentarium in Convivium Platonis De Amore*, 1484), que retoma o *Symposium* de Platão. O próprio Ficino colocaria em prática esse *amor platonicus* (cf. Sir William Davenant, *Platonic Lovers*, 1636. Vd. Bembo, *Gli Asolani*, 1505: Perottino e o amor como um mal; Gismondo e a visão positiva do amor; Lavinello e o amor platónico), que evidencia nas cartas (vd. *Epistulae*, 1492) escritas a Cavalcanti, o protagonista do seu *Convivium*. Vd. Andersen-Wyman, 2007; Araújo, 2008; Raffini, 1998; Couliano, 1984; Kidwell, 2004.

Importa, pois, entender o afecto, não como algo inerente, desde os primórdios. Há, pois, que encarar o amor como uma patologia contraída ao longo da vida e aproveitar para empreender um percurso ascendente. Em suma, tomadas as devidas reservas, não será nefasto aceder a um juramento de amor até à morte, estabelecido, por exemplo, aquando do casamento (Plin. *Ep.* 4.19.5). Ainda assim, importará manter sempre presente a forma correcta de conviver com essa força, afinal superior à própria morte³¹ (*Vulgata*, Cântico 8.6: *fortis est ut mors dilectio*, “forte como a morte é o Amor”. Cf. Prop. 2.27.11-12).

Bibliografia

- ALDERINK, L. *Creation and Salvation in Ancient Orphism*. Chico: Scholars Press, 1981.
- ANDERSEN-WYMAN, K. *Andreas Capellanus on Love?* New York: Palgrave Macmillan, 2007.
- ANNAS, J. “Plato and Aristotle on Friendship and Altruism.” *Mind* 86 (1977): 532–554.
- ARAÚJO, F. *Interpretatio e Imitatio no De Amore de Marsilio Ficino*. Tese de Mestrado. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2008.
- BALDWIN, J. *Aristocratic Life in Medieval France: The Romances of Jean Renart and Gerbert de Montreuil, 1190-1230*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2000.
- BERNABÉ, A. “Nuovi frammenti orfici e una nova edizione degli OPΦΙΚΑ.” *Tra Orfeo e Pitagora: Origini e incontri di culture nell’antichità*. Ghidini, M., Storchi, A., Visconti, A. eds. Napoli: Bibliopolis, 2000. 43-80.
- BERNABÉ, A., ed. *Orphicorum et Orphicis similium testimonia et fragmenta. Poetae Epici Graeci*. München, Leipzig: Bibliotheca Teubneriana, 2004.
- BIERL, A. “Räume im Anderen und der griechische Liebesroman des Xenophon von Ephesos. Träume?” *Mensch und Raum von der Antike bis zur Gegenwart*. Loprieno, A. ed. München: Leipzig, 2006. 71-103.

31. Vd. Matrimónio de Aquiles e Helena, *post mortem* (Paus. 3.19.13), concretizando um desejo contraído em vida (*Cypr.* fr.1 Goold; Paus. 3.24.10-11).

- BRANDÃO, J. "O narrador no romance grego." *Ágora. Estudos Clássicos em Debate*, 1 (1999): 31-56.
- BREMMER, J. "An Enigmatic Indo-European Rite: Pederasty." *Arethusa* 13 (1980): 279-298.
- BREMMER, J. *Greek Religion and Culture, the Bible, and the Ancient Near East*. Leiden: Brill Academic Publishers, 2008.
- BURKERT, W. *Homo Necans*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1983.
- CASADIO, G. "La metempsychosi tra Orfeo e Pitagora." *Orphisme et Orphée: En l'honneur de Jean Rudhardt, Recherches et Rencontres* 3. Borgeaud, Ph. ed. Genève: Librairie Droz, 1991. 119-155.
- CHRISTENSON, D. "Callinus and militia amoris in Achilles Tatius" Leucippe and Cleitophon." *CQ* 50 (2000): 631-632.
- COLEMAN, M. "Structure and Intention in the *Metamorphoses*." *CQ* 21 (1964): 461-477.
- COMSTOCK, G., HENKING, S. *Queering religion*. London: Continuum International Publishing Group, 1997.
- COOPER, L. *Rousseau, nature, and the problem of the good life*. University Park: Pennsylvania State University Press, 1999.
- COREY, I. *Ancient Fragments of the Phoenician, Chaldaean, Egyptian, Tyrian, Carthaginian, Indian, Persian and other Writers*. London: Oxford University, 1832.
- COULANGES, N. *A Cidade Antiga*. São Paulo: Hemus, 1975.
- COULIANO, P. *Éros et Magie à la Renaissance*. Paris: Flammarion, 1984.
- DAWSON, L. *Lovesickness and gender in early modern English literature*. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- DEBROHUN, J. *Roman Propertius and the reinvention of Elegy*. Ann. Arbor: University of Michigan Press, 2003.
- DOVER, K. *Greek Homosexuality*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1978.
- ELTON, Ch. *The remains of Hesiod the Ascrean, including The shield of Hercules*. London, Baldwin: Cradock and Joy, 1815.
- FERNÁNDEZ GARRIDO, M. "Los sueños en la novela griega: Cariton de Afrodiasis y Jenofonte de Efeso." *Habis* 34 (2003): 345-364.

- FERRAND, J., FENTON, W., BEECHER, D., CIAVOLELLA, M. *A Treatise on Love-sickness*. Syracuse: Syracuse University Press, 1994.
- FERREIRA, J. “Afago da sedução e poder do sexo.” *A sexualidade no mundo antigo*. Ramos, J., Fialho, M., Rodrigues, N. coord. Coimbra. Universidade de Coimbra — Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 2009. 241-252.
- GALE, M., “Propertius 2.7: *Militia Amoris* and the Ironies of Elegy.” *JRS* 87 (1997): 77-91.
- GALINSKY, K. *Ovid’s Metamorphoses: an introduction to the basic aspects*. 1. Berkeley, Los Angeles: University of California Press, 1975.
- GOLDHILL, S. *Foucault’s Virginity: Ancient Erotic Fiction and the History of Sexuality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- HÄGG, T. *Narrative Technique in Ancient Greek Romances*. Stockholm: Plastira-Valkanou, 1971.
- HÄGG, T. *The novel in Antiquity*. Berkeley, Los Angeles: University of California Press, 1983.
- HARDIE, P. *Virgil’s Aeneid: Cosmos and Imperium*. Oxford: Oxford University Press, 1986.
- HELZLE, M. “Ovid’s Cosmogony. *Metamorphoses* 1.5-88 and the traditions of ancient poetry.” *PLLS* 7 (1993): 123-134.
- JAEGER, C. *The Origins of Courtliness: Civilizing Trends and the Formation of Courty Ideals, 939-1210*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1985.
- JAMES, S. *Learned girls and male persuasion: gender and reading in Roman love elegy*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 2003.
- KERN, O. *Orphicorum Fragmenta*. Berlin: Weidmann, 1922.
- KIDWELL, P. *Pietro Bembo: lover, linguist, cardinal*. Montreal, Kingston: McGill-Queen’s Press — MQUP, 2004.
- KOLODNY, N. “Love as Valuing a Relationship.” *PhR* 112 (2003): 135–189.
- KONSTAN, D. *Friendship in the classical world*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- LAFOLLETTE, H. *The Oxford Handbook of Practical Ethics*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

- LÄMMLI, F. *Vom Chaos zum Kosmos. Zur Geschichte einer Idee*. Basel: Reinhardt, 1964.
- LANKILA, T. "Aphrodite in Proclus' *Theology*." *Journal for Late Antique Religion and Culture* 3 (2009): 21-43.
- LIDDELL, H., SCOTT, R., JONES, H., MCKENZIE, R. *A Greek-English Lexicon*. Oxford: Clarendon Press, 1940.
- LINFORTH, I. *The Arts of Orpheus*. Berkeley, Los Angeles: University of California Press, 1941.
- MYERS, K. *Ovid's causes: cosmogony and aetiology in the Metamorphoses*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1994.
- NILSSON, M. "Early Orphism and Kindred Religious Movements." *HThR* 28 (1935): 181-230.
- NYGREN, A. *Agape and Eros*. Philadelphia: Westminster Press, 1953.
- OLIVEIRA, F. de, FEDELI, P., LEÃO, D. org., "O Romance Antigo: origens de um gênero literário", *Cadernos de Letras da UFF* 35 (2008): 163-165.
- ORTIZ-MILLÁN, G. "Love and Rationality: On Some Possible Rational Effects of Love." *Kriterion* 48 (2007): 127-144.
- PANOFSKY, E. *Studies in Iconology: Humanistic Themes in the Art of the Renaissance*. New York: Harper & Row, 1939.
- PATERSON, L. *The World of the Troubadours*. Cambridge: CUP, 1994.
- PERCY III, A. *Pederasty and Pedagogy in Archaic Greece*. Campagne, Urbana: University of Illinois Press, 1996.
- PERRY, B. *The Ancient Romances. A literary-historical account of their origins*. Berkeley: University of California Press, 1967.
- PRICE, A. *Love and Friendship in Plato and Aristotle*. New York: Clarendon Press, 1989.
- RAFFINI, C. *Marsilio Ficino, Pietro Bembo, Baldassare Castiglione: Philosophical, Aesthetic, and Political Approaches in Renaissance Platonism*. New York: Peter Lang Publishing, 1998.
- REEVE, C. *Plato on love: Lysis, Symposium, Phaedrus, Alcibiades, with selections from Republic, Laws*. Indianapolis: Hackett Publishing, 2006.
- RICE, D., STAMBAUGH, J. *Sources for the study of Greek religion*. Missoula: Society of Biblical Literature, 1979.

- RICHLIN, A. *The garden of Priapus: sexuality and aggression in Roman humor*. Oxford: Oxford University Press, 1992.
- ROUGEMONT, D. *L'amour et l'Occident*. Paris: Plon, 1939.
- ROUGEMONT, D. *Les Mythes de l'amour*. Paris: Gallimard, 1967.
- SCAGLIONE, A. *Knights at Court: Courtliness, Chivalry and Courtesy from Ottonian Germany to the Italian Renaissance*. Berkeley: University of California Press, 1991.
- SCHREMPF, G., HANSEN, W. *Myth: a new symposium*. Bloomington: Indiana University Press, 2002.
- SERGENT, B. *Homosexuality in Greek Myth*. London: Athlone Press, 1987.
- SMITH, D. *From symposium to Eucharist: the banquet in the early Christian world*. Minneapolis: Fortress Press, 2003.
- SOBLE, A. *Eros, Agape and Philia: Readings in the Philosophy of Love*. New York: Paragon House, 1989.
- SOBLE, A. *The Structure of Love*. New Haven: Yale University Press, 1990.
- STEPHENS, W. "Epictetus on how the Stoic sage loves." *OSAPh* 14 (1996): 193-210.
- TARRANT, R. "Chaos in Ovid's *Metamorphoses* and its Neronian Influence." *Arethusa* 35.3 (2002): 349-360.
- WALCOT, P. "Plutarch On Sex." *G&R* 45 (1998): 166-187.
- WEST, M. *The Orphic Poems*. Oxford: Oxford University Press, 1983.
- WHITE, F. "Love and Beauty in Plato's *Symposium*." *JHS* 109 (1989): 149-157.

Fontes

Correspondência das abreviaturas de autores e obras da Antiguidade Greco-Latina (conforme Liddell, H. e Scott, R. *A Greek-English Lexicon*. New York: Oxford University Press, 1992 e Glare, P. *Oxford Latin Dictionary*. New York: Oxford University Press, 1982):

<i>Ach.</i>	<i>Acharnenses</i>	<i>Am.</i>	<i>Amores</i>
<i>A.</i>	<i>Aeneis</i>	<i>An.</i>	<i>Anabasis</i>
<i>Ag.</i>	<i>Agamemnon</i>	<i>AG</i>	<i>Anthologia Graeca</i>
<i>Alcm.</i>	<i>Alcman</i>	<i>AP</i>	<i>Anthologia Palatina</i>

<i>Ant.</i>	<i>Antigone</i>	<i>Fast.</i>	<i>Fasti</i>
Antip.Thess.	Antipater	Gell.	Gellius, Aulus
	Thessalonicensis	G.	<i>Georgica</i>
Apollod.	Apollodorus	Hes.	Hesiodus
Apollon.	Apollonius	<i>Hipp.</i>	<i>Hippolytus</i>
Arat.	Aratus	Hom.	Homerus
Archil.	Archilochus	Hor.	Horatius
Ar.	Aristophanes	Hyg.	Hyginus
Arist.	Aristoteles	<i>b.Merc.</i>	<i>hymnus ad Mercurium</i>
<i>Astr.</i>	<i>Astronomica</i>	<i>b.Ven.</i>	<i>hymnus ad Venerem</i>
Ath.	Athenaeus	<i>Il.</i>	<i>Ilias</i>
<i>Av.</i>	<i>Aves</i>	<i>Lg.</i>	<i>Leges</i>
<i>Carm.</i>	<i>Carmina</i>	Andr.	Livius Andronicus
<i>Chr.</i>	<i>Chrestomathia</i>	Luc.	Lucianus
Cic.	Cicero	Lucr.	Lucretius
Clem. Al.	Clemens Alexandrinus	<i>Lyc.</i>	<i>Lycurgus</i>
<i>Cypr.</i>	<i>Cypria</i>	Marc. Arg.	Marcus Argentaarius
<i>Fin.</i>	<i>De Finibus</i>	Mel.	Meleager
<i>ND.</i>	<i>De Natura Deorum</i>	Men.	Menander
<i>Sen.</i>	<i>De Senectute</i>	<i>Mer.</i>	<i>Mercator</i>
<i>DDeor.</i>	<i>Dialogi Deorum</i>	<i>Met.</i>	<i>Metamorphoses</i>
<i>Dionys.</i>	<i>Dionysiaca</i>	<i>Met.</i>	<i>Metamorphoses</i>
Dionys.	Dionysius	Mosch.	Moschus
D.H.	Dionysius	Nic.	Nicander
	Halicarnassensis	Nonn.	Nonnus
<i>Ecl.</i>	<i>Eclogae</i>	<i>Od.</i>	<i>Odyssea</i>
<i>Epigr.</i>	<i>Epigrammata</i>	<i>Op.</i>	<i>Opera et Dies</i>
<i>Ep.</i>	<i>Epistulae</i>	Ov.	Ovidius
<i>Ep.</i>	<i>Epistulae</i>	Parm.	Parmenides
<i>Epit.</i>	<i>Epitome</i>	Paus.	Pausanias
<i>EN.</i>	<i>Ethica Nicomachea</i>	Phaed.	Phaedrus
Eub.	Eubulus	<i>Phdr.</i>	<i>Phaedrus</i>
E.	Euripides	Phanocl.	Phanocles

Phot.	Photius	Schol.A.R. 3.120	<i>Scholium</i> (escólio)
Pl.	Plato	Semon.	Semonides
Pl. (lat.)	Plautus	Sen.	Seneca
Plin.	Plinius	<i>Sthen.</i>	<i>Stheneboea</i>
Plu.	Plutarchus	<i>Strom.</i>	<i>Stromateis</i>
<i>Pol.</i>	<i>Politica</i>	<i>Smp.</i>	<i>Symposium</i>
Poll.	Pollux	Thgn.	Theognis
<i>Procl.</i>	<i>Proclo</i>	<i>Th.</i>	<i>Theogonia</i>
Prop.	Propertius	Tim.	Timaeus
Q. S.	Quintus Smyrnaeus	<i>Trin.</i>	<i>Trinummus</i>
<i>R. (Arist.)</i>	<i>Ranae</i>	Verg.	Vergilius Maro
<i>R.</i>	<i>Respublica</i>	Xenoph.	Xenophanes
<i>Rh.</i>	<i>Rhetorica</i>	X.	Xenophon
Sapph.	Sappho		

Nota curricular

Professora Auxiliar, com vínculo, na Universidade da Beira Interior. Investigadora do Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra (CECHUC). Pós-Doutorada em Estudos Clássicos (Literatura e Cultura Latina e Humanista) pela Universidade de Coimbra. Bi-Doutorada, em Letras (Linguística), pela Universidade da Beira Interior e em Literatura Grega, pela Universidade de Coimbra. Mestre em Literaturas Clássicas, Universidade de Coimbra, 2000. Licenciada em Línguas e Literaturas Clássicas e Portuguesa, Universidade de Coimbra, 1997. Traduções (grego-português, latim-português), artigos, capítulos e livros em publicações portuguesas e internacionais.

Contacto

rmtpt@ubi.pt

O *Compleat Account of the Portugueze Language* e a primeira *Grammatica Anglo-Lusitanica* (Londres, 1701): Alexander Justice e a questão da autoria*

Rolf Kemmler

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Portugal)

Resumo

O primeiro dicionário de português para falantes anglófonos foi publicado sob o título *A Compleat Account of the Portugueze Language* (London, 1701), junto com o anexo intitulado *Grammatica Anglo-Lusitanica*. Num artigo anterior (Kemmler, 2012) apresentámos as propostas históricas para a identificação do autor semianónimo A. J. No presente artigo apresentamos o autor/tradutor huguenote Alexander Justice, cuja qualidade como autor destas obras tem sido discutido pelo investigador português Manuel Gomes da Torre.

Palavras chave: Historiografia Linguística — Português — Inglês — Século XVIII.

The *Compleat Account of the Portugueze Language* and the first *Grammatica Anglo-Lusitanica* (London, 1701): Alexander Justice and the authorship question

Abstract

The first Portuguese dictionary for English speakers was published under the title *A Compleat Account of the Portugueze Language* (London, 1701), together with the bibliographically dependant *Grammatica Anglo-Lusitanica*, which shortly after had two separate editions. In a previous paper (Kemmler, 2012) we have presented the historical proposals for the identification of the semianonymous author A. J. In this paper, we introduce the Huguenot author/translator Alexander Justice, whose authorship of these works has been questioned by the Portuguese researcher Manuel Gomes da Torre.

Key words: Linguistic Historiography — Portuguese — English — 18th century.

* Investigador do Centro de Estudos em Letras (CEL) da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).

1. Introdução

No nosso primeiro artigo dedicado à questão da autoria de *A Compleat Account of the Portuguese Language* e da *Grammatica Anglo-Lusitanica* (1701) apresentá-mos e discutimos as propostas oferecidas pelos bibliógrafos e investigadores (maioritariamente portugueses) que tentaram explicar o surgimento deste importante manual metalinguístico anglo-português. As nossas considerações terminaram com a referência do investigador britânico Robin Carfrae Alston (1933-2011) que, em 1970, constatou que a obra pode ter sido elaborada por um autor contemporâneo que se chamava Alexander Justice.

Se bem que nos falte a *smoking gun* da prova absoluta e irrefutável (que se deve julgar impossível para o caso de uma obra semianónima de inícios do século XVIII), pretendemos, a seguir, reunir os principais dados que nos levam a julgar que este mesmo Alexander Justice possa ser considerado o autor do *Compleat Account*, conforme foi sugerido pelo investigador britânico.

2. Quem foi Alexander Justice?

No âmbito das suas ponderações sobre as traduções de termos portugueses no *Treatise* de 1707, Torre (1996: 41) questiona que Justice possa ter sido “a poliglot”. Na realidade, não parece que a natureza poliglota do autor realmente possa ser contestada, pois é o próprio Justice (1707) que constata ser francófono, fazendo ainda questão de mencionar que terá residido em França antes de passar a viver na Grã-Bretanha:

After that comes the Article of the Exchanges of *France*, which reaches from Page 97, to Page 168, of which too, I must acquaint the Reader, that I have not taken above 16 Pages out of the *French* Book of Exchanges, having there added some (I hope) Useful Observations, I had a good opportunity to make, during my Residence in that Country. To which I have subjoyn'd a Translation of the *French* Laws of Trade, with some Remarks upon them, which I likewise presume to recommend in a most Special Manner, to the perusal of the Curious [sic!] Reader (Justice, 1707: [VIII-IX]).

Este trecho documenta que Justice não apenas terá vivido em França, mas que igualmente terá aumentado o texto relativo à França para acrescentar informa-

ções não constantes do original de Ricard, obviamente com base em conhecimentos jurídicos e comerciais adquiridos durante a presença no seu país natal. A julgar pela natureza complexa e extensão das obras, cuja autoria lhe pode ser atribuída, parece evidente que Alexander Justice terá sido uma pessoa muito bem educada que pelo menos dominava com perfeição o idioma francês, enquanto língua materna, bem como o inglês, língua estrangeira do país de residência. Se o autor chegou a beneficiar de qualquer tipo de educação escolar formal durante a sua juventude no século XVII, é de presumir que terá tido pelo menos conhecimentos básicos de leitura, escrita e tradução do latim, mais ainda se chegou a frequentar qualquer instituição de ensino secundário ou superior.

A naturalidade francesa de Justice é abordada de passagem quando Glaisyer (2006: 143), no âmbito de observações sobre o tratado comercial de Justice (1707), chama Alexander Justice de “French Huguenot refugee”¹. Fica assim explicada a proveniência francesa do autor: este ter-se-á refugiado na Inglaterra em consequência da revogação do Édito de Nantes de 1598, através do Édito de Fontainebleau, decretado por Luís XIV de França em 1685, com o qual teve início uma nova vaga de perseguição aos protestantes franceses, que por sua vez motivou uma grande vaga de emigração para países protestantes, como a Inglaterra.

As informações sobre Justice são bastante escassas, pois limitam-se quase inteiramente à sua atividade profissional como redator do jornal *The British Mercury* (1710-1716)² e da versão francesa, intitulada *Le Mercure Britannique* (1711)³, dois periódicos que pertenciam à companhia de seguros *Sun Fire Office*. Como se vê no seguinte trecho de Glaisyer (2006: 164-165), Justice fez parte dos primeiros redatores do jornal:

1. Tanto esta breve caracterização por Glaisyer como a referência de Harris (1975, I: 209), que fala de um “Huguenot journalist named Alexander Justice”, levam a crer que a pertença de Justice ao grupo dos huguenotes refugiados na Inglaterra não costuma ser contestada.

2. Para informações mais detalhadas sobre este jornal, veja-se Glaisyer (2006: 156-171).

3. Glaisyer (2006: 170-171) informa que Justice ainda terá sido incumbido da redação de um jornal francês intitulado *Le Mercure Britannique* para o público francófono da mesma companhia de seguros. Parece que hoje não se conservam exemplares deste jornal de pequena tiragem.

In the first few months of publication of the *British Mercury* there was a high turnover of writers: the playwright and projector Aaron Hill (who had written for the *British Apollo*) wrote the first three issues for which he was paid 40s; a Stephen Whately was paid £ 6 for writing the issues from 5 April until 16 June 1710; David Jones, apparently the historical writer and translator, was paid 10s. for each issue he wrote from mid-June 1710 until Alexander Justice was employed at the beginning of October that year at the rate of 20s. a week. Justice, the author of the manual mentioned at the beginning of the chapter that explained the publication, the ‘Course of the Exchange’, was particularly well qualified for the job of presenting specialist commercial information to an audience that included specialists as well as non-specialists. When Justice wished in December 1711 ‘to goe [sic] beyond Seas at the Congress under a foreign Ambassador’ his offer to send his contribution by post was declined and the writer Charles Gildon was employed for £ 80 a year⁴.

Segundo o testemunho da investigadora britânica, Justice foi o quarto redator do jornal. Como era de costume na época, o papel de redator incluía o de tradutor de quaisquer notícias vindas do estrangeiro, atividade pela qual recebeu um vencimento semanal de 20 *Shillings*, ou seja, de uma libra por semana⁵.

Esta atividade de Justice durou de meados de junho de 1710 até dezembro de 1711, quando declarou querer ir “beyond sea at the Congress under a

4. As informações dos historiadores da companhia de seguros divergem ligeiramente da obra mais recente de Glaisyer. Segundo Relton (1893: 303), Justice, de quem o autor julga que terá sido um erudito francês, terá iniciado a sua atividade no jornal em agosto de 1710: “Alexander Justice was from August, 1710, to write the Mercury three times a week, he to find intelligence and make it acceptable, without interfering with affairs of State. No party business to be inserted in the Mercury. He continued Author or Editor until he accompanied a Foreign Ambassador beyond the sea to a Congress in 1711. He seems to have been a good French scholar”. É de notar que este trecho contém ainda informação sobre algumas das condições de trabalho às quais Justice era sujeito como redator do jornal londrino. Veja-se também referência semelhante no esboço histórico de Baumer (1910: 54): “In August, 1710, one Alexander Justice succeeded to the Editorship at a pay of 20s. per week. Receiving an appointment in 1711 ‘to accompany a Foreign Ambassador beyond the Sea to a Congress’, he was replaced by Charles Gildon, at a salary of Eighty pounds a year”.

5. Veja-se também Dickson (1960: 37).

foreign ambassador”, argumentando que a razão era “the Congress for the negotiation of peace sitting at Utrecht” (Dickson, 1960: 37). Daí conclui-se que Justice deixou de ser responsável pelo jornal inglês *The British Mercury* e da sua versão francesa para fazer parte da comitiva de um embaixador estrangeiro de nacionalidade desconhecida, integrando-se, assim, nas negociações do Tratado de Utrecht⁶. A finalidade destas negociações plurilaterais foi pôr fim à guerra da sucessão espanhola (1701-1714), que envolveu vários países europeus, entre os quais a França e a Espanha, por um lado, e a Grã-Bretanha, Portugal⁷, a Sabóia e algumas regiões da Itália, o império e vários estados da Alemanha e ainda os Países Baixos, por outro lado⁸. Não se sabe exatamente qual terá sido a atividade de Alexander Justice no âmbito do referido congresso e também não se conhecem mais dados da vida dele a partir do momento em que deixou Londres.

No que diz respeito à atribuição das obras semianónimas de A. J. a Alexander Justice, parece que o *Librorum impressorum, qui in Museo britannico adservantur, catalogus* de Ellis / Baber (London, 1813-1819), repertório dos livros impressos conservados no Museu Britânico, é a primeira bibliografia a fazer uma atribuição:

JUSTICE (ALEX.) A general Treatise of the Dominion and Laws of the Sea, Jurisdiction of the English Admiralty, &c. with an Appendix concerning Pressing. 4^o Lond. 1705 (Ellis / Baber, III 1813, [DXCIII])⁹.

6. A proposta de Justice de escrever para o jornal e enviar os textos por correspondência parece só fazer sentido se considerarmos que este se tenha encontrado no país vizinho e não na emigração ultramarina.

7. Segundo Rodrigues (1996: 146) o tratado de paz entre Portugal e França foi assinado em 11 de abril de 1713.

8. O documento “Liste des Noms & Qualités de leurs Excellences les Seigneurs Plenipotentiaires, Envoyés & Ministres Publics, Qui se trouvent au Congrès dé la Paix Generale à Utrecht, avec leurs Armes & c. Composée & mise en ordre Alphabetique, avec un Supplement”, em Freschot (1714: 277-297), fornece um catálogo bastante extenso com informações sobre os participantes no congresso de Utrecht, cujas negociações tiveram início em 29 de janeiro de 1712 e concluíram com a assinatura de vários tratados de paz entre os países envolvidos, entre março e maio de 1713.

9. Sem fazer qualquer referência ao verdadeiro autor da obra, existe uma recensão crítica bastante elaborada em *HWL* (1706). O autor desconhecido da recensão faz questão de mencionar que se trata de uma tradução de vários textos legais estrangeiros (*HWL*, 1706: 547, 552).

No entanto, a segunda edição de 1710 (aliás, sem referência ao ano) da mesma obra do mesmo autor encontra-se no sexto volume da bibliografia, sem mencionar qualquer autoria:

— A general treatise of the Dominion of the Sea: and a compleat body of the Sea-Laws. With a new Appendix. 4° Lond. (Ellis / Baber, VI 1817, [CCCXLVI]).

Semelhantemente, o *Compleat Account* não se encontra atribuído a nenhum autor, uma vez que os dois bibliógrafos oitocentistas se limitam a referir a autoria semianónima A. J.:

— A Compleat Account of the Portugueze Language: being a copious Dictionary of *English* with *Portugueze*, and *Portugueze* with *English*. By A. J. fol. Lond. 1701 (Ellis / Baber, 1814, II: [DCXXIV]).

Na *Bibliotheca Britannica* do escocês Robert Watt (1777-1819) somente encontramos referências às duas compilações de textos comerciais e jurídicos de Justice (1707, 1705, 1724)¹⁰:

JUSTICE, ALEXANDER — A General Treatise of the Dominions and Laws of the Sea. Jurisdiction of the English Admiralty, &c.; with an Appendix, concerning Pressing. Lond. 1705, 4to. — A General Discourse of Commerce. Lond. 1707, 4to.-A General Treatise of Monies and Exchange. Lond. 1707, 4to. (Watt, 1824, II: 560m).

De resto, o grande manual bibliográfico de Watt não faz nenhuma referência ao *Compleat Account*, nem sequer como obra semianónima atribuível a A. J. Seme-

10. Ao longo das quinze páginas dedicadas à letra 'J' em Watt (1824, II: 538m-561d) há um total de 19 pessoas que podiam ter utilizado a abreviatura A. J. em substituição do verdadeiro nome. Entre eles, para além de Alexander Justice há somente quatro autores cuja produção livreira coincide com o tempo do nosso, nomeadamente Abraham Jeacocke, autor de uns sermões publicados em 1702 (Watt, 1824, II: 543y), Alexander Jephson, autor de uns sermões publicados desde 1669 até 1715 (Watt, 1824, II: 546p), Andrew Johnson, autor de um tratado nobiliárquico publicado em 1724, e Anthony Johnson, autor de um tratado sobre as traduções da bíblia em 1730 (Watt, 1824, II: 549f).

lhantemente, o bibliógrafo americano Samuel Allibone (1816-1842) limita-se a referir no seu *Critical Dictionary of English Literature* as duas traduções já citadas:

Justice, Alexander. 1. *Laws of the Sea, &c.*, Lon., 1705, 4to. 2. *Commerce*, 1707, 4to. 3. *Monies and Exchange*, 1707, 4to. (Allibone, 1858, I: 1005).

Não deixa de ser notável que o monumental *Dictionary of National Biography* do inglês Leslie Stephen (1834-1904) não faça qualquer referência a Justice, sendo de esperar que se encontrasse no volume trinta da obra, mais exatamente entre as entradas 'Justel' e 'Justus' (Stephen, 1892, XXX: 231-232).

3. Manuel Gomes da Torre e a questão autoral

Desde o seu trabalho académico de 1985, *Gramáticas inglesas antigas*, o investigador portuense Manuel Gomes da Torre tem vindo a dedicar-se em várias ocasiões ao *Compleat Account* tendo como elemento-chave a preocupação da questão autoral deste conjunto de obras metalinguísticas (Torre, 1985, 1988, 1990, 1996, 1998). Na sua primeira manifestação sobre o assunto, Torre (1985: 15) faz o seguinte resumo do 'estado da arte':

A interpretação das iniciais A. J. tem sido tentada, mas, como se compreende, ninguém parece ter chegado a averiguações conclusivas ou convincentes. Camilo Castelo Branco é o mais categórico ao escrever que “o author deste dicionário é o padre Raphael Bluteau, que então estava em França” (p. 16). Cardim (1922) [sic] chega a pôr a hipótese de as duas iniciais poderem significar simplesmente “A Jesuit” e, assim sendo, o autor poderia ter sido Bento Pereira, ele próprio um jesuíta e conhecido autor de gramáticas latinas. Numa publicação posterior do mesmo artigo, Cardim elimina a hipótese referida, inclinando-se antes a favor de que o autor da *Compleat Account* tenha sido um qualquer aluno britânico do mesmo Bento Pereira, que, ao regressar ao seu país, depois de ter estudado no Seminário Irlandês de Lisboa, se abalçou à feitura da obra (cf. Cardim 1929: 166). Também Oliveira Marques pensa que o autor deve ser estrangeiro e não de nacionalidade portuguesa (1983, vol. II. 328).

Segundo este resumo das afirmações de Cardim (1923, 1929) e de Oliveira Marques¹¹, as hipóteses oferecidas para explicar quem poderia esconder-se detrás das letras A. J. incluem a) o lexicógrafo Rafael Bluteau (1638-1734); b) um jesuíta, possivelmente até o lexicógrafo e gramático Bento Pereira de cujo falecimento se tinham passado vinte anos na altura da publicação da obra bilingue¹²; c) um antigo estudante britânico de Pereira e d) um estrangeiro anglófono desconhecido. Nos seus estudos mais recentes, Gomes da Torre (1990, 1996) conclui que as últimas duas possibilidades parecem mais prováveis, especialmente se considerada a perspectiva do autor setecentista que contempla os benefícios da aquisição da língua portuguesa pelos seus conterrâneos¹³.

Na altura da redação dos seus artigos, Torre não documenta qualquer conhecimento da edição fac-similada do *Compleat Account*, de 1970, nem das afirmações que Alston faz na nota que a acompanha¹⁴. Em continuação das suas investigações nos catálogos da *British Library*, o investigador português refere a existência de uma possível atribuição destas obras ao britânico Alexander Justice (Torre, 1996: 38-39).

11. Num parágrafo que é composto como se fosse uma citação (de fonte não mencionada), Marques (1998, II: 338) faz seguinte referência bastante sumária: “A *Compleat Account of the Portuguese Language, being a copious Dictionary of English with Portuguese, and Portuguese with English*, de autor anónimo escondido sob as iniciais A. J., saiu do prelo em Londres, em 1701. Deveu-se provavelmente a um inglês”.

12. Como o prefácio claramente fala de Portugal e da língua portuguesa de uma perspectiva externa, tudo leva a crer que Pereira não possa ser considerado o autor. Em analogia, o mesmo se aplica ao teatino Bluteau, se considerarmos que se via como português, devido à sua longa permanência em Portugal, como evidencia no trecho do prólogo do seu *Vocabulario Portuguez, e Latino*: “Tambem he de saber, que muitos Portuguezes, que pretendem reprovarme por estranho, são menos Portuguezes, do que eu. Todo o Portuguez, que naceo de quarenta annos a esta parte, tem menos annos de Portugal, do que eu. No anno de 1668. cheguei a este Reino, & desde aquelle tempo, raro foi o dia, em que me não aproveitasse de alguma noticia na lingua Portugueza” (Bluteau, 1712: [XXX]).

13. Cf. Torre (1996: 37): “Besides, some passages in the introduction to the dictionary show that its author’s position relating to Portugal and the Portuguese is that of a foreigner who uses the third person when he speaks of our country and people”.

14. Isto apesar de manifestar conhecimento, em Torre (1990: 213; 1996: 35, 44) de *A Bibliography of the English Language from the Invention of Printing to the Year 1800* (1965-2007), ou seja, mais exactamente do segundo volume intitulado *Polyglot Dictionaries and Grammars, Treatises on English Written for Speakers of French, German, Dutch, Danish, Swedish, Portuguese, Spanish, Italian, Hungarian, Persian, Bengali and Russian* (Alston, 1967). Torre (1996: 44) até chega a referir a série de edições fac-similadas “English Linguistics 1500-1800: A Collection of Facsimile Reprints”, sem qualquer referência ao volume 260, do *Compleat Account*. Nota-se, porém, que Alston (1967: 134) somente se refere a Justice (1702) e Justice (1705), sem referência à possível autoria.

Partindo desta informação bibliográfica, o facto de aquelas obras que a tradição bibliográfica britânica costuma atribuir ‘seguramente’ a Alexander Justice serem dedicadas a temas relacionados com o comércio e com o direito marítimo leva Torre (1990, 1996) a empreender a prova de que a autoria das obras metalinguísticas anglo-lusitânicas não pode ser atribuída a Justice, devido à suposta falta de conhecimentos de língua portuguesa da parte do deste autor:

I did not find any reference to Portuguese, a very unplausible circumstance if Justice could speak or simply knew it. On the contrary, everything we can find in the treatise relating to the Portuguese language seems to demonstrate that Justice ignored it completely. That is the case when he refers to Portuguese measures and weights.

In an appendix that Justice titled ‘A General Discourse of Weights and Measures usual in all Considerable Towns of Trade’, he includes a section called ‘*Of the Barros and Cavidos of Portugal*’. The names given by Justice to the Portuguese measures are somewhat puzzling, although, with the help of the context and by comparison with foreign measures, it may be possible to conclude they are measures of length (Torre, 1996: 41-42).

O ‘General Discourse’ mencionado ocupa 72 páginas dentro de *A General Treatise of Monies and Exchanges* (Justice 1707)¹⁵, tratado dedicado a uma multiplicidade de questões relacionadas com pesos e medidas internacionais cuja definição o autor considerava necessária para seu público. Torre refere-se ao seguinte subcapítulo de Justice, dedicado às medidas portuguesas que chama ‘Barros’ e ‘Cavidos’:

Of the Barros and Cavidos of Portugal.

THE Barros and Cavidos of *Portugal* containing an inconsiderable matter less than 1 ⁴/₁₀ Aunes of *Amsterdam*, to avoid Fractions, you may reckon, that

15. Outro tratado que faz parte integrante de Justice (1707) é intitulado *A general treatise of the Reduction of the Exchanges, Moneys and real Species of most Places in Europe*. Sem referência ao autor, aparentemente já tinha sido publicado em 1703 ou 1704, conforme testemunha o catálogo livreiro *Bibliotheca Annuæ* (BA, 1704: 70-71).

100 Aunes of *Amsterdam* make 61 Barros of Lisbon, and
 100 Barros of Lisbon make 164 Aunes of *Amsterdam*. II. And
 100 Cavidos of *Portugal* makes but very little less, than 100 Aunes of
Amsterdam.

The Cavidos of the Isle of *Fagal*, and other Islands, called the Isles of *Flanders*, belonging to the King of *Portugal*, is equal to the Aune of *Amsterdam*; which I have verified by the account of Sale of a certain quantity of Goods, which being sent thither from *Amsterdam*, rendered there as many Cavidoes, as there was sent thither of Aunes (Justice, 1707: 27-28)¹⁶.

Julgamos, no entanto, que a perplexidade do investigador português perante o carácter curioso das palavras portuguesas encontradas pode ser (pelo menos parcialmente) dissolvida se passarmos a considerar o texto original em francês do *Traité général du commerce* (1700, 1706, 1714), da autoria do huguenote Samuel Ricard. Vejamos o capítulo “Du Rapport & de la différence des Mesures pour les Corps étendus des principales Places de l'Europe” que foi mencionado explicitamente pelo tradutor inglês¹⁷.

16. Torre (1996: 42) reproduz este texto com três pequenas alterações, nomeadamente a) falta a linha de subtítulo “*Of the Barros and Cavidos of Portugal*”; b) a fração no primeiro parágrafo não é ‘1 4/0’ (o que não faria qualquer sentido), mas sim 1 4/10 (mas uma vez que 1 4/10 é igual a 1 2/5, esta fração também não parece fazer sentido; para um exemplo com 1 1/10, cf. Justice 1707: 22); c) o texto original contém um artigo indefinido em ‘is equal to an Aune of *Amsterdam*’ em vez de ‘is equal to the Aune of *Amsterdam*’.

17. Cf. Justice (1707: [X]): “And as nothing is more requisite [sic] to a Merchant than to know the exact Proportions of all sorts of Weights and Measures usual in Foreign Trade, I have carefully Translated A General Treatise of the Weights and Measures of all the Noted Places in Christendom, and elsewhere; Composed by Mr. *Ricard*, the Author of the Treatise of Exchanges, and Publish'd beyond Seas, with it, in the *French Language*”. O tratado comercial em língua francesa de Samuel Ricard (1637-1717) teve várias edições, publicadas nos Países Baixos desde 1700. Ao consultar os conteúdos de um exemplar da segunda edição (Ricard 1706) que pertence à Bayerische Staatsbibliothek em Munique, chegámos à conclusão que a falta de um rosto citável e a geral coincidência de paginação permitem a utilização da terceira edição (Ricard 1714) para quaisquer citações, isto apesar de esta ser posterior à publicação de Justice (1707).

Des Barros & des Cavidos de Portugal.

LES 100 Aunes d'Amsterdam font 61 Barros de Lisbonne.

100 Barros de Lisbonne font 164 Aunes d'Amsterdam, p. m.

100 Cavidos de Portugal font 100 Aunes d'Amsterdam p. m.

Le Cavidos de l'Ile de Fayal & des autres Iles, qu'on nomme Iles de Flandres, appartenant au Roi de Portugal, est égal à l'Aune d'Amsterdam, ce que j'ai vérifié par un Compte d'un certain nombre d'Aunes d'une sorte de Marchandise qui avoit été envoyée au-dit Fayal, qui ont rendu autant de Cavidos qu'il avoit été envoié d'Aunes (Ricard, 1714: 39).

A comparação dos dois trechos permite a constatação de que Alexander Justice se limitou quase exclusivamente a reproduzir o texto original. Apenas a parte introdutória “THE [sic] Barros and Cavidos of *Portugal* containing an inconsiderable matter less than $1 \frac{4}{10}$ Aunes of *Amsterdam*, to avoid Fractions, you may reckon, that [...]” é nova em relação ao texto original em francês. Mesmo se o uso de ‘Cavidos’ e ‘Barros’ para os termos portugueses *côvados* e *varas* é pertinentemente criticado por Torre (1990: 221-221; 1996: 42), julgamos que Alexander Justice não pode ser responsabilizado pelo uso destes termos portugueses bastante deformados. Não parece adequado que a simples manutenção de formas encontradas no texto original dentro da tradução possa ser interpretada forçosamente como falta de compreensão da língua portuguesa, quando Justice como tradutor tão obviamente tentou ser geralmente fiel à sua fonte francesa.

No entanto, não deixa de ser interessante que a entrada relativa a ‘Vára de medir’ no dicionário português-inglês do *Compleat Account* pareça documentar os conhecimentos comerciais do autor anglófono, uma vez que são fornecidos detalhes que ultrapassam a mera tradução¹⁸:

Vara de medir. Mensura, æ (Pereira 1741: 1223).

Vára de medir: *a measure something less than an English ell* (Justice, 1701: [CCCLXXXI]).

18. O *Thesouro da Lingua Portuguesa*, que na edição de 1741 ocupa as páginas 1065 até 1222, não apresenta nenhuma entrada para *côvado* ou a variante ‘cavado’ mencionada por Ricard e Justice.

Enquanto o raciocínio de Torre que resulta das suas observações sobre o trecho relativo aos ‘barros e cavidos de Portugal’ é coerente, a conclusão resultante parece-nos algo forçada:

If my reasoning is correct, this lack of orthographic accuracy would be more than enough to demonstrate that Justice was far from being an expert in the Portuguese language and that he could never attempt to write a grammar and a dictionary about it. But there is more evidence of his ignorance of the Portuguese language (Torre, 1996: 42).

Ao proceder com a sua análise das traduções fornecidas por Justice, Torre (1996: 42-43) leva adiante a sua tentativa de documentar a falta de conhecimentos linguísticos em português da parte de Alexander Justice. Assim, apresenta as definições portuguesas relativas à parte “A Treatise of Round Measures for Grains, &c.”¹⁹:

Of Portugal

AT *Lisbon* they reckon 4 Alguiers to the Fanegue, 15 Fanegues to the Muid and 4 Muids to the Last of *Amsterdam* (Justice 1707: 50).

Of the Weights of Portugal, compared with those of Amsterdam.

THE Arobe of *Portugal* consists of 32 Pound, which render between 28 and 29 Pound at *Amsterdam*. And 4 Arobes make the Quintal.

100 Pound of *Amsterdam* make 114 1/2 Pound of *Lisbon*, or a little more. And,

100 Pound of *Lisbon* make 87 1/2 Pound of *Amsterdam*, or a little more (Justice, 1707: 71).

No texto inglês encontramos as formas ‘Alguiers’, ‘Fanegue’ / ‘Fanegues’, ‘Muid’ / ‘Muids’, ‘Arobe’ / ‘Arobes’ e ‘Quintal’. Um olhar para o texto original francês algo mais completo é bastante elucidativo:

19. Torre (1996: 42-43) alega que estes textos podem ser encontrados nas páginas 43 e 73 do tratado de Justice. Na realidade, os textos podem ser encontrados a páginas 50 e 71, respetivamente.

Du Portugal.

L'on compte à Lisbonne 216 Alquieres pour 1 Last d'Amsterdam, ou 4 Muids, faisant le Muid de 54 Alquieres. On divise le Muid en 15 Fanegos, & la Fanego en 4 Alquieres.

Aux Iles Açores, appartenant au Roi de Portugal, & dans l'Île de Saint Michel, on compte 60 Alquieres pour 1 Muid, qui est 27 Scheppels, ou $\frac{1}{4}$ de Last mesure d'Amsterdam. Ainsi 240 Alquieres font 1 Last d'Amsterdam.

Les Grains qui se transportent de Saint Michel à l'Île de Madère, donnent 4 Alquieres de bénéfice sur 60 Alquieres, c'est à dire, que les 60 en rendent 64, ce qui est $6\frac{2}{3}$ pour cent (Ricard, 1714: 72).

Du Poids de Hollande, & de celui de Portugal.

100 lb d'Amsterdam — font $114\frac{1}{2}$ lb un p. m. de Lisbonne.

100 lb de Lisbonne — font $87\frac{1}{2}$ lb un p. p. d'Amsterdam.

L'Arobe de Portugal est de 32 livres, qui donnent 28 à 29 livres à Amsterdam.

Le Quintal y est compté de 4 Arobes, qui font 116 livres, ou environ d'Amsterdam (Ricard, 1714: 97).

Uma vez que, de novo, é Ricard que anteriormente a Justice utiliza as formas criticadas por Torre com pertinência, nomeadamente 'Alquieres' para *alqueire*, 'Fanego' / 'Fanegos' para *fanega*, 'Muid' para *moio*, 'Arobe' / 'Arobes' para *arroba* e 'Quintal' para *quintal*²⁰, parece evidente que as seguintes duas hipóteses não se aplicam:

20. Parece que a qualidade da tradução nem sempre é ótima, como se verifica, por exemplo, no facto de Justice traduzir de forma indiferente as abreviaturas francesas 'un p. m.' e 'un p. p' para 'or a little more', quando o texto original francês leva a pressupor que se deve tratar de 'un peu moins' (isto é, 'a little less' em inglês, ou seja, um pouco menos) e 'un peu plus' (isto é, 'a little more', ou seja, um pouco mais). Mesmo assim, parece que Justice conseguiu fazer com que o sistema proposto por Ricard ficasse menos confuso, uma vez que os 216 alqueires da medida de Lisboa não se somam, ao contrário do que acontece com a medida de São Miguel. Pinto (1983: 396) menciona as medidas seguintes: 1 *moio* = 15 *fangas*, 1 *fangá* = 4 *alqueires*. Isto significa que 1 *moio* corresponde a 60 *alqueires*. 4 *moios* corresponderiam, por isso, a 240 *alqueires*.

We find ourselves again in the situation of having to admit several hypotheses: a) Either the Portuguese weights and measures quoted were expressed in English by the forms used by Justice (e. g. ‘Alquier’, ‘Fanegue’, ‘arobe’); or b) such forms had no official statute and what Justice wrote were mere adulterations of the Portuguese words he heard others pronounce (Torre, 1996: 43).

As formas fr. ‘Alquieres’ > ing. ‘Alquiers’ para *alqueire*, fr. ‘Fanego’ > ing. ‘Fanegue’ para *fanega*, fr. ‘Muid’ = ing. ‘Muid’ para *moio*, fr. ‘Arobe’ = ing. ‘Arobe’ para *arroba* e fr. ‘Quintal’ = ing. ‘Quintal’ para *quintal* parecem evidenciar que Justice aproveitou boa parte das formas pseudo-portuguesas apresentadas por Ricard²¹. As únicas deturpações que se podem verificar são aquelas das duas formas que já tinham sido deturpadas por Ricard, isto é, ‘Alquiers’ em vez de *alqueire*, e ‘Fanegue’ em vez de *fanega*. A origem destas diferenças terminológicas entre o texto original e a tradução parece, no entanto, ser antes um problema de natureza translatória.

Uma comparação das entradas portuguesas correspondentes a estas cinco medidas no *Thesouro* de Bento Pereira e no *Compleat Account* fornece-nos de novo algumas definições que testemunham a forte preocupação do lexicógrafo com as realidades comerciais:

Alqueire. Modius, ij. Modium, ij.

Alqueire, & meyo. Sesquimodius, ii. Satum, i (Pereira, 1741: 1078).

Alquéire: *A measure, of which three make an English bushel* (Justice, 1701: [CCXV]).

Arroba. Congius, ii. Metreta, æ (Pereira, 1741: 1087).

Arróba: *A weight of 32 pounds in Portugal* (Justice, 1701: [CCXXIV]).

Fanga. Medimnu, i (Pereira, 1741: 1151).

21. Para um estudo do ‘uso atual’ (isto é, baseado no *Inquérito Linguístico Paiva Boléo* que foi realizado entre 1942 e 1973) de algumas destas medidas cf. Pinto (1983).

Fánga: *A certain measure, containing two bushels* (Justice, 1701: [CCXCIII]).

Moyo. Modius magnus (Pereira, 1741: 1178).

Móyo: *A measure of that name, amounting to more or less, 20 english bushels* (Justice, 1701: [CCCXXV]).

Quintal, peso. Centipondium, ij.

Quintal. Hortus domesticus. Viridarum, ij (Pereira, 1741: 1198).

Quintál: *A weight here amounting to 128 pounds.*

Quintál: *A little house garden* (Justice, 1701: [CCCLI]).

Verifica-se que o lexicógrafo anglófono optou por definir os lexemas, ora com base na realidade inglesa (as medidas *alqueire*, *fanga* e *moio* são relacionadas com os *bushels* ingleses), ora com base na realidade portuguesa (para *arroba* e *quintal*, enquanto pesos, refere o equivalente em libras).

De maneira semelhante, as traduções das definições dos termos relacionados ‘comércio’, ‘peso’ e ‘medida’ confirmam a forte preocupação do autor e tradutor da obra inglesa com questões comerciais, ainda mais por as definições inglesas ocasionalmente irem consideravelmente para além da simples equivalência das definições do lexicógrafo jesuíta:

Commercio. Commecium, ij (Pereira, 1741: 1106).

Comércio: *Trade or commerce* (Justice, (1701: [CCXLIV]).

Medida. Mensura, æ. Mensio, onis. Dimensio, onis.

Medida falsa. Mensura adulterina.

Medida chea. Mensura plena, æquata.

Medida acogulada. Mensura cumulata.

Medida cousa. Mensus, a, um. Dimensus, a, um.

Medida das terras. Decempeda, æ (Pereira, 1741: 1175).

Medída. *A measure, or dimension.*

Medída fálša. *A false or counterfeited measure.*

Medída chéa. *Full and just measure.*

Medída acumuláda. *A measure heaved up over and above*²².

Medída cóusa. *That is measured.*

Medída das térras. *A land-measure* (Justice, (1701: [CCCXXII]).

Peso. Pondus, eris. Moles, is

Pesos da balança. Libra, æ. Trutina, æ (Pereira, 1741: 1190-1191).

Pésos: *A weight, burden or load*

Pésor [sic] de balança: *The weights of a ballance* [sic] *in a pair of scales* (Justice, (1701: [CCCXLI]).

A conclusão do investigador português que se segue a esta questão (retomando a citação sobre a ilha açoriana do Faial) também não pode ser sustentada:

It would equally be very surprising if the author of *A Compleat Account...* revealed sheer ignorance concerning the Lusitanian reality. And such ignorance is easily detected in one of the passages quoted above, where Justice attributes the ‘Isle of Fagal, and other Islands, called the Isles of Flanders’, to the King of Portugal. He very probably meant the Azorean islands of Fayal and Flores. The orthographic deformation detectable in these two names reinforces our suspicion that what Justice did with weights and measures was another example of deformation of Portuguese words (Torre, 1996: 43).

Como já ficou demonstrado, a alegada ignorância daquilo que Torre chama a realidade lusitana²³ deve ser justamente atribuída a Samuel Ricard, que prece-

22. Pereira traz a entrada ‘Medida acogulada’ que Justice corrige para ‘Medída acumuláda’, fornecendo, para além disso, uma definição bastante interpretativa.

23. A referência ao Faial e os restantes Açores como ‘Ilhas Flamengas’ não é de todo impertinente, se considerarmos que o arquipélago foi descoberto pelo flamengo Joshua van der Berg em 1432, contando-se entre os primeiros povoadores muitos flamengos entre eles, como, por exemplo, o

deu Justice em todas as afirmações criticadas. O mesmo é válido para a última questão discutida pelo investigador português:

Many more examples could be added to the list of deviations taken from the section dedicated by Justice to tables of exchange where the names of Portuguese coins are subjected to considerably bad treatment: ‘Croisado’ (*crusado?*). ‘Reas’ (reaes / reis / reys?). ‘Marvedis’ (*maravedís*). ‘Teston’ (*tostão*), ‘Patacoon’ (*pataco*) etc., all words that do not integrate either part of *A Compleat Account...* Neither does the OED register them, a proof that they were never used in standard English (Torre, 1996: 44).

Mesmo que não tenhamos podido encontrar as formas ‘Croisado’, ‘Reas’ ou ‘Maravedis’ em relação a Portugal no *Treatise* de Alexander Justice, o autor setecentista oferece uma tabela em que menciona todas as moedas utilizadas em Portugal, referindo inclusivamente o valor líquido das moedas em questão (Justice, 1707: 175):

The broad Ducat of Gold, worth	10000	} Rees.
The Double Pistole	4000	
The Pistole	2000	
The half Pistole, or Milree	1000	
The stamp'd Patacoon	600	
The curant Patacoon	500	
The stamp'd Crusado	500	
The curant Crusado	400	
The stamp'd Piaster of <i>Portugal</i>	480	
The Teston	100	
And the Fractions of that Piece of 80, 60, 40, 20 and 10 Rees, which last Species is of a mixt Mettal of Silver and Brass.		
The <i>Spanish</i> Pistole is worth	2000	
And the <i>Spanish</i> Piaster, or Piece of Eight	750	

primeiro capitão-donatário Joss van Hurtere (1430-1495), de cujo apelido veio a derivar-se o topónimo da Horta, no Faial.

Entre outras moedas, encontramos aqui os ‘Crusados’, ‘Patacoons’ e ‘Testons’, bem como os ‘Rees’ que constituem a unidade monetária. Como se pode ver na tabela do *Treatise*, Justice utiliza ‘rees’ (bem como ‘ree’ no singular).

A melhor explicação da natureza destas unidades encontra-se em Ricard (1714: 341), que ainda oferece a variante adicional ‘Réés’: “Les *Monnoies* de Portugal sont exprimées par Rés, on Réés, que quelques-uns écrivent Raix, de sorte que les achats & ventes se font par Rés, dont les 400 font la Cruzade, ou le Ducat”.

Na sua explicação bastante sintética, Ricard não somente oferece a designação ‘Réés’, normalmente usada no *Traité general*, mas também as variantes ‘Réés’ e mesmo ‘Raix’. A tabela das moedas portuguesas é bastante mais elaborada (Ricard, 1714: 342):

*Des Monnoies Réelles de Portugal.
A Lisbonne on a pour Espèces d'or,*

De Grosses Pièces d'or fin de Ducat, dont chacune vaut		10000 Rés.
Des Doppio Moeda, ou double Pistole,	qui vaut	4000 Rés.
Des Moeda, ou simple Pistole,	qui vaut	2000 Rés.
Des My Moeda, ou 1/2 Pistole,	qui vaut	1000 Rés.

Especies d'argent.

Des Pataques, ou Patagons marquez,	qui valent	600 Rés.
Des Patagons non marquez,	qui valent	500 Rés.
Des Cruzades, marquées,	qui valent	500 Rés.
Des Cruzades, non marquées,	qui valent	400 Rés.
Des Pièces de 8 Réaux de Plate, qui furent marquées en 1643. &	qui valent	480 Rés.
Des Testons, ou 5 Vingtain,	qui valent	100 Rés.
Des quatre Vingtain,		80 Rés.
Et en diminuant jusques à un Vingtain, ou	qui valent	20 Rés.
Et en demi Vingtain, Argent & Cuivre, ou		10 Rés.
Les Pistoles d'Espagne y sont comptées à		2000 Rés.
Les Piastres ou Pièces de 8 Réaux d'Espagne à		750 Rés.

Parece evidente que o tradutor reproduz a tabela das moedas portuguesas de Ricard. No entanto, Justice mostra uma certa independência que parece indicar conhecimento de primeira mão do sistema monetário português de então, pois adiciona o ‘Milree’ como uma moeda no valor de *mil Réis*. Além disso, chega a fazer a distinção entre moedas ‘stamped’ (no sentido de carimbado) e ‘current’ (no sentido de corrente), divergendo do original francês que meramente distinguia entre moedas ‘marquées’ vs. ‘non marquées’. De maneira geral, porém, Justice não parece ter-se preocupado com a correção de termos e de conceitos diferentes, a não ser quando estes diferiam da realidade britânica, pois observa que o próprio Ricard não seria perfeitamente informado das realidades britânicas:

When I had maturely considered of the Translation propos'd, I thought fit in the first Place to make such necessary Alterations, as might adapt the Work to the Genius, and Circumstances of the *English* Nation; to which the Author, who is a *French* Refugee, now residing in *Holland*, seems to be in some particulars a Stranger (Justice, 1707: [VIII]).

A breve comparação entre os pontos essenciais criticados por Manuel Gomes da Torre (1990, 1996), o *Treatise* de Alexander Justice (1707) e o *Traité general* de Ricard (1700, 1714) leva-nos a crer que não existe, com efeito, qualquer razão que imponha ou que justifique uma exclusão de Alexander Justice como o possível autor, ou seja, como o tradutor e editor do *Compleat Account* e da *Grammatica Anglo-Lusitanica*.

Quanto ao autor semianónimo chamado A. J. e o seu perfeito domínio da língua inglesa, Gomes da Torre conclui que deve ser falante do inglês como língua materna:

That the author was a native speaker of English is the most plausible hypothesis. One of the reasons had already been pointed by Cardim based on the good quality of the English used both in *A Compleat Account...* and in the *Grammatica Anglo-Lusitanica*. In fact the English used by A. J. is absolutely flawless and purely idiomatic. As similar grammars later published by Portuguese writers would show, these characteristics were very far from being frequent (Torre, 1996: 36-37).

Ora, é inegável que nas publicações que podem ser atribuídas com certeza a este autor, o antigo huguenote francês Alexander Justice mostra a mesma perfeição nas obras impressas em Londres (sendo de realçar que deve ser considerado mais como tradutor do que como autor) do que qualquer outro autor contemporâneo britânico, surgindo apenas incertezas ocasionais quando a própria fonte não estava segura, como vimos atrás.

No atinente à abreviação A. J., Manuel Gomes da Torre²⁴ documenta corretamente, com base no Catálogo Geral da *British Library*, que houve outros autores britânicos que chegaram a utilizar a abreviatura 'A. J. para publicações semianónimas. Parece, no entanto, que apenas a respeito de Alexander Justice se sabe que viveu em Londres no início do século XVIII e que utilizou esta abreviatura. Se bibliógrafos posteriores ou contemporâneos não hesitaram em atribuir à pessoa histórica chamada Alexander Justice as publicações contemporâneas sobre o comércio (Justice, 1707) e direito comercial (Justice, ¹1705, ²1710, ³1724), a mesma coisa, ao que parece, deve aplicar-se às obras metalinguísticas que utilizam idêntica abreviatura na identificação do autor. Julgamos importante que tanto as obras comerciais e jurídicas como também as metalinguísticas tenham em comum a característica de tratar-se, em grande medida, de traduções. Para além disso, as definições de termos pertencentes ao comércio na parte dicionarística do *Compleat Account* levam-nos a considerar que o autor de Justice (1707) seja o mesmo que o de Justice (1701), pois documenta uma orientação para conteúdos que permite estabelecer um paralelo com as obras puramente económico-jurídicas.

Mesmo perante a ausência de uma prova absoluta (que talvez nunca possa ser encontrada, por falta de documentos contemporâneos), o acima exposto, mas especialmente o forte reflexo comercial nas equivalências inglesas às medidas, que vai muito além do texto de Pereira, leva-nos à conclusão de que o francês (naturalizado inglês) chamado Alexander Justice deve ser considerado o verdadeiro autor (ou melhor ainda, o tradutor verdadeiro) tanto do *Compleat Account* como da *Grammatica Anglo-Lusitanica*.

24. Torre (1996: 39) acertadamente refere August Antoni Jakubowsky (anos 1830), Anthony Jahnson (autor neerlandês, anos 1690), A. Jars (anos 1800), Augustus Jessop (ca. 1890) e A. Johnston (anos 1860).

4. Conclusão

Face à óbvia inviabilidade da maioria das propostas feitas pelos bibliógrafos e investigadores históricos (cf. Kemmler, 2012), a questão autoral é largamente discutida por Manuel Gomes da Torre ao longo de vários estudos. É sobretudo com base em erros em palavras portuguesas que se encontram no manual económico de Justice (1707) que Torre tenta comprovar que Alexander Justice não pode ser o verdadeiro autor da obra metalinguística anglo-portuguesa. Acabamos, porém, de fornecer provas de que os argumentos auferidos pelo investigador portuense para afastar Justice como autor do *Compleat Account* não são válidos. Ao contrário, as definições relativas a alguns termos pertencentes ao domínio do comércio permitem supor que o tradutor das obras metalinguísticas devia dispor de sólidos conhecimentos na área do comércio europeu. Neste contexto, faz todo o sentido que Alexander Justice, como o tradutor-jornalista de conteúdos comerciais e económicos e autor do tratado comercial, dispusesse de conhecimentos relevantes.

Sendo pertinente a constatação de que o tradutor do *Compleat Account* deverá ter sido de nacionalidade não-portuguesa, a conclusão não nos permite afastar uma autoria de Justice. Na verdade, o facto de o *Compleat Account* com as suas partes ser uma tradução das obras metalinguísticas latino-portuguesas e luso-latinas de Bento Pereira constitui a chave para percebermos quem terá sido o tradutor da obra. É por isso que Cardim (1929: 162) erra ao julgar que “the question of ‘translatorship’ is after all of very little interest”, pois todas as obras que hoje são atribuídas a Alexander Justice (1705, 1707) são traduções para o inglês e o *Compleat Account* insere-se na mesma tradição textual. Através das obras não-metalinguísticas atribuíveis a Alexander Justice fica documentado o interesse do tradutor na área do comércio e do direito comercial, mas igualmente testemunhada a sua grande experiência na área da tradução. No nosso entendimento, terá sido precisamente a experiência profissional como tradutor, acompanhada com a proximidade com temas relacionados com assuntos extralinguísticos, que permitiu que o tradutor elaborasse o *Compleat Account*.

Conforme vimos atrás, a parte dicionarística da obra constitui, na sua essência, uma tradução das duas partes da *Prosódia* do jesuíta português Bento Pereira. Tendo consciência da complexidade da parte técnica do estudo lexicográfico trilingue (português-latim-inglês e latim-inglês-português), limitámo-

-nos à análise pontual de uns termos-chave na parte português-inglês, em confronto com as respetivas entradas no *Thesouro* de Pereira. Estas permitem tirar a conclusão de que o tradutor aproveitou os seus conhecimentos comerciais para fornecer algumas definições pertencentes ao campo do comércio português com uma profundidade definitória que não se encontra na obra de Pereira. O paralelismo entre a natureza das obras do Alexander Justice histórico e a proximidade daquelas entradas muito específicas do *Compleat Account* com as realidades do comércio português da época levam-nos reforçar a noção de que um e outro autor/tradutor possam ter sido o mesmo.

Creemos que o resultado desta pequena análise lexicográfica é bastante promissor, o que nos leva à convicção de que o levantamento e o estudo de todas aquelas definições que vão para além das simples equivalências da *Prosodia* e do *Thesouro* virão testemunhar melhor a mundividência económica e jurídica do autor. No entanto, devemos conceder que estamos ainda longe da realização de uma análise das correspondências inglesas às entradas latinas dos dicionários de Pereira.

Por outro lado, convém referir que, tendo estabelecido em Kemmler (2013) que a *Ars grammaticæ* Bento Pereira serviu como fonte imediata para a tradução do texto metagramatical, se detectou que o tradutor substituiu a metalinguagem latina pela inglesa. Com efeito, o tradutor da gramática evidencia dominar melhor o latim do que o português, uma vez que por vezes não consegue fazer jus às explicações metalinguísticas latinas fornecidas por Bento Pereira.

Considerando as propostas históricas de uma explicação para a questão autoral, julgamos lícito concluir que a proposta cuidadosamente formulada por Robin C. Alston, identificando 'A. J.', o autor do *Compleat Account Grammaticæ* e da *Anglo-Lusitanica*, com a personagem histórica Alexander Justice será a única que reúne vários argumentos em seu favor. Julgamos, enfim, que não faz sentido supor que aquele A. J. que publicou *A General Treatise of Monies and Exchanges* em 1707 poderá ser outra pessoa do que o mesmo A. J. que cinco anos antes publicara o *Compleat Account* no âmbito de uma edição do autor.

De Alexander Justice sabe-se que foi um huguenote de origem francesa que dispunha de consideráveis conhecimentos na área do comércio e do direito comercial, tendo vivido em Londres desde data incerta até finais de 1711, quando terá passado a fazer parte das negociações da paz de Utrecht (1712-1713) nos Países Baixos.

Autor de outras traduções para o inglês (às quais o autor adicionou elementos baseados nos seus conhecimentos da realidade britânica da altura) que foram publicadas em 1705 e 1707, Alexander Justice foi, enfim, o único autor histórico de quem se sabe com certeza que viveu em Londres na época e a quem pelo menos algumas das obras semianónimas têm sido atribuídas por bibliógrafos anglófonos desde inícios do século XIX.

O que acabamos de expor leva-nos à afirmar que nos parece suficientemente provável que Alexander Justice terá sido o autor/tradutor do *Compleat Account Grammatica* e da *Anglo-Lusitanica*. Temos, no entanto, consciência de que as nossas conclusões não passam de terem natureza circunstancial. Apesar de toda a convicção, nunca poderemos excluir a possibilidade de que futuras investigações possam permitir outras interpretações, pelo que encararemos com grande interesse qualquer estudo futuro que venha trazer novas informações relevantes.

Bibliografia

- ALLIBONE, S[amuel] Austin. *A Critical Dictionary of English Literature, and British and American authors, Living and Deceased, from the earliest accounts to the middle of the nineteenth century: Containing thirty thousand biographies and literary notices, with forty indexes of subjects*. volume I, Philadelphia: Childs and Peterson, 1858.
- ALSTON, R[obin] C[arfrae]. *A Bibliography of the English Language from the Invention of Printing to the Year 1800: A Systematic Record of Other Languages in English, Based on the Collections of the Principal Libraries of the World, Volume Two, Polyglot Dictionaries and Grammars, Treatises on English Written for Speakers of French, German, Dutch, Danish, Swedish, Portuguese, Spanish, Italian, Hungarian, Persian, Bengali and Russian*. Bradford: Ernest Cummins, 1967.
- BA (1704) = “A general treatise of the Reduction of the Exchanges, Moneys and real Species of most Places in *Europe*”. *Bibliotheca Annua: or the Annual Catalogue for the Year 1702, and 1703, Being an Exact Catalogue of All English and Latin Books, Printed in England* 4 (March 25, 1702 to March

- 25, 1704). Edição fac-símile. London: The Gregg Press (English Bibliographical Sources, Series 1; 4), 1967. 70-71.
- BAUMER, Edward. *The Early Days Of The Sun Fire Office*. London: Sir Joseph Causton & Sons, 1910.
- BLUTEAU, Rafael. *VOCABULARIO / PORTUGUEZ / E / LATINO, / AULICO, ANATOMICO, ARCHITECTONICO, BELLICO, BOTANICO, / Brasílico, Comico, Critico, Chimico, Dogmatico, Dialectico, Dendrologico, Ecclesiastico, / Etymologico, Economico, Florifero, Forense, Fructifero, Geographico, Geometrico, / Gnomonico, Hydrographico, Homonymico, Hierologico, Ichthyologico, Indico, / Isagogico, Laconico, Liturgico, Lithologico, Medico, Musico, Meteorologico, / Nautico, Numerico, Neoterico, Orthographico, Optico, Ornithologico, Po- / etico, Philologico, Pharmaceutico, Quidditativo, Qualitativo, Quan- / titativo, Rhetorico, Rustico, Romano; Symbolico, Synonimi- / co, Syllabico, Theologico, Terapeutico, Technologico, / Uranologico, Xenophonico, Zoologico, / AUTORIZADO COM EXEMPLOS / DOS MELHORES ESCRITORES PORTUGUEZES, E LATINOS, / E OFFERECIDO / A ELREY DE PORTUGUAL, / D. JOAÓ V. / PELO PADRE / D. RAPHAEL BLUTEAU / CLERIGO REGULAR, DOUTOR NA SAGRADA / Theologia, Prégador da Rainha de Inglaterra Henriqueta / Maria de França, e Calificador no sagrado Tribunal / da Inquisição de Lisboa. // COIMBRA / No Collegio das Artes da Companhia de JESU Anno de 1712. / Com todas as licenças necessarias.*
- CARDIM, Luís. “Some notes on the Portuguese-English and English Portuguese grammars to 1830”. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 5-6 (1923): 437-451.
- CARDIM, Luís. “Portuguese-English Grammarians and the History of English Sounds”. *Estudos de Literatura e de Lingüística*. Porto: Faculdade de Letras, 1929. 159-205.
- DICKSON, P[eter][G[eorge] M[uir]. *The Sun Insurance Office 1710-1960: The history of two and a half centuries of British Insurance*. London: Oxford University Press, 1960.
- ELLIS, Henry / Baber Henry Hervey. *Librorum impressorum, qui in Museo britannico adservantur, catalogus*. Vol. II, Pars Prior. Londini: G. Woodfall, 1814.

- ELLIS, Henry / Baber Henry Hervey. *Librorum impressorum, qui in Museo britannico adservantur, catalogus*. Vol. II, Londini: G. Woodfall, 1813.
- ELLIS, Henry / Baber Henry Hervey. *Librorum impressorum, qui in Museo britannico adservantur, catalogus*. Vol. VI. Londini: G. Woodfall, 1817.
- [FRESCHOT, Casimir]. *ACTES, / MÉMOIRES, / & autres / PIÈCES AUTHENTIQUES / concernant / LA PAIX / D'UTRECHT. / TOME PREMIER. / Seconde Edition Augmentée & Corrigée. // A UTRECHT, / Chez GUILLAUME VANDE WATER / ET / JACQUES VAN POOLSUM, / M. D. CCXIV.*
- GLAISYER, Natasha. *The culture of commerce in England, 1660-1720*. London: Boydell & Brewer; Royal Historical Society (Studies in History), 2006.
- HARRIS, Frances Marjorie. *A Study of the Paper War Relating to the Career of the 1st Duke of Marlborough: 1710-1712*. 2 vols. Tese de Doutoramento of Philosophy. Londres: University of London, 1975.
- HWL (1706) = "A General Dominion of Laws and Sea". *The History of the Works of the Learned: Or an Impartial Account of Books Lately Printed ion all Parts of Europe, With a Particular Relation of the State of Learning in each Country*. VIII, 8 (Set. 1706), 545-552.
- J[USTICE], A[lexander]. *A Compleat / ACCOUNT / OF THE / Portugueze Language. / Being a Copious / DICTIONARY / OF / English with Portugueze / AND / Portugueze with English. / TOGETHER / With an Easie and Unerring Method of its Pronunciation, / by a distinguishing Accent, and a Compendium of all the / necessary Rules of Construction and Orthography digested into a Grammatical Form. / To which is Subjoined by way of / APPENDIX / Their usual Manner of Correspondence by Writing, being all suitable, / as well to the Diversion and Curiosity of the Inquisitive Traveller, as to / the Indispensible Use and Advantage of the more Industrious Trader and / Navigator to most of the known Parts of the World. / By A. J. // LONDON: / Printed by R. Janeway, for the Author, M.DCC.I.*
- J[USTICE], A[lexander]. *A complete account of the Portuguese language: 1701, with Grammatica Anglo-Lusitanica*. Menston: Scholar Press, 1970 (English Linguistics 1500-1800: A Collection of Facsimile Reprints; 260).
- J[USTICE], A[lexander]. *GRAMMATICA / Anglo-Lusitanica: / Or a Short and Compendious / SYSTEM / OF AN / English and Portugueze / GRAMMAR.*

/ Containing / All the most Useful and Necessary Rules / of the Syntax, and Construction of the / Portuguese Tongue. / Together with some Useful Dialogues and / Colloquies, agreeable to common Conversa- / tion. / With a Vocabulary of Useful Words in English and / Portuguese. / Designed for, and fitted to all Capacities, and more / especially such whose Chance or Business may lead / them into any part of the World, where that Lan- / guage is used or esteemed. / By A. J. // LONDON: Printed by R. Janeway, and sold by Sam. / Crouch, the Corner of Popes-Head-Alley, and Rich. Par- / ker, at the Unicorn under the Royal Exchange, Cornhill, 1702. Edição fac-símile. La Vergne: Gale ECCO (Eighteenth Century Collections Online Print Editions).

J[USTICE], A[lexander]. *GRAMMATICA / Anglo-Lusitanica: / Or a Short and Compendious / SYSTEM / OF AN / English and Portuguese / GRAMMAR. / CONTAINING / All the most Useful and Necessary Rules / of the Syntax, and Construction of / the Portuguese Tongue. / Together vvith some Useful Dialogues / and Colloquies, agreeable to com- / mon Conversation. / VVith a Vocabulary of Useful VWords in / English and Portuguese. / Designed for, and fitted to all Capacities, / and more especially such vvwhose Chan- / ce or Business may lead them into / any part of the VWorld, vvhe- / re that Language is used / or esteemed. // LISBOA. / Na Oficina de Miguel Marnescal, Im- / pressor do Santo Officio. / Anno de 1705.*

J[USTICE], A[lexander]. *A General / TREATISE / OF / Monies and Exchanges; / In which those of all Trading Nations are parti- / cularly Describ'd and Consider'd. / WITH / An Account of all the foreign BANKS and different / SPECIES and Denominations of MONIES, with their / Current and Intrinsick Value; and of the Method and / Practice of Foreign and Domestick EXCHANGES. / TOGETHER WITH / An Exact Translation of the Excellent Ordinances lately Pub- / lish'd in FRANCE, for EXCHANGE and COMMERCE, and / the Regulations of most Trading Places upon that Subject. With / an Introductory Discourse of the Nature and Origin of EXCHANGE, / Containing also the Principles of that most Intricate and Useful / part of COMMERCE; with Forms of Bills of all sorts, and the / Customs of Merchants relating thereto; in a most Easie and Fa- / miliar Method. / AS ALSO, / TABLES of the Reduc- / tion of the MONIES and EXCHANGES of / the most Considerable Towns in EU-*

ROPE. | To which is subjoin'd, | A General Discourse of the Trade and Commodities of most Nations: | with a more particular Account of those of ENGLAND, &c. | Together with | An Universal Treatise of the WEIGHTS and MEASURES usual | in Trade all over the World, with Curious Tables relating there- | unto: Of all which, a more particular Account in the Preface. | By a Well-wisher of the TRADE. // LONDON: | Printed for S. and J. Sprint, and J. Nicholson, in Little-Britain; and | R. Smith, under the Piazza of the Royal Exchange in Cornhill, MDCCCVII.

[JUSTICE, Alexander]. A GENERAL | TREATISE | OF THE | Dominion of the Sea. | And a COMPLEAT BODY of the | SEA-LAWS | CONTAINING | What is most Valuable on that Subject, in Antient and Modern Authors; | and particularly the Antient LAWS of the Rhodians and Romans; those of | Oleron, Wisbuy, and other Countries; with curious Notes and Observations. | AS ALSO | That excellent BODY of SEA-LAWS lately published in France: With | a Collection of Marine Treaties concluded during the last Century. | TOGETHER WITH, | Several Discourses about the Jurisdiction and Manner of Proceeding in the | Admiralty of England, both in Criminal and Civil Matters, and Adjudg'd | Cases in several Courts concerning Trade and Navigation. | In all which are explained at large, the Laws and Customs of Merchants, and | of the Courts in Cases of Bottomry, Insurances, Charter-Parties, Bills of Lading, Pyracy, and of Letters of Marque and Reprisal. | To which is subjoin'd, | An APPENDIX concerning the present State and Regulations of the | ADMIRALTY and NAVY. | The THIRD EDITION, with large Additions and Improvements. | AND A NEW | APPENDIX | CONTAINING | Several Eminent Lawyer's Opinions in important Marine Cases; a Comparison of the ENGLISH and FRENCH Conduct in their Sea-Affairs; an ESSAY | concerning the NAVY of ENGLAND, taken from Mr. Pepis's, Mr. Burchet's, and | other Authentick Memoirs, an Abstract of all the Acts of Parliament relating to | the Marine; particularly, that for Establishing Articles and Orders for the Regulating and better Government of the FLEET, &c. // LONDON: | Sold by Thomas Page, William and Fisher Mount in Postern-Row on Tower Hill. MD.CC.XXIV.

Kemmler, Rolf. "The *Grammatica Anglo-Lusitanica* (London, 1701), a Translation of Bento Pereira's *Ars grammatica pro lingua Lusitana addiscenda*

Latino idiomate (Lyon, 1672)?”. *Beiträge zur Geschichte der Sprachwissenschaft*, 23 (2013): 87-102.

- Kemmler, Rolf. “O Compleat Account of the Portugueze Language e a primeira Grammatica Anglo-Lusitanica (Londres, 1701): a discussão da autoria de 1859 até 1970”. *Agália. Revista de Estudos na Cultura* 105 (2012): 213-231.
- MARQUES, Humberto Oliveira. *História de Portugal: Manual para uso de estudantes e outros curiosos de assuntos do passado pátrio, vol. II, Do Renascimento às Revoluções Liberais*. Lisboa: Editorial Presença, 1998 (13 ed).
- PEREIRA, Bento. *ARS / GRAMMATICÆ / PRO LINGVA / LVSITANA / ADDISCENDA LATINO / Idiomate proponitur, / In hoc libello, velut in quædam academiola diuisa in / quinque classes, instructas subselliis, recto ordine / dispertitis, vt ab omnibus tum domesticis, / tum exteris frequentari possint. / Ad finem ponitur Ortographia, ars rectè scribendi, / vt sicut prior docet rectè loqui, ita posterior / doceat rectè scribere linguam Lusitanam. / In gratiam Itolorum coniugationibus Lusitanis Italæ / correspondent. / Authore P. Doct. BENEDICTO PEREIRA, Societ. / Iesu, Portugallensi Borbano, in Supremo Lusitaniæ / S. Inquisitionis Tribunali Censorio Qualificatore, / & modò Romæ pro assistentia Lusitana / Revisore. // LVGDVNI, / Sumptibus Lavrentii Anisson. / M. DC. LXXII. / SUPERIORUM PERMISSU.*
- PEREIRA, Bento. *PROSODIA / IN / VOCABULARIUM / BILINGUÆ, / LATINUM ET LUSITANUM, / DIGESTA, / In qua dictionum significatio, & syllabarum / QUANTITAS EXPENDITUR, / OPUS OMNINO NECESSARIUM PROFESSORIBUS SACRARUM, / Et Humaniorum Literarum, Medicis, Juristis, & omnibus cuiuscunque / facultatis Studiosis; tum propter innumeras dictiones, quas à Sacris, & / profanis Auctoribus decerptas exponit; tum propter recondita car- / mina omniũ Veterũ Poëtarũ, & Recentiorũ clari nominis, quos / omnes Auctor ad expendendas syllabas perlegit. / AUCTORE / P. D. BENEDICTO PEREYRA / Societ. JESU, / Portugallensi, Borbano, in Eborensi Academia Primario / olim Rhetorices Professore, & tandem in eadem / Academia Sac. Theol. Professore Primario / NONA EDITIO / AUCTIOR, ET LOCUPLETIOR / AB ACADEMIA EBORENSI / Prodit opus in hac nova editione innumeris propemodum erroribus purgatum, pene incre- / dibili vocabulorum, quæ desiderabatur, numero auctum, è qui-*

- bus sunt superaddita vi- / ginti circiter quatuor millia, à plusquam ter-
centis Auctoribus hûc translata, quorum nomi- / na in catalogo infrà
conscripta offendes. Omnia quoad fieri potuit, & Lusitano idioma- / te.
& quantitate, & auctoritate donantuur. Quæ asterisco * notantur, cautè
usurpanda; vel enim Auctore destituuntur; vel non temerè sunt æmulan-
da, cùm à communi usu abhorreant. // EBORÆ, / Cum facultate Supe-
riorum, ex Typographia Academiae, Anno Domini. M. DCC. XLI.
- PINTO, Adelina Angélica. “Isoléxicas Portuguesas (Antigas medidas de capacida-
de)”. *Revista Portuguesa da Filologia*, XVIII (1983): 367-590.
- RELTON, Francis Boyer. *An account of the fire insurance companies associations,
institutions, projects and schemes established and projected in Great Britain
and Ireland during the 17th and 18th centuries including the Sun Fire Of-
fice; also of Charles Povey the projector of that office, his writings and sche-
mes*, London: Swan, Sonnenschein & Co, 1893.
- RICARD, Samuel. *Traité général du commerce*. Amsterdam: Paul Marret, 1706.
Bayerische Staatsbibliothek, call number 4 Merc. 88.
- RICARD, Samuel. *TRAITÉ GENERAL / DU COMMERCE / PLUS AMPLE ET PLUS
EXACT / Que ceux qui ont paru jusques à présent: fait sur les Memoires / de
divers Auteurs tant Anciens que modernes: contenant / les Reductions des
Mesures, Poids & Monnoies / DE LA HOLLANDE OU D'AMSTERDAM
/ Reduites aux Mesures, Poids & Monnoies des principales / Places de l'Eu-
rope; comme aussi pour les Excomptes / ou Rabais, avec divers Tables à ce su-
jet. / POUR LA BANQUE, LE CHANGE, RECHANGE, LES FORMES,
/ Termes & diligences des Lettres & Billets de Change, & des Lettres de Cre-
dit: / Pour les Monnoies Réelles & de Change, des Prix courans des Places,
pour / savoir en quelles Monnoies y sont tenuës les Escritures, le moyen de
faire les / Changes & les Reductions pour les Traités & les Remises, pour cal-
culer les / Changes & les ajuster, pour en connoître les profits & les pertes, &
l'égalité des Monnoies & les prix des Changes. / TROISIE'ME EDITI-
ON, / Reveuë, corrigée, & augmentée. / Ouvrage très-utile aux Banquiers,
Negocians, Voyageurs, & sur tout à la / Jeunesse qui desire d'apprendre
le Commerce & le Negoce de Change. / Par SAMUEL RICARD // A
AMSTERDAM, / Chez la Veuve de PAUL MARRET, dans le Beursstra-
at, à la Renommée. / M. DCCXIV.*

- RODRIGUES, António Simões (coord.). *História de Portugal em Datas*. Lisboa: Temas e Debates, 1996.
- STEPHEN, Leslie (ed.). *Dictionary of National Biography*. 63 vols. London: Smith, Elder, & Co., 1885-1900.
- TORRE, Manuel Gomes da. *Gramáticas inglesas antigas: alguns dados para a história dos estudos ingleses em Portugal até 1820*. Trabalho complementar à dissertação de doutoramento. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1985.
- TORRE, Manuel Gomes da. "O interesse pelo estudo do inglês em Portugal no séc. XVIII". *Actas do Colóquio comemorativo do VI Centenário do Tratado de Windsor (de 15 a 18 de Outubro de 1986)*. Ed. M. Gomes da Torre, R. Carvalho Homem e M. T. Castilho. Porto: Universidade do Porto, 1988. 41-54.
- TORRE, Manuel Gomes da. "Quem foi o autor de 'A compleat account'". *Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas* 7 (1990): 211-224.
- TORRE, Manuel Gomes da. "Imported models: a tradition of English-Language Teaching in Portugal". *Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas* 12 (1995): 135-148.
- TORRE, Manuel Gomes da. "Who wrote *A Compleat Account of the Portuguese Language*?" *Revista de Estudos Anglo-Portugueses* 5 (1996): 33-47.
- TORRE, Manuel Gomes da. "Elementos para a história das relações linguísticas entre Portugal e a Grã-Bretanha". *Estudos ingleses: ensaios sobre língua, literatura e cultura*. Ed. Gualter Cunha. Coimbra: Minerva, 1998. 213-230.
- WATT, Robert. *Bibliotheca Britannica; or a General Index to British and Foreign Literature in two Parts: Authors and Subjects, Volume II, Authors*. Edinburgh; London: Printed for Archibald Constable and Company; Longman, Hurst, Rees, Orme, Brown, & Green, 1824.

Nota curricular

Rolf Kemmler é investigador do Centro de Estudos em Letras (CEL) da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), em Portugal, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).

Contacto

kemmler@utad.pt | Centro de Estudos em Letras. Departamento de Letras, Artes e Comunicação. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Quinta de Prados P-5000-801, Vila Real (Portugal).

Uma análise comparativa de algumas abordagens de Marcadores Discursivos

Eduardo Penhavel

Universidade Estadual Paulista (Brasil)

Resumo

Neste trabalho, apresentamos uma análise do atual cenário de estudos sobre Marcadores Discursivos (MDs), com o objetivo de contribuir para a construção de uma visão um pouco mais sistemática da enorme variedade de abordagens de MDs hoje existente. Discutimos duas questões a esse respeito. Num primeiro momento, partindo do trabalho de Fischer (2006a), discutimos a identificação de modalidades básicas de abordagens de MDs; nesse sentido, procuramos mostrar a existência de três tipos básicos de abordagens, fundamentalmente ligadas à definição de MDs como (i) classe formada por expressões com função de conexão, (ii) classe composta por expressões com função de gerenciamento da conversação e (iii) classe constituída por expressões desses dois tipos. Num segundo momento, apresentamos o que, a nosso ver, pode ser considerado como uma noção essencial de MDs, comum a várias abordagens diferentes, sugerindo que essa noção consistiria na ideia de tratar MDs como elementos com a função de facilitar o processamento do discurso.

Palavras chave: Marcadores Discursivos — Partículas Discursivas — Conectivos — Processamento do Discurso.

A Comparative Analysis of Some Approaches to Discourse Markers

Abstract

In this paper, we present an analysis of the current situation of the studies on discourse markers (DMs). Our purpose is to provide some contribution to the construction of a more systematic view of the enormous variety of approaches to DMs available on the market nowadays. In this respect, two issues are addressed. First, based on Fischer (2006a), we discuss the identification of basic modalities of approaches to DMs. We try to prove the existence of three basic types of approaches, which are linked, respectively, to the definition of DMs as (i) a class formed by expressions with connective function, (ii) a class composed by expressions with function of conversation management, and (iii) a class including both types of expressions. Secondly, we present what seems to be an essential notion of DMs, shared by several different approaches. Our suggestion is that such a notion consists in the idea of treating DMs as elements with the role of facilitating discourse processing.

Key words: Discourse markers — Discourse particles — Connectives — Discourse processing.

Receção: 28-09-2012 | Admissão: 12-03-2013 | Publicação: 31-05-2014

PENHAVAL, Eduardo: "Uma análise comparativa de algumas abordagens de Marcadores Discursivos". *Agália. Revista de Estudos na Cultura*. 106 (2012): 135-158.

1. Considerações iniciais

Desde a década de 1970 principalmente, os chamados “Marcadores Discursivos” (MDs, daqui em diante) tornaram-se objeto de investigação em diversas áreas dos estudos linguísticos. Como resultado, atualmente é possível observar a existência de uma quantidade enorme de abordagens de MDs, inseridas em diferentes perspectivas teórico-metodológicas e responsáveis pela produção de definições e análises dos mais variados tipos. Pons Bordería (1998, *apud* Freixeiro Mato, 2005) chega a falar em 70 definições diferentes de MDs.

Por um lado, trata-se de um cenário certamente muito positivo, uma vez que indica o desenvolvimento dos estudos sob uma ampla variedade de pontos de vista, bem como a exploração de fenômenos linguísticos diversificados. Por outro lado, o crescimento da quantidade de pesquisas sobre MDs não foi acompanhado por um número significativo de trabalhos voltados para explicar diferenças e similaridades entre abordagens e para sistematizar a produção resultante desse crescimento, o que, hoje, dificulta consideravelmente o estudo de MDs. Essa dificuldade manifesta-se tanto em termos da tentativa de identificar um conceito geral de MDs, comum a diferentes abordagens, quanto no que se refere ao trabalho com determinada concepção particular, uma vez que tantas outras concepções lhe são divergentes ou simplesmente diferentes.

Diante dessa situação, tem se mostrado cada vez mais urgente a necessidade de trabalhos comparativos que procurem oferecer mapeamentos de abordagens de MDs e que tentem contribuir para a formação de uma visão um pouco mais ordenada sobre o assunto. Conforme observa Fischer (2006a: 1), “There are very many studies of discourse particles on the market, and by now it is almost impossible to find one’s way through this jungle of publications [...]. Some kind of overview is needed that allows us to sort out the different research directions, methods, and perspectives”. Nesse sentido, o objetivo geral do presente trabalho é justamente apresentar uma análise do atual estado da arte dos estudos sobre MDs que possa contribuir para a construção de uma visão um pouco mais sistemática da bibliografia existente e que possa ajudar a nortear pesquisadores diversos no trato desses elementos. Especificamente, focalizamos duas questões que consideramos relevantes para um melhor entendimento do conjunto de estudos sobre MDs: num primeiro momento, discutimos a identi-

ficação de tipos básicos de abordagens de MDs; num segundo momento, apresentamos o que, a nosso ver, pode ser considerado como um conceito essencial de MDs, comum a diferentes abordagens.

Dessa forma, este trabalho encontra-se organizado da seguinte maneira: na seção 2 sintetizamos três abordagens particulares de MDs, como forma de já propiciar uma primeira visão do atual cenário de estudos; nas seções 3 e 4, então, discutimos, respectivamente, a distinção de modalidades básicas de abordagens e a questão da identificação de um conceito geral de MDs; na seção 5, apresentamos as considerações finais.

2. Algumas abordagens particulares de Marcadores Discursivos

2.1. A abordagem de Blakemore

A abordagem de Blakemore (1987, 2002) é desenvolvida na área da Pragmática (Levinson, 1983; Grice, 1975), especificamente no âmbito do quadro teórico-metodológico da Teoria da Relevância (Sperber & Wilson, 1986), sobre o significado linguístico e o processo cognitivo de interpretação de enunciados. Um dos pontos centrais da teoria é a distinção de dois tipos de significados linguísticos: o *significado conceitual* e o *significado processual*. Essa distinção decorre da visão de que o processamento de enunciados envolve a construção de representações mentais que são submetidas a computações inferenciais. O significado conceitual refere-se a representações proposicionais, isto é, ao conteúdo proposicional dos enunciados; o significado processual refere-se a informações sobre as computações inferenciais, ou seja, informações sobre como manipular o significado conceitual dos enunciados.

Para a Teoria da Relevância, cada elemento linguístico codifica ou significado conceitual ou significado processual. Nesse contexto, os MDs são vistos como uma parte dos elementos linguísticos que codificam significado processual. Mais especificamente, os MDs são entendidos como itens cujo significado indica como um novo segmento informacional deve ser interpretado relativamente ao discurso precedente; ou seja, são itens que codificam significados processuais relacionais. Três tipos de significados processuais relacionais, e, assim, três tipos de MDs, são distinguidos:

- (i) MDs que indicam que um novo segmento informacional constitui uma implicação contextual;
- (ii) MDs que indicam que um novo segmento informacional reforça uma premissa existente;
- (iii) MDs que indicam que um novo segmento informacional contradiz uma premissa existente e leva à sua eliminação.

Os itens destacados nos exemplos em (1), (2) e (3) ilustram esses três tipos de MDs, respectivamente:

- (1) (a) Ben can open Tom's safe. (b) *So*, he knows the combination (Blakemore, 2002: 95).
- (2) (a) Ben can open Tom's safe. (b) *After all*, he knows the combination (Blakemore, 2002: 95).
- (3) There's a pizza in the fridge, *but* leave some for tomorrow (Blakemore, 2002: 95).

De acordo com a análise de Blakemore (2002), o item “so”, em (1), indica que a proposição expressa pelo segmento (b) deve ser interpretada como uma conclusão derivada em um processo inferencial que toma o segmento (a) como premissa e que acessa a premissa instaurada no contexto segundo a qual se Ben pode abrir o cofre de Tom, então ele sabe a senha. Já o item “after all”, em (2), indica que a proposição expressa pelo segmento (b) deve ser interpretada como uma premissa que é base para a dedução expressa pelo segmento (a) e que reforça a premissa contextual de que se Ben sabe a senha, então ele pode abrir o cofre de Tom. Por sua vez, o item “but”, em (3), indica que a proposição expressa pela segunda oração contradiz e elimina a premissa “você pode comer toda a pizza da geladeira”, que seria instaurada no contexto com base na proposição expressa pela primeira oração.

Como se pode ver, um dos aspectos caracterizadores da abordagem de Blakemore (1987, 2002) é o tratamento de MDs como elementos de natureza conectiva, o que, inclusive, leva a autora a rotular esses elementos como “conectivos discursivos”, em alguns trabalhos.

2.2. A abordagem de Fischer

A abordagem de Fischer (2000, 2006b) é desenvolvida na área da Análise da Conversação (Sacks, Schegloff & Jefferson, 1974). A autora adota o termo Partículas Discursivas (PDs), definindo-as como itens independentes, lexicalizados, idiomáticos e com significados elementares invariantes que consistem em manifestações de processos mentais em curso e que são contextualmente especificados mediante referência a determinados domínios comunicativos (ou planos de referência) vinculados ao processo de interação conversacional.

Um dos aspectos principais da abordagem de Fischer (2000, 2006b) é a conceituação de PDs como itens cujos significados consistem, como acabamos de dizer, em *manifestações de processos mentais em curso*; em outros termos, as PDs são entendidas como itens que revelam detalhes do que o falante está pensando a respeito da construção de seu texto. A autora distingue três principais classes de PDs de acordo com o tipo de processo mental que sinalizam:

- (i) *Interjeições*: expõem o reconhecimento súbito de algum tipo de informação: “oh” [ah], “ah” [ah], “oops” [opa];
- (ii) *Marcadores de hesitação*: indicam um processo mental em andamento: “uh” [ahn], “um” [uhm];
- (iii) *Marcadores de segmentação*, divididos em dois tipos:
 - (i) marcadores cujo significado diretamente envolve o parceiro da comunicação: “yes” [sim], “okay” [okay];
 - ii) marcadores que afirmam o resultado de um processo cognitivo: “well” [bem].

Os itens destacados nos exemplos em (4), (5) e (6) ilustram, respectivamente, PDs dessas três classes:

(4) A: Either Tuesday afternoon or Wednesday afternoon. What do you think?

B: *Oh* Wednesday afternoon sounds good (Fischer, 2006b: 443).

(5) A: Well, I have a meeting from ten am until eleven pm, other than that I'm free. So, when are you free?

B: *Hmm* upon looking at my calendar, it looks like uh, that day may not work out so well after all (Fischer, 2006b: 443).

(6) A: The only day that's good for me next week would be Wednesday the third. Ah sometime after twelve. Between twelve and five.

B: *Well* I do have some time late Wednesday afternoon (Fischer, 2006b: 444).

De acordo com a perspectiva de Fischer (2000, 2006b), em (4), o significado do item “oh” consiste no reconhecimento de algo que não tinha sido pensado antes, sendo descrito como “eu agora sei algo em que não tinha pensado antes e eu sinto algo por causa disso”. Em (5), o significado do item “hmm” é descrito como “estou pensando”, enquanto o item “well”, em (6), é analisado como significando “depois de pensar sobre tudo o que eu sei a respeito, eu digo o seguinte”.

Dessa forma, pode-se observar uma diferença fundamental entre a abordagem de Blakemore (1987, 2002) e a de Fischer (2000, 2006b). A primeira toma como MDs expressões de natureza conectiva, enquanto a segunda trata os MDs como expressões ligadas ao gerenciamento da conversação.

2.3. A abordagem de Risso, Silva & Urbano

A abordagem de Risso, Silva & Urbano (2002, 2006) é desenvolvida na área da Linguística Textual (Koch, 2004), particularmente no âmbito da sua vertente conhecida como Gramática Textual-Interativa (Jubran & Koch, 2006), um quadro teórico-metodológico que assume o texto como objeto de estudo, focalizando, em particular, os chamados *processos de construção textual*. Trata-se, essencialmente, dos processos de Organização Tópica, Referenciação, Parentetização, Parafraseamento, Correção e Repetição. Nesse contexto, são também estudados os MDs, os quais são entendidos como uma classe formada por certas expressões linguísticas que atuam na articulação ou no gerenciamento interacional desses processos de construção textual.

Especificamente, Risso, Silva & Urbano (2002, 2006) definem os MDs como uma classe gradiente, isto é, composta por elementos prototípicos e elementos não-prototípicos. Nesse sentido, MDs prototípicos são definidos como expressões que manifestam a combinação de traços apresentada em (7), en-

quanto MDs não-prototípicos são definidos como expressões que manifestam essa combinação com algum desvio, o qual, de modo geral, não ultrapassa dois traços:

- (7) a. ser sequenciador tópico e secundariamente (ou fragilmente) orientador da interação; ou ser não-sequenciador e basicamente orientador da interação;
- b. ser sintaticamente independente;
- c. ser exterior ao conteúdo proposicional;
- d. ser comunicativamente não-autônomo;
- e. apresentar pauta prosódica demarcativa;
- f. ter alta frequência;
- g. apresentar transparência semântica parcial;
- h. conter massa fônica pequena (até três sílabas tônicas).

São distinguidos dois tipos principais de MDs, os *MDs basicamente sequenciadores* (que apresentam o traço *sequenciador tópico*) e os *MDs basicamente interacionais* (que apresentam o traço *basicamente orientador*). Os exemplos em (8) e (9) ilustram, respectivamente, esses dois tipos de MDs:

(8) Mas acho válido você botar a criança o mais cedo possível na escola... esse problema de puxar pela criança — “Ah... não deve puxar pela criança” — eu acho que isso não funciona muito... porque a criança vai ao maternal somente pra brincar... ser educada... aprender a fazer coisas que em casa a mãe às vezes... não tem condições de ensinar — como eu... eu não tinha condições de ensinar muita coisa a ela [...] *então*... eu acho válido botar a criança o mais cedo possível na escola (Risso, 2006: 460).

(9) A: Agora em dois dias da semana... eu levo à faculdade também... *não é?*

B: *ahn ahn*

A: E depois volto para casa (Urbano, 2006: 500).

De acordo com a Gramática Textual-interativa, o trecho em (8) constitui uma unidade de organização textual chamada de *segmento tópico*. Nesse caso, o item “então” contribui para indicar que o enunciado que o segue constitui o fecha-

mento dessa unidade tópica. Já em (9), as expressões “não é?” e “ahn ahn” são analisadas como focalizando o processo de orientação da interação; a primeira é vista como tendo a função de solicitar a aprovação do ouvinte para que o falante dê prosseguimento ao discurso e a segunda é entendida como tendo a função complementar de manifestar essa aprovação por parte do ouvinte.

Enfim, conforme pode ser observado, esta última abordagem difere consideravelmente das duas anteriores. Dentre outras especificidades, a abordagem de Risso, Silva & Urbano (2002, 2006) particulariza-se no que diz respeito aos tipos de itens analisados como MDs, considerando tanto itens que irão coincidir com os analisados por Fischer (2000, 2006b) — os MDs basicamente interacionais — quanto itens que serão comuns aos estudados por Blakemore (1987, 2002) — os MDs basicamente sequenciadores.

3. Tipos gerais de abordagens de Marcadores Discursivos

Fischer (2006a) verifica que as abordagens de MDs apresentam quatro características interligadas, em relação às quais podem ser distinguidos dois tipos básicos de abordagens. A primeira característica refere-se ao grau de integração dos itens analisados como MDs em relação a um enunciado matriz. Por um lado, há abordagens que analisam como MDs itens que constituem parte de um enunciado, como é o caso das conjunções, isto é, itens afixados a um enunciado matriz em relação ao qual atuam. Por outro lado, há abordagens que analisam itens não integrados, os quais constituem enunciados independentes, como sinais de *feedback* e interjeições. As expressões destacadas em (10) e (11) ilustram esses dois tipos de itens, respectivamente:

(10) Yes, I'm free two to five on Wednesday. *So* how 'bout meeting three to five? (Fischer, 2006a: 8).

(11) Twenty ninth I think we can agree is horrible for both of us, and, *oh*, let's see, on the thirtieth, the thirtieth's pretty horrible too (Fischer, 2006a: 8).

A segunda característica das abordagens diz respeito à função dos itens analisados como MDs. Conforme afirma Fischer (2006a), abordagens que focalizam itens integrados normalmente focalizam funções de conexão entre enunciados;

já abordagens que se dedicam a itens não integrados analisam principalmente funções vinculadas ao gerenciamento da conversação.

A terceira característica envolve os dados levados em consideração. Segundo a autora, enquanto abordagens que focalizam itens integrados normalmente analisam textos escritos e falados, abordagens que focalizam itens não integrados analisam a conversação.

Finalmente, a quarta característica das abordagens de MDs refere-se ao que a autora trata como *unidade matriz*, que seria o aspecto do discurso em relação ao qual os itens analisados atuam. A esse respeito, abordagens que analisam itens integrados consideram diferentes aspectos de seus enunciados hospedeiros como unidades matrizes; essas abordagens consideram que os itens analisados atuam em relação, por exemplo, ao conteúdo informacional, ao conteúdo argumentativo, ao ato de fala dos enunciados a que estão integrados. Por outro lado, abordagens que analisam itens independentes podem ser entendidas como considerando unidades matrizes no sentido de domínios comunicativos ou planos de referência; nesse caso, os itens analisados referem-se, por exemplo, a atividades extralinguísticas, esquemas de participação, estruturas de troca de turnos conversacionais, etc.

Em resumo, Fischer (2006a) propõe que, nos termos dessas quatro características correlacionadas, podem ser distinguidos dois tipos básicos de abordagens: o primeiro tipo engloba abordagens que tomam como MDs itens integrados a enunciados matrizes, com função de conexão, que se referem a algum aspecto desses enunciados e que são típicos de textos escritos e falados; o segundo tipo abarca abordagens que consideram como MDs itens que constituem enunciados independentes, com funções relacionadas ao gerenciamento da conversação, que atuam em relação a determinados domínios de referência e que são típicos da conversação.

Com efeito, muitas abordagens de MDs podem ser avaliadas com relação a esses quatro aspectos, e o resultado dessa avaliação parece propiciar uma visão consideravelmente mais ordenada do espectro de perspectivas sobre MDs. No entanto, entendemos que algumas questões poderiam ser rearranjadas para tornar a sistematização mais precisa e abrangente. Aqui, comentamos três questões que nos parecem mais relevantes.

Uma primeira questão envolveria o parâmetro relativo aos dados analisados pelas abordagens. Como sintetizado acima, Fischer (2006a) considera que o

primeiro tipo de abordagem lida com dados extraídos de textos escritos e falados, enquanto o segundo trabalha com dados de conversação. Contudo, para nós, a tipologia proposta pela autora poderia ser mais adequada se deixasse de considerar o parâmetro relativo aos dados analisados pelas abordagens. A autora não chega a deixar suficientemente clara a distinção que faz entre “textos escritos e falados”, por um lado, e “conversação”, por outro. Ao que parece, a noção de “textos escritos e falados” refere-se a gêneros textuais em que não há (explicitamente) diálogo entre dois interlocutores (isto é, gêneros que podem ser considerados como monológicos), enquanto “conversação” diria respeito a gêneros textuais em que há diálogo (ou seja, gêneros dialógicos). Tendo em vista essas acepções, não seria possível dizer que o primeiro tipo de abordagem lida com dados de textos escritos e falados. Na verdade, os trabalhos que estudam itens com função de conexão não chegam a manter relação estreita com um tipo de gênero textual em particular, envolvendo tanto gêneros dialógicos, quanto gêneros monológicos.

O segundo tipo de abordagem é associado, por Fischer (2006a), ao uso de dados de conversação. De fato, há uma tendência bastante acentuada de esse segundo tipo de abordagem trabalhar com dados de conversação. O estudo de certas expressões linguísticas pressupõe esse tipo de *corpus*; por exemplo, a investigação de mecanismos de tomada e manutenção de turnos conversacionais requer, de fato, dados de gêneros dialógicos. Por outro lado, há estudos que não pressupõem relação entre elementos de gerenciamento da conversação e textos explicitamente dialogados. Por exemplo, na abordagem de Risso, Silva & Urbano (2002, 2006), estudam-se expressões de Checagem, como a partícula “né?”, considerada fortemente orientadora da interação verbal, porém se admite que tais expressões podem ocorrer não só em gêneros textuais dialogados, mas também em gêneros produzidos por um único falante. Portanto, assim como no caso do estudo de itens conectivos, também o estudo de itens de gerenciamento da conversação não manteria correlação sistemática com um tipo particular de dado; ou seja, ambos os tipos de abordagens trabalham com dados de gêneros dialógicos e monológicos.

Nesse sentido, a menção ao tipo de dado parece não ser propriamente relevante na caracterização de tipos de abordagens de MD. Além disso, o tipo de dado (dados de textos escritos ou falados *versus* dados de conversação) não

poderia ser considerado como uma propriedade autônoma caracterizadora de abordagens. As abordagens não selecionam o tipo de dado como um critério nas suas definições de MDs, mas outros critérios como, por exemplo, as funções de conexão ou gerenciamento da conversação, e, como decorrência dessa seleção, trabalham, naturalmente, com esse ou aquele tipo de dado. Ou seja, a seleção de tipo de dado seria apenas um aspecto secundário das abordagens, decorrente de outros critérios mais centrais que, estes sim, podem ser tomados como caracterizadores de tipos de abordagens. Por essas razões, pensamos que a menção ao tipo de dado poderia ser deixada de lado em uma distinção de tipos básicos de abordagens de MDs.

No mesmo sentido, uma segunda observação sobre a tipologia de abordagens proposta por Fischer (2006a) diz respeito ao parâmetro da unidade matriz dos MDs, parâmetro que distingue abordagens segundo as quais os MDs se referem a um aspecto de um enunciado hospedeiro e abordagens para as quais os MDs se referem a domínios de organização do discurso. De fato, é possível analisar as abordagens em relação a esse parâmetro e reconhecer dois tipos de abordagens. No entanto, parece-nos que a unidade matriz também não constitui propriamente um aspecto autônomo nas caracterizações de MDs das diferentes abordagens; na verdade, esse aspecto seria diretamente decorrente da escolha de MDs como elementos com função de conexão ou de gerenciamento da conversação.

Um elemento com função de conexão necessariamente refere-se a algum aspecto do enunciado em que ocorre; da mesma forma, elementos com função de gerenciamento da conversação referem-se necessariamente a algum domínio de organização da interação conversacional; em outras palavras, ao formularem definições de MDs, as abordagens não usam como um critério a unidade matriz a que os MDs se referem. Na verdade, dentre outros critérios, as abordagens selecionam a *função* dos MDs, função de conexão ou de gerenciamento da conversação, de tal modo que as unidades matrizes dos MDs — aspecto de um enunciado ou domínio conversacional — acabam sendo características naturais decorrentes das funções de conexão e gerenciamento da conversação, respectivamente. Nesse sentido, entendemos que para conferir maior precisão e, ao mesmo tempo, simplicidade à tipologia de abordagens, o parâmetro referente à unidade matriz dos MDs poderia ser também excluído.

Finalmente, uma terceira questão que poderia ser revista na proposta de Fischer (2006a) envolveria os tipos básicos de abordagens que podem ser distinguidos em relação aos parâmetros de análise. Como mencionado, a autora reconhece dois tipos de abordagens, uma dedicada à análise de itens afixados a enunciados matrizes e com função de conexão, outra fazendo o estudo de itens independentes e com função de gerenciamento da conversação. No entanto, há também abordagens cuja concepção de MDs abrange, claramente, esses dois tipos de itens linguísticos, como fazem, por exemplo, Risso, Silva & Urbano (2002, 2006). Conforme sintetizado acima, esses autores postulam dois tipos de MDs, os *basicamente sequenciadores*, elementos afixados a enunciados matrizes e responsáveis pela conexão de unidades de estatuto textual, como unidades de organização tópica, e os *MDs basicamente interacionais*, enunciados independentes responsáveis por codificar informações relativas ao processo de orientação da interação verbal. Portanto, entendemos que, numa tipologia de abordagens de MDs, três tipos básicos de abordagens, e não apenas dois, devem ser reconhecidos.

Em síntese, partindo da proposta de Fischer (2006a) e tendo em vista as observações esboçadas acima, propomos a seguinte classificação de abordagens:

- (i) Tipo A: abordagens que analisam como MDs expressões com função de conexão afixadas a um enunciado matriz;
- (ii) Tipo B: abordagens que analisam como MDs expressões com função de gerenciamento da conversação e que constituem enunciados independentes;
- (iii) Tipo C: abordagens que analisam como MDs expressões de ambos os tipos.

De acordo com essa tipologia, a abordagem de Blakemore (1987, 2002), sintetizada na seção anterior, seria um exemplo típico de uma abordagem do tipo A, já que a autora, como visto, focaliza MDs como elementos conectivos, dedicados a indicar como um enunciado deve ser interpretado *relativamente ao discurso precedente*. Outro exemplo de abordagem do tipo A seria o trabalho de Koch (2003) sobre a classe dos chamados *Articuladores Textuais*, conjunto de recursos linguísticos responsáveis pelo encadeamento de segmentos textuais, classe que

abarca, por exemplo, a subclasse dos *Articuladores Discursivo-Argumentativos*, fundamentada na Teoria da Argumentação (Ducrot, 1976) e composta por conectores que introduzem enunciados, determinando-lhes a orientação argumentativa. Na modalidade A podem ainda ser incluídas abordagens como as de Fraser (1996, 1999) e Roulet (2006), dentre outras.

Já o trabalho de Fischer (2006b) constitui um exemplo típico de abordagem do tipo B, conforme pode ser atestado explicitamente a partir da definição de PDs como itens *independentes*, com um significado nuclear que se especifica mediante referência a determinados domínios discursivos vinculados ao processo de *interação conversacional*. Também pode ser incluído nas abordagens do tipo B, por exemplo, o trabalho de Frank-Job (2006), desenvolvido na área da Análise da Conversação (Sacks, Schegloff & Jefferson, 1974), particularmente no contexto da chamada *Abordagem Dinâmico-Interacional*, e dedicado ao estudo de itens claramente vinculados ao gerenciamento da conversação, como o MD “¿me entiendes?” (“entende?”), do espanhol. Outras abordagens do tipo B seriam, por exemplo, os trabalhos de Yang (2006) e Travis (2006).

Finalmente, a de Risso, Silva & Urbano (2002, 2006), como já mencionado, seria uma abordagem do tipo C, do mesmo modo que o trabalho de Schiffrin (1987), que inclui tanto a análise de itens de natureza tipicamente conectiva, como “and” (“e”), “but” (“mas”), “so” (“então”), quanto itens de natureza interacional, como “y’know” (“você sabe”) e “well” (“bem”). Outras abordagens dessa categoria seriam ainda os trabalhos de Marcuschi (2003) e Castilho (1998), entre outros.

A nosso ver, a tipologia aqui delineada parece propiciar uma visão consideravelmente sistemática da enorme diversidade de abordagens existente hoje em dia. Neste trabalho, apresentamos (na seção anterior) somente três abordagens particulares (mencionando mais algumas acima) que evidenciam a pertinência da classificação, porém, pelo que pode ser observado na bibliografia produzida nos últimos anos, muitas abordagens particulares podem ser satisfatoriamente classificadas de acordo com a tipologia aqui sugerida. A classificação parece viável na medida em que inclui a função dos itens analisados como MDs, o que constitui uma questão central em diversas abordagens. Trata-se de uma tipologia que, embora não seja altamente detalhada, parece contribuir para equacionar um pouco da variabilidade do atual espectro de

abordagens de MDs, podendo vir a funcionar, justamente, como base para classificações mais específicas.

4. Conceito essencial de Marcadores Discursivos

Apresentamos a seguir uma caracterização do que poderia ser considerado uma noção essencial da classe dos MDs, comum a diferentes abordagens. A esse respeito, com base no que vem sendo publicado nos últimos anos em trabalhos bastante diferentes entre si, é possível dizer que muitas abordagens compartilham uma concepção genérica sobre MDs que, a nosso ver, pode ser traduzida na ideia segundo a qual os MDs constituem elementos que *facilitam o processamento do discurso*.

Aqui, partindo de uma perspectiva sócio-cognitivista (Koch, 2004), estamos considerando *processamento do discurso* como o conjunto de atividades linguístico-cognitivas efetuadas pelos interlocutores (falante/escritor e ouvinte/leitor) para (re)construir a significação contextual do discurso. A significação contextual engloba toda uma gama de diferentes tipos de significações implícitas decorrentes do contexto¹. Dentre estas, incluem-se a significação referente às relações de sentido entre os enunciados constituintes do texto e a significação referente ao envolvimento dos interlocutores com o ato de interação verbal. Assim, pode-se dizer que o *processamento do discurso*, dentre outras atividades, compreende (i) a elaboração cognitiva, por parte dos interlocutores, das relações de sentido entre os enunciados e (ii) a elaboração cognitiva, por parte de cada interlocutor, de suas próprias impressões e das impressões do outro relativamente à condução da dinâmica interacional.

A nosso ver, os itens tratados como MDs por várias abordagens diferentes podem ser entendidos como elementos que atuam em relação ao processamento do discurso, explicitando significados referentes a esse processamento — particularmente, significados referentes a um ou outro dos dois aspectos em foco do processamento do discurso. Em outros termos, MDs são tomados como *elementos que codificam significações contextuais*, mais especificamente, elementos que codificam significações contextuais relacionais ou significações contextuais interacionais. Nesse sentido, tendo em vista os tipos de abordagens distinguidos

1. Para uma análise do papel do contexto na produção de sentido textual, ver Koch (2003).

na seção anterior, pode-se ver que aquelas do tipo A vinculam os MDs ao processamento do discurso, na medida em que os concebem como elementos de natureza conectiva, cuja função central reside na marcação de relações de sentido entre (grupos de) enunciados. As abordagens do tipo B também se debruçam sobre o processamento do discurso, tomando como MDs itens dedicados a codificar significações interacionais, ligadas ao gerenciamento da conversação. Por sua vez, abordagens do tipo C definem MDs em relação às duas faces em pauta do processamento do discurso.

Conforme mencionamos, a concepção nuclear sobre o que seriam os MDs envolve, mais especificamente, a ideia de que eles *facilitam* o processamento do discurso. Observe-se que o processamento do discurso ocorre a todo momento ao longo de um texto, independentemente da presença ou não de MDs. Quando MDs não são empregados, a significação contextual permanece implícita, demandando maior esforço, por partes dos interlocutores, na elaboração cognitiva dessa significação. Por outro lado, o uso de MDs codifica e, assim, explicita essa significação, de tal modo que o emprego desses itens em determinados momentos ao longo do texto teria a função, e o efeito, de *facilitar* o processamento do discurso, pelo fato de os MDs diminuírem o esforço total de elaboração cognitiva por parte dos interlocutores.

O papel de *facilitação* é claramente perceptível no caso de MDs conectores. Em geral, admite-se que, numa sequência como “José chegou atrasado, mas/logo/porque ele foi de ônibus”, seria possível identificar a interpretação adversativa, a conclusiva ou a causal (marcadas, respectivamente, pelos itens “mas”, “logo” e “porque”) mesmo sem o uso desses MDs conectores, unicamente pelo contexto em que a sequência estivesse inserida. No entanto, relações sequenciais de sentido são mantidas ao longo de todo o texto, entre partes de enunciados, entre enunciados, entre grupos de enunciados, etc. Se todos os pontos de sequenciamento entre partes fossem desprovidos de MDs conectores, a indicação (pelo falante) e a apreensão (pelo ouvinte) dos sentidos nesses pontos dependeriam totalmente de implicações e interpretações contextuais, acarretando aos interlocutores demasiado esforço de processamento cognitivo. Nesse sentido, então, é que os MDs conectores teriam uma função de *facilitação*, pois seriam usados em alguns dos pontos de sequenciamento no decorrer de um texto, para, nesses pontos, explicitar os significados sequenciais e, assim,

diminuir o esforço total de processamento cognitivo por parte dos interlocutores. E esse mesmo papel de facilitação se verifica no caso de MDs ligados ao gerenciamento da conversação, conforme procuramos mostrar logo adiante.

Entendemos a ideia de *facilitação* tanto do ponto de vista do ouvinte quanto do ponto de vista do falante. No primeiro caso, essa ideia é mais perceptível e se refere à noção de que os MDs facilitam o trabalho do ouvinte de interpretar o texto. Sob a ótica do falante, os MDs podem ser vistos como itens *facilitadores* na medida em que o próprio falante precisa controlar, para si mesmo, o sentido do texto que está construindo e, principalmente, na medida em que o falante, em situações normais, precisa, como parte do processo cooperativo de construção textual, oferecer ao ouvinte indicações, sinalizações, pistas suficientes para a interpretação do texto, e, nesse sentido, os MDs facilitam o trabalho do falante de construção de um texto interpretável.

Em síntese, a nosso ver, o que poderia ser identificado como uma concepção essencial de MDs, subjacente a diferentes abordagens, seria a posição de tratar MDs como expressões linguísticas com a função de *facilitar o processamento do discurso*, ou seja, de codificar (e, assim, explicitar) significações contextuais e, desse modo, facilitar a elaboração cognitiva dessas significações por parte dos interlocutores. Partindo de tal noção comum, cada abordagem particular parece selecionar um aspecto específico do processamento do discurso e, então, definir como MDs aquelas expressões (ou parte das expressões) que facilitam esse tipo específico de processamento. Em outros termos, cada abordagem delimitaria uma modalidade específica de significado contextual e definiria os MDs como o conjunto (ou parte do conjunto) das expressões linguísticas que codificam essa modalidade específica de significado contextual.

O fato de que diferentes abordagens compartilhem a posição de tratar MDs como elementos que facilitam o processamento do discurso, cada uma focalizando um aspecto particular desse processamento, pode ser observado nas três abordagens discutidas neste trabalho. Na abordagem de Blakemore (1987, 2002), o reconhecimento do papel de facilitação manifesta-se, antes de tudo, no tratamento dos MDs como itens conectivos. Em termos mais específicos, recorde-se que a autora considera a existência de uma distinção entre *significado processual* e *significado conceitual*, defendendo que os MDs codificam um tipo de significado processual que consiste na indicação da rota inferencial (dentre

um conjunto de rotas possíveis) junto à qual um novo enunciado deve ser interpretado. Por exemplo, a sequência de enunciados “João pode abrir o cofre do banco. Ele sabe a senha” abriria espaço, a princípio, para uma interpretação em que o primeiro enunciado é tomado como premissa e o segundo como conclusão, assim como para uma interpretação que pressupõe a relação inversa, de modo que o ouvinte precisaria calcular, pelo contexto, qual dessas interpretações seria a relevante. Dessa forma, seguindo a concepção da autora, o uso, por exemplo, do MD *portanto* ou do MD *afinal* indicaria em qual das rotas inferenciais possíveis os enunciados deveriam ser interpretados. Blakemore refere-se a esse papel dos MDs dizendo que esses itens *impõem restrições sobre contextos inferenciais potenciais*, o que aponta a compreensão da autora de que os MDs têm justamente a função de facilitar o processamento dos enunciados, facilitando particularmente a elaboração de *significados processuais relacionais*.

Fischer (2006b), por sua vez, concebe os MDs (PDs, em sua terminologia) como parte das chamadas *pistas de contextualização*. Para a autora, os processos mentais percorridos pelos falantes na produção de um texto têm influência decisiva nos sentidos dos enunciados. Segundo ela, a percepção que os falantes vão tendo de uma situação de interação precisa ir sendo indicada aos ouvintes, de modo a oferecer a estes informações necessárias para a adequada interpretação dos enunciados. Recorde-se, por exemplo, o diálogo em (4) acima, em que um interlocutor A dirige a um interlocutor B uma pergunta a respeito do melhor dia da semana para agendarem um compromisso, e B formula a seguinte resposta: “ah quarta à tarde parece bom”. Nesse caso, de acordo com Fischer, para a interpretação apropriada da resposta de B, não bastaria a informação expressa no enunciado “quarta à tarde parece bom”; seria necessária também a informação — referente ao envolvimento de B com a dinâmica da interação — de que tal resposta acabou de ser pensada, informação expressa pela PD “ah”. Os elementos linguísticos que indicam as percepções interacionais dos falantes constituem as chamadas *pistas de contextualização*, e as PDs fazem parte de tais pistas. O entendimento das PDs como parte das *pistas de contextualização* evidencia a compreensão de Fischer de que as PDs teriam justamente a função de *facilitação* (o que é evidenciado pelo próprio conceito de *pistas*), em particular, de facilitar o processamento das impressões dos falantes a respeito da dinâmica interacional.

Além disso, a noção de facilitação do processamento da interação pode ser detectada considerando que os falantes têm suas percepções sobre a situação de interação ao longo de todo o texto que estão construindo, em relação a cada enunciado, e que, no entanto, as PDs não são produzidas a cada novo enunciado, sendo fornecidas, na verdade, apenas espaçadamente ao longo da interação. Nos vários momentos em que elas não são oferecidas, os ouvintes devem recorrer aos próprios significados dos enunciados e a outras pistas contextuais para interpretar o texto, de modo que, quando ocorrem, as PDs assumem exatamente o papel de *facilitar* o trabalho do ouvinte no processamento dos enunciados relativamente à identificação da percepção dos falantes sobre a situação de interação.

Finalmente, também conforme concebidos por Risso, Silva & Urbano (2002, 2006), os MDs podem ser vistos como mecanismos facilitadores, particularmente como mecanismos responsáveis por facilitar o processamento da articulação textual e o processamento interacional do texto. Conforme explicado na seção 2 acima, os autores distinguem dois tipos de MDs, os basicamente sequenciadores e os basicamente interacionais. MDs da primeira classe atuam, por exemplo, no processo de organização tópica do texto. Tal processo inclui, dentre outras coisas, a estruturação do texto em partes e subpartes tópicas, como *abertura*, *desenvolvimento* e *fechamento*. Conforme pode ser detectado na concepção de Risso, Silva & Urbano, o ouvinte precisa captar essa estruturação para ser capaz de (re)construir adequadamente o sentido dos enunciados e do texto como um todo; isto é, para interpretar com sucesso um enunciado, é preciso perceber se ele integra a *abertura*, o *desenvolvimento* ou o *fechamento* do texto (ou de alguma (sub)unidade textual). Contudo, nem sempre a organização tópica é marcada por MDs, podendo ser, na verdade, apreendida por meio de vários outros recursos. Em (8) acima, uma estratégia de Repetição contribui fortemente para distinguir *abertura*, *desenvolvimento* e *fechamento* de um segmento tópico — observe-se que o *fechamento* (“então... eu acho válido botar a criança o mais cedo possível na escola”) constitui uma repetição quase exata da *abertura* do segmento (“mas acho válido você botar a criança o mais cedo possível na escola”). Dessa forma, usar MDs sequenciadores em algumas das (sub)partes da estruturação tópica de um texto teria justamente a função de explicitar parte dessa estruturação tópica e, assim, *facilitar* seu reconhecimento

(pelo ouvinte) e sua indicação (pelo falante); ou seja, os MDs estariam facilitando a elaboração de uma face do processamento do discurso, no caso, a estruturação tópica.

No mesmo sentido, também os MDs basicamente interacionais podem ser vistos como facilitadores de uma face do processamento do discurso. Essa classe de MDs agrega, entre outras, as seguintes subclasses: (i) MDs de Checagem, ligados à solicitação retórica, por parte do falante, da aprovação do ouvinte para o prosseguimento da interação (como os itens “né?”, “sabe?”, “tá certo?”); (ii) MDs de Retroalimentação, vinculados ao fornecimento, por parte do ouvinte, dessa aprovação (por exemplo, os itens “uhm...”, “anh ahn...”, “sei...”); (iii) MDs de Injunção e Iniciação, que manifestam predisposição favorável ao jogo interacional (como no caso de expressões que iniciam respostas, como “Veja bem...”, “Olha...”, “Bom...”). No transcorrer de uma interação verbal, esses tipos de significações interacionais precisam e podem ir sendo captadas pelos interlocutores mesmo sem o uso de MDs. Por exemplo, o fato de um interlocutor responder a uma pergunta já manifesta certa predisposição favorável à interação, mesmo sem o uso de um iniciador como “Bom...”; a aprovação discursiva do ouvinte não implica, necessariamente, o uso de uma expressão de Retroalimentação, podendo ser indicada e depreendida por meio de recursos gestuais, por exemplo. Nesse sentido, a ocorrência espaçada de MDs interacionais assume justamente o papel de explicitar significações interacionais e, assim, facilitar a indicação e a depreensão dessas significações pelos interlocutores.

Conforme temos observado em trabalhos de vários autores, a mesma função geral de facilitar o processamento do discurso, apontada aqui nas abordagens de Blakemore (1987, 2002), Fischer (2000, 2006b) e Risso, Silva & Urbano (2002, 2006), pode ser detectada em diversas outras abordagens de MDs. A nosso ver, essa função comum pode ser tomada como um conceito nuclear satisfatoriamente norteador quando se queira pensar sobre MDs.

Cabe salientar que a noção comum de facilitar o processamento do discurso constitui um traço genérico e abstrato. Não se trata, propriamente, de uma definição operacional de MDs, concreta, passível de ser adotada numa pesquisa linguística. Não é essa a proposta do presente trabalho. Conforme concebemos, o traço de facilitação do processamento do discurso representa uma noção que é particularizada e concretizada por diferentes abordagens de

acordo com as especificidades de seus respectivos quadros teórico-metodológicos. Qualquer pesquisador que queira trabalhar com MDs, ou simplesmente referir-se a essa categoria, terá necessariamente que selecionar uma definição específica de alguma abordagem. De todo modo, o fato de o traço caracterizador de MDs aqui identificado ser “somente” um traço genérico (sem chegar a ser uma definição operacional) não invalida, de forma nenhuma, discussões, como a aqui desenvolvida, sobre traços comuns a diferentes abordagens, já que esse tipo de reflexão, dentre outros benefícios, pode contribuir justamente para esclarecer abordagens específicas de MDs e, inclusive, para embasar sugestões de reajustes, ampliações e redefinições dessas abordagens.

Cumpra também esclarecer uma questão relativa ao foco da análise aqui esboçada. À medida em que a noção geral de facilitação do processamento do discurso vai sendo especificada por diferentes trabalhos, vão sendo configuradas diferentes abordagens particulares, que vão, então, adotando, inclusive, diferentes termos para denominar os objetos delimitados, podendo esses termos consistir no próprio rótulo *Marcadores Discursivos* ou em muitos outros adotados pelos mais diversos trabalhos, como *Partículas Discursivas*, *Marcadores Conversacionais*, *Operadores Discursivos*, *Articuladores Textuais*, *Conectivos Discursivos*, etc. Neste trabalho, privilegiamos uma reflexão de ordem generalizante, isto é, procuramos identificar o que diferentes abordagens teriam em comum. Contudo, seria muito interessante percorrer a direção inversa para verificar os mais diversos fatores responsáveis pelas diferenças entre as abordagens particulares e descrever justamente diferenças entre conceitos como *Marcadores Discursivos*, *Partículas Discursivas*, etc. Nossa hipótese é que, dentre os fatores responsáveis pela diversificação de conceitos e abordagens, ocupem posição de destaque fatores decorrentes de especificidades de modelos teórico-metodológicos e fatores decorrentes da opção de focar critérios formais ou funcionais na definição dos objetos de estudo².

2. Para uma discussão sobre a diversidade de abordagens de MDs e os diferentes rótulos/conceitos adotados, ver Penhavel (2013).

5. Considerações finais

No presente trabalho, apresentamos uma análise do atual cenário de estudos sobre MDs. Partindo do trabalho de Fischer (2006a), identificamos a existência de três modalidades básicas de abordagens de MDs, distinguidas com base nos tipos de expressões linguísticas analisadas como MDs por diferentes perspectivas. Em seguida, apresentamos o que, a nosso ver, poderia ser considerado como uma noção essencial de MDs, sugerindo que essa noção consistiria na ideia de tratar MDs como elementos com a função de facilitar o processamento do discurso. O propósito central do trabalho seria contribuir no sentido de se formar uma visão um pouco mais ordenada do enorme conjunto de estudos sobre MDs disponível atualmente. Acreditamos que esse tipo de reflexão seja relevante, na medida em que tão significativo quanto produzir novos trabalhos com constatações empíricas sobre o funcionamento de MDs seria entender o crescimento dessa produção, de modo que se possa equacionar sua diversidade e aproveitar melhor da riqueza que sua vastidão representa.

A grande variedade de abordagens e concepções de MDs existente é vista no meio acadêmico, com frequência, de forma negativa, sendo por vezes associada a certa incoerência dos estudos sobre o tema. No entanto, a nosso ver, essa seria uma avaliação, no mínimo, simplista. Se a noção essencial de MDs aqui esboçada estiver, de fato, correta, proposição que parece encontrar forte respaldo em várias abordagens, a diversidade de definições de MDs estaria satisfatoriamente explicada e justificada. Conforme discutimos acima, parece existir a noção comum de tratar MDs como itens que atuam no processamento do discurso, cada abordagem, então, delimitando como MDs aquelas expressões que atuam em um aspecto particular desse processamento. Ora, são reconhecidamente enormes a variedade e a complexidade de aspectos envolvidos no processamento do discurso passíveis de serem tomados como objeto de estudo. Além disso, existe a natural pluralidade de perspectivas teórico-metodológicas disponíveis no âmbito dos estudos linguísticos, responsável pelo surgimento de diferentes tratamentos para um mesmo aspecto do processamento do discurso. Dessa forma, a diversidade de abordagens revela-se, na verdade, como uma característica natural, inevitável e esperada do estudo de MDs. Para nós, a pluralidade de abordagens, em si, não seria prejudicial aos estudos linguísticos, nem precisaria ser evitada; o necessário seria a elaboração constante de trabalhos

comparativos, dedicados “apenas” à tentativa de acompanhar e entender, pelo menos em parte, a configuração do espectro de abordagens.

Atualmente, a análise da diversidade de abordagens constitui um dos temas principais que devem integrar a agenda de estudos sobre MDs. A esse respeito, dentre outras opções de pesquisa, podem ser destacadas, conforme mencionado acima, (i) a proposição de mapeamentos de abordagens baseados nas similaridades e diferenças entre seus respectivos aparatos teórico-metodológicos e (ii) a distinção de grupos de abordagens vinculados ao tratamento de MDs com base em critérios funcionais ou formais. Trata-se de um material que parece faltar no âmbito da literatura sobre MDs. Nossa expectativa é que o presente trabalho possa servir como forma de chamar a atenção para esse fato e como uma possível introdução para novos pesquisadores que se interessem pelo estudo de MDs.

Bibliografia

- BLAKEMORE, Diane. *Semantic constraints on relevance*. Oxford: Blackwell, 1987.
- BLAKEMORE, Diane. *Relevance and Linguistic Meaning: the Semantics and Pragmatics of Discourse Markers*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *A língua falada no ensino do português*. São Paulo: Contexto, 1998.
- DUCROT, Oswald. *Princípios de semântica lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1976.
- FISCHER, Kerstin. “Discourse Particles, Turn-taking, and the Semantics-Pragmatics Interface”. *Revue de Sémantique et Pragmatique*. Vol. 8 (2000): 111-137.
- FISCHER, Kerstin. “Towards an understanding of the spectrum of approaches to discourse particles: introduction to the volume”. *Approaches to Discourse Particles*. Fischer, Kerstin. Amsterdam: Elsevier, 2006a. 1-20.
- FISCHER, Kerstin. “Frames, constructions and invariant meanings: the functional polysemy of discourse particles”. *Approaches to Discourse Particles*. Fischer, Kerstin. Amsterdam: Elsevier, 2006b. 427-447.
- FRANK-JOB, Barbara. “A dynamic-interactional approach to discourse markers”. *Approaches to Discourse Particles*. Fischer, Kerstin. Amsterdam: Elsevier, 2006. 359-374.
- FRASER, Bruce. “Pragmatic markers”. *Pragmatics*. 6 (1996): 167-190.

- FRASER, Bruce. "What are discourse markers?". *Journal of Pragmatics*. 31 (1999): 931-952.
- FREIXEIRO MATO, Xosé Ramon. *Os marcadores discursivos. Conectores contraargumentativos no galego escrito*. Monografia 3 da *Revista Galega de Filoloxía*. Corunha: Servizo de Publicacións da Universidade da Coruña, 2005.
- GRICE, Herbert Paul. "Logic and conversation". *Syntax and semantics 3: Speech Acts*. Cole, Peter; James. L. Morgan. New York: Academic Press, 1975. 41-58.
- JUBRAN, Clélia Cândida Abreu Spinardi; Koch, Ingedore Grunfeld Villaça. *Gramática do português culto falado no Brasil: construção do texto falado*. Vol. I. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez Editora, 2003.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Introdução à Linguística Textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- LEVINSON, Stephen C. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Análise da Conversação*. São Paulo: Editora Ática, 2003.
- PENHAVAL, Eduardo. "Algumas considerações sobre a diversidade de abordagens de Marcadores Discursivos". *Revista Guavira*. V. 16 (2013): 355-378. Disponível em <<http://www.pgletras.ufms.br/revistaguavira/downloads/revguavira016.pdf>>.
- RISSO, Mercedes Sanfelice. "Marcadores discursivos basicamente seqüenciadores". *Gramática do português culto falado no Brasil: construção do texto falado*. Vol. I. Jubran, Clélia Cândida Abreu Spinardi; Koch, Ingedore Grunfeld Villaça. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006. 427-496.
- RISSO, Mercedes Sanfelice; SILVA, Gisele Machline de Oliveira; URBANO, Hudinilson. "Marcadores Discursivos: traços definidores". *Gramática do Português Falado: desenvolvimentos*. Vol. VI. Koch, Ingedore Grunfeld Villaça. 2ªed. Campinas: Editora da Unicamp/FAPESP, 2002. 21-94.
- RISSO, Mercedes Sanfelice; SILVA, Gisele Machline de Oliveira; URBANO, Hudinilson. "Traços definidores dos Marcadores Discursivos". *Gramática do português culto falado no Brasil: construção do texto falado*. Vol. I. Jubran,

- Clélia Cândida Abreu Spinardi; Koch, Ingedore Grunfeld Villaça. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006. 403-425.
- ROULET, Eddy. “The description of text relation markers in the Geneva model of discourse organization”. *Approaches to Discourse Particles*. Fischer, Kerstin. Amsterdam: Elsevier, 2006. 115-131.
- SACKS, Harvey; SCHEGLOFF, Emanuel Abraham; JEFFERSON, Gail. “A simplest systematics for the organization of turn-taking for conversation”. *Language*, V. 50. N. 4 (1974): 696-735.
- SCHIFFRIN, Deborah. *Discourse markers*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- SPERBER, Dan; WILSON, Deirdre. *Relevance: Communication and Cognition*. Oxford: Blackwell, 1986.
- TRAVIS, Catherine E. “The Natural Semantic Metalanguage approach to discourse markers”. *Approaches to Discourse Particles*. Fischer, Kerstin. Amsterdam: Elsevier, 2006. 219-241.
- URBANO, Hudinilson. “Marcadores discursivos basicamente interacionais”. *Gramática do português culto falado no Brasil: construção do texto falado*. Vol. I. Jubran, Clélia Cândida Abreu Spinardi; Koch, Ingedore Grunfeld Villaça. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006. 497-527.
- YANG, Li-chiung. “Integrating prosodic and contextual cues in the interpretation of discourse markers”. *Approaches to Discourse Particles*. Fischer, Kerstin. Amsterdam: Elsevier, 2006. 265-297.

Nota curricular

Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Brasil), tendo desenvolvido parte de sua pesquisa de doutoramento na Universidade de Boston (Estados Unidos). Atualmente, é Professor da Universidade Estadual Paulista (Brasil). Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Linguística Textual e a Gramática Funcional.

Contacto

eduardopenhavel@yahoo.com.br

RECENSÕES

PETROV, Petar, Pedro Quintino de SOUSA, Roberto López-Iglésias SAMARTIM e Elias J. Torres FEIJÓ (eds.): *Avanços em...* Santiago de Compostela — Faro, Associação Internacional de Lusitanistas (AIL) — Através Editora, 2012 (11 vols.)*

A Associação Internacional de Lusitanistas (AIL), em colaboração com o carimbo galego Através Editora, publica no ano 2012 em onze volumes os estudos apresentados ao X Congresso trienal dessa Associação, celebrado na Universidade do Algarve (Campus de Gambelas, Faro, Portugal) entre os dias 18 e 23 de julho de 2011 (<http://www.fchs.ualg.pt/xcail/index.htm>). Este último congresso da AIL (o próximo será organizado pela Universidade de Cabo Verde e terá lugar no Mindelo, ilha de São Vicente, de 21 a 25 de julho de 2014) contou com a participação de investigadores de mais de cem universidades e centros de investigação da Europa, os Estados Unidos da América e do Brasil, e nele foram apresentadas e discutidas um total de 298 comunicações.

A grande capacidade de convocatória e o forte impacte deste atividade académica nas áreas de estudo atendidas pela AIL deriva em grande medida de que esta Associação (integrada por quase um milhar de pessoas ligadas profissionalmente a universidades e instituições académicas de 32 países) agrupa de

* *Literatura e Cultura Portuguesas. Da Idade Média ao século XIX* | *Literatura e Cultura Portuguesas. De Eça de Queirós a Fernando Pessoa* | *Literatura e Cultura Portuguesas. Século XX (3 vols.)* | *Literatura e Cultura Brasileiras. Séculos XI a XIX* | *Literatura e Cultura Brasileiras. Século XX (2 vols.)* | *Literaturas e Culturas Africanas e em Literatura e Cultura Galegas* | *Comparatismo das Lusofonias* | *Ciências da Linguagem*.

facto a lusitanística mundial desde a sua fundação em Poitiers em 1984, altura em que fixa como principais objetivos fomentar os estudos de língua, literatura e cultura dos territórios de língua portuguesa, editar a revista *Veredas* e organizar congressos e publicar os seus resultados (estatutos da AIL acessíveis em www.lusitanistasail.org).

Assinam como editores desta coleção o professor da Universidade do Algarve Petar Petrov, o investigador desta mesma instituição Pedro Quintino de Sousa (ambos membros da Comissão Executiva do X Congresso da AIL), e os professores galegos Roberto Samartim (da Universidade da Corunha) e Elias J. Torres Feijó (da Universidade de Santiago de Compostela), respetivamente secretário geral e presidente da AIL no momento da publicação dos volumes em foco.

Esta coletânea apresenta uma novidade de interesse em relação com a divulgação dos resultados de anteriores congressos da AIL já que, nesta ocasião, a série não responde ao modelo das tradicionais Atas publicadas a raiz dos nove congressos precedentes. Os contributos editados nesta ocasião são publicados agora como capítulos de livro e foram selecionados para serem divulgados no Congresso após um processo de avaliação dupla e anónima coordenado pela Comissão Científica do X Congresso (integrada por 47 pesquisadores/as referenciais nos seus campos de estudo) com o objetivo de “garantir o rigor e prestígio académico precisos” (*vid.* a “Nota editorial” que encabeça cada um dos volumes). Esses trabalhos previamente avaliados foram depois enriquecidos nos debates mantidos nas sessões do X Congresso com as propostas e críticas dos especialistas que participaram neste evento científico.

O conjunto da coleção está composta por 255 trabalhos agrupados em 11 volumes que contribuem decididamente para o avanço do conhecimento nos campos das ciências humanas e sociais em geral, e também, em particular, na esfera das áreas relativas à língua, as literaturas e as culturas veiculadas em língua portuguesa. A maioria destes contributos estão assinados por pessoal investigador procedente do Brasil, seguido por comunicações defendidas por investigadores e investigadoras com sede em Portugal, na Galiza, nos EUA e, por último, num conjunto de até outros nove países da Europa.

Quanto à organização externa da coleção, ela foi feita a partir da confluência de critérios geográficos, temáticos e cronológicos, enquanto que dentro

dos volumes foi estabelecida uma subdivisão por géneros ou assuntos. Esta arrumação conduz as pessoas interessadas pela literatura e a cultura de Portugal através dos volumes 1 a 5 (da Idade Média ao século XX), do Brasil nos volumes 6 a 8 (do século XV ao século XX), dos PALOP e da Galiza no volume 9, e conclui com dous livros temáticos (os volumes 10 e 11) que recolhem os trabalhos relativos ao Comparatismo nas Lusofonias e às Ciências da Linguagem.

Já no tocante às pesquisas referidas à **literatura e a cultura portuguesas**, frente à tendência de encontros anteriores a concentrar a investigação nos primeiros séculos da produção literária em língua portuguesa, nesta ocasião a aproximação do trecho temporal que abrange da Idade Média ao século XIX consegue dar uma amostragem mais equitativa do acontecido nos diferentes períodos de produção literária na nossa língua em Portugal, ao tempo que se observa que, se bem os temas e produtores em foco se correspondem com os resultados do processo de canonização fixados pela tradição academicista, também estão presentes neste primeiro volume aspetos não tratados habitualmente ou agentes valorizados pela crítica tradicional como periféricos ou menores, tais como a criação feminina, a representação de grupos sociais marginalizados (como os judeus), os imaginários coletivos da época ou a componente “popular”. Este alargamento dos assuntos tratados está em coerência com o rótulo de “cultural” que acompanha ao de “literário” no título de nove dos onze volumes editados.

A maior percentagem dos estudos recolhidos neste primeiro volume, porém, volta sobre as cantigas galego-portuguesas, sobre a produção de Gil Vicente, sobre a época das descobertas com *Os Lusíadas* e Sá de Miranda, e sobre o teatro de setecentos de Matos Fragoso, para avançar para o romantismo, o assentamento do romance em Portugal ou o aparecimento do jornalismo no século XIX, encerrando o percurso com Cesáreo Verde e a sua obra.

O seguinte volume é um monográfico dedicado a dous agentes canónicos que atuam em Portugal na segunda metade do século XIX e no primeiro terço do século XX: Eça de Queirós e Fernando Pessoa. A maioria dos textos ocupam-se da análise destes agentes centrais dentro do campo literário das suas respetivas épocas, dedicando atenção a diversas obras e de diferentes pontos de vista: temática, estética, análise de personagens, traduções, etc.; ainda que também há achegas a outros campos em função quer da própria trajetória destes produtores

(no jornalismo, por exemplo), quer pelas possibilidades abertas pela sua produção *a posteriori* (nomeadamente nas adaptações das obras ecianas ao cinema).

No caso da parte deste segundo volume correspondente a Fernando Pessoa, os contributos de um peso quantitativo maior resultam do grupo de pesquisa da Universidade de São Paulo denominado “Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa e Ética sobre o livro do *Desassossego*”, que apresenta cinco trabalhos em relação com os seus interesses académicos específicos e consegue por esta via o reconhecimento entre os seus pares no principal espaço de socialização e divulgação científica que tem esta área de estudos.

De uma natureza similar é o terceiro dos volumes da coleção e primeiro dedicado à literatura e cultura portuguesas do século XX, já que concentra, fundamentalmente, o conjunto dos trabalhos dedicados a José Saramago e à sua produção. Repare-se, neste sentido, que uma das principais singularidades do X Congresso que está na origem desta coletânea foi a celebração de uma “Homenagem ao Prémio Nobel de Literatura em Língua Portuguesa”, consistente em que em todas as jornadas do evento foram apresentadas comunicações sobre este agente numa secção fixa que funciona como quadro de fundo simbólico de todo o processo intelectual. Ora, ao lado de Saramago, também este volume dá conta da centralidade de figuras como Vergílio Ferreira, António Lobo Antunes, Maria Gabriela Llansol ou Teolinda Gersão, com destaque nas abordagens relativas a estes produtores e produtoras da adoção de uma perspectiva metodológica centrada no carácter “meta” da literatura contemporânea, isto é, tanto no referido às estratégias discursivas de ficcionalização como ao jogo da autorrepresentação autoral.

A segunda parte destes *Avanços...* correspondentes à literatura e cultura portuguesas do século XX conforma o quarto volume da série, e nele chama a atenção o carácter teórico dos textos aqui presentes e a articulação de um todo compacto em volta das redes tecidas entre os campos culturais e o campo do poder, nomeadamente com o campo político. Aposta-se aqui por uma leitura do trabalho literário em relação com os processos histórico-sociais que marcam as mudanças na periodização literária, e é questionada a validade das balizas estabelecidas em função do entendimento da literatura como uma entidade autónoma, como espaço fechado em si mesmo e alheio às dinâmicas sociais. Títulos tão ilustrativos neste sentido como “História, política e literatura no contexto

do Estado Novo” ou “Guerra, poesia e trauma: leituras da poesia da guerra colonial” justificam esta nossa afirmação. O emprego de etiquetas como “História”, “memória”, “arte”, “género”, “política”, combinam-se nos contributos deste volume com termos como “representação”, “percepção”, “formas de ver”, “leitura”, “interpretação”, “reinvenção” ou “tópico”. Isto aponta para um interesse por demonstrar como o conhecimento não é fixo e inquestionável, mas que responde à codificação dos valores e crenças das pessoas de uma época e de um lugar, e aponta também para a necessidade de desvendar quais são os mecanismos codificadores operantes, como funcionam e quem lhes dá uso e divulgação. Esta decodificação permite que sejam experimentadas novas combinações dessas categorias, das categorias codificadoras presentes com outras que ficavam de parte, ou de todas elas com os interesses e instrumentos da atualidade, de tal modo que o progresso científico não surge apenas com base na *doxa* preexistente, mas no diálogo com ela.

Fronte a estes dous últimos volumes centrados na narrativa, o livro quinto da série e terceiro dedicado a Portugal dá conta de outros géneros, incorporando trabalhos sobre a poesia e o teatro portugueses nos últimos cem anos. Para a poesia encontramos tanto estudos de caso em volta de nomes como Florbela Espanca, Herberto Helder ou Inês Lourenço, como outros trabalhos de carácter mais generalista, tais como “O uso da metáfora pós-moderna na poesia contemporânea” ou “As experiências do urbano”. Já quanto ao teatro, são duas as questões trazidas a foco: a possibilidade de uma nova dramaturgia em Portugal associada ao nome de José Maria Vieira Mendes e o papel que no desenvolvimento das crianças pode ter o trabalho teatral, dimensão esta última que foca o literário desde o campo da didática. Esta última tendência não supõe um caso isolado, já que ao longo da coletânea existe um subconjunto de conteúdo criado desde o campo do ensino, âmbito de interesse que encontrou nos trabalhos do X Congresso da AIL celebrado em Faro uma maior visibilidade que em anteriores edições.

Por seu lado, no referente aos três volumes dedicados à **literatura e a cultura brasileiras**, o primeiro ocupa-se do período compreendido entre os séculos XV e XIX e aparece encabeçado por contributos de carácter contextual centrados na caracterização do “período colonial”. Na continuação são arrumados um conjunto de trabalhos em volta de Machado de Assis, produzindo-se

um alargamento de focagens e abrindo um novo leque de possibilidades de análise da produção e da posição deste agente central da literatura brasileira. Resulta significativo, porém, o texto que encerra este primeiro volume dedicado ao Brasil e sexto do conjunto da série, “Literatura, imprensa e emancipação da mulher no Brasil no XIX”, já que antecipa o que será uma das temáticas capitais do terceiro dos volumes de assunto brasileiro e oitavo do conjunto, depois de que no primeiro dos dois volumes dedicados ao Brasil do século XX, dentro da grande diversidade de assuntos tratados, seja focalizada de maneira privilegiada a figura de Guimarães Rosa, criando uma unidade de sentido em volta dele e surgindo acompanhado nesse volume sétimo da coleção por estudos sobre Graciliano Ramos, Albertina Bertha, Nelson Rodrigues, Monteiro Lobato ou Benito Barreto.

Esse volume oitavo da coletânea e segundo dedicado à cultura brasileira do século XX contém, portanto, um conjunto de títulos que têm a literatura de mulher como objeto de estudo, quer seja desde a agencialidade feminina quer desde a construção de género na própria composição textual. Nomes como o de Clarice Lispector, Lygia Fagundes Telles, Júlia Nery ou Ana Maria Gonçalves aparecem como detentoras de um discurso próprio, em combinação com outros que mostram ideias de tom mais generalista sem aprofundar em particularismos. Para além disto, a emergência desta linha crítica partilha também neste volume protagonismo com outro dos tradicionalmente considerados como “discursos da minoria”, neste caso com a literatura infanto-juvenil, a qual foi também considerada nos textos que encerravam o último volume dedicado à literatura portuguesa. Não é, pois, este livro oitavo da coleção um espaço para o estudo da produção literária de um “centro” hegemónico, mas para a legitimação das diferentes literaturas das margens: culturas das massas, indígenas, das periferias urbanas, etc., questionando as categorias canónicas sustentadoras de uma ideia de literatura como estrutura hierárquica, e a sua reinterpretação como construto de natureza conflitiva.

O nono volume da série abre uma nova esfera de análise que agrupa duas realidades: primeiro os PALOP e, depois, a Galiza. Como o número de estudos referidos a estas duas áreas é menor que nos casos anteriores, também a própria estruturação dos conteúdos varia a respeito dos volumes dedicados às literaturas e culturas de Portugal e do Brasil, implicando aqui a copresença de textos tanto

de diferentes países como de variados géneros e temáticas. No caso das **literaturas e culturas africanas** de língua portuguesa, porém, parecem destacar certos elementos de unidade compositiva, quer seja polo comum denominador da atenção a produtores literários de centralidade nacional e destacada presença internacional (como Mia Couto, Pepetela, Agualusa ou Óscar Ribas), quer seja polo marcado “giro espacial” da cultura a que aderem estes estudos, tal como é possível comprovar apenas reparando nos termos presentes nos títulos de vários contributos, que recorrem a conceitos que configuram o espaço como uma realidade físico-conceitual (lugar, cartografia, cidade, etc.) ou como uma realidade geográfica ou comunitária delimitada (gentilícios como “angolana” ou o recurso ao próprio nome do país: Moçambique, Guiné-Bissau...), ou até a outros termos que referenciam o espaço como uma criação social em processo constante e não como um produto conciso (trânsito, exílio, des/encontro, oscilações, etc.). Estes e outros termos servem como coordenadas que orientam o/a investigador/a para a tensão existente nestes países africanos de língua oficial portuguesa entre a procura da definição de uma especificidade comum e conjunta face à antiga metrópole e as suas categorias, e a definição de cada uma dessas identidades nacionais diferenciais, com a chamada globalização ao fundo.

Ainda que neste volume parecem manifestar-se com maior clareza propostas dirigidas a dar corpo a uma certa “geografia literária”, podemos afirmar que toda a organização da coletânea bem pode estar assente nestas mesmas bases e já não nas estruturas historiográficas que imperaram na crítica e na educação literária até praticamente os finais do século XX, segundo as quais a organização e apresentação do conhecimento era feita de acordo com uma sucessão de movimentos e géneros literários e uma listagem de autores e obras.

A nova oscilação do pêndulo para o eixo espacial da produção cultural está a conduzir a debates no campo que têm a ver, precisamente como testemunham os textos recolhidos nesta publicação, com o questionamento das funções da literatura, das funções do ensino e da própria (im)pertinência do recurso exclusivo ao cânone literário, o que somado à crise evidenciada na fragmentação disciplinar derivada do desfasamento entre os saberes próprios dos séculos XIX-XX e a nova sociedade digital, motiva uma urgência de procura de novos métodos de análise para os processos sociais através também dos próprios processos culturais que aqueles geram. Por isso, também ao pé daqueles textos que nos

colocavam perante postulados teóricos (como apontámos no caso dos volumes dedicados a Portugal e ao Brasil em relação às reflexões sobre a “historicidade” e a sua reformulação), também neste volume há trabalhos que apontam para essa inovação metodológica, linha de discurso e de interesse reforçada também polos textos deste nono volume que fazem parte do bloco dedicado à Galiza.

Ainda que há também trabalhos relativos à Galiza no primeiro e no último dos volumes da série, a **literatura e a cultura galegas** posteriores à época medieval estão presentes fundamentalmente neste nono volume com os contributos procedentes das universidades de Santiago de Compostela e da Corunha, a maioria dos quais resultados de pesquisas levadas a cabo pelo Grupo Galabra (com contributos saídos tanto da Universidade de Santiago de Compostela, onde foi fundado em 1998, como da Universidade da Corunha e da Universidade do Minho, onde trabalham alguns dos seus membros).

Se bem, em geral, o pessoal investigador procedente da Galiza ocupa-se em boa medida de assuntos que dizem respeito ao próprio país (o campo teatral galego no século XVIII e no primeiro quartel do século XX, os grupos culturais de maior centralidade no franquismo e na autonomia política, ou as ferramentas teórico-metodológicas com que estudar sistemas deficitários), outros interesses comuns com Portugal estão também presentes neste volume, como a referencialidade portuguesa para a Galiza no período ilustrado, a metodologia de pesquisa do queirosoanista galego Ernesto Guerra da Cal, ou as trajetórias de Alfredo Guisado ou Ramón del Valle-Inclán em relação com o campo literário português. Este encontro de interesses galegos e portugueses exemplifica igualmente a presença e a funcionalidade que o elemento comparatista atinge também neste volume da coleção.

Ora, será o décimo volume da série o dedicado em exclusiva ao **Comparatismo nas Lusofonias**. Sem minguar do dito acima sobre a introdução em volumes anteriores de correntes críticas alternativas à historiografia literária (tal como neste mesmo a geocrítica), é concretamente neste volume onde se manifesta com maior intensidade outro dos “avanços” mais destacados do encontro científico da AIL que está na origem destes onze livros: a vontade desta Associação de atender nos seus eventos e produtos outros campos culturais diferentes do literário, aliás tal como indicado aos futuros participantes do X Congresso já na primeira circular, onde são demandadas investigações relativas a

qualquer aspecto relacionado com o âmbito das Ciências Sociais e Humanas, Estudos sobre a figura e a obra de José Saramago [...], Linguística, Literatura, Teatro, Comunicação, Cinema, Música e Artes Plásticas, bem como outras expressões artísticas, Media, História, Geografia, Ciências Políticas, Economia, Direito, Antropologia, Sociologia, Estudos da Cultura e Turismo, desde que vinculadas aos espaços sociais lusófonos.

Assim, ainda que de maneira modesta, este volume acolhe alguns estudos vinculados ao campo económico-editorial, à sociologia e ao campo musical, que conta com presença no volume e também gozou de atenção singular no próprio programa do X Congresso, onde ao lado das habituais apresentações de projetos de investigação e lançamentos de livros e revistas, foram realizadas também atividades específicas viradas para o campo musical (nomeadamente sessões de debate e exposições). Neste sentido, chamamos a atenção para o facto de que, pelo contrário, os trabalhos relativos ao campo cinematográfico (com presença de contributos de natureza teórica, outros vinculados a casos concretos e mesmo a fenómenos transmediais como a adaptação literária) estejam distribuídos nos volumes anteriores e fiquem excluídos deste penúltimo livro da série. Julgamos que a inclusão neste volume dos trabalhos sobre o cinema teria possibilitado uma visão de conjunto coerente, na medida em que existe um maior número de textos que para outros campos diferentes do literário, e até também porque na programação do X Congresso foram agrupados em uma sessão específica.

A coletânea encerra-se com o volume décimo primeiro, que agrupa trinta e quatro trabalhos referidos às **Ciências da Linguagem** construídos a partir de abordagens e com temáticas diferentes, tais como a análise contrastiva, a tradução, a análise histórica, a fonética e a dialetologia, os aspetos morfológicos e léxico-semânticos, ou a ortografia. O livro tem presença ainda de âmbitos como a entidade textual, o discurso e as linguagens das novas tecnologias, e também de estudos que têm a ver com o contacto de línguas e o bilinguismo, e que apontam já para o plano da sociolinguística, com derivações para considerações relativas a políticas culturais, educação e propostas em volta da etiqueta de comunicação intercultural. É preciso destacar aqui, igualmente, que este volume não apresenta praticamente pesquisas linguísticas heterónomas da língua literária, uma tendência que tinha sido priorizada em anteriores produtos surgidos dos congressos da AIL.

Por todo o dito, entendemos que a publicação destes onze volumes da AIL em parceria com a Através Editora supõe, em primeiro lugar, um sucesso para o campo editorial galego, já que nele surge esta coleção de indiscutível rigor científico e indubitável interesse para o conjunto de académicos/as e investigadores/as que no mundo todo se ocupam dos estudos lusófonos. Por outro lado, para além de um novo passo na direção da naturalização da participação da Galiza no intersistema cultural lusófono (pretendida desde esta comunidade por agentes relativamente periféricos no campo cultural galego, mas que ocupam posições de relativa centralidade tanto na AIL como no conjunto do campo dos estudos lusófonos), esta coleção é também, em segundo lugar, de leitura e consulta obrigadas para quem quiser conhecer tanto os principais avanços como o estado em que se encontra o campo dos estudos lusófonos na atualidade, e constitui também a prova física da vitalidade e agilidade com que é capaz de atuar a AIL, uma instituição incontornável neste campo científico que, em menos de um ano depois da celebração do seu último Congresso trienal, consegue publicar estes onze volumes e fazer acessível em qualquer parte do mundo os resultados da sua atividade científica.

Luísa FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ

Grupo Galabra — Universidade de Santiago de Compostela (Galiza)

GARRIDO, Carlos: *Léxico Galego. Degradación e Regeneración*. Barcelona: Edições da Galiza, 2011, 799 páginas

Com este volume sobre léxico galego são já 18 os trabalhos académicos publicados em que Carlos Garrido, Professor Doutor da Universidade de Vigo e presidente da Comissom Lingüística da Associação Galega da Língua (AGAL), se tem ocupado deste assunto, focando-o dos pontos de vista da tradução, da lexicografia e da lexicologia¹. Segundo a data do “Prólogo” (p. 19), esta monografia

1. Este volume e mais os 11 que assinala na bibliografia do mesmo; para além de um *Dicionário terminológico quadrilíngue de Zoologia dos Invertebrados* (1997); artigos nos números 50 (1997), 53 (1998) e 99/100 (2009) da revista *Agália*; uma reedição muito acrescentada do *Manual de Galego Científico* (2011, de parceria com Carles Riera; a edição anterior era de 2000) e o mais recen-

está pronta desde fevereiro de 2008 e, embora com posterioridade tenha elaborado outros estudos de relevo, constitui com certeza o seu maior esforço de pesquisa e a sua principal proposta de um modelo novo, renovador, a respeito do legitimado desde as instituições do poder e que está a vigorar na Galiza, que ele critica. Atribui Garrido a este modelo proposto pela Real Academia Galega (RAG) e o Instituto da Língua Galega (ILG-USC), o único que se ensina e se promove de maneira regrada, a “degradação” do léxico galego; e defende que com as soluções que ele oferece se conseguirá porventura a “regeneração” do mesmo, como bem se pode concluir do título desta ambiciosa monografia.

Reconhece o “Prólogo” (p. 16) como “motivação imediata” deste volume um artigo publicado no número 57 da *Agália* (Primavera de 1999, pp. 3-25), intitulado “Estado actual e perspectivas da norma lexical”. Mantendo aqueles pressupostos, apresenta agora o estudo em três partes, a que acrescenta bibliografia e dous apêndices.

Na Parte I, “Introdução” (pp. 21-67) salienta (p. 23): “De todos os âmbitos constitutivos do galego — ou variante galega da língua galego-portuguesa —, o correspondente ao léxico é o que hoje se manifesta como mais degradado”. Vale-se de 14 exemplos para esclarecer o que denomina de “fenômeno da degradação lexical do galego”. Conseqüências do mesmo são situações que descreve como “polimorfismo designativo disfuncional”, “ineficácia lexical”, “descaracterização ou desnaturação lexical”, “sinonímia prejudicial para a eficácia comunicativa”, uso de um “esquema lexical castelhano” e/ou de “castelhanismos suplentes” desnecessários, contradições entre léxicos referenciais (os do *Diccionario* da Real Academia Galega, *Vocabulário Ortográfico Galego* do Instituto da Língua Galega, e do *Grande Diccionario Xerais* da Língua) que levam a “insegurança nos utentes” e “perplexidade”, “ineficácia comunicativa e dispersão designativa”, “gratuita castelhanização semântica”, entre outras formulações que se encontram nestas páginas. Alude à “inibição dos agentes codificadores autorizados até agora pelo poder autonômico” no trabalho que deviam realizar para consolidar um modelo de léxico moderno e que responda

te livro *O modelo lexical galego* (2012, que assina juntamente com a Comissão Lingüística da AGAL). Estes três últimos, mas o seu primeiro contributo neste campo assinado de parceria com J. M. Conde e publicado no número 35 da *Agália* (1993) são trabalhos de colaboração; os outros 14 assinados apenas por ele.

às exigências da sociedade atual. Em cada exemplo, Garrido enumera e justifica com pormenor diversas variantes do que ele insiste em denominar “manifestações de degradação lexical”. Conclui (p. 63) que “os processos degradativos que atingem o léxico galego” são principalmente “variação sem padronização”, “erosom”, “estagnação” e “suplência”, afirmando que estes dous últimos “costumam atuar conjuntamente sobre o léxico”. Frisa como objetivo deste livro o de se centrar (p. 65) “no estudo dos fenómenos de degradação lexical de língua, que se registam como usos lingüísticos socialmente significativos (estendidos) no estrato da língua formal”.

A Parte II, “Análise da actual degradação do léxico galego e das correspondentes estratégias regeneradoras disponíveis” (pp. 68-722) refere-se por extenso, com centos de exemplos, a esses “processos degradativos”, enumerando diferentes alternativas para os ultrapassar. A estratégia de Garrido é a solidariedade e a integração com o léxico da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), e pode-se resumir em duas citações: uma da p. 666: “só através da familiarização com a rica expressom luso-brasileira que o contacto assíduo com os bens culturais da lusofonia propicia é que será possível aos galegos libertarem-se, nalgumha medida, da fortíssima influência lexical (e nom só!) do castelhano — a qual, como vimos, prejudica a idiomaticidade e a economia do léxico galego —, para, assim, enveredarem com facilidade pola congenial e enriquecedora via da neologia solidária”; e outra a respeito da “estratégia regeneradora” que propõe, que (p. 721) “exigirá, no tocante à elaboração do dicionário geral normativo do galego-português da Galiza, e conforme o congenial e racionalizador modelo luso-brasileiro, a exclusom de todos os arcaísmos, pseudogaleguismos, plebeísmos e ampliações semânticas hipercharacterizadoras, bem como umha pulcra indicação da natureza coloquial ou dialectal dos coloquialismos e dialectalismos que hoje som objecto freqüente de usos diferencia-listas”.

Na Parte III, de “Conclusões e perspectivas” (pp. 723-763) assinala que o galego, segundo a codificação que defendem a RAG e o ILG, não tem (p. 738) “verdadeiro prestígio social” nem é em geral percebido como “veículo comunicativo autónomo, necessário e apto” para toda a cidadania galega. Reprova o “hipócrita e deficiente emprego que dele fam muitos políticos e locutores da rádio e televisom galegas” e oferece uma amostra de exemplos. Propõe como ne-

cessidades (pp. 752 e ss.) “Um vocabulário de legítimos galeguismos (normativos), ou de particularismos lexicais galegos no seio da lusofonia”, também “Um vocabulário de vozes freqüentes no galego dos actuais utentes cultos e que nom som admissíveis no padrom lexical”, além de “proceder à reediçom com optimizaçom lexical de textos (literários) galegos ‘modernos’ que hoje sejam de interesse para um largo público, para o ‘leitor comum’”².

O atual modelo da RAG-ILG conduz para a (p. 758) “próxima extinçom” da língua, afirma, e insiste na urgência de favorecer a confluência com o modelo lingüístico luso-brasileiro, na esteira do também assinalado mesmo por algum escritor e acadêmico da RAG (como Manuel Rivas, que Garrido cita), entre outras pessoas galegas, em diferentes ocasiões, mas trabalhando de imediato e sem mais adiamentos.

Conclui Garrido (p. 762): “nós sabemos que esse futuro de reforma e ‘ajeitamento’ da codificaçom do galego tem de ser já agora; sabemos de que modo, no campo do léxico, a reforma codificadora, norteando-se polo modelo congenial, enriquecedor e emancipador oferecido polo luso-brasileiro, deverá conduzir-se frente a cada um dos factores de degradaçom lexical, e sabemos, enfim, que tal reorientaçom lexical nom se revelará plenamente eficaz se nom for acompanhada, também, de umha substancial convergência ortográfica luso-brasileira”.

Finaliza o volume com (pp. 763-779) a bibliografia, em que as principais referências são de Carvalho Calero (16), Henrique Monteagudo e Constantino García (12 cada), o próprio Carlos Garrido (11); Xosé R. Freixeiro Mato, A. Santamarina e F. Fernández Rei (7 cada); José António Souto Cabo e Rosario Álvarez (5 cada), e Martinho Montero Santalha e José Luís Rodrigues (4); e com dous apêndices: um intitulado (pp.781-788) “Incidência dos factores de degradaçom lexical sobre a designaçom no galego actual”, com novos exemplos, alicerçados em dados históricos e onomasiológicos respeitantes à designaçom de parentes ascendentes e descendentes, e de elementos químicos; e outro de (pp.

2. Garrido alinha-se com Montero Santalha, presidente da Academia Galega da Língua Portuguesa (AGLP) e indica como modelos para esta última proposta três volumes, preparados por Ramon Reimunde (de produçom de Armando Cotarelo Valledor) e de Higínio Martins Esteves e Ernesto Guerra da Cal (sobre produtos literários de Rosália de Castro, e outros produtores galegos no volume preparado por Da Cal).

789-799) “Reedição de textos com otimização lexical” trabalhando nele um trecho do Sempre em Galiza de A. R. Castelao e mais o poema de Eduardo Pondal que serve de letra para o Hino Galego, esclarecendo com pormenor em 77 notas no primeiro dos textos, e em mais 17 no segundo, as soluções que defende de acordo com a metodologia exposta.

Este livro tem como complemento o mais recente outro, *O modelo lexical galego. Fundamentos da codificação lexical do galego-português da Galiza*, publicado na editora Através no ano 2012, que promove e assina a Comissom Lingüística da AGAL, em que se segue e defende a mesma metodologia e estratégia, acrescentando vocabulários de utilidade para a construção dessa nova proposta lexical renovadora que defende Garrido.

Estamos, em conclusão, perante um novo contributo académico, que se soma a outros materiais que, de *iure* e de *facto*, elaboraram os defensores do movimento do reintegracionismo organizado desde a década de 1980. Proposta em positivo, que se alinha com a arvorada por vultos como Carvalho Calero, Rodrigues Lapa, Ernesto Guerra da Cal e outros; que supõe uma continuidade coerente com o *Estudo Crítico* e com a *Proposta Normativa* que abandeira a AGAL, respeitada e seguida por pessoas individualmente e grupos da comunidade galega.

Nestas mais de três décadas o movimento reintegracionista ofereceu diversas possibilidades do seu discurso: desde reivindicar a coerência com a história e tradição do idioma, em que insistia mais nos primeiros anos; a defender outras virtualidades da mesma, como o possibilitar o acesso a mais bens, a uma melhor qualidade de vida, e mesmo a uma maior prosperidade económica. Estes esforços não contaram com o apoio do campo do poder, mas continuam a pressionar para serem tomados de conta na agenda política.

Os 20 anos de trabalho de Carlos Garrido, e as iniciativas em que se empenhou, sem dúvida que constituem um referente para uma nova proposta lexical da língua, que faça dela um instrumento mais valioso para a comunidade. A monografia *Léxico Galego. Degradação e Regeneração* é sem discussão, o maior estudo publicado sobre léxico galego. Nele são abordados problemas da codificação lexical do idioma nunca antes refletidos (conceituação de castelhanismos presentes em luso-brasileiro, comportamento frente à variação lexical entre Portugal e o Brasil, variação de frequência, diferenciação de registos, ero-

são lexical novecentista, etc.), e nas suas páginas se dissecam com precisão e de forma sistemática os fatores de degradação lexical.

Joel R. GÓMEZ

Grupo Galabra — Universidade de Santiago de Compostela (Galiza)

PAZOS JUSTO, Carlos: *Trajectória de Alfredo Guisado e a sua relação com a Galiza (1910-1921)*. Santiago de Compostela: Laiovento, 2010, 216 páginas

A figura de Alfredo Guisado (1891-1975) longo tempo esquecida apesar dos breves contributos de Isaac Alonso Estravis, Eloísa Álvarez ou Apolinário Lourenço, tem sido recuperada nos últimos anos tanto para a historiografia portuguesa como, sobretudo, para a galega, graças aos vários estudos publicados pelo Doutor Carlos Pazos Justo, membro do Grupo Galabra da Universidade de Santiago de Compostela (www.grupogalabra.net) e Professor Auxiliar Convidado do Departamento de Estudos Românicos da Universidade do Minho, instituição em que também integra o Grupo de Investigação em Estudos Transculturais do Centro de Estudos Humanísticos.

Ao longo da sua trajetória, Carlos Pazos tem-se ocupado, fundamentalmente, do estudo da imagem dos galegos em Portugal durante o século XX, prestando singular atenção à comunidade galega de Lisboa, à qual pertence a figura do mencionado escritor Alfredo Guisado. Em volta destes dous assuntos tem publicado diversos trabalhos desde o ano 2008, quer como fruto da sua intervenção em foros internacionais dedicados à discussão do relacionamento hispano-luso e/ou galego-português (em Compostela, a Madeira, Faro ou a Extremadura Espanhola) quer como participação em monografias ou revistas especializadas no diálogo ibérico ou o(-s) relacionamento(-s) de carácter intercultural, com pormenorizada atenção ao conceito da “emigração” como parte da cultura galega (todos estes contributos são acessíveis através do Repositório Institucional da Universidade do Minho: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/>).

Summa e resultado mais importante — por enquanto — desta demorada pesquisa é o seu livro *Trajectória de Alfredo Guisado e a sua relação com a Galiza (1910-1921)*, trabalho cuja excelência foi reconhecida no ano 2009 com o *Pré-*

mio de Ensaio Carvalho Calero (galardão que vai já pola sua vigésima edição), outorgado polo Concelho de Ferrol, na Galiza, e que foi publicado (como é costume com os títulos ganhadores deste prémio desde o ano 2002) na coleção de Cadernos Ensaio de Edicións Laidovento, empresa esta caracterizada desde a sua fundação em 1990 por um projeto científico e político até há bem pouco excecional no campo editorial galego, já que faz prevalecer a liberdade intelectual e artística dos autores publicados, algo especificamente significativo no caso galego nomeadamente no que tem a ver com a autonomia para a escolha de norma linguística (no caso que nos ocupa, a do português).

O livro apresenta-se, em palavras de seu prologuista o Professor Doutor Elias J. Torres Feijó, diretor do Grupo Galabra da USC e orientador da tese de mestrado que está na origem da publicação, como uma “proposta modesta” de resultado “superior” e “extraordinariamente útil”, cuja primeira pretensão é avançar no conhecimento do agente estudado, atendendo aos critérios de rigor e fiabilidade (documental e metodológica), mas que tem por objeto também estabelecer ferramentas e estratégias para a análise dos campos culturais galeguista e português, muito especialmente no referido ao período anterior ao ano 1936.

Neste sentido, este estudo declara-se especificamente devedor da linha de análise proposta polo Grupo Galabra para o estudo do fenómeno literário enquanto facto social, e toma em consequência como ponto de partida as noções de *sistema literário*, de Itamar Even-Zohar, e de *campo cultural e campo literário* (aos quais vão associados os de *trajetória* ou *habitus*), próprios dos estudos de sociologia da cultura de Pierre Bourdieu.

O lapso cronológico do trabalho vem delimitado polas datas de 1910 e 1921. Na primeira, ano da instauração da República Portuguesa, dão-se a conhecer as primeiras notícias de relevância sobre a família Guisado em *Vida Galega*, sendo o momento a partir do qual o escritor vai adquirir entidade própria nos media galegos e portugueses. Já na segunda data referida, 1921, Guisado publica o seu livro *Xente d'a Aldea*, facto determinante para a sua trajetória como escritor na Galiza e em Lisboa.

Após os preceitos apartados referidos a questões metodológicas e de delimitação do *corpus* e objetivos do trabalho, para além do estado da questão, o livro divide-se em duas partes claramente delimitadas: por um lado, a referida à análise da trajetória de Alfredo Guisado em Portugal, desde a sua estreia literária

(em 1913), passando pela sua filiação com o Modernismo e o grupo de *Orfeu*, a sua posterior ruptura com este e a bifurcação da sua imagem pública sob o pseudónimo de Pedro de Menezes, até a posterior recuperação do ortónimo e o desenho de um novo rumo na sua produção literária; por outro lado, o estudo do Guisado galego em Lisboa e o seu relacionamento com o emergente campo literário galeguista, atendendo também ao seu labor (já ca. 1920) como agente difusor do nacionalismo galego, sendo este o apartado de maior inovação do estudo e que mais interessa sublinhar, ao se tratar de uma faceta apenas explorada do escritor e intelectual lisboeta.

Meritório do volume é, neste sentido, o facto de colocar entre os seus interrogantes questões referidas aos limites que é possível estabelecer entre sistemas literários em contacto, neste caso o português e o galego; e, sobretudo, à revisão crítica dos parâmetros tradicionalmente estabelecidos pela historiografia literária galega para a definição das suas margens, em que o elemento linguístico é central.

A partir deste facto, Carlos Pazos faz evidente a arbitrariedade (pp. 41-43) da aplicação da língua galega como *norma sistémica* (conceito desenvolvido por Elias Torres) no que diz respeito à figura de Guisado, ausente do cânone literário galego da altura apesar de contar com uma considerável e continuada produção em língua galega (várias colaborações em jornais como *El Tea* ou *El Pueblo Gallego*, e sobretudo, o seu poemário *Xente d'a Aldea*) e mesmo com o reconhecimento explícito e reiterado da sua galeguidade.

Para além disto, o autor do estudo estabelece a relevância da figura de Guisado como membro integrante do enclave galego de Lisboa, no qual assenta a participação do escritor em diversas instituições lisboetas em quanto galego (ex. Juventud de Galicia), assim como a sua ligação com o movimento agrarista da comarca do Condado, no Sul-Oeste da Galiza, um de cujos porta-vozes será o jornal *El Tea*, onde Guisado dará a conhecer parte da sua produção. Igualmente relevante, de acordo com a documentação apresentada por Pazos Justo, é a vinculação da família Guisado com o “tempro de galeguismo” que, segundo *A Nosa Terra*, representa na altura o Balneário de Mondariz, espaço de gestão dos primeiros vínculos do escritor com o movimento regionalista e espaço central para o seu posterior envolvimento com o nacionalismo galego, nomeadamente a partir de 1919. O distanciamento do grupo de *Orpheu*, cristalizado no

surgimento do pseudónimo Pedro de Menezes, redireciona a trajetória de Guisado para a utilização de repertórios vinculados à tradição do galeguismo nacionalista, de que se converte num importante ativo em Portugal. Este posicionamento estica a sua rede de relacionamentos na Galiza, também no sentido geográfico, e aproxima-o em última instância de alguns dos agentes centrais das Irmandades da Fala, entre os quais destaca a figura de Castelao, autor da capa de *Xente d'a Aldea. Versos Gallegos*, publicado em 1921 em Lisboa, como exemplo tangível e paradigmático do processo de aproximação ao sistema literário galeguista por parte de seu autor.

Parte do já referido rigor do trabalho ancora-se, precisamente, no facto de o seu autor optar por outorgar à imprensa da altura carácter de *corpus primário* para a obtenção de informação essencial sobre a figura de Guisado. Fruto desta vontade de recuperação de fontes inéditas, e para encerrar o volume, Pazos Justo acrescenta uma detalhada bibliografia primária do escritor, ao tempo que recupera da imprensa histórica vários textos referidos à receção da sua figura ou do seu poemário *Xente d'Aldea*, para além de algumas narrações e artigos da sua autoria: “Contos que vou contar. I. Rosas”, “Pias”, “A Lareira. O Tio Xan” aparecidos em *El Tea* entre 1912 e 1921; “Jogos Florais Galego-Portugueses” (*Diário de Lisboa*, 1921); “Jogos Florais Luso-Galaicos” (*Democracia*, 1921); “Galiza e Portugal” (*Seara Nova*, 1922). Igualmente merecedores de menção são os retratos do escritor e a sua família da década de 10, recuperados dos diários *Vida Gallega* ou *El Tea*.

Em resumo, o livro que recenseamos — devemos ainda sublinhar que profusamente anotado — achega importante informação ao conhecimento sobre a trajetória de Alfredo Guisado como agente cultural e literário aos dous lados da fronteira, pondo de manifesto o seu intento por integrar no seu labor intelectual e político os diversos *habitus* e códigos culturais e identitários em que se inscreve, sendo de especial relevo a recuperação da sua figura para a historiografia literária galega, cujos parâmetros para o estabelecimento do repertório de obras e autores canónicos precisam, como se assinala neste estudo, de uma revisão crítica construtiva.

Rosario MASCATO REY

Universidade de Santiago de Compostela (Galiza)

SÁNCHEZ REI, Xosé Manuel: *Lingua Galega e Variación Dialectal*. Edicións Laiovento: Santiago de Compostela, 2011, 662 páginas

A respeito de *Lingua Galega e Variación Dialectal*, ensaio de recente publicação do Prof. Xosé Manuel Sánchez Rei, cabe destacar a sua grande oportunidade e utilidade, ao constituir-se no primeiro compêndio (de orientação didática) publicado na Galiza que expom, centrando-se primordialmente no galego-português da Galiza, os fundamentos teóricos e metodológicos da dialetologia e, em geral, da investigação e descrição científica da variação lingüística. De facto, o Prof. Xosé Manuel Sánchez Rei, docente da área de Filologia Galego-Portuguesa da Universidade da Corunha, prolífico autor de estudos sobre a gramática do galego contemporâneo e sobre a língua literária galega (lembrem-se, p. ex., os seus ensaios *Se o Vós por Bem Teverdes. A Interpolación Pronominal en Galego*, que venceu o Prémio Carvalho Calero de Investigação Lingüística na sua edição de 1998, ou *A Lingua Galega no Cancioneiro de Pérez Ballesteros*, 2006), revela-se pessoa idónea, pola sua formação, para levar a cabo com sucesso um empreendimento deste teor, cuja abordagem, segundo declara o autor no limiar do livro, foi instada ou propiciada pola sua ocupação com a docência das disciplinas universitárias “Dialetologia do Galego e do Português” e “Norma e Usos do Galego”. Precisamente, a essa decidida vocação didática da obra responde, por um lado, o seu *carácter abrangente* — o que determina que o livro, ao longo das suas c. 650 páginas, preste atenção às diversas causas e manifestações da variabilidade lingüística e que apresente e integre as múltiplas perspectivas com que (sob óptica galega) pode ser encarada a dialetologia — e, por outro lado, a sua *clara organização*, plasmada em cinco capítulos que delineiam umha progressão expositiva lógica, avançando do mais geral para o mais particular, dos fundamentos para as aplicações, e que mostra umha seleção de conteúdos (com conveniente apoio iconográfico e bibliográfico) talhada para as necessidades de um público universitário. A seguir, descrevemos com algum pormenor a estrutura e conteúdos da obra, intercalando eventualmente algumas apreciações críticas ou sugestões de melhoramento, e findamos com um parágrafo avaliador concebido para enquadrar o presente ensaio no panorama da galeguística contemporânea.

Após o limiar, o capítulo 1 de *Lingua Galega e Variación Dialectal*, intitulado “A variación lingüística”, passa em revista as diversas causas e manifestações da variabilidade lingüística (principalmente, a devida aos fatores cronológico, geográfico, contextual, estrático ou profissional, sexual, etário, étnico-cultural e individual), analisa a possibilidade de umha interação entre dous ou mais tipos de variação, enuncia várias hipóteses explicativas da origem e difusom das variantes lingüísticas (a interação pessoal e a teoria das ondas, a difusom lexical e fatores internos e fatores externos) e descreve a atuação do sistema educativo e dos processos de padronização enquanto freios à variação lingüística. Trata-se, portanto, de um capítulo de caráter introdutório, bem organizado e muito completo, que serve para transmitir ao leitor os conceitos fundamentais relacionados com o fenómeno da variabilidade lingüística. Como pequenas eivas ou lacunas na redação deste capítulo, podemos assinalar as seguintes. Na secção consagrada à variação estrática ou profissional (1.1.4), a caracterização dos tecnoletos, ou línguas de especialidade, é feita, de modo assaz superficial, apenas por contraste com os criptoletos gremiais (galegos) ou gírias crípticas associadas a determinados ofícios tradicionais; concedendo o grande interesse que para um lingüista detêm os criptoletos gremiais galegos, que justifica o extenso tratamento a eles dispensado, a escassa atenção prestada no livro às línguas de especialidade, porém, não faz jus à importância que estas apresentam na configuração da comunicação contemporânea, nem às circunstâncias de os tecnoletos apresentarem diversos registos comunicativos (pense-se, p. ex., na produção, difusom e socialização da Ciência e da Técnica) e de os seus traços constitutivos não ficarem limitados à esfera do léxico. Por outro lado, ao tratar o fator étnico-cultural (alínea 1.1.7), o autor deveria ter aludido com maior ênfase, pela sua enorme incidência, à castelhanização lexical sofrida pelo galego (espontâneo), fenómeno que, infelizmente, hoje individualiza claramente a variedade galega no seio da Lusofonia; a este respeito, achamos que, em geral, o autor deveria atribuir decididamente à influência castelhanizante diversos usos populares que ele regista no livro de modo “asséptico”, como, por exemplo, a lista de expressões inspiradas na linguagem desportiva (pág. 88 e 89) — a qual, indubitavelmente, inclui numerosas suplências do castelhano —, a conceituação da variante geográfica galega *hórreo* (pág. 107), supradialetal em castelhano, como supradialetal também em galego (face a outras variantes galegas, mais estendidas no galego popular, como

canastro, *cabaceiro*, etc.), a substituição nas faixas etárias novas da expressão tradicional *falar com* ‘relacionar-se com umha pessoa do sexo oposto’ por *sair com*, ou a do uso pronominal de *passar* ‘acontecer’ (“O que se passa?”) polo correspondente uso nom pronominal (pág. 432), a extensom de *ulir* ‘causar sensaçom olfativa’, em detrimento de *cheirar* no galego contemporáneo (pág. 450, 451), etc. Além disso, ainda que nom se trate de usos espontáneos da língua, teria sido interessante que o autor tivesse incluído, entre as manifestaçons de variabilidade decorrente da existência de grupos ou redes sociais (alínea 1.1.9), a constatável entre os seguidores atuais das diferentes correntes normativas do galego, a qual, de facto, se concretiza, entre outros aspetos, em diferentes graus de (des)castelhanizaçom lexical, em diferentes escolhas entre variantes geográficas (ex.: *ti - tu*) ou em diferentes freqüências de uso de determinadas estruturas morfossintáticas (ex.: voz passiva, infinitivo flexionado, gerúndio flexionado, futuro do conjuntivo, dativo pleonástico, nexos de relativo genuínos, castelhanismos substitutórios ou suplentes, diferencialismos lexicais a respeito do castelhano, etc.). Já num plano formal, terminológico, comente-se, em primeiro lugar, que nom concordamos com o autor na necessidade de instaurar e usar umha nova voz, *variacionismo*, para designar um conceito que já veiculam com eficácia, achamos, os termos tradicionais *variaçom* e *variabilidade*, e, em segundo lugar, que, na página 57, devia ter recorrido, em benefício da clareza expressiva, ao termo *calom*, em vez de *gíria*, para se referir às linguagens especiais de coletivos marginalizados ou criminais.

O segundo capítulo da obra, intitulado “Lingua e dialecto”, assinala o caráter freqüentemente conflituoso ou fluído da atribuiçom das etiquetas *língua* e *dialecto* às modalidades lingüísticas e expom e analisa os critérios que tenhem sido propostos para diferenciar ambas as categorias, entre os quais se salienta o da disjuntiva autonomia/heteronomia, que remete para o reconhecimento social de um padrom ou modelo supradialetal. A consideraçom desses critérios permite ao autor encerrar o capítulo com umha análise da variável perceçom do galego — enquanto língua, idioma, dialecto ou fala, conforme os diferentes ámbitos e autores — na altura do Ressurgimento literário oitocentista. Os capítulos terceiro e quarto, respetivamente intitulados “A dialectoloxía” e “Tipoloxía dos dialectalismos e a súa transcendencia”, constituem o cerne da obra e consagram-se à exposiçom dos fundamentos da disciplina da dialetologia e à classificaçom e caraterizaçom

dos dialetalismos. No capítulo três esclarece-se o conceito de dialetologia, enunciam-se os fundamentos metodológicos da disciplina, reparando nas etapas sucessivas da pesquisa dialetológica (planificação e realização dos inquéritos [trabalho de campo], análise dos dados e representação dos resultados mediante mapas, isoglossas e fronteiras) e traça-se de modo sintético o desenrolar histórico da dialetologia na Galiza, para o que o autor estabelece umha periodização em três etapas que se nos afigura bem fundamentada (fase inicial [desde o Iluminismo até ao fim do decénio de 1940], presidida pola “intuição erudita”, fase de desenvolvimento [desde os inícios do decénio de 1950 até aos fins do decénio de 1970], caracterizada pola sua ocorrência comparativamente tardia, e fase final de consolidação [dos inícios do decénio de 1980 até à atualidade]).

O capítulo quarto passa em revista as diversas categorias de variantes (dialetais) que podem diferenciar-se adotando as perspetivas diacrónica, geográfica e gramatical. Na secção sobre as variantes geográficas, o autor, recorrendo basicamente a fenómenos de variação morfológica ou atinentes ao léxico gramatical do galego, expom, de modo explícito, como no estabelecimento do padrom RAG-ILG (1982–2003), hoje hegemónico na Galiza, a escolha entre formas geográficas concorrentes foi feita de harmonia com critérios diversos (formas tradicionais, formas inovadoras, peso demográfico na Comunidade Autónoma da Galiza, presença na literatura galega contemporânea...), e, de modo implícito, como, entre esses critérios, *nom* se encontra o objetivamente *mais potente*, o que se norteia polo peso demográfico de cada variante *no seio do próprio sistema lingüístico*, isto é, o critério de confluência com os padrons lusitano e brasileiro, critério que o autor, no entanto, enuncia como si atendido pola codificação efetuada pola Comissom Lingüística da AGAL (pág. 401). Na extensa secção dedicada às variantes dialetais (galegas) sob perspetiva gramatical (alínea 4.3), analisam-se sucessivamente os dialetalismos prosódicos (referentes à entoação [aqui o autor lamenta a escassez de estudos feitos sobre as entoações ouvidas nas diversas regiões da Galiza] e à situação do acento de intensidade nalgumhas palavras), os dialetalismos fonéticos, os dialetalismos fonológicos, os dialetalismos morfológicos, os dialetalismos sintáticos (“diferenzas na estrutura frásica (e clausal) e as relacións que caracterizan os seus constituíntes” [pág. 427]; presta-se aqui atençom à presença/ausência do artigo com nome próprio de pessoa, com topónimo e com adjetivo possessivo, ao infinitivo flexionado, ao gerúndio fle-

xionado, ao infinitivo gerundial, a certas construçõs pronominais de verbos, à interpolaçom, etc.), os dialetalismos lexicais, os dialetalismos semánticos e os dialetalismos pragmático-textuais. Deste modo, o capítulo quarto revela-se como umha rica síntese da grande diversidade dos fenómenos dialetais, e das correspondentes manifestaçõs no galego, tanto no respeitante a categorias muito estudadas e reconhecidas (como os dialetalismos fonéticos, fonológicos, morfológicos e lexicais), como a outras categorias tradicionalmente menos reconhecidas e freqüentadas pola lingüística galega (dialestalismos prosódicos, sintáticos e pragmático-textuais), cuja consideraçom e estudo no galego contemporáneo o autor acertadamente reivindica. Como eivas presentes, a nosso juízo, nesta secçom, assinala-se a nula exemplificaçom que, na alínea sobre os dialetalismos morfológicos, se fai da variaçom de género dos substantivos na Galiza (aqui poderiam aduzir-se, entre outros, os casos de *calor*, *fim* ‘termo’ e *suor*); a injustificada e enganadora alusom, na alínea sobre os dialetalismos lexicais, à existênciã no atual galego (orientado pola codificaçom RAG-ILG) de um suposto “estándar lexical”, claramente definidor de variantes dialetais (pág. 441 e 442, 533 e 534), quando, na realidade, hoje em dia a esmagadora maioria dos utentes cultos de galego nom tem claro como resolver centos de casos de inconveniente dispersom designativa (para citarmos apenas quatro exemplos muito evidentes [e em contextos críticos]: *dende* - *desde*, *enquanto* - *mentres*; *fiestra oval* - *janela oval* [- **ventá oval*], *farol antibrêtema* - *farol antinévoa* - *farol antinevoeiro*); e, finalmente, a descabida conceituaçom como “riqueza” (pág. 440 e 447) da atual variaçom geográfica do léxico galego (pág. 447: Con todo, desde unha perspectiva actual, todos os casos de variacionismo lexical tenden a ser considerados como umha riqueza vocabular do idioma, especialmente na expresiõn literaria.”). Ao respeito, frisemos aqui o evidente nos sistemas lingüísticos socialmente estabilizados: só para o (normalmente) minúsculo setor da literatura de vocaçom provinciana, ruralizante, bucólica (*dialestalizante*) se revela *fulcral* a variaçom geográfica do léxico; para umha *literatura nacional* e para o conjunto da *comunicaçom social* (e muito mais nos ámbitos formais, educativos, jornalísticos, científicos...) é inconveniente a existênciã, e falta de correçom, de umha *dispersom designativa* como a que hoje padece o léxico galego e a língua literária na Galiza.

A anteceder as conclusõs da obra, encerrando a matéria do livro, surge o capítulo cinco, intitulado “Dialectoloxía, filoloxía e lingüística”, que recenseia

as múltiplas relações ou âmbitos de encontro da dialetologia com diferentes ramos das disciplinas lingüísticas e com vários usos especiais da língua. Assim, neste capítulo aborda-se a relação da dialetologia com a lingüística histórica, com a onomástica (no relativo à toponímia e à antroponímia galegas), com o estruturalismo e generativismo, com a didática da língua e correspondente aprendizagem do galego comum, com a literatura galega, com a tradução e com as aplicações lingüísticas das novas tecnologias. Deixando aqui de parte que a limitação do espaço torna inevitável um certo esquematismo no tratamento de algum destes temas (a nós, pela nossa dedicação, afigura-se-nos especialmente incompleta e muito aperfeiçoável a secção sobre tradução!), deve destacar-se o interesse deste recenseamento de pontos de contacto da dialetologia, o qual pode servir para estimular a curiosidade do leitor e levá-lo a aprofundar os temas aqui perfilados.

Queremos concluir esta recensão salientando o notável mérito que, a nosso juízo, tem *Lingua Galega e Variación Dialectal*, do Prof. Xosé Manuel Sánchez Rei: trata-se de um texto didático de grande riqueza e utilidade devido à sua elevada *capacidade sintetizadora e integradora*, no sentido de que compendia e interrelaciona com eficácia, num plano retrospectivo, os fundamentos teóricos e metodológicos da dialetologia e os contributos mais relevantes que até agora se tenham dado para a compreensão da variação dialetal do galego, e, num plano prospetivo, assinala áreas críticas da variação dialetal ainda não abordadas, ou insuficientemente atendidas, pela lingüística galega. Além disso, na obra — composta, aliás, num galego de grande qualidade — não faltam interessantes contributos originais e uma indispensável visão crítica, que, curiosa mas necessariamente, leva o autor, por exemplo, a denunciar os prejuízos que tem acarretado para a promoção do galego a excessiva concentração da galeguística nuns estudos dialetológicos de horizontes curtos. Por todo o dito, julgamos constituir *Lingua Galega e Variación Dialectal* uma obra valiosa, muito útil e oportuna, altamente recomendável para docentes e discentes universitários de Filologia Galego-Portuguesa e, em geral, para toda a pessoa culta interessada na variedade galega do galego-português ou no fenómeno da variação lingüística.

Carlos GARRIDO

Universidade de Vigo | Comissão Lingüística da AGAL

FICHA DE AVALIAÇÃO
Agália. Revista de Estudos na Cultura
Ano: 2012

Volumes publicados: 2

105: primeiro semestre de 2012

106: segundo semestre de 2012

Trabalhos recebidos durante 2012: 52 (de 01/12/2011 a 31/10/2012)

Trabalhos publicados: 18

Índice de aceitação: 34,61%

Natureza dos textos publicados:

Artigos originais: 10

Comunicações a congressos: 2

Resultados de projetos de investigação subsidiados: 4

Outros (artigos financiados com bolsas de investigação): 2

Recensões: 4

Origem dos textos publicados:

Volumes	Galiza	Portugal	Brasil	PALOP	Total
105	0	4	6	1	11
106	1	3	3	0	7
Total	1	7	9	1	18
%	5,56%	38,88%	50%	5,56%	100%

Instituições/ Países dos trabalhos publicados:

Universidade de Lisboa (CLEPUL e Centro de Estudos Comparatistas) (Portugal)	Universidade Estadual de Campinas (Brasil)
Escola Técnica de Santa Catarina (Cabo Verde)	Universidade Estadual de Montes Claros (Brasil)
Universidade da Amazônia (Brasil)	Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil)
Universidade da Beira Interior (Portugal)	Universidade Federal de Pernambuco (Brasil)
Universidade da Madeira (Portugal)	Universidade Federal de Sergipe (Brasil)
Universidade de Santiago de Compostela (Galiza)	Universidade Estadual Paulista (Brasil)
Universidade de São Paulo (ECA) (Brasil)	Universidade Federal do Pará (Brasil)
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Portugal)	Universidade Federal do Paraná (Brasil)
Universidade do Minho (Portugal)	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil)

LISTAGEM DE REVISORES/AS DA *AGÁLIA* (2012)

Avaliador/a	Instituição	País	Nº	Tipo*
Abel Barros Baptista	Universidade Nova de Lisboa	Portugal	1	AE
Alessandro Pinzani	Universidade de Santa Catarina	Brasil	1	AE
Alexandrina Monteiro	Universidade de São Francisco	EUA	1	AE
Alva Martínez Teixeira	Universidade de Lisboa	Portugal	1	AE
Ana Codesido	Universidade de Santiago de Compostela	Galiza	1	AE
Ana Isabel Moniz	Universidade da Madeira	Portugal	2	AE
Ana Margarida Ramos	Universidade de Aveiro	Portugal	1	AE

Avaliador/a	Instituição	País	Nº	Tipo*
Antón Corbacho	Universidade Federal de Goiás	Brasil	1	CR
Aratzxa Fuentes Ríos	Universidade de Santiago de Compostela	Galiza	1	AE
Arturo Casas Vales	Universidade de Santiago de Compostela	Galiza	1	CC
Barbara Schäfer-Prieß	LMU-München	Alemanha	2	AE
Beatriz Suárez Briones	Universidade de Vigo	Galiza	2	AE
Begoña Simal	Universidade da Corunha	Galiza	1	AE
Carlos Garrido	Universidade de Vigo CL-AGAL	Galiza	2	AE
Carlos Quiroga	Universidade de Santiago de Compostela	Galiza	2	CC
Carlos Taibo	Universidad Complutense de Madrid	Espanha	1	CC
Carmen Fernández Pérez-Sanjulián	Universidade da Corunha	Galiza	1	AE
Carmen Villarino Pardo	Galabra — Universidade de Santiago de Compostela	Galiza	2	CR
Cebaldo de León	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro — CETRAD	Portugal	1	AE
Cristina Carneiro Rodrigues	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	Brasil	1	AE
Cristina Felipe Ribeiro de Araujo Côrtes	Universidade Federal de Minas Gerais	Brasil	1	AE
Cristina Robalo Cordeiro	Universidade de Coimbra	Portugal	1	AE
Eliana Regina de Freitas Dutra	Universidade Federal de Minas Gerais	Brasil	1	AE
Elias J. Torres Feijó	Galabra — Universidade de Santiago de Compostela	Galiza	2	CC
Elizabeth Maria Azevedo Bilange	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	Brasil	1	AE

Avaliador/a	Instituição	País	Nº	Tipo*
Esperanza Morales	Universidade da Corunha	Galiza	1	AE
Fábio Souza da Cruz	Universidade Católica de Pelotas	Brasil	1	AE
Fátima Marinho	Universidade do Porto	Portugal	1	AE
Fernanda Wanderer	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Brasil	1	AE
Fernando González Muñoz	Universidade da Corunha	Galiza	2	AE
Helena de Carlos	Universidade de Santiago de Compostela	Galiza	1	AE
Hermes Salceda	Universidade de Vigo	Galiza	1	AE
Igor Graciano	Universidade de Brasília	Brasil	1	AE
Isabel Margarida Duarte	Universidade do Porto	Portugal	2	AE
Isis Lustosa	Universidade Federal de Goiás	Brasil	1	AE
Isaac Lourido	Universidade de Santiago de Compostela	Galiza	1	AE
João Teixeira Lopes	Universidade do Porto	Portugal	1	AE
José Díaz Lage	Universidad Internacional de la Rioja	Espanha	2	AE
José-Martinho Montero Santalha	Universidade de Vigo AGLP	Galiza	2	CC
Josias José Freire Jr.	Universidade Federal de Goiás	Brasil	1	AE
Juciene Ricarte Apolinário	Universidade Federal de Campina Grande	Brasil	1	AE
Lucía Branha López	Galabra — Universidade de Santiago de Compostela	Galiza	1	AE
Luciana Cristina Correa	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	Brasil	1	AE

Avaliador/a	Instituição	País	Nº	Tipo*
Luís Garcia Soto	Universidade de Santiago de Compostela	Galiza	2	CR
Manuel Jacinto Sarmiento	Universidade do Minho	Portugal	1	AE
Miguel Ángel Martínez Quintanar	IES Ánxel Fole — Lugo	Galiza	1	AE
Manuela Palacios	Universidade de Santiago de Compostela	Galiza	1	AE
Marçal de Menezes Paredes	Pontifícia Universidade Católica de Rio Grande do Sul	Brasil	1	AE
Marcelo de Mello Rangel	Universidade Federal de Ouro Preto	Brasil	1	AE
Marcial Gondar Portasany	Universidade de Santiago de Compostela	Galiza	1	CC
Márcio Orlando Seligmann Silva	Universidade Estadual de Campinas	Brasil	1	AE
Maria Cândida Trindade Costa de Seabra	Universidade Federal de Minas Gerais	Brasil	1	AE
Maria da Glória Bordini	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Brasil	1	AE
Maria Lúcia Wiltshire de Oliveira	Universidade Federal Fluminense	Brasil	1	AE
Maria Nélide González de Gómez	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Brasil	1	AE
Maria Obdulia Luis Gamallo	Universidade da Corunha	Galiza	1	AE
María Xesús Fariña Busto	Universidade de Vigo	Galiza	2	AE
Mónica Eloane de Sant'Ana	Universidade de Vigo	Galiza	1	AE
Natália Fernandes	Universidade do Minho	Portugal	1	AE
Neal Baxter	Universidade de Vigo	Galiza	2	AE
Nefatalin Gonçalves Neto	Universidade Federal Rural de Pernambuco	Brasil	1	AE

Avaliador/a	Instituição	País	Nº	Tipo*
Olympio José Pinheiro	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	Brasil	1	AE
Piero Ceccucci	Università degli Studi di Firenze	Itália	1	AE
Pilar Veiga	Instituto Cervantes	Roménia	2	AE
Raquel Bello Vázquez	Galabra — Universidade de Santiago de Compostela	Galiza	6	AE
Regina Dalcastagnè	Universidade de Brasília	Brasil	1	AE
Regina Zilberman	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Brasil	1	AE
Rejane Pivetta de Oliveira	Centro Universitário Ritter dos Reis	Brasil	1	AE
Rolf Kemmler	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	Portugal	2	AE
Roque Pinto Santos	Universidade Estadual de Santa Cruz	Brasil	1	AE
Ronice Müller de Quadros	Universidade Federal de Santa Catarina	Brasil	1	AE
Rosa Verdugo Matêz	Universidade de Santiago de Compostela	Galiza	1	CR
Rosário Mascato Rey	Universidade de Santiago de Compostela	Galiza	5	AE
Sara Reis da Silva	Universidade do Minho	Portugal	1	AE
Teresa Amado	Universidade de Santiago de Compostela	Galiza	1	AE
Teresa Moure	Universidade de Santiago de Compostela	Galiza	2	AE
Verônica M. de Araujo Pontes	Universidade do Estado de Rio Grande do Norte	Brasil	2	AE
Vivian Rangel	Universidade de Santiago de Compostela	Galiza	2	AE
Xosé Manuel Sánchez Rei	Universidade da Corunha	Galiza	1	AE
Xosé Ramón Freixeiro Mato	Universidade da Corunha	Galiza	1	AE

* AE= Avaliação Externa | CC= Conselho Científico | CR= Conselho de Redação

Número de revisores/as no período: 80

Número de avaliações no período: 108

Número de avaliações por artigo: 2,07

Número de avaliações externas: 93 (86,12% do total)

Origem de revisores/as:

Galiza	Portugal	Brasil	Outro	Total
33	13	28	6	80
41,25%	16,25%	35%	7,5%	100%
Instituições				
6	8	18	6	38

AGÁLIA • REVISTA DE ESTUDOS NA CULTURA

NORMAS DE EDIÇÃO E TÉCNICAS

1. NORMAS DE EDIÇÃO

Agália. Revista de Estudos na Cultura publica estudos de caso, trabalhos procedimentais e teórico-metodológicos, recolhas e análises bibliográficas ou documentais, abordagens quantitativas e qualitativas, e qualquer trabalho de investigação localizado no alargado campo dos “Estudos na Cultura”. Neste espaço multidisciplinar estão referenciadas a totalidade das Ciências Sociais e Humanas e estão contemplados âmbitos de especialização tais como os estudos linguísticos e literários, a sociologia, a antropologia, a história, a geografia, a filosofia, as artes, as ciências da educação, a ciência política, o turismo, a economia, o direito, a comunicação ou a gestão e a planificação cultural.

A *Agália* é editada desde 1985 pela Associação Galega da Língua (AGAL) e acompanha os procedimentos e as normas de receção e avaliação de originais próprias do campo científico internacional (nomeadamente à avaliação por pares sob o sistema de “ocultação dupla”). Publicada duas vezes por ano (em junho e dezembro) tanto em versão eletrónica como impressa, a *Agália. Revista de Estudos na Cultura* pode editar, para além de números gerais, volumes monográficos coordenados por investigadores/as convidados/as.

Os artigos encaminhados para a *Agália. Revista de Estudos na Cultura* estarão escritos em (galego-)português, seguindo, preferentemente, o novo acordo ortográfico, e não terão uma extensão maior dos 50.000 caracteres incluindo espaços, notas de rodapé, a relação de referências citadas (a revista rege-se pelo estilo de citação bibliográfica da MLA), um resumo em inglês e outro em (galego-)português de entre

150 e 300 palavras, e uma série suficiente de palavras chave (quatro no mínimo) também nessas duas línguas. Os trabalhos serão originais (em virtude da Lei da Propriedade Intelectual do Reino da Espanha) e não estarão sendo submetidos a revisão em qualquer outra publicação científica. Junto com o seu contributo, o/a autor/a remeterá uma declaração de autoria e originalidade (acessível em <http://www.agalia.net/normas-de-edicao.html>).

Todos os trabalhos serão submetidos a um mínimo de duas avaliações por especialistas pelo sistema de “ocultação dupla”, pelo qual nenhuma referência ao nome do/a autor/a será recolhida no texto, além das citações de publicações próprias. É por isto que tanto a identificação do/a autor/a e da sua Instituição como o próprio trabalho serão enviados através do formulário disponível ao efeito na página da revista (<http://www.agalia.net/envio-de-trabalhos.html>), no qual serão indicados os endereços de contacto (postal e eletrónico) juntamente com uma breve nota curricular do/a investigador/a (entre 10 e 15 linhas em que figure informação sobre habilitações, ligações institucionais, principais publicações, âmbitos de especialidade, etc.). Por este mesmo meio é possível também sugerir eventuais revisores/as para o trabalho enviado.

Tanto aqueles trabalhos financiados por organismos públicos ou privados de investigação como os contributos resultantes de revisões de comunicações apresentadas em congressos (nacionais ou internacionais) indicarão esta condição em nota de rodapé situada no fim do título do artigo. No primeiro caso fará-se constar o nome e o código identificativo do projeto de investigação financiado de que resulta o artigo, as entidades financiadoras e o período em vigor do subsídio. No caso dos trabalhos vinculados a congressos, para além do título completo e do seu carácter nacional ou internacional, será referida a instituição organizadora e as datas e o local de celebração.

Todos os trabalhos submetidos a *Agália* serão redigidos de acordo com as “Normas Técnicas” acessíveis abaixo. Recomenda-se, neste sentido, a utilização do documento modelo disponibilizado ao efeito (em <http://www.agalia.net/normas-de-edicao.html>) e, igualmente, a consulta

da “Informação para revisores” que figura na página da *Agália. Revista de Estudos na Cultura* (<http://www.agalia.net/revisoresas.html>).

Aqueles trabalhos recebidos que forem avaliados positivamente serão submetidos as correções gramaticais, formais ou estilísticas necessárias e preceitivas para a sua publicação na *Agália*. Para além disto, de julgá-lo necessário e antes de serem encaminhadas as provas de imprensa, a redação da *Agália* pode enviar a cada investigador/a um Informe de Edição do trabalho aceite; neste informe são oportunamente indicadas todas as questões que os autores e autoras devem resolver antes da diagramação do seu texto.

Na revisão das provas de imprensa serão admitidas apenas correções tipográficas e ortográficas. Qualquer mudança de outro tipo no texto uma vez aprovado para a sua publicação (acréscimos ou eliminações) estará submetida ao juízo dos editores e não poderá afetar a diagramação da revista.

O facto de submeter trabalhos à *Agália* implica o acordo da parte dos autores e autoras tanto na inserção do seu artigo na revista (na sua versão digital e impressa) de acordo com estas Normas, como na disponibilização desse contributo quer através da própria página web da publicação (<http://www.agalia.net>) quer dos repositórios ou bases de dados em que estiver alojada a *Agália. Revista de Estudos na Cultura*.

Recensões

A *Agália* recebe também recensões de trabalhos científicos. Os textos críticos incluídos nesta secção estarão redigidos de acordo com as Normas Técnicas da revista, não poderão exceder os 10.000 caracteres e serão avaliados e aprovados previamente pelo Conselho de Redação desta publicação internacional. No início da primeira página da resenha deverá constar título, nome(s) do(s) autor(es) e dados editoriais da obra comentada (local, editora, ano de publicação, total de páginas e ISBN). Os textos serão enviados, juntamente com um breve currículo do(s) seu(s) autor(es), através do formulário disponível ao efeito na página da revista (<http://www.agalia.net/envio-de-trabalhos.html>).

2. NORMAS TÉCNICAS

1) Textos: Poderá usar-se qualquer versão dos processadores OPEN-OFFICE ou Microsoft WORD para os sistemas operativos MS-DOS/Windows ou Linux.

2) Material gráfico: A inclusão de material gráfico deve garantir a originalidade. No caso de serem incluídas referências, nos originais constará com toda a clareza a sua fonte e/ ou localização, inclusive com menção expressa da concessão da permissão de reprodução se for o caso. A sua identificação será feita imediatamente debaixo do material, em posição centralizada, letra minúscula e utilizando carregado para a tipologia e ordenação do material e redondo para o título, de acordo com o seguinte modelo:

Tabela/ Gráfico/ Imagem 1. Título do gráfico ou da imagem.

Fonte:

O material gráfico digitalizado (que será publicado em escala de cinzentos na versão impressa da *Agália*) deverá adequar-se aos seguintes parâmetros:

- Desenhos, planos, mapas, gravuras, etc.: formato .TIFF, tendo em conta que o processo de digitalização (“scanning”) será feito em linha ou mapa de bits (nunca em escala de cinzentos), ao tamanho real da imagem (100%) e com uma resolução mínima de 1.200 pontos por polegada (p.p.p).
- Fotografias: formato .TIFF a cores ou escala de cinzentos (a preto e branco) conforme proceder, ao tamanho real da fotografia (100%) e com uma resolução mínima de 300 pontos por polegada (p.p.p.).
- Gráficos: Preferentemente numa página em Excel (arquivos .XLS) (já que os gráficos de Word apresentam frequentemente problemas de conversão aos programas profissionais de diagramação), ou no formato do Openoffice (.SXC).
- **MUITO IMPORTANTE:** Com independência de o material gráfico poder ir inserido no documento de texto, como orientação para a localização das imagens, cada uma das imagens ou gráficos deverá ser entregue como arquivo independente, sujeitando-se às especificações supracitadas.

3) Composição do trabalho: Recomenda-se a utilização do documento modelo disponibilizado no site de *Agália. Revista de Estudos na Cultura* (<http://www.agalia.net/normas-de-edicao.html>).

- Epígrafes: o título do artigo (Times, corpo 12) irá no cabeçalho em posição centralizada, com letra minúscula e tipo carregado; as epígrafes (Times, corpo 11) e subepígrafes (Times, corpo 10), oportunamente numeradas, serão dispostas no lugar correspondente na direita, em minúsculo e carregado.
- Resumo e palavras chave (Times, corpo 10): serão situados após o cabeçalho, primeiro a versão em (galego-)português e depois a versão inglesa, sem avanço de parágrafo na primeira linha, com espaçamento entre linhas simples, as epígrafes em carregado e o corpo do texto em caracteres redondos.
- Notas de rodapé (Times, corpo 8): serão compostas com a opção específica do processador de texto. Se seguir sinal de pontuação ao número de chamada, o sinal de pontuação irá depois do número da chamada e nunca antes: “exemplo¹.” e não “exemplo.¹”.
- Corpo do texto (Times, corpo 11): justificado e com espaçamento entre linhas de 1.5; o avanço de parágrafo da primeira linha será feito com a opção específica do menu formato ou desenho de parágrafo; nunca se usará tecla de espaçamento nem tabulação. A mesma indicação serve para as notas de rodapé.
- Citações (Times, corpo 11): serão transcritas de acordo com o original para as línguas românicas e o inglês e traduzidas em nota de rodapé para o idioma da revista nos restantes casos. Se tiverem mais de quatro linhas serão dispostas como parágrafo independente, sem aspas, com espaçamento entre linhas simples e a correspondente remissão bibliográfica no fim do trecho entre parênteses; serão compostas (também as tabelas ou quadros) com a opção específica do processador de textos, nunca com espaçamentos ou tabulação. Se a citação tiver menos de quatro linhas, será disposta no corpo do texto, entre aspas duplas (se houver necessidade de utilizar aspas dentro da citação, elas serão simples, ‘...’) e a correspondente remissão bibliográfica no fim da citação entre parênteses de

acordo com o seguinte modelo: “(Autor/a, ano: página-página)”.

• Bibliografia: As entradas, ordenadas alfabeticamente após a epígrafe correspondente, serão colocadas de acordo com os seguintes modelos (norma ISO 690:2010; mais informação em <http://www.ua.pt/sbidm/biblioteca/ReadObject.aspx?obj=15944>):

Autor/a [Apelido(s), Nome]. *Título do Livro*. Edição [ed.]. Volume [Vol.]. Número de Volumes [vols.] Cidade: Editora, Ano.

Autor/a [Apelido(s), Nome]. “Título do Artigo Científico Impresso”. *Nome da revista* Volume. Número (Ano): página-página.

Autor/a [Apelido(s), Nome]. “Título do Artigo Científico ou do Capítulo do Livro”. *Título do Livro ou Coletânea*. Editor/a ou Coletor/a. Cidade: Editora, ano. página-página.

Autor/a [Apelido(s), Nome]. “Título do Artigo Científico Eletrónico”. *Nome da revista* Volume. Número (Ano): Páginas. Base de dados. Data de acesso [dia de mês de ano] <URL>.

www.agalia.net

AGÁLIA. REVISTA DE ESTUDOS NA CULTURA

ISSN: 1130-3557

DEPÓSITO LEGAL: C-250-1985 (versão papel)

EDITA: Associação Galega da Língua (AGAL)

URL: <http://www.agalia.net>

ENDEREÇO-ELETRÓNICO: revista@agalia.net

ENDEREÇO POSTAL:

Rua Santa Clara nº 21
15704 Santiago de Compostela
(Galiza)

Periodicidade Semestral
(números em junho e dezembro)

